



---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

## *Contenda*



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS  
JOÃO CARLOS ORTEGA Secretário  
LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE  
JOÃO CARLOS ORTEGA Superintendente  
ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR Superintendente Executivo  
JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças  
CAMILA MILEKE SCUCATO Diretora de Operações  
VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos  
HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações  
RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação  
JOSE EDMIR MIRO GASPAR FALKEMBACK Coordenador ER Maringá  
RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa  
FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de Escritório Regional e da  
Região Metropolitana e Litoral  
JOSÉ FERNANDO DILLENBURG Coordenador ER Cascavel  
CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI Coordenador ER Guarapuava  
ANDRÉ COTRIN ABDO Coordenador ER Londrina

## **MUNICÍPIO DE CONTENDA**

Prefeito  
Antônio Adamir Digner

## **SUPERVISÃO**

**Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**  
**Diretoria de Operações**





---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

## *Contenda*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2021

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2020

Novembro/2021



# SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	3
LISTA DE GRÁFICOS .....	4
LISTA DE MAPAS .....	5
LISTA DE QUADROS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	7
LISTA DE SIGLAS.....	8
1. INTRODUÇÃO .....	11
2. CARACTERIZAÇÃO .....	13
2.1. BREVE HISTÓRICO.....	13
2.2. LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL .....	13
2.3. MEIO AMBIENTE.....	17
2.3.1. AMBIENTE NATURAL .....	17
2.3.2. HIDROGRAFIA E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE .....	18
2.3.3. OUTRAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	20
2.3.4. ARBORIZAÇÃO URBANA .....	21
2.3.5. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO .....	22
2.4. DEMOGRAFIA.....	24
2.4.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	27
2.4.2. VULNERABILIDADE SOCIAL, POBREZA E RENDA.....	30
2.5. ECONOMIA .....	32
2.5.1. PRODUTO INTERNO BRUTO .....	32
2.5.2. VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS .....	33
2.5.3. VALOR ADICIONADO FISCAL .....	35
2.5.4. ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA.....	38
3. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO .....	42
3.1. APTIDÃO AO USO E COUPAÇÃO ANTRÓPICA .....	42
3.2. USO E OCUPAÇÃO ATUAL.....	49
3.2.1. SOLO MUNICIPAL .....	49
3.2.2. SOLO URBANO .....	55
3.2.2.1. ADEQUAÇÃO DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO VIGENTE.....	59
4. INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	63
4.1. EDUCAÇÃO.....	63
4.2. CULTURA E TURISMO.....	68
4.3. ESPORTE E LAZER .....	70
4.4. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	73

4.5.	SAÚDE .....	76
4.6.	SANEAMENTO BÁSICO .....	79
4.6.1.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....	80
4.6.2.	ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	81
4.6.1.	DRENAGEM PLUVIAL .....	82
4.6.2.	RESÍDUOS SÓLIDOS.....	83
4.7.	CEMITÉRIOS .....	84
4.8.	SEGURANÇA .....	85
4.9.	ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	85
5.	REFERÊNCIAS.....	89
	MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA .....	93
	MUNICÍPIO DE CONTENDA .....	95



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - UAN 3: Curitiba - Tijucas do Sul .....	17
Figura 2 - Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira .....	19
Figura 3 – Cursos d’água no centro de Contenda .....	20
Figura 4 - Recorte da Síntese Ambiental da RMC .....	21
Figura 5 - Zona 3: Região Metropolitana de Curitiba Sul - RMCSUL .....	22
Figura 6 - Por que o IDHM é importante? .....	28
Figura 7 - Evolução do IDHM de Contenda – 2000 a 2010 .....	28
Figura 8 - Comparação do IDHM de Contenda e do Estado do Paraná - 2010 .....	28
Figura 9- Posição do IDHM do município - Contenda/PR - 2010 .....	30
Figura 10- Renda, pobreza e desigualdade em Contenda/PR.....	31
Figura 11 - Exemplos do relevo e hidrografia na Sede urbana .....	43
Figura 12 - Exemplos de vazios urbanos na Sede de Contenda .....	55
Figura 13 – CMEI Nhana Maria   CMEI Profas. Júlia P. Baumel e Tereza C. de Oliveira.....	65
Figura 14 - CMEI Vó Eloyna   Escola Municipal Leonor de Moura Carvalho.....	65
Figura 15 - Escola Municipal do Campo N. Sra. das Graças   Escola Municipal Profa. Vanilda Dzierwa .....	65
Figura 16 - Colégio Estadual Miguel Franco Filho   Colégio Estadual Dr. Adhelmar Sicuro .....	66
Figura 17 - Espaço Cultural e Literário   Museu Municipal Adão Wolski.....	68
Figura 18 - Portal de Contenda   Estátua do Cristo .....	69
Figura 19 - Centro Esportivo Dr. Adhelmar Sicuro   Praça Independência.....	70
Figura 20 - Canchas de Areia: Praça 2 de Maio (Catanduvas do Sul) e Praça Independência (Centro).....	71
Figura 21 - Praça 2 de Maio – Catanduvas do Sul .....	71
Figura 22 – CRAS e CREAS   Conselho Tutelar .....	74
Figura 23 - Centro de Geração de Renda   Projeto Anjo da Guarda.....	74
Figura 24 - Hospital Municipal de Contenda .....	78
Figura 25 - UBS Centro Social   USF Catanduvas .....	78
Figura 26 - Poço de Captação na Sede urbana   Reservatório em Catanduvas do Sul.....	81
Figura 27 - Rede coletora de esgoto na Sede de Contenda.....	82
Figura 28 – Pavimentação na Sede de Contenda .....	82
Figura 29 – Lixeiras.....	84
Figura 30 - Cemitério Lagoa das Almas   Cemitério Paroquial de Catanduvas do Sul.....	84
Figura 31 - Cemitério Municipal de Contenda.....	84

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente por situação de domicílio – Contenda/PR.....	25
Gráfico 2 - Pirâmide etária de Contenda – 2000 .....	26
Gráfico 3 - Pirâmide etária de Contenda – 2010 .....	26
Gráfico 4 - Comparação do IDHM e suas 3 dimensões em Contenda e na RMC - 2010 .....	29
Gráfico 5 - Situação ocupacional da população de 18 anos de idade ou mais em Contenda/PR - 2010 .....	31
Gráfico 6 – Comparativo crescimento acumulado PIB de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2018, período 2016-2018 .....	33
Gráfico 7 – Crescimento dos setores econômicos em relação ao VABPB de acordo com valores a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (em percentual).....	35
Gráfico 8 – Comparativo entre o VABPB e VAF, com valores de 2017 e 2018 (em milhões de reais) .....	37
Gráfico 9 – Empregos por estabelecimento, média do período 2017-2019 .....	40
Gráfico 10 - Evolução da área plantada (ha) e do valor da produção (mil reais) dos principais produtos em Contenda 2020 .....	51
Gráfico 11 - Comparação do número de alunos matriculados em Contenda por esfera de administração, 2008 - 2020 .....	67
Gráfico 12 - Comparação do número de alunos matriculados em Contenda por modalidade de ensino, 2008 - 2020 .....	68

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios Limitrofes, Acessos e Hidrografia .....	15
Mapa 2 – Restrições ao Uso e Ocupação do Solo Municipal .....	45
Mapa 3 – Restrições ao Uso e Ocupação do Solo Urbano .....	47
Mapa 4 – Uso e Ocupação do Solo Municipal .....	53
Mapa 5 – Uso e Ocupação do Solo Urbano .....	57
Mapa 6 – Lei de Uso e Ocupação Do Solo Urbano Vigente – Sede .....	61
Mapa 7 – Equipamentos Públicos .....	87

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fragilidades e Potencialidades da Zona 3 .....	22
Quadro 2 – Descrição das classes do mapeamento .....	49
Quadro 3 - Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede em 2021 .....	55
Quadro 4 – Equipamentos Municipais de Educação .....	63
Quadro 5 – Equipamentos Estaduais de Educação.....	66
Quadro 6 - Equipamentos de Cultura em Contenda - 2006 e 2021 .....	68
Quadro 7 - Projetos do Departamento de Cultura de Contenda.....	69
Quadro 8 – Eventos culturais de Contenda .....	69
Quadro 9 - Equipamentos Esportivos em Contenda - 2006 e 2021.....	70
Quadro 10 - Projetos do Departamento de Esporte de Contenda .....	72
Quadro 11 – Calendário Esportivo de Contenda.....	72
Quadro 12 - Ações do CRAS de Contenda, 2018 .....	75
Quadro 13 - Ações do CREAS de Contenda, 2018 .....	75
Quadro 14 – Equipamentos Municipais de Saúde.....	77
Quadro 15 – Problemas relatados pela Secretaria de Saúde .....	79
Quadro 16 - Informações sobre a coleta de resíduos sólidos em Contenda, 2021 .....	83

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente por situação de domicílio – Contenda/PR.....	25
Tabela 2 - IDHM e seus indicadores no município - Contenda/PR - 2000 e 2010.....	28
Tabela 3 - Vulnerabilidade no município - Contenda/PR - 2000 e 2010.....	30
Tabela 4 – PIB de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2018 e Variação Real em percentual, período 2016-2018 .....	32
Tabela 5- PIB/VABPB por setor de atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018.....	34
Tabela 6 – VAF com valores deflacionado a preços constantes de 2019 e percentual de participação, período 2017-2019 (R\$ 1,00) .....	36
Tabela 7 – VBP por atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2019, período 2016-2018 (R\$ 1,00).....	37
Tabela 8 – Estabelecimentos e Empregos por atividade econômica, período 2017 a 2019. ....	38
Tabela 9 – Crescimento acumulado das atividades econômicas, 2017 a 2019.....	39
Tabela 10 – Principais atividades geradoras de empregos e renda, média do período 2017-2019 .....	40
Tabela 11 – Classificação do uso de solo de Contenda .....	50
Tabela 12 - Número de matrículas na rede municipal em Contenda, 2020 .....	66
Tabela 13 - Número de matrículas na rede estadual em Contenda, 2020.....	67
Tabela 14 - Número de matrículas total na rede pública em Contenda, 2020 .....	67
Tabela 15 – Número de famílias inscritas no Cadastro Único em Contenda, junho de 2021.....	73
Tabela 16 - Evolução do abastecimento de água segundo as categorias, 2007 - 2019 .....	80

## LISTA DE SIGLAS

ACMRC	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Contenda
APP	Área de Preservação Permanente
ARL	Área de Reserva Legal
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNES	Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
COMUDE	Conselho Municipal de Desenvolvimento de Contenda
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DERAL	Departamento de Economia Rural
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETM	Equipe Técnica Municipal
FJP	Fundação João Pinheiro
IAT	Instituto Água e Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
MDS	Ministério da Cidadania (antigo Min. do Desenvolvimento Social)
MTE	Ministério do Trabalho e Previdência (antigo Min. do Trabalho e Emprego)
PDM	Plano Diretor Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PMC	Prefeitura Municipal de Contenda
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
p.p.	pontos percentuais
PR	Paraná
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB	Secretaria de Agricultura e do Abastecimento
SEED	Secretaria de Estado da Educação e do Esporte
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TR	Termo de Referência
UAB	Unidade Ambiental Natural
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidade de Conservação

UF	Unidade da Federação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UTM	Universal Transversa de Mercator
VABPB	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos
VAF	Valor Adicionado Fiscal
VBP	Valor Bruto da Produção
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico





# 1. INTRODUÇÃO

A **Fase 2 - Análise Temática Integrada** se caracteriza como uma leitura e diagnóstico dos dados e informações quantitativas e qualitativas do município de Contenda, tendo como fonte o Poder Público, as Secretarias Municipais, o IBGE e outros órgãos estaduais, federais e regionais.

A Análise Temática Integrada é dividida em 3 partes:

- **PARTE 1 – CARACTERIZAÇÃO:**

- Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos: mapear e analisar as áreas do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana (sejam internas ou externas ao(s) perímetro(s) urbano(s), visando à identificação das restrições ambientais e associadas às infraestruturas, equipamentos e serviços públicos tendo em vista o uso e ocupação antrópica;
- Uso e ocupação atual do solo: mapear e analisar o uso e ocupação atual do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas e áreas de expansão urbana, a partir de dados disponíveis em cadastros, imagens, fotos ou levantamento de campo;
- Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: avaliar a adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial - atual e futura – das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos para definição de soluções específicas para garantir os direitos à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao saneamento ambiental e ao lazer.

- **PARTE 2 – EXPANSÃO URBANA E MORADIA:**

- Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: a partir dos resultados das atividades da Parte 1, avaliar a adequação de uso e ocupação atual do território municipal assim como a pertinência da legislação vigente (lei de perímetro urbano e de expansão da área urbana, lei de parcelamento, lei de uso e ocupação do solo urbano e lei do sistema viário e outras leis pertinentes), em relação às capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas das áreas do território municipal;
- Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: avaliar a adequação de áreas não urbanizadas para expansão urbana, sejam internas ou externas ao(s) perímetro(s) urbano(s), considerando as respectivas capacidades de suporte ambiental e a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamento se serviços públicos, frente às dinâmicas - atuais e futuras – demográfica, imobiliária e das principais ou potenciais atividades produtivas do município;

## Revisão do Plano Diretor Municipal

- Condições gerais de moradia e fundiárias: a partir dos resultados da capacidade de atendimento e das condições socioeconômicas da população urbana, avaliar a regularidade fundiária e suas condições de moradia para definição de soluções específicas para garantir os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

- **PARTE 3 – MOBILIDADE E GESTÃO:**

- Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana: avaliar a adequação atual e futura: do sistema viário básico; do sistema de transporte coletivo; do deslocamento individual não motorizado, ambos em relação às necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalho; e do deslocamento motorizado de cargas e serviços, para definição de soluções específicas de forma a garantir os direitos ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer;
- Capacidade de investimento do município: avaliar a capacidade de investimento, atual e futura, do município visando à implementação do PDM;
- Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes: identificar os conselhos existentes que estão relacionados à temática do desenvolvimento urbano de forma direta ou indireta e avaliar as respectivas naturezas, atribuições, composição, funcionamento e oportunidades de unificação.

Na Síntese da Análise Temática Integrada, sistematiza-se os resultados obtidos nas 3 partes. Juntas, estas etapas permitirão entender o panorama atual do município e embasar as propostas de mudanças, de modo a indicar a definição de objetivos, diretrizes e propostas para uma cidade sustentável.

Cada tema é analisado individualmente, de forma a conformar um dossiê sobre a realidade do município e das expectativas do governo municipal (executivo e legislativo), dos órgãos setoriais específicos e da sociedade local. A Análise Temática Integrada é realizada conjuntamente entre a Equipe Técnica da Consultoria, a Equipe Técnica Municipal e conselho, através de reuniões e oficinas. Para que o resultado desta avaliação seja fiel à realidade local, a participação comunidade, garantida pela realização de audiência pública, é fundamental.

Ao final, possibilitará a plena compreensão das condicionantes, deficiências e potencialidades do território municipal, que serão a base para o desenvolvimento das diretrizes e proposições, as quais caracterizarão o novo Plano Diretor.

O presente documento se refere à **Parte 1 – Caracterização**.

## 2. CARACTERIZAÇÃO

Neste capítulo serão apresentados: um breve histórico da formação de Contenda e do planejamento urbano municipal; a localização e a inserção regional do município; e os principais aspectos ambientais, demográficos e econômicos.

### 2.1. BREVE HISTÓRICO

Por volta do ano de 1895, imigrantes poloneses foram encaminhados para o leste da Lapa com a finalidade de estabelecerem um núcleo colonial. Ao chegarem, os colonos encontraram vários posseiros e o local foi palco de conflitos acirrados pela posse das terras. Dirimidas as questões de terras, os poloneses ali se fixaram e fundaram um povoado que recebeu a denominação de Contenda<sup>1</sup>.

O povoado de Contenda foi elevado à categoria de Distrito no Município da Lapa em 1918 e alcançou sua autonomia político-administrativa em 1951.

Desde a década de 1940, a agricultura foi um ramo de grande presença e importância para Contenda, com destaque à cultura de batata. Anos mais tarde, Contenda foi conhecida nacionalmente como a “Capital da Batata”<sup>2</sup>.

O Distrito de Catanduvas do Sul foi criado em 1964 e a divisão político-administrativa atual – Contenda (Sede) e Catanduvas do Sul – é datada de 1979<sup>3</sup>.

### 2.2. LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL

Contenda se localiza aproximadamente à distância de 43km da capital, Curitiba, à altitude média de 908 m e coordenadas geográficas de Latitude 25°67' Hemisfério Sul, e Longitude 49°53', Oeste de Greenwich. Faz limite ao Norte com o município de Araucária, ao Sul com Quitandinha, a Leste com Mandirituba, a Oeste com a Lapa e a Noroeste com Balsa Nova. O território municipal tem 299 km<sup>2</sup> de área<sup>4</sup>.

Os principais acessos rodoviários à Contenda são a BR-476 (Lapa – Araucária – Curitiba), a PR-510 (Balsa Nova – Campo Largo) e a PR-511 (Quitandinha) via Catanduvas do Sul.

Contenda está na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) desde sua primeira formação, instituída pela Lei Complementar Federal nº 14/1973. Desde o último Plano Diretor, mais três municípios foram incluídos na RMC pela Lei Estadual nº 139/2011 – Campo do Tenente, Piên e Rio Negro.

*Constituída por 29 municípios, a Região Metropolitana de Curitiba - RMC, é a oitava região metropolitana mais populosa do Brasil, com 3.223.836 habitantes, e concentra 30.86% da população do Estado. Também é a segunda maior região metropolitana do país em extensão, com 16.581,21km<sup>2</sup>.*

---

<sup>1</sup> IBGE, 2021.

<sup>2</sup> CONTENDA, 2010.

<sup>3</sup> IBGE, 2021.

<sup>4</sup> CONTENDA, 2021.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

*Cercada por áreas de proteção da natureza, a região se destaca pelas belas paisagens, pelo cinturão verde e pela tradição deixada pelos imigrantes, fatores que têm sido atrativos para o desenvolvimento do turismo rural, ecológico e de esportes radicais.*

*Pela sua estratégica localização geográfica, a RMC tem posição de relevância no contexto estadual e nacional pois está próxima dos principais mercados produtores e consumidores brasileiros e dos países do Mercosul por isso tem atraído novas indústrias em vários municípios.*

*O potencial para empreendimentos, a boa infraestrutura, o constante desenvolvimento, a logística, a expansão industrial e o apoio do governo do Estado podem transformar a RMC na sede do maior polo industrial do Sul do Brasil.<sup>5</sup>*

Além disso, a RMC foi eleita em 2017 a região metropolitana mais sustentável do Brasil.

*A conclusão é de um estudo publicado na revista Pnas, da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América. (...)*

*O indicador mede a fração da população que tem acesso à moradia, saneamento básico e eletricidade. Com ele é possível avaliar o quanto estes locais estão próximos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU), que relacionam justiça social com preservação ambiental. O índice da Região Metropolitana de Curitiba, de acordo com esses critérios, é de 0,9597<sup>6</sup>.*

As Funções Públicas de Interesse Comum entre os 29 municípios que compõem a RMC são coordenadas pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC. São exemplos destas funções: transporte coletivo metropolitano; sistema viário de interesse metropolitano; habitação; saneamento básico; controle do uso e ocupação do solo; planejamento integrado; desenvolvimento socioeconômico e ambiental, entre outros<sup>7</sup>.

Sendo assim, todo o planejamento urbano de Contenda deve ser realizado levando em consideração sua inserção regional e os projetos e planos já elaborados para a Região.

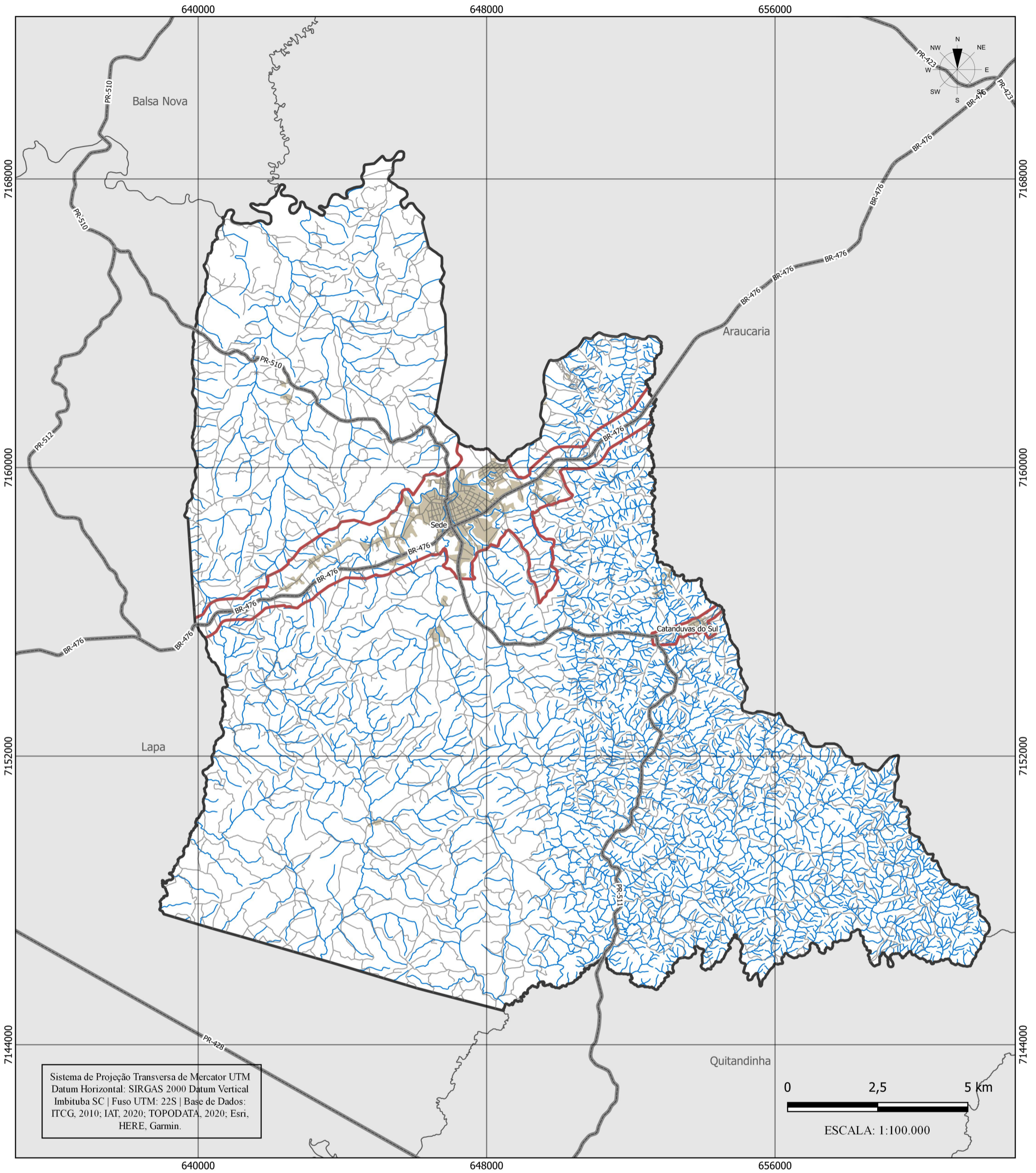
A localização estratégica do Município foi um dos pontos positivos mais citados pelos moradores na 1ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor.

---

<sup>5</sup> COMEC, 2021(a).

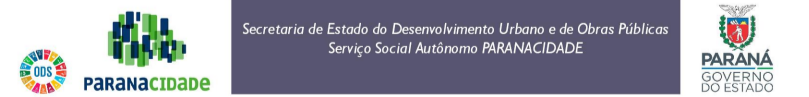
<sup>6</sup> GAZETA DO POVO. 2017.

<sup>7</sup> COMEC, 2021(a).



Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM  
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000 Datum Vertical  
 Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados:  
 ITCG, 2010; IAT, 2020; TOPODATA, 2020; Esri,  
 HERE, Garmin.

-  Contenda
-  Municípios limítrofes
-  Perímetros Urbanos
-  Área Urbanizada
-  Rodovias
-  Sistema Viário Municipal
-  Hidrografia



Município Contenda  
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Mapa 01 - Municípios Limítrofes, Acessos e Hidrografia

Prancha nº 01

Data: 2021

Responsável  
 Técnico

Marina Machado de Rezende  
 CAU A143322-9



## 2.3. MEIO AMBIENTE

Este capítulo tratará brevemente de aspectos geográficos, unidades de conservação, arborização urbana e do Zoneamento Ecológico-Ambiental.

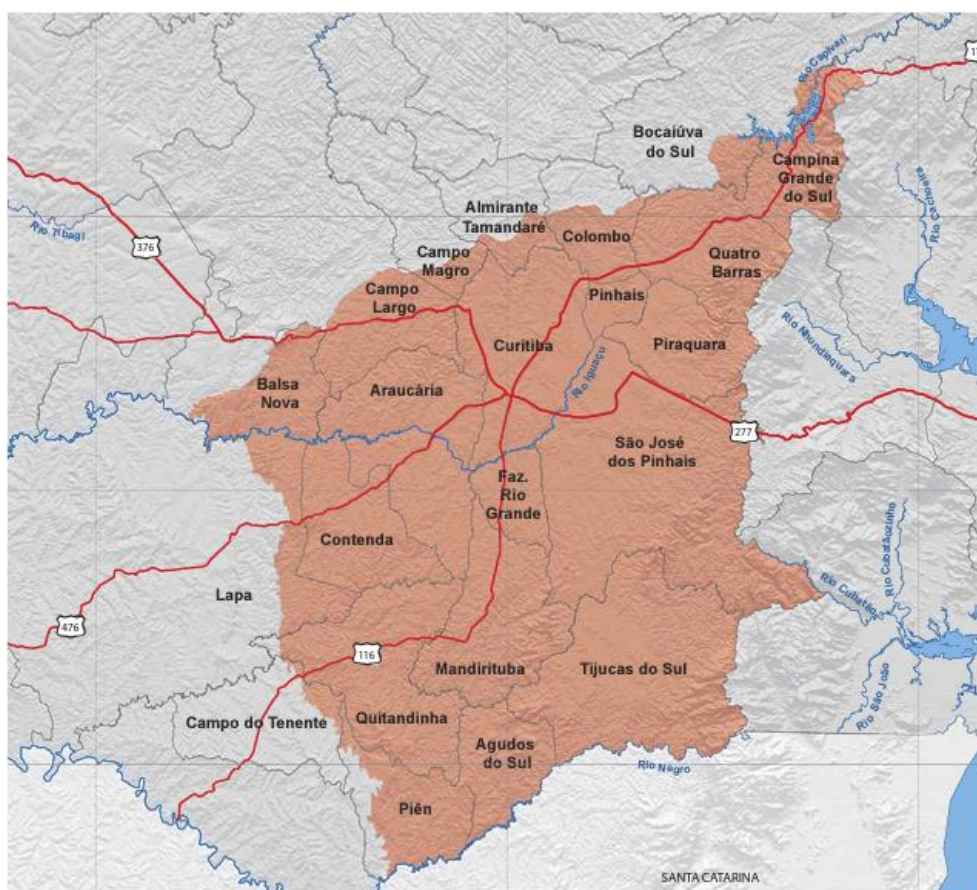
Por se tratar de uma revisão, este documento não se estenderá nos aspectos geográficos, visto que são os mesmos já descritos no PDM de 2010.

### 2.3.1. AMBIENTE NATURAL

Para facilitar a caracterização ambiental, o Estado do Paraná foi dividido em unidades territoriais, por meio da integração das variáveis do componente da geodiversidade e da biodiversidade, tendo como base, principalmente, as informações temáticas provenientes da geologia, geomorfologia e pedologia.

Contenda está localizada na Unidade Ambiental Natural Curitiba - Tijucas do Sul (Figura 1), na linha orográfica denominada de Primeiro Planalto Paranaense, na porção leste do Estado.

Figura 1 - UAN 3: Curitiba - Tijucas do Sul



Fonte: Comissão Executiva do ZEE-PR, 2014 em PARANÁ, 2018(b), p. 133.

*A cota mínima é de 750 metros e a máxima de 1.400 metros de altitude(...). O relevo é caracterizado por apresentar predominantemente dissecação média(...). As formas de relevo são caracterizadas por topos alongados e aplainados, topos alongados e em cristas; vertentes convexas e retílineas com vales em forma de "V", "V" aberto e "V" fechado.*

*Nas planícies da bacia hidrográfica do Alto Iguaçu, ao longo dos canais fluviais, predominam areias, cascalhos, argilas e turfas, correspondendo aos sedimentos recentes do Quaternário. Nas áreas de planalto, ocorrem: a) rochas cristalinas proterozóicas – granitos, gnaisses e migmatitos e litologias associadas; b) rochas vulcânicas e sedimentares da Formação Guaratubinha (riolitos, andesitos, conglomerados, siltitos); c) sedimentos pleistocênicos da Formação Guabirota (argilitos, siltitos, arcóseos). Com relação aos riscos geológicos, merecem destaque os terrenos com altas declividades, sujeitos a deslizamentos. Saliente-se ainda que nas áreas com ocorrência da Formação Guabirota encontram-se as argilas do grupo das esmectitas com alta suscetibilidade à erosão.*

*Os grupos de solos predominantes da UAN são os Cambissolos com ausência de caráter alumínico, Chernossolos e Neossolo Quartzarênico; Latossolos de textura argilosa e muito argilosa; e Argissolos com ausência de caráter abráptico e Luvisolos. Em geral, os solos presentes nessa UAN mostram-se com boa aptidão agrícola e alto potencial produtivo.*

*(...) A temperatura média anual varia de 15°C a 17°C e a pluviosidade média anual de 1.500 a 1.800mm/ano. Essa UAN apresenta maiores variações climáticas quando comparada com as demais em função da proximidade com a Serra do Mar e a Planície Litorânea.*

*Na UAN era possível encontrar originalmente grandes extensões da Floresta Ombrófila Mista, conhecida mais popularmente como “Floresta com Pinheiros”, hoje praticamente reduzida a Formações Secundárias (capoeiras), bem como Formações Pioneiras de Influência Fluvial Herbáceo-arbustivas (várzeas) e taboais. Também existiam originalmente Campos Naturais (estepe gramíneo-lenhosa), hoje quase totalmente ocupados pela urbanização.<sup>8</sup>*

### 2.3.2. HIDROGRAFIA E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Contenda é um município muito rico em recursos hídricos, com vasta extensão de cursos d'água e ainda a presença de água subterrâneas (Aquífero Cristalino).

Além do Rio Iguaçu, são rios importantes no Município, que formam sub-bacias: Rio Turvo, Rios das Onças, Rio Santo Antônio, Rio Isabel Alves, Rio dos Santos, Rio São João, Rio Lavrinha, Rio do Cacho, Rio Gonçalves e Rio do Poço<sup>9</sup>.

O Município está inserido no complexo hidrográfico do Rio Iguaçu, mais precisamente na Bacia Hidrográfica do Alto do Iguaçu (Figura 2), gerida pelo Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> PARANÁ, 2018(b), p. 133.

<sup>9</sup> CONTENDA, 2010.

<sup>10</sup> IAT, 2021.



Figura 2 - Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira



Fonte: IAT, 2021.

Inclusive a Sede urbana é cortada por diversos cursos d'água, sendo os principais deles o Rio Guavirova, Arroio Contenda, Rio Isabel Alves, Rio das Almas e Rio Santo Antônio.

Por conta da hidrografia, existem áreas propícias à inundação da cidade, especialmente região central, a qual é atravessada por seis rios. Segundo a PMC, estas áreas de risco são monitoradas pela Defesa Civil.

Conforme o Novo Código Florestal, Lei Federal nº 12.651 de 2012, são Áreas de Preservação Permanente (APP) as margens de todo corpo hídrico.

*Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:*

*I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:*

*a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;*

Apesar disso, a área urbana de Contenda estava consolidada antes da lei. Deste modo, não foi preservada a vegetação às margens dos cursos d'água. Deve-se, entretanto, impedir novas ocupações em APP.

Figura 3 – Cursos d'água no centro de Contenda



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

O Plenário do Senado aprovou, no dia 14 de outubro, o projeto de lei que permite a regularização de edifícios às margens de cursos e corpos d'água em áreas urbanas (PL 2510/2019). O texto altera o Código Florestal, atribuindo aos municípios o dever de regulamentar as faixas de restrição à beira dos cursos d'água nos seus limites urbanos<sup>11</sup>. O Projeto de Lei foi remetido à Câmara dos Deputados no dia 21 de outubro de 2021.

Após a promulgação desta alteração no Código Florestal, para as áreas urbanas já consolidadas cada governo local deverá regulamentar o tamanho das faixas de preservação, devendo respeitar apenas uma distância mínima de 15 metros. Edificações construídas depois da entrada em vigor do novo texto continuarão sujeitas às normas originais do Código Florestal<sup>12</sup>.

O Projeto de Lei altera também as chamadas reservas não-edificáveis, definidas pela Lei 6.766/1979. “Na atual legislação, faixas de 15 metros ao longo de águas correntes (rios e córregos) e dormentes (lagos e lagoas) não podem receber edificações. O projeto de lei também confere aos municípios a prerrogativa de tratar desse assunto.”<sup>13</sup>

### 2.3.3. OUTRAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Quanto às Unidades de Conservação (Figura 4), Contenda possui uma pequena área, ao norte, na Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu (AIERI), instituída pelo Decreto Estadual nº 3742/2008. Além disso, a porção sudeste do Município, região do Rio do Poço, é área de **manancial superficial futuro**.

Segundo o Departamento de Meio Ambiente, o Município possui uma área para implantação do Parque Municipal<sup>14</sup> no Jardim Ana Maria Franco Cordeiro e outra área no bairro Serrinha, onde há o Bosque Municipal Maria Wolski. Ambos estão atualmente sem programas de manutenção.

<sup>11</sup> AGÊNCIA SENADO, 2021.

<sup>12</sup> AGÊNCIA SENADO, 2021.

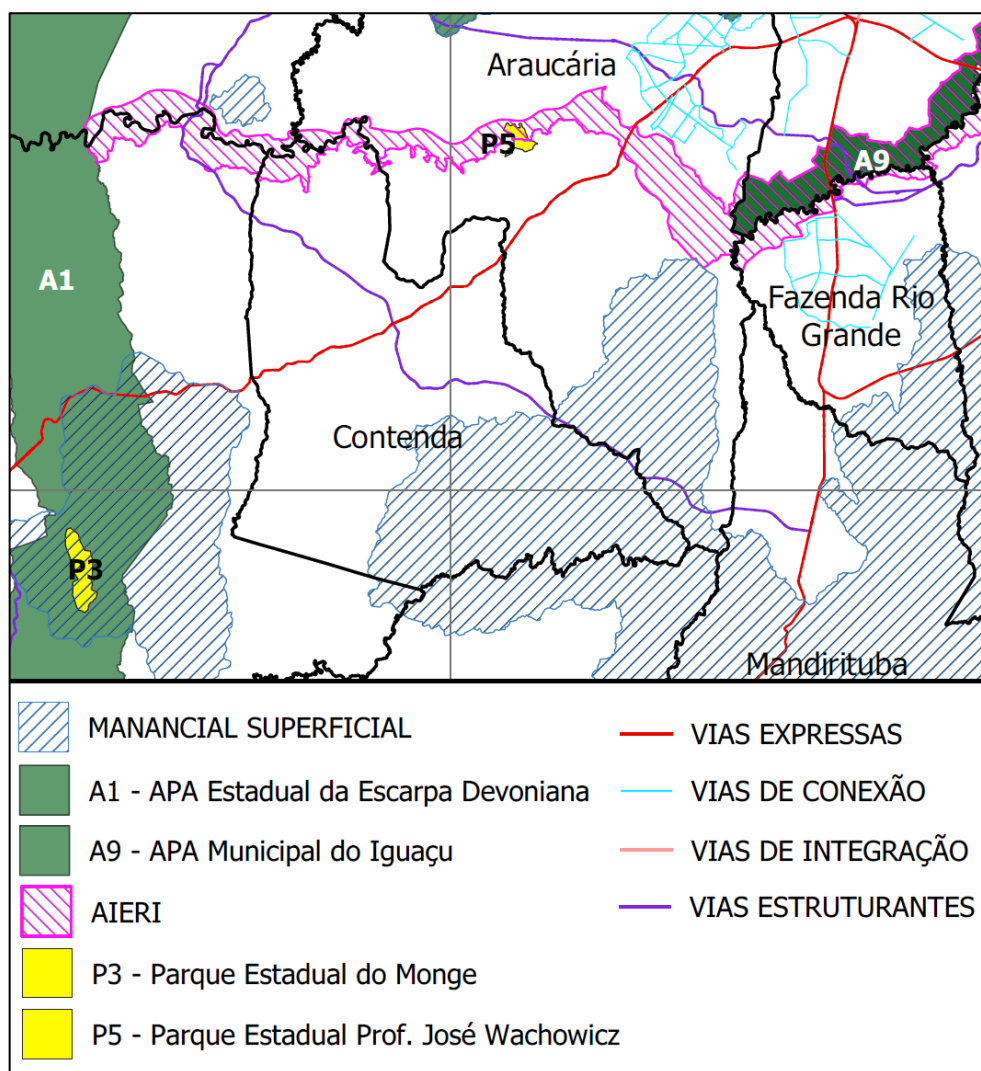
<sup>13</sup> AGÊNCIA SENADO, 2021.

<sup>14</sup> O projeto para implantação do Parque Municipal está em fase de revisão junto a COMEC.

Quanto às Áreas de Reserva Legal (ARL), obrigatórias nas propriedades rurais, a PMC não possui o controle e a fiscalização da preservação destas áreas é feita pontualmente pelo órgão estadual responsável e pela Força Verde.

Não existem reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) no Município.

Figura 4 - Recorte da Síntese Ambiental da RMC



Fonte: COMEC, 2021. Dados trabalhados pela MAPTRIZ, 2021.

#### 2.3.4. ARBORIZAÇÃO URBANA

Contenda possui Plano Municipal de Arborização Urbana, elaborado em 2018. Entretanto, a própria PMC reconhece que o Plano possui falhas e deve ser refeito em breve.

Segundo o Plano de Arborização, são 78 árvores distribuídas nas vias urbanas da Sede, sendo 54% delas de espécies exóticas. As árvores mais comuns são o ligustro, a aroeira-salsa, o ipê-roxo e a palmeira leque de fiji<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> CONTENDA, 2018(a).

## Revisão do Plano Diretor Municipal

O Município não conta com legislação específica sobre arborização e não possui um procedimento claro sobre a manutenção dos indivíduos arbóreos. Os serviços são prestados pela equipe de serviços urbanos da Prefeitura conforme a demanda.

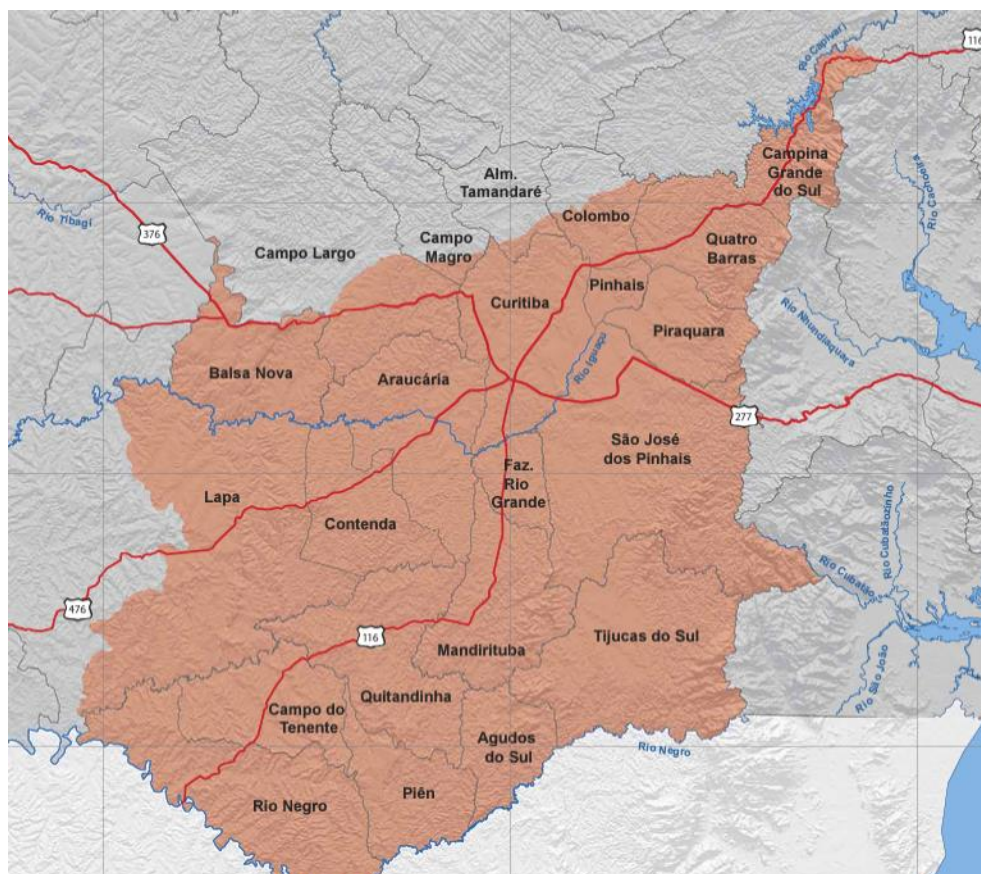
Existem conflitos gerados pela arborização urbana, como interferência na fiação e na iluminação pública, rompimento de calçadas e tubulações etc.

### 2.3.5. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Quanto ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Paraná, Contenda está inserida na Zona 3 – RMC Sul (Figura 5).

*O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) (...) é um instrumento de organização do território a ser adotado tanto pelos investidores públicos quanto pelos privados, visando assegurar a qualidade ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.<sup>16</sup>*

Figura 5 - Zona 3: Região Metropolitana de Curitiba Sul - RMCSUL



Fonte: Comissão Executora do ZEE-PR, 2014 em PARANÁ, 2018(b), p. 168.

Quadro 1 - Fragilidades e Potencialidades da Zona 3

Fragilidades	Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"><li>baixa ocorrência de remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica, os</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>possibilidade de criação de novas Unidades de Conservação nas</li></ul>

<sup>16</sup> PARANÁ, 2018(a), p. 14.

Fragilidades	Potencialidades
<p>quais se localizam em áreas pontuais e muito fragmentadas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a urbanização densa, a construção de sistemas de drenagem, os aterramentos e a formação de represas têm destruído as Formações Pioneiras de Influência Fluvial (várzeas) e as florestas aluviais</li> <li>• a concentração urbana, aliada à deficitária rede de coleta e tratamento de esgoto, apresenta elevado potencial poluidor na alta bacia hidrográfica do Rio Iguaçu e seus tributários</li> <li>• ocupação e adensamento urbano nas áreas de proteção de mananciais de abastecimento público do Alto Iguaçu</li> <li>• nas cavas desativadas de extração mineral (areia, argila e cascalho) a não mitigação dos impactos causados gera ambiente altamente degradado, com possibilidade de contaminação do lençol freático, potencializando problemas sanitários</li> <li>• alta densidade populacional, promovendo a intensificação da geração de materiais recicláveis e resíduos orgânicos</li> <li>• baixa ocorrência de centros de triagem de resíduos sólidos e usinas de compostagem para a recuperação de resíduos orgânicos</li> <li>• grande presença de catadores informais de resíduos sólidos</li> <li>• ocorrência dos Organossolos, que apresentam alta fragilidade. Quando explorados, sua matéria orgânica oxida com grande rapidez, podendo ocorrer subsidência ou rebaixamento</li> <li>• ocorrência de solos inaptos para agricultura (Gleissolos e Organossolos) nas planícies fluviais da bacia hidrográfica do Alto Rio Iguaçu, decorrentes de frequentes inundações</li> <li>• concentração expressiva de argila expansível (esmectita) na Formação Guabirota com grande suscetibilidade à erosão</li> <li>• expansão inadequada da malha urbana sobre terrenos das planícies do Alto Iguaçu sujeitos a inundações</li> </ul>	<p>categorias Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Área de Proteção Ambiental (APA)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• presença de áreas preservadas do ecótono da floresta com pinheiros com a Floresta Atlântica</li> <li>• alto potencial de mananciais superficiais e aquíferos subterrâneos destinados ao abastecimento público</li> <li>• potencial para prestação de serviços ambientais e inclusão de áreas em mercado de créditos de carbono</li> <li>• presença de consórcios para a disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos</li> <li>• potencial de ganhos ambientais, sociais e econômicos com o aproveitamento dos resíduos sólidos</li> <li>• possibilidade de ganhos ambientais, sociais e econômicos com a exploração de fontes alternativas de energia, sobretudo as renováveis, como biomassa, solar, entre outras</li> <li>• predomínio de solos com boa e regular aptidão agrícola (Latossolos, Argissolos e Cambissolos típicos) que devem ser utilizados com adequado manejo e conservação, respeitando-se sua aptidão agrícola</li> <li>• expansão da agricultura familiar vinculada à produção de hortifrutigranjeiros</li> <li>• produção agroflorestal de produtos madeiráveis e não madeiráveis</li> <li>• em função da posição geográfica pela proximidade do porto e das vias de circulação para o interior do Estado e estados vizinhos, bem como da disponibilidade de infraestrutura em geral, a zona tem alto potencial para instalação e implantação de grandes empresas industriais de alta tecnologia e equipamentos</li> <li>• localização favorável à instalação de complexos logísticos empresariais</li> <li>• maior parque industrial do Estado e com melhor suporte de infraestrutura de estradas, linhas de transmissão e gasodutos instalados</li> </ul>

Fragilidades	Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>• deficitária infraestrutura rodoviária, ferroviária, dutoviária e aeroviária</li> <li>• crescimento acentuado e acelerado da população das periferias urbanas sem o devido acompanhamento de investimentos em saneamento, saúde, educação, qualificação profissional, aumento do nível de renda e habitação para a população de baixa renda</li> <li>• patrimônio cultural material e imaterial pouco preservado, com baixo aproveitamento turístico</li> <li>• eventos críticos de origem hidrometeorológica com inundações frequentes nas planícies fluviais</li> <li>• terrenos com grande declive que apresentam risco de deslizamentos</li> <li>• fluxo intenso de veículos transportando produtos perigosos no modal rodoviário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• existência de estrutura de Pesquisa e Desenvolvimento (P&amp;D)</li> <li>• serviços de alta tecnologia amparados no capital humano existente</li> <li>• produção de materiais para a construção civil (areia, agregados minerais, argilas)</li> <li>• potencial para a expansão da infraestrutura aeroviária visando ao transporte de cargas e passageiros</li> <li>• maior oferta hoteleira do Estado</li> <li>• crescimento da demanda turística pelo sistema <i>day-use</i> e/ou roteiros curtos de dois dias</li> <li>• tendência de crescimento dos segmentos de turismo de negócios, de eventos e turismo rural</li> <li>• potencial para preservação e valorização do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, bem como potencial para exploração turística destes bens</li> </ul>

Fonte: PARANÁ, 2018(b). Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Percebe-se que, em Contendam tem-se investido em algumas das potencialidades citadas no Quadro 1. Um exemplo é a previsão de que o Município receba uma unidade de tratamento de resíduos sólidos. Segundo o presidente da COMEC, Gilson Santos, “Contenda pode servir de exemplo para outros municípios da Região e do Paraná, implementando um sistema funcional e sustentável”<sup>17</sup>. Outras potencialidades devem ser mais bem aproveitadas, como a tendência de crescimento do turismo rural e a posição estratégica para implantação de indústrias.

## 2.4. DEMOGRAFIA

Estima-se que em 2017, a população de Contenda era de 17.961 pessoas<sup>18</sup>. No último Plano Diretor, a população estimada para o ano de 2007 era de 14.800 pessoas<sup>19</sup>. Os dados demonstram um crescimento estimado de 21,4% em uma década. Considerando o último Censo (2010) e a estimativa do IBGE para 2020, a população teria passado de 15.891 para 18.837, representando uma taxa de crescimento de 18,4% em 10 anos. De qualquer forma, pode-se afirmar uma evolução demográfica positiva, sempre acima da média da UF.

Na Tabela 1 e no Gráfico 1 estão apresentados os dados sobre a evolução populacional e sobre a distribuição dos residentes no território municipal, de acordo com os Censos Demográficos do IBGE.

<sup>17</sup> COMEC, 2021(b).

<sup>18</sup> FJP, 2017 em PNUD, Ipea e FJP, 2021.

<sup>19</sup> IPARDES, 2007 em CONTENDA, 2010.

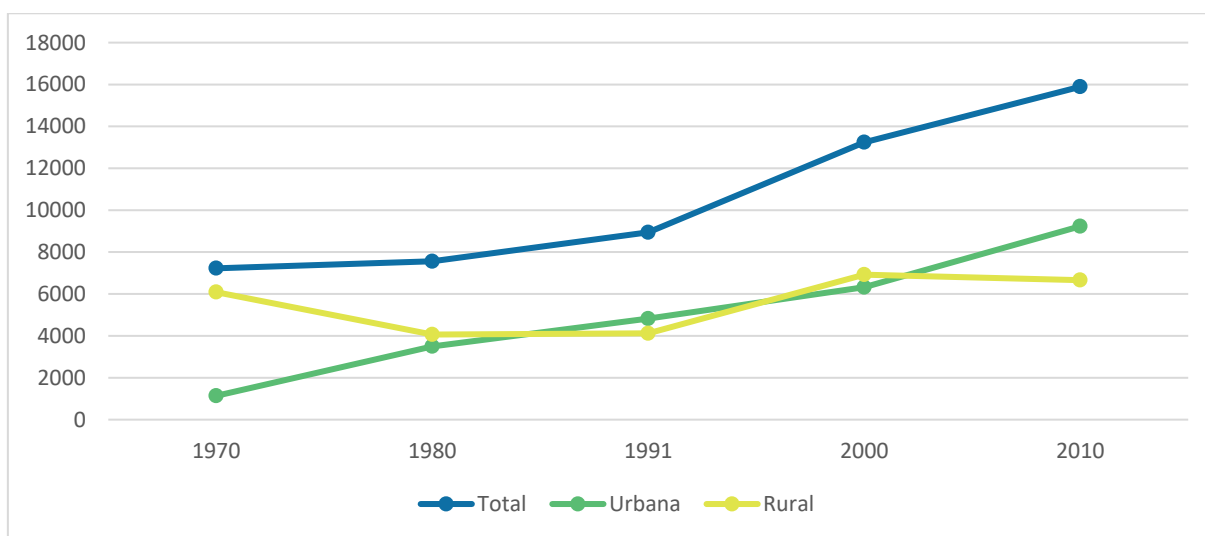
Vê-se que a proporção da população residente em área urbana saltou de 48 para 58% de 2000 a 2010. Apesar do aumento, Contenda possui forte característica rural. Para fins comparativos, no Paraná, no mesmo ano, a população em área urbana passou de 85%.

Tabela 1 – População residente por situação de domicílio – Contenda/PR

	1970	1980	1991	2000	2010
Total	7224	7558	8941	13241	15891
Urbana	1137	3495	4823	6320	9231
Rural	6087	4063	4118	6921	6660

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (SIDRA).

Gráfico 1 - População residente por situação de domicílio – Contenda/PR

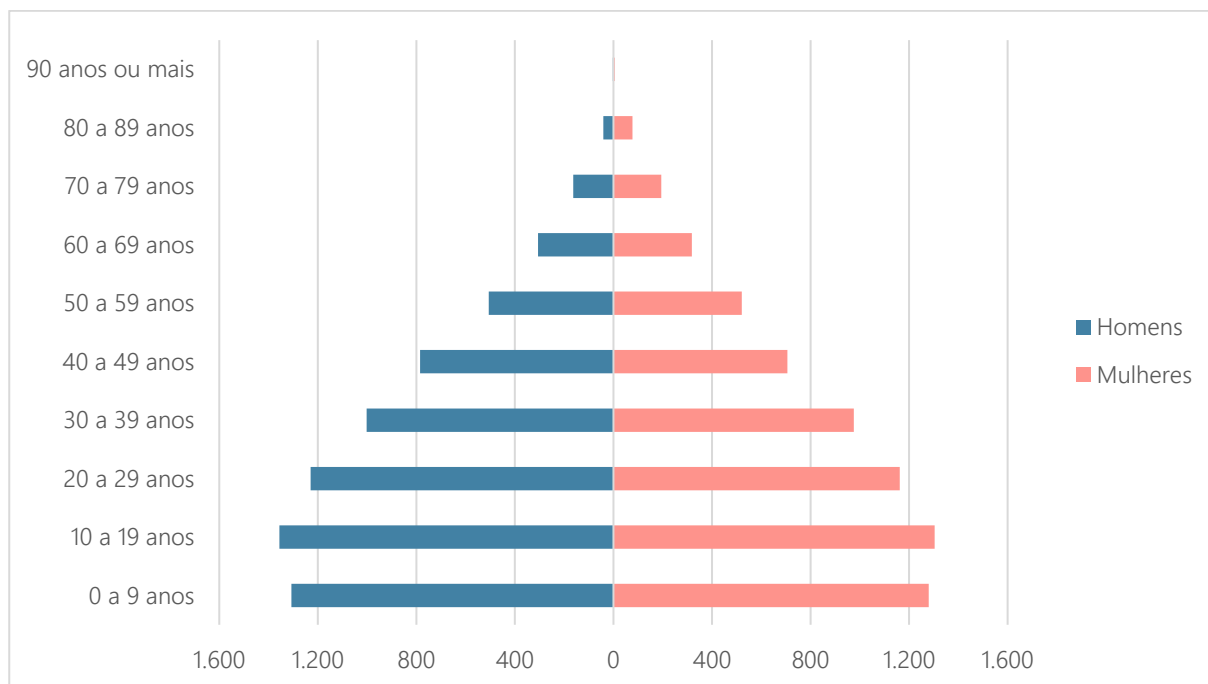


Fonte: IBGE – Censos Demográficos (SIDRA). Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Embora no Plano Diretor anterior tenha sido apresentada a estrutura por faixa etária e sexo da estimativa do ano de 2007, aqui foram utilizados os dados dos dois últimos Censos Demográficos do IBGE para maior segurança das comparações.

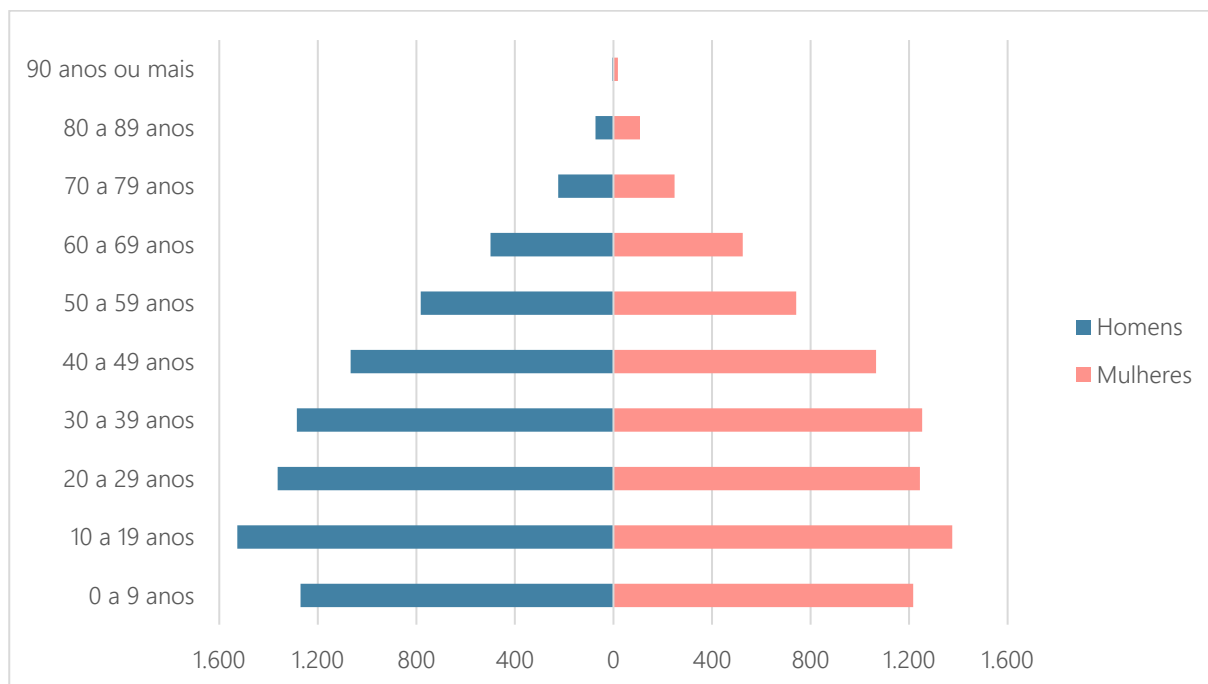
## Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 2 - Pirâmide etária de Contenda – 2000



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2000 e 2010 (SIDRA). Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Gráfico 3 - Pirâmide etária de Contenda – 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2000 e 2010 (SIDRA). Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Ao comparar a estrutura etária da população em 2000 (Gráfico 2) e 2010 (Gráfico 3), nota-se que:

- a) apesar do crescimento populacional geral, há uma redução da taxa de natalidade – visível pela diminuição de quase 4% na população até 9 anos de idade;



- b) a população está mais longeva – a quantidade de pessoas na faixa etária de 90 anos de idade ou mais aumentou em 187,5%;
- c) enquanto o crescimento populacional nas faixas etárias mais baixas foi pequeno – 10 a 19 e 20 a 29 anos com 9% de crescimento – entre os idosos foi bem mais expressivo – população de 60 a 69 anos aumentou 64%, por exemplo.

Em resumo, o Município segue a tendência global de aumento na Taxa de Envelhecimento<sup>20</sup> - a proporção de idosos, de 5,52% em 2000 para 6,81% em 2010<sup>21</sup>. Com relação a isto, é também importante avaliar a Razão de Dependência<sup>22</sup>, a qual passou de 54,32% para 47,36% no mesmo período, indicando que o envelhecimento da população não tem se tornado um problema econômico, devido ao crescimento maior da população potencialmente ativa.

Considerando a diferença entre os sexos, tendo por base os dados do Censo mais recente, observa-se que:

- a) há mais crianças e adolescentes<sup>23</sup> do sexo masculino (10:9)<sup>24</sup>;
- b) há mais idosos<sup>25</sup> do sexo feminino (10:11);
- c) ao considerarmos a faixa etária de 80 anos de idade ou mais, a proporção de mulheres é maior – há 78 homens e 126 mulheres (10:16).

#### 2.4.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um indicador que compreende um banco de dados com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do País. Segundo o PNUD, o IDHM varia no intervalo de 0 a 1, sendo que quanto maior for o grau de desenvolvimento econômico-social, mais próximo o indicador estará da unidade. O índice é composto pela média geométrica de três indicadores: renda, longevidade e educação.

---

<sup>20</sup> Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

<sup>21</sup> IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010.

<sup>22</sup> É a população com menos de 15 anos ou com mais de 65 anos de idade (população economicamente dependente) em relação à população de 15 a 64 anos de idade (população potencialmente ativa).

<sup>23</sup> 0 a 19 anos de idade.

<sup>24</sup> Proporção de homens e mulheres - 10 homens para X mulheres

<sup>25</sup> 60 anos de idade ou mais.

Figura 6 - Por que o IDHM é importante?



**CONTRAPONTO AO PIB**

O IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico.



**COMPARAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS**

Ao sintetizar uma realidade complexa em um único número, o IDHM e seus três componentes viabilizam a comparação entre os municípios brasileiros ao longo do tempo.



**ESTÍMULO À MELHORIA**

O ranking do IDHM estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões.

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

O IDHM de Contenda, no ano de 2010, foi de 0,681, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). O município apresentou melhora no grau de desenvolvimento econômico e qualidade de vida, em todos os eixos avaliados no IDH.

Figura 7 - Evolução do IDHM de Contenda – 2000 a 2010



Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2021.

Figura 8 - Comparação do IDHM de Contenda e do Estado do Paraná - 2010



Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2021.

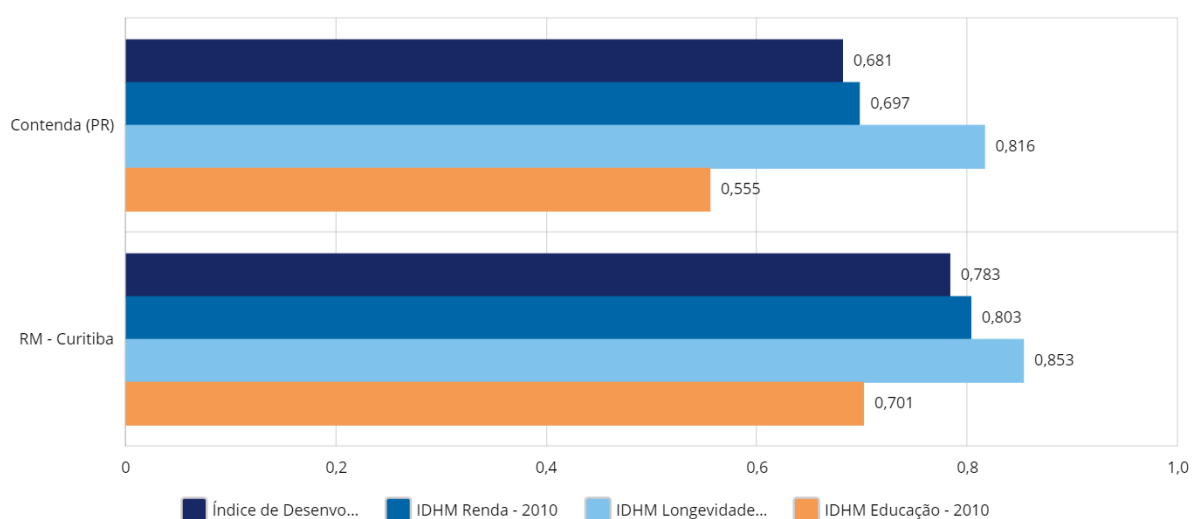
Tabela 2 - IDHM e seus indicadores no município - Contenda/PR - 2000 e 2010

Indicadores	2000	2010	Δ
<b>IDHM</b>	<b>0,601</b>	<b>0,681</b>	<b>13,3%</b>
<b>IDHM Educação</b>	<b>0,447</b>	<b>0,555</b>	<b>24,2%</b>
% de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo	26,35	38,98	12,63 p.p.
% de 4 a 5 anos na escola	40,54	46,00	5,46 p.p.

Indicadores	2000	2010	Δ
% de 11 a 13 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental ou com ensino fundamental completo	76,43	86,89	10,46 p.p.
% de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo	57,20	58,82	1,62 p.p.
% de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo	28,74	42,26	13,52 p.p.
<b>IDHM Longevidade</b>	<b>0,768</b>	<b>0,816</b>	<b>6,2%</b>
Esperança de vida ao nascer	71,09	73,96	4,0%
<b>IDHM Renda</b>	<b>0,633</b>	<b>0,697</b>	<b>10,1%</b>
Renda per capita	411,42	612,80	48,9%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2000 e 2010. Elaboração: PNUD, Ipea e FJP, 2021. Dados trabalhados pela MAPTRIZ, 2021.

Gráfico 4 - Comparação do IDHM e suas 3 dimensões em Contenda e na RMC - 2010

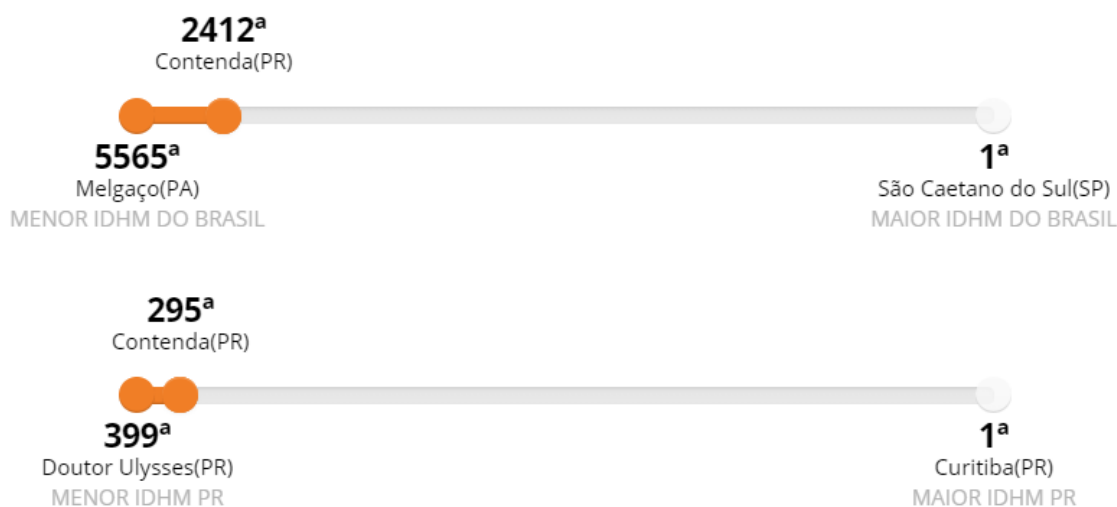


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Em síntese, vê-se que o Município de Contenda melhorou em todos os indicadores, quando comparamos os dados mais atuais (Censo de 2010) com os dados apresentados no último PDM (Censo de 2000). Destaca-se a evolução do IDHM Educação, que cresceu 24,2%.

Entretanto, Contenda ainda apresenta Índice de Desenvolvimento Humano médio e está abaixo da média estadual (Figura 8) e muito abaixo da Região Metropolitana de Curitiba (Gráfico 4).

Figura 9- Posição do IDHM do município - Contenda/PR - 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010. Elaboração: PNUD, Ipea e FJP, 2021.

Quando comparamos a posição do Município nos rankings estaduais e nacionais (Figura 9), fica explícita a necessidade de melhoria nos indicadores que compõem o IDHM.

### 2.4.2. VULNERABILIDADE SOCIAL, POBREZA E RENDA

A Vulnerabilidade Social diz respeito à suscetibilidade à pobreza, e é expressa por variáveis relacionadas à renda, à educação, ao trabalho e à moradia das pessoas e famílias em situação vulnerável. Para estas dimensões de indicadores mencionadas, destacam-se os resultados apresentados na tabela a seguir:<sup>26</sup>

Tabela 3 - Vulnerabilidade no município - Contenda/PR - 2000 e 2010

Indicadores	2000	2010	Δ
<b>Crianças e Jovens</b>			
% de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola	80,24	72,00	-8,24 p.p.
% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza	15,36	5,85	-9,51 p.p.
% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres	13,20	4,10	-9,10 p.p.
<b>Adultos</b>			
% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	62,54	47,35	-15,19 p.p.
% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade	13,57	29,57	16,00 p.p.
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	3,24	0,92	-2,32 p.p.
<b>Condição de Moradia</b>			

<sup>26</sup> PNUD, Ipea e FJP, 2021.

Indicadores	2000	2010	Δ
% da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada	70,89	92,10	21,21 p.p.

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 2000 e 2010. Elaboração: PNUD, Ipea e FJP, 2021. Dados trabalhados pela MAPTRIZ, 2021.

Dos dados apresentados na Tabela 3, chama a atenção negativamente o aumento de 16 pontos percentuais no índice de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos. Os destaques positivos são os 21 p.p. de melhoria nas condições de moradia e a diminuição de 15 p.p. na população adulta sem ensino fundamental completo e sem ocupação formal.

Figura 10- Renda, pobreza e desigualdade em Contenda/PR

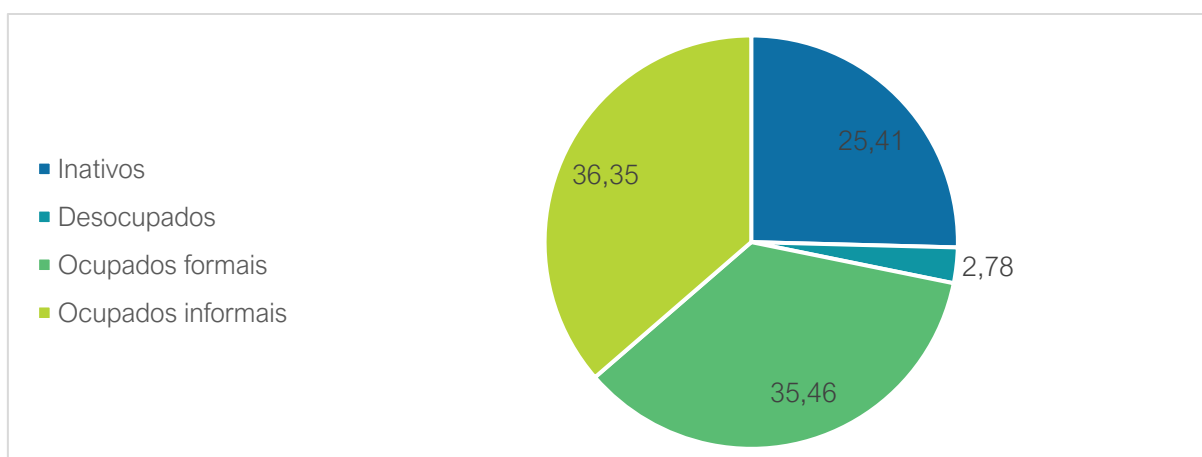


Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2021.

Vê-se na síntese de dados apresentados na Figura 10, que, de 2000 a 2010, houve melhora nos três aspectos: aumento da renda *per capita*<sup>27</sup>, diminuição da pobreza e redução da desigualdade social.

Quanto ao trabalho, houve também melhora, ainda que tímida. Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 73,47% para 74,59%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária diminuiu 6 pontos percentuais. O grau de formalização entre a população ocupada de 18 anos ou mais também aumentou (era de 32,12% em 2000).<sup>28</sup>

Gráfico 5 - Situação ocupacional da população de 18 anos de idade ou mais em Contenda/PR - 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010. Elaboração: PNUD, Ipea e FJP, 2021. Dados trabalhados pela MAPTRIZ, 2021.

<sup>27</sup> Preços de agosto de 2010.

<sup>28</sup> IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010; PNUD, Ipea e FJP, 2021.

## 2.5. ECONOMIA

Este tópico tem como objetivo apresentar as principais informações macroeconômicas, cujos resultados mostram as tendências de crescimento econômico, de forma transparente, e servem de subsídio para embasar diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do Município de Contenda.

As variáveis utilizadas estão relacionadas ao Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (VABPB), Valor Adicionado Fiscal (VAF), Valor Bruto da Produção (VBP), Estabelecimentos Econômicos e Empregos. Como metodologia, serão utilizados os últimos três anos disponibilizados pelos Institutos de Pesquisas e Órgãos Públicos. Para o PIB e o VABPB, utilizou-se o período entre 2016 e 2018 e, para o VAF, VBP, Estabelecimentos Econômicos e Empregos, o período entre 2017 e 2019. Por ter sido um ano muito atípico, não foram utilizados os dados de 2020.

Para possibilitar uma análise real dos dados, os dados econômicos foram atualizados por meio de índices de correção monetária que sustentem, meçam e permitam as correções dos valores financeiros, por meio dos indicadores de deflação usando o IPCA, INPC e Deflator Implícito. Para os cálculos das variações nos períodos analisados foram considerados, implicitamente, o ano imediatamente anterior ao ano inicial da análise.

### 2.5.1. PRODUTO INTERNO BRUTO

Analisando a evolução real do PIB de Contenda (Tabela 4), constata-se uma situação de evolução em todos os períodos.

*Tabela 4 – PIB de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2018 e Variação Real em percentual, período 2016-2018*

Ano	PIB de Mercado (R\$ 1,00)		PIB Per Capita (R\$ 1,00)	
	Valor Deflacionado	Variação Real	Valor Deflacionado	Variação Real
2016	363.609.753,06	6,73%	20.491,33	5,41%
2017	392.718.538,50	8,01%	21.865,10	6,70%
2018	400.383.000,00	1,95%	21.848,00	-0,08%
<b>Média</b>	<b>385.570.430,52</b>	<b>5,56%</b>	<b>21.401,48</b>	<b>4,01%</b>

Fonte: IBGE (SIDRA, 2021). Dados deflacionados pelo INPC. Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

Os resultados mostram que a economia de Contenda apresentou crescimento médio de -5,56%, devido as elevações reais ocorridas no período 2016-2018, influenciado pelas movimentações positivas, de acordo com dados do VABPB, da agropecuária e da indústria nos anos 2016 e 2017 e dos serviços em todos os anos analisados. Assim, apresentaram elevações significativas – na agropecuária em torno de R\$10 milhões (fazendo frente a queda nos preços dos produtos agrícolas por conta do grande volume de produção), R\$ 786 mil na indústria e R\$10 milhões no setor de serviços – entre 2016 e 2018.

Ao comparar a média de crescimento do PIB de Mercado de Contenda com o PIB nacional e estadual, identifica-se que o desempenho do município Contenda com crescimento real de 5,56% foi superior ao PIB real do Brasil e do Estado do Paraná que decresceram -0,23% e -0,33%, respectivamente.

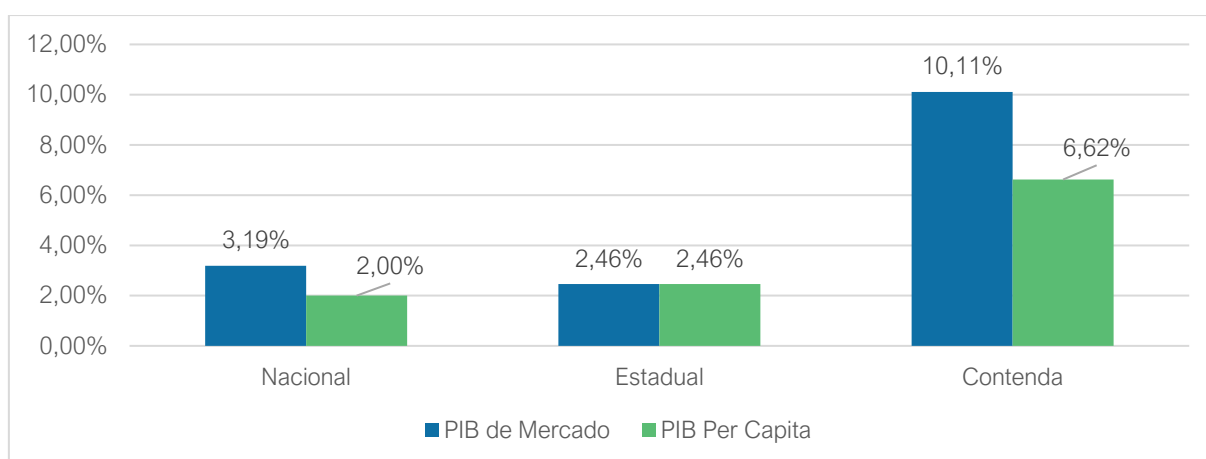
Considerando os resultados do PIB Per Capita, o crescimento médio foi 4,01%, um pouco abaixo das variações do PIB de Mercado. Em estudos com valores reais do período 2015-2018, o PIB Per Capita médio cresceu 0,05% no Estado do Paraná, -0,23% no Brasil, inferiores ao Município de Contenda.

Entretanto, o PIB Per Capita, em média, do município (R\$21.401,48) foi inferior à média estadual com R\$38.112,90 e nacional com R\$32.543,00.

Os resultados do PIB auxiliam a vislumbrar entradas de investimentos diretos e indiretos para a implantação e materialização de empreendimentos com a finalidade de agregar na participação e decisões dos setores econômicos do município.

No Gráfico 6 está delineado o cenário econômico, abrangendo o crescimento acumulado nas três esferas de gestão pública do país, em que mostram a performance econômica dos últimos anos.

*Gráfico 6 – Comparativo crescimento acumulado PIB de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2018, período 2016-2018*



Fonte: IBGE (SIDRA, 2021). Dados deflacionados pelo INPC. Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

Consoma-se neste cenário a performance de crescimento na mais relevante variável econômica que mede as riquezas que proporcionam a reflexão para a tomada de decisões para traçar novas políticas públicas para a execução dos processos de desenvolvimento e crescimento econômico do município de Contenda.

## 2.5.2. VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS

Nessa análise, pretende-se mostrar o comportamento dos setores econômicos para o Município de Contenda, assim como identificar a distribuição das riquezas locais, qual o setor de maior relevância e mais vulnerável economicamente.

Na distribuição do VABPB, deflacionado por ramo de atividade, o município de Contenda seguiu o perfil nacional dos municípios no período entre 2016 e 2018. Ou seja, os serviços é o setor mais expressivo, representando maior formação de volumes financeiros no esforço produtivo da economia local e contribuindo para a criação de empregos e renda, além de aumentar a receita do município. O setor da agropecuária ocupa a segunda colocação no ranking da formação das riquezas.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 5- PIB/VABPB por setor de atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018

Ramo de Atividade	2016		2017		2018	
	Valor Deflacionado	Participação %	Valor Deflacionado	Participação %	Valor Deflacionado	Participação %
Agropecuária	58.026.044,99	17,53	68.945.403,70	19,29	68.417.000,00	18,74
Indústria	43.351.675,85	13,10	45.922.920,00	12,85	44.138.000,00	12,10
Serviços <sup>29</sup>	229.621.150,02	69,37	242.564.036,00	67,86	252.433.000,00	69,16
<b>Total</b>	<b>330.998.870,86</b>	<b>100,00</b>	<b>357.432.359,70</b>	<b>100,00</b>	<b>364.988.000,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (SIDRA, 2021). Dados deflacionados pelo INPC. Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

Em relação ao desempenho médio dos setores econômicos no período 2016-2018, o município de Contenda apresenta a seguinte distribuição com os dados do VABPB:

- Setor serviços: 68,80% de participação média no total do VABPB, com crescimento médio de 3,84%, resultado das variações positivas em todos os períodos, sendo: 1,81% (2015-2016); 5,64% (2016-2017) e 4,07% (2017-2018).
- Setor da agropecuária: 18,52% de participação média no total do VABPB, com crescimento médio de 12,01% devido a elevação de 17,99% no período 2015-2016 e 18,82% no período 2016-2017 e redução de 0,77% no período 2017-2018.
- Setor da indústria: 12,68% de participação média no total do VABPB, com crescimento médio de 12,21%, resultado das variações positivas de 34,58% no período 2015-2016 e 5,93% no período 2016-2017 e com redução de 3,89% no período de 2017-2018.

O setor industrial detém os menores valores, a mais baixa participação entre os setores econômicos e com taxa de crescimento, sinalizando viés de acomodação econômica do município tomando por base o ano de 2018.

Os segmentos industriais têm imprescindível contribuição para o desenvolvimento local e regional, devido à potencialidade para transformar e agregar valores e para participar de forma determinante na geração de empregos e renda, aumentando a arrecadação do município. Dessa forma, os investimentos municipais para esse setor podem ser caracterizados como condição primordial para a busca do desenvolvimento econômico e social<sup>30</sup>.

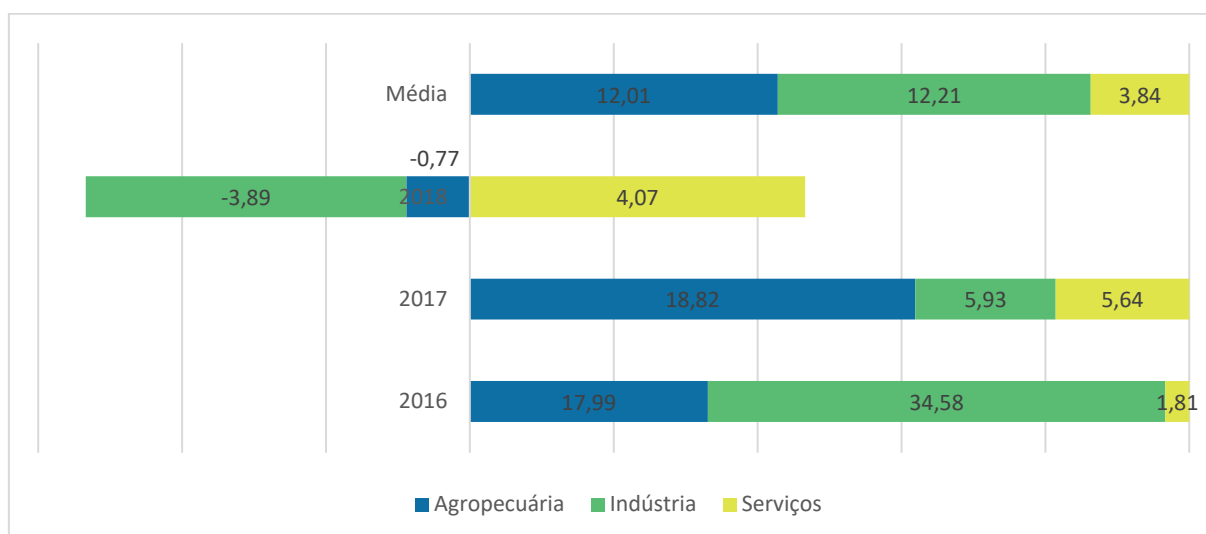
O Gráfico 7 especifica a distribuição das riquezas para concluir as análises da influencia de cada setor e quais medidas devem ser tomadas para priorizar os níveis de desenvolvimento local e regional. No caso de Contenda, necessita-se avaliar com mais cuidado e critérios o setor da indústria, haja vista que os setores da agropecuária e serviços são os mais bem resolvidos.

<sup>29</sup> O Setor de serviços é composto pelos serviços, comércio e administração pública.

<sup>30</sup> DERAL e SEAB, 2017.



Gráfico 7 – Crescimento dos setores econômicos em relação ao VABPB de acordo com valores a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (em percentual)



Fonte: IBGE (SIDRA, 2021). Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

As quedas no crescimento dos setores da indústria e agropecuário no período 2017-2018 não afetaram significativamente os resultados totais do VABPB. O setor de serviços, apesar de não apresentar as maiores variações, foi detentor dos maiores valores absolutos.

A administração pública, que compõe o setor de serviços, tem participação de 23,24% no VABPB e 33,79% do setor de serviços, com valor médio de R\$81.610.993,27 e crescimento de 4,40% no período 2016-2018. O resultado demonstra a importância da administração pública na sustentação do processo econômico local, superando individualmente os setores agropecuário e da indústria e mostrando a dependência dos empregos e renda oriundos do setor público.

Em resumo, os resultados sugerem constantes investimentos nos setores econômicos, com a finalidade de incrementar o processo de produção e serviços estabelecidos que favoreçam a agregação de valor na produção, buscando uma distribuição mais equitativa entre os setores que geram as riquezas do Município. Fica evidente a necessidade de fortalecimento do setor industrial.

### 2.5.3. VALOR ADICIONADO FISCAL

O VAF<sup>31</sup> é um indicador calculado para demonstrar a participação municipal no repasse do ICMS, do IPI, entre outros (Tabela 6), sendo referência para os municípios que se beneficiam da arrecadação resultante das atividades econômicas. Nessa análise, considerou-se o valor total e os índices de participação dos setores produtivos, abrangendo o período 2017-2019.

<sup>31</sup> Define-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva (MONTORO FILHO, 1994, p. 27).

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 6 – VAF com valores deflacionado a preços constantes de 2019 e percentual de participação, período 2017-2019 (R\$ 1,00)

Setor	2017		2018		2019	
	Valor Deflacionado	(%)	Valor Deflacionado	(%)	Valor Deflacionado	(%)
Produção Primária	88.137.810,40	36,15	94.928.760,20	35,68	89.344.624,00	39,23
Indústria	68.323.450,39	28,02	76.482.103,65	28,75	67.633.791,00	29,71
Comércio e Serviços	87.350.210,00	35,82	94.605.259,82	35,55	70.621.440,00	31,02
Recursos/Autos <sup>32</sup>	21.739,17	0,01	45.825,97	0,02	80.338,00	0,04
<b>Total</b>	<b>243.833.209,96</b>	<b>100,00</b>	<b>266.061.949,64</b>	<b>100,00</b>	<b>227.680.193,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEFA-PR, 2019. Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

O VAF médio de Contenda, entre 2017 e 2019, atingiu o valor de R\$245.858.450,87 com crescimento médio de -0,25%, resultado do crescimento de 4,55% em 2017; 9,12% em 2018 e redução de 14,43% em 2019. Dessa forma, o retorno aos níveis de crescimento passa ser um desafio para que o Município conjecture possibilidades melhores de alinhar o processo desenvolvimento socioeconômico como meta principal para o município.

**O setor da produção primária apresentou o maior valor no VAF.** Em média, o setor participou com 36,94% do valor total. Em valores reais, no período o crescimento médio de -1,11%, decorrente das variações de -5,15% em 2017; 7,70% em 2018 e -5,88% em 2019. O setor atingiu o valor máximo de R\$94.928.760,20 correspondendo a 35,56% da totalidade do VAF em 2018. Esses dados mostram a importância econômica da agropecuária e a expectativa da arrecadação do Município para fazer frente aos investimentos em infraestrutura e logística.

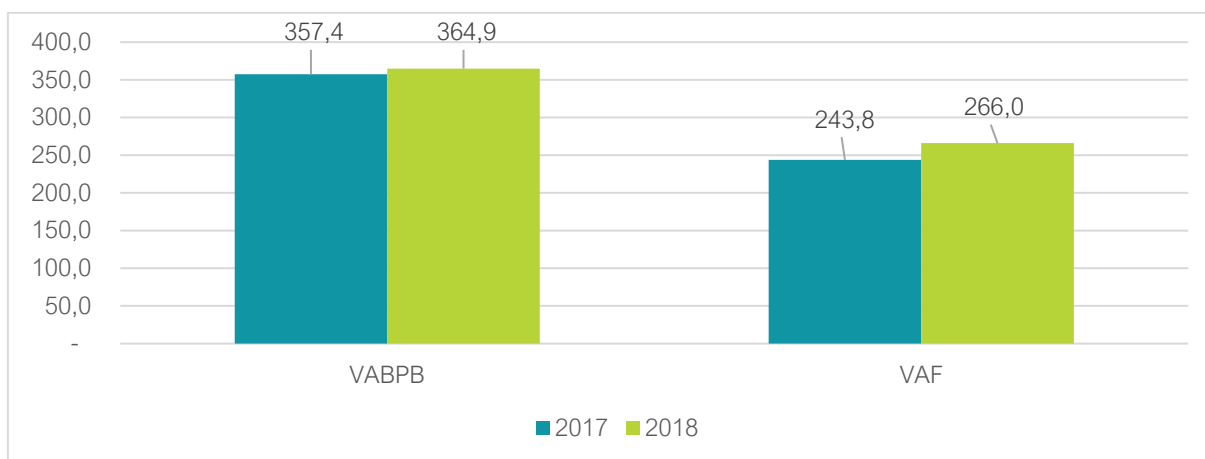
O setor de comércio/serviços se solidificou na segunda posição, com 34,24% de participação média na totalidade do VAF. O desempenho médio foi de 1,07% no período 2017-2019, por conta dos crescimentos de 20,25% em 2017; 8,35% em 2018 e -25,35% em 2019. Recomenda-se atenção especial com as Instituições (Associação Comercial, SEBRAE, SENAC, SENAI e a própria Administração Municipal) para estimular os segmentos do setor. Compete ao Município, como política pública, incentivar a entrada de investimentos com a instalação de novas empresas e preocupar-se com as firmas existentes para promover o desenvolvimento econômico.

O setor da indústria, na terceira posição, teve participação média de 28,80% na totalização do VAF no período 2017-2019. O crescimento médio de 0,45%, advindo das variações de 0,97% (2017), 11,94% (2018) e -11,57% em 2019. Este setor é representativo para composição do VAF e, nessa linha de raciocínio, são necessários ajustes e mecanismos políticos e econômicos para dinamizá-lo, estabelecendo metas e programas de incentivos e parcerias com Instituições e cooperativas, da mesma forma que os setores de comércio/serviços e agropecuária, visando prospectar indicadores sociais e econômicos que promovam mais rapidamente o desenvolvimento local.

O Gráfico 8 relaciona o comportamento do VABPB e do VAF, destacando as diferenças entre as duas variáveis de crescimento da economia local.

<sup>32</sup> Recursos: é o valor proveniente de decisões judiciais incorporados ao valor adicionado de municípios. Autos: é o valor pago (ou base de cálculo da lavratura) em autos de infração, no ano de referência

Gráfico 8 – Comparativo entre o VABPB e VAF, com valores de 2017 e 2018 (em milhões de reais)



Fonte: IBGE (Sidra, 2018). Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

De acordo com a série histórica analisada, houve crescimento de 2,11% no VABPB e de 9,12% no VAF. Utilizando as taxas de inflação medidas pelo IPCA, como efeito comparativo, o VAF configurou-se com ganhos financeiros nas contas públicas do município, visto que a média inflacionária para o período 2017-2019 foi de 3,67%. As variações médias do VABPB entre 2017 e 2018 foram **inferiores aos índices de inflação ocorridos em igual período**, impactando significativo prejuízo financeiro para o município de Contenda.

Observa-se o valor do VABPB superior ao valor VAF. O crescimento positivo nas duas variáveis provoca o comportamento saudável das finanças públicas do Município (Gráfico 8). Mesmo assim, os dados sugerem maiores investimentos no setor industrial através de incentivos fiscais e patrimoniais, entre outros, de forma a incrementar o processo industrial e fortalecer esse ramo da economia.

Para melhor entendimento do comportamento das atividades primárias no contexto do VAF, recorre-se ao Valor Bruto da Produção (VBP) como análise complementar (Tabela 7). O VBP retrata o Índice de frequência anual, calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores paranaenses.

Os valores a seguir traduzem a supremacia econômica da agropecuária em detrimento dos demais segmentos econômicos, que remete a maiores investimentos na agroindústria como forma de apressar os níveis de crescimento e desenvolvimento econômico local.

Tabela 7 – VBP por atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2019, período 2016-2018 (R\$ 1,00)

Ramo de Atividade	2017		2018		2019	
	Valor Deflacionado	%	Valor Deflacionado	%	Valor Deflacionado	%
Agricultura	167.900.060,80	93,35	205.802.755,66	95,94	236.760.371,08	95,51
Florestais	300.258,91	0,17	318.813,55	0,15	391.170,10	0,16
Pecuária	11.662.314,85	6,48	8.388.965,02	3,91	10.721.544,83	4,33
<b>Total</b>	<b>179.862.634,57</b>	<b>100,00</b>	<b>214.510.534,23</b>	<b>100,00</b>	<b>247.873.086,01</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEAB / DERAL. Dados deflacionados pelo INPC. Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

O resultado do período 2017-2019 mostrou, em média, a participação da agricultura com 94,93%, da pecuária com 4,91%, e dos florestais com 0,17% na totalidade do VBP. Considerando o ano imediatamente anterior, o VBP apresentou crescimento de -43,98% em 2017; 19,26% em 2018 e 15,55% em 2019, culminando no crescimento médio de -3,06%. O desempenho médio das atividades é resultado dos crescimentos médios de -2,61% para a agricultura, -3,54% para a pecuária e 8,03% para florestais.

O crescimento acumulado do VBP entre os anos 2017 e 2019 foi de 37,81%, decorrente da elevação de 41,01 % na agricultura. Essa movimentação coloca a agricultura como a maior variável econômica do VBP.

Sobre a agricultura, destaca-se o papel da Cooperativa Bom Jesus, que recebe parte significativa da produção de Contenda. Segundo a PMC, o Município tem algumas políticas de incentivo ao pequeno produtor, como a Patrulha Agrícola (serviços de trator para pequenos produtores a um preço acessível) e o Programa de apoio ao manejo e correção de solos (distribuição de calcário aos pequenos produtores).

De acordo com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB), tem-se que o VBP e seus respectivos ramos apresentaram crescimentos negativos no ano 2017, marcado pela elevada produção e pela redução de preços nos mercados agropecuários.

### 2.5.4. ESTABELECEMENTOS E EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Este tópico considera os dados estatísticos para visualizar a dinâmica quantitativa dos Estabelecimentos por Atividades Econômicas que contribuem para gerar empregos no município de Contenda, considerando a média do período entre 2017 e 2019 (Tabela 8).

*Tabela 8 – Estabelecimentos e Empregos por atividade econômica, período 2017 a 2019.*

Atividades Econômicas	Estabelecimentos			Empregos		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Indústria	48	42	48	575	344	404
Construção Civil	12	9	11	66	71	32
Serviços <sup>33</sup>	189	186	184	1.204	1.475	1.424
Agropecuária	36	37	37	132	206	150
Total	285	274	280	1.977	2.096	2.010

Fonte: MTE/RAIS em IPARDES, 2021. Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

Na composição dos estabelecimentos, em média, o setor agropecuário participou com 13,11%, o setor de serviços participou com 66,62%, a indústria com 16,45% e a construção civil com 3,82%. Os setores de serviços e indústria responderam por 83,07% dos estabelecimentos, refletindo a relevância que exercem na composição das atividades econômicas do Município.

<sup>33</sup> Serviços está composto pelos dados do comércio atacado e varejo, serviços em geral e administração pública.

Na composição dos empregos, em média, o setor de serviços lidera a ocupação de trabalhadores do município com 67,45%, seguido da indústria com 21,75%, agropecuária com 8,02% e construção civil com 3,82%. Os setores de serviços e indústria, responderam por 89,20% de participação na empregabilidade formal do município.

Considerando a média do período 2017-2019, o crescimento da quantidade de estabelecimentos foi de 0,53%, e os empregos reduziram 0,57%. Esse comportamento ocorreu em função das movimentações setoriais de empregos e estabelecimentos no Município, conforme segue:

- Setor de serviços: aumento de 0,39% na quantidade de estabelecimentos e expansão de 6,77% nos empregos, destacando o crescimento de 22,51% nos empregos em 2018, suportando o crescimento negativo ocorrido em 2019;
- Setor da indústria: a taxa de crescimento na quantidade de estabelecimentos foi de 1,31% e crescimento de -8,64% nos empregos, destacando o crescimento de 17,44% em 2019 superando as perdas dos anos anteriores;
- Setor agropecuário: aumento de 0,93% na quantidade de estabelecimentos e queda de 14,12% nos empregos, destacando o crescimento de 56,06% em 2018, superando as perdas de 7,69%, em 2017 e -27,18%, em 2019.
- Setor da Construção Civil: crescimento de 2,10% na quantidade de estabelecimentos e crescimento de -9,12% nos empregos, destacando o crescimento de -54,93% em 2019 a maior taxa de queda de emprego entre os setores econômicos;

Em relação ao crescimento acumulado da quantidade de estabelecimentos e de empregos no período 2017-2019, os setores tiveram o seguinte comportamento:

*Tabela 9 – Crescimento acumulado das atividades econômicas, 2017 a 2019*

Estabelecimentos / Atividade	Crescimento Acumulado (%)	Empregos / Atividade	Crescimento Acumulado (%)
Indústria	0,00	Indústria	-29,74
Construção Civil	-8,33	Construção Civil	-51,52
Comércio e Serviços	-2,65	Comércio e Serviços	18,27
Agropecuária	2,78	Agropecuária	13,64
Geral	1,75	Geral	1,67

Fonte: MTE/RAIS em IPARDES, 2021. Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

O crescimento acumulado, em média, de estabelecimentos atingiu -2,05% e o de empregos foi de -12,34%. Os índices negativos foram registrados, praticamente, em todas as variáveis (Tabela 9). O setor de comércio e serviços é o maior empregador do Município, refletindo na economia como um todo, inclusive nas finanças públicas, visto que a administração pública é a maior empregadora de Contenda.

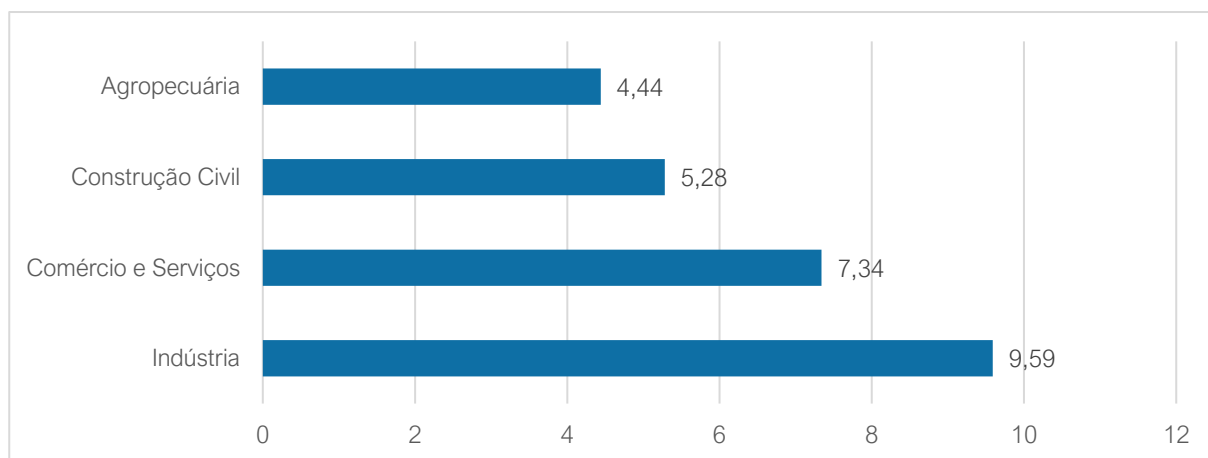
Se tratando de empregos formais por gênero, os trabalhadores de sexo masculino representam 56,11%, enquanto o sexo feminino corresponde a 43,89%<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> RAIS, 2018.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

O Gráfico 9 retrata a relação entre a quantidade de empregos e a quantidade de estabelecimentos. A média é de 6,66 trabalhadores por estabelecimento.

Gráfico 9 – Empregos por estabelecimento, média do período 2017-2019



Fonte: MTE/RAIS em IPARDES, 2021. Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

Esses dados revelam a importância do setor industrial na geração de empregos e renda para fomentar a economia local. Assim sendo, considera-se que a produção agropecuária pode ser utilizada na transformação de produtos, dada a possibilidade de se aproveitar as potencialidades locais no que se refere ao processamento industrial dos produtos primários.

Analisando os dados da população ocupada, verifica-se que a maior parte da mão de obra empregada formalmente em Contenda está alocada no setor de serviços, assim como na maioria dos municípios brasileiros. Os ramos que mais empregam estão distribuídos conforme a Tabela 10.

Tabela 10 – Principais atividades geradoras de empregos e renda, média do período 2017-2019

Ramos de Atividade	Média de empregos	Participação (%)
Administração Pública	496,00	24,46
Comércio Varejista	358,33	17,67
Indústria Química	186,33	9,19
Agropecuária	162,67	8,02
Administradora de Imóveis e Assemelhados	148,00	7,30
Transportes e Comunicação	105,67	5,21
Outros	570,67	28,15
Média Geral	2.027,67	100,00

Fonte: MTE/RAIS em IPARDES, 2021. Dados trabalhados pela MAPTRIZ.

Os números, apesar de mostrarem a importância do setor público na geração de empregos e renda, sugerem atenção aos setores produtivos da economia no sentido de gerar empregos nas atividades privadas e minimizar a dependência da administração pública e das transferências de renda do governo federal, tais como previdência social e bolsa família, entre outros.

Dessa forma, é necessário desenvolver políticas públicas econômicas e estratégias para fomentar e estruturar as atividades privadas, de forma a atrair empresas e empreendedores, especialmente indústrias, dada sua capacidade de gerar empregos e renda para promover o desenvolvimento municipal.

A falta de ofertas de emprego em Contenda foi um dos pontos negativos mais citados durante a 1ª Audiência Pública.

## 3. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

### 3.1. APTIDÃO AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICA

A análise da aptidão do solo para o uso e ocupação antrópica é uma estratégia básica para o estabelecimento, planejamento e regulamentação das áreas municipais e intrínsecas ao perímetro, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável. É por meio dessa análise que é possível identificar as características que vão determinar se as áreas municipais são adequadas ou inadequadas para o uso antrópico e direcionar expansões urbanas futuras.

Em Contenda, as principais restrições quanto ao uso e a ocupação na escala municipal, Mapa 2, são:



**Remanescentes de vegetação e Área de Preservação Permanente:** permeiam toda a área municipal, ao longo das margens de córregos e rios. Para essas áreas, devem ser respeitados os parâmetros estabelecidos da Lei Federal nº 12.651/2012, que determina a preservação e/ou recomposição das margens dos rios com calha regular inferior a 10 metros em pelo menos 30 metros em cada lado. Destaca-se também a importância da averbação das Áreas de Reserva Legal – ARL, para garantir a preservação dos fragmentos dentro das propriedades rurais. Seria importante também incentivar a criação de ARL próximo às áreas de APP, de modo a garantir a conexão entre fragmentos.



**Várzeas:** são terrenos instáveis cobertos por vegetação (formação pioneira com comunidades arbóreas, arbustivas e herbáceas), em constante sucessão. São áreas sujeitas a enchentes e inundações periódicas, que devem ser preservadas, conforme especificações da Lei 12.651/2012.



**Processos erosivos:** caracterizados pela formação de sulcos, ravinas e voçorocas que influenciam no assoreamento dos rios da região. Esses processos erosivos tendem a ocorrer em solos de textura arenosa, facilmente susceptíveis ao intemperismo. Destaca-se a feição erosiva na porção sul do município e na porção nordeste, por excesso hídrico principalmente próximo ao leito do Rio Iguaçu.



**Solo exposto / mineração:** áreas sem vegetação, áreas de exposição natural ou de intervenção antrópica ou áreas onde processos erosivos expuseram o solo, podendo ser ocupada por atividades de mineração, exploração de jazidas, lavras, extração de areias, entre outros.



**Declividade acima de 30%:** áreas com declividades acima de 30% não são aptas para a ocupação antrópica, a menos que atendam exigências específicas das autoridades competentes. Sob esta perspectiva, não existem áreas críticas em Contenda, apenas pequenas porções à sul do município.



**Granjas (aviários):** este tipo de atividade é importante para economia local, e, conseqüentemente, precisar ser mapeada e incorporada nas discussões sobre expansão do perímetro urbano e zoneamento, de modo a evitar conflitos de uso do solo, como, com o uso residencial.

Dentro do perímetro urbano (Mapa 3) existem restrições a ocupação antrópica referentes a existência de remanescentes florestais, áreas de preservação permanente (APP) e corpos



d'águas que permeiam toda a Sede. Esta configuração limita a quantidade de áreas aptas a ocupação antrópica, além de, criar descontinuidade entre as áreas urbanas consolidadas. Em Contenda, e no Distrito de Catanduvas do Sul, observa-se também a existência de indústrias e áreas de cemitérios próximas a ocupações residenciais consolidadas, deve-se estudar o impacto dessas atividades, para não ocasionar conflitos entre as áreas adjacentes.

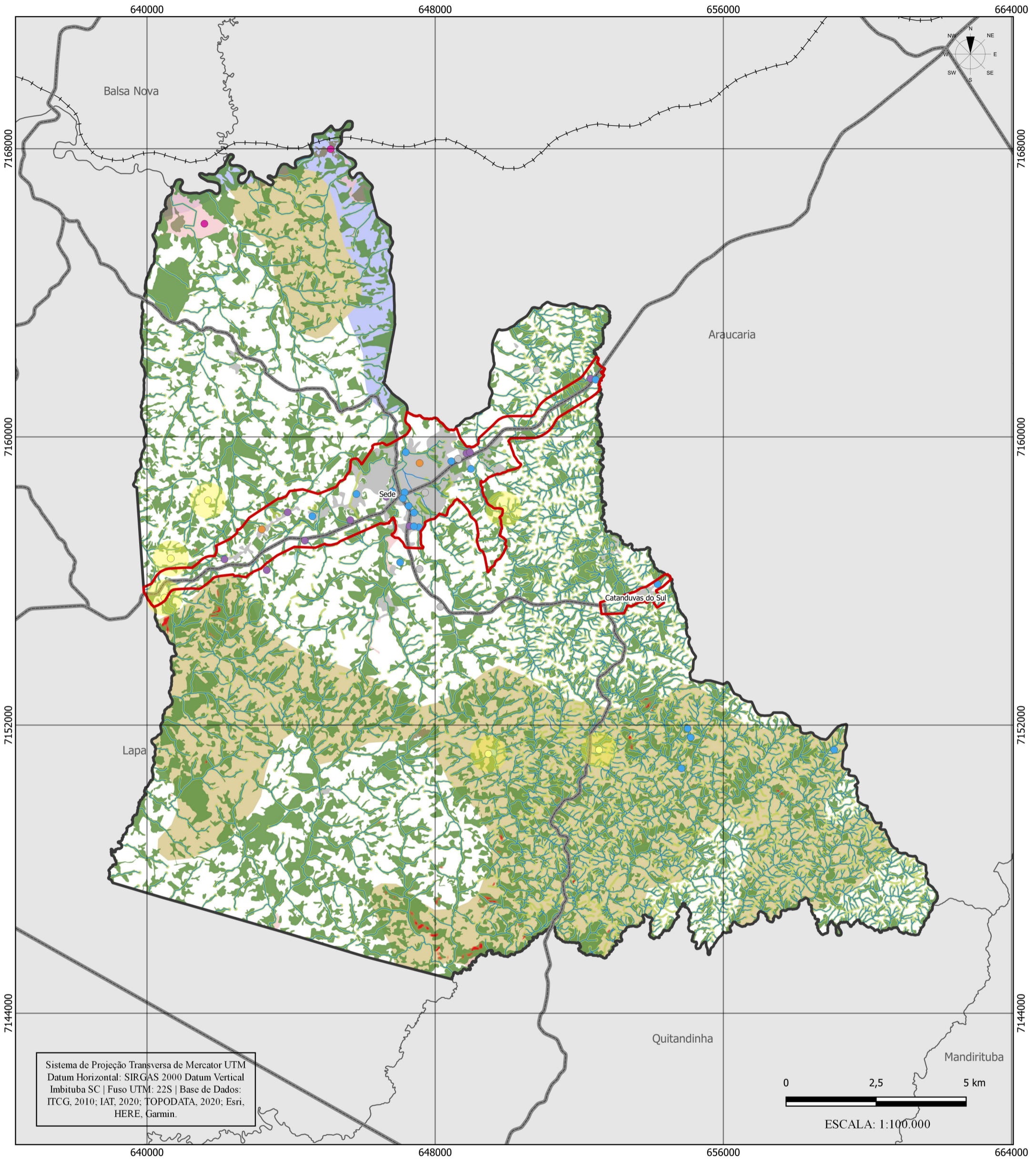
*Figura 11 - Exemplos do relevo e hidrografia na Sede urbana*



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

A Sede é cortada no sentido leste-oeste pela Rodovia do Xisto (continuidade da Rodovia BR-476), desempenhando o papel de barreira antrópica para a expansão urbana. A rodovia divide a área urbana em duas porções, além de exigir a construção de estruturas de transposição, para conectar a cidade, que são onerosas para o município.





Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM  
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000 Datum Vertical  
 Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados:  
 ITCG, 2010; IAT, 2020; TOPODATA, 2020; Esri,  
 HERE, Garmin.

**Uso do Solo**

- Floresta Nativa
- Corpos d'Água
- Várzea
- Solo Exposto/Mineração
- Área Urbanizada

**Declividade**

- >30%

**Fontes de poluição**

- Extração mineral
- Silos e Secadores
- Indústrias
- Empreendimentos agropecuários

**Granjas**

- Granjas
- Cemitérios

**Aptidão do Solo**

- Inapto - erosão
- Inapto - excesso hídrico

**Raio 500m granjas**

- APP

**Hidrografia**

- Ferrovia
- Rodovias
- Contenda
- Perímetro urbano
- Municípios limítrofes



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE



Município Contenda  
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL

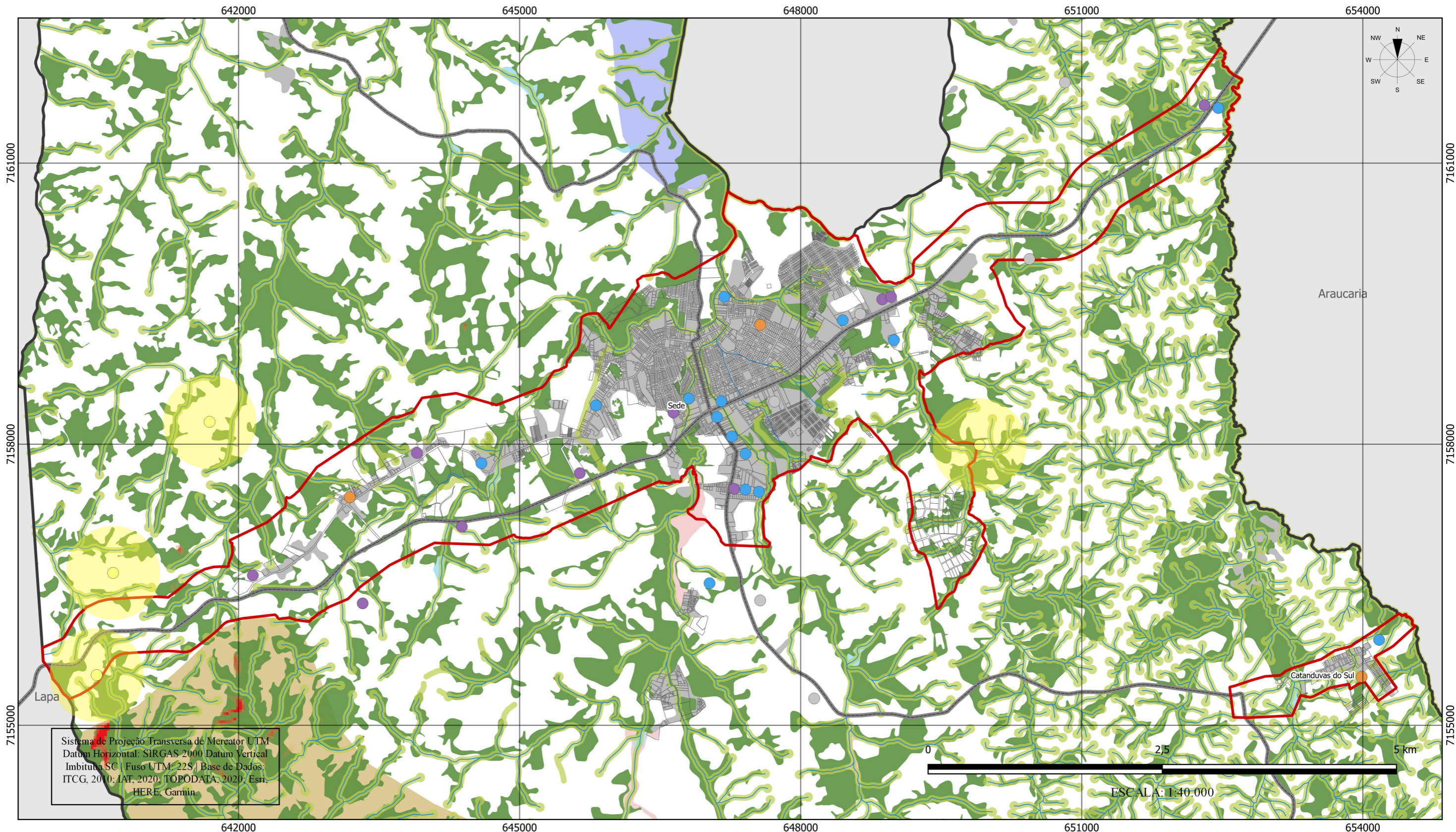
Mapa 02 - Restrições ao Uso e Ocupação do Solo  
 Prancha nº 01

Data: 2021

Responsável Técnico

Marina Machado de Rezende  
 CAU A143322-9





**Uso do Solo**

- Floresta Nativa
- Corpos d'Água
- Várzea
- Solo Exposto/Mineração
- Área Urbanizada

**Declividade**

- >30%

**Fontes de poluição**

- Extração mineral
- Silos e Secadores
- Indústrias
- Empreendimentos agropecuários
- Granjas

**Cemitérios**

- Cemitérios
- Raio 500m granjas

**Aptidão do Solo**

- Inapto - erosão
- Inapto - excesso hídrico

**Raio 500m granjas**

- APP
- Hidrografia

**Lotes**

- Lotes
- Rodovias
- Ferrovia
- Contenda
- Perímetro urbano
- Municípios limitrofes

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município Contenda  
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Mapa 03 - Restrições ao Uso e Ocupação do Solo: Sede e Distrito  
 Prancha nº 01 Data: 2021

Responsável Técnico Marina Machado de Rezende  
 CAU A143322-9



## 3.2. USO E OCUPAÇÃO ATUAL

O levantamento da cobertura e do uso da terra indica a distribuição geográfica da tipologia de uso, identificada por meio de padrões homogêneos da cobertura terrestre e é importante para o conhecimento atual das formas de uso e ocupação do espaço. Além disso, é uma importante ferramenta de planejamento urbano contribuindo assim como um diagnóstico para futuras ações que promovam o uso da terra de forma sustentável<sup>35</sup>.

### 3.2.1. SOLO MUNICIPAL

A classificação do uso e ocupação do solo utilizada foi a do relatório técnico de mapeamento elaborado pelo ITCG<sup>36</sup>. O mapeamento (ano de referência 2012) utilizou as seguintes ortoimagens:

- Imagens Ópticas Ortoretificadas, no formato geotiff, do sensor WorldView2, compostas por 4 bandas (RGB e infravermelho próximo) com 2 metros de resolução espacial, 8 bits e 16 bits de resolução radiométrica e coletadas entre 2011 e 2014, padrão de exatidão PEC A. O Sistema de Projeção corresponde ao UTM, Datum SIRGAS/SIRGAS2000, recortadas na articulação 1:25.000 e 1:10.000 representando 80% do território a ser mapeado;
- Imagens Ópticas Ortoretificadas, no formato geotiff, do sensor Pleiades 1A e 1B, com resolução espacial de 2 metros, resolução radiométrica de 16 bits, resolução espectral de 4 bandas (RGB e infravermelho próximo) e coletadas entre 2013 e 2016, padrão exatidão PEC A, sistema de projeção UTM, Datum SIRGAS/SIRGAS2000, recortadas na articulação 1:25.000, compreendendo 20% restante do território a ser mapeado.

A legenda de representação de classes foi adaptada da proposta do Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2013) e a descrição das classes do mapeamento encontra-se no quadro a seguir.

Quadro 2 – Descrição das classes do mapeamento

Nível I	Nível II	Nível III
Área de vegetação Natural	Floresta Nativa	Floresta Estacional Semi-Decidual; Floresta Ombrófila Mista; Floresta Ombrófila Densa, Aluviais, Submontana, Montana e Altomontana.
	Várzea	Formação pioneira com influência fluvial e/ou lacustre, com comunidades arbóreas, arbustivas e herbáceas.
	Mangue	Formação pioneira com influência fluviomarinha com comunidades arbóreas, arbustivas e herbáceas.
	Restinga	Formação pioneira com influência marinha com Comunidades arbóreas, arbustivas e herbáceas.
Áreas Antrópicas Agrícolas	Plantios Florestais	Espécie Nativa ( <i>Araucaria angustifolia</i> ) e Espécies Exóticas/Silvicultura ( <i>Pinus spp</i> e <i>Eucalyptus spp</i> ) e Sistemas Agroflorestais.

<sup>35</sup> IBGE, 2013.

<sup>36</sup> ITCG, 2019.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Nível I	Nível II	Nível III
	Agricultura Perene	Frutíferas perenes (Café, Seringueira, Banana etc.).
	Agricultura Anual	Culturas de ciclo curto (milho, trigo, soja, tubérculos e hortaliças).
Áreas Antrópicas Agrícolas/ Áreas de Vegetação Natural	Pastagem/ Campo	Pecuária / Estepe Gramíneo-Lenhosa, Savana Arborizada, Parque, Refúgios Ecológicos.
Água	Corpos d'Água	Rios de margem dupla na cartografia, lagos, lagoas, barragens, represas, canais naturais ou artificiais, tanques d'água.
Áreas Antrópicas Não Agrícolas	Solo Exposto/ Mineração	Áreas sem vegetação, podendo ser ocupada por mineração, exploração de jazidas, lavras, extração de areia.
	Área Urbanizada	Edificações e sistema viário, metrópoles, cidades, vilas, áreas de rodovias, serviços e transporte, energia, comunicações e terrenos associados.
	Área Construída	Usinas, diques, barragens, marinas, silos, grandes galpões, indústrias, pátios de manobras de sistema de transporte, portos, aeroportos e demais estruturas de tamanhos consideráveis e isolados de mancha urbana.
Outras áreas	Linha de Praia	Faixa de areia, sem vegetação, próxima ao oceano.

Fonte: ITCG, 2019. Dados trabalhados pela MAPTRIZ, 2021.

Contenda apresenta ao todo dez categorias de uso da terra, conforme tabela a seguir. O município é composto principalmente pela agricultura anual (47,14%) e floresta nativa (38,85%), estas classes ocupam juntas 85,99% do território municipal. Em contrapartida, as áreas antrópicas não agrícolas (solo exposto/mineração, área urbanizada e área construída) correspondem a apenas 2,49%.

Tabela 11 – Classificação do uso de solo de Contenda

Nível I	Nível II	Área (ha)	(%)
Áreas Antrópicas Agrícolas	Agricultura Anual	13.379,58	47,14%
	Agricultura Perene	74,65	0,26%
	Plantios Florestais	484,65	1,71%
Área de vegetação Natural	Floresta Nativa	11.024,86	38,85%
	Várzea	167,74	0,59%
Áreas Antrópicas Agrícolas/ Áreas de Vegetação Natural	Pastagem/ Campo	2.482,12	8,75%
	Solo Exposto/ Mineração	73,51	0,26%
Áreas Antrópicas Não Agrícolas	Área Urbanizada	605,37	2,13%
	Área Construída	28,74	0,10%
	Corpos d'Água	59,61	0,21%
<b>TOTAL</b>		<b>28.380,83</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: ITCG, 2019. Dados trabalhados pela MAPTRIZ, 2021.

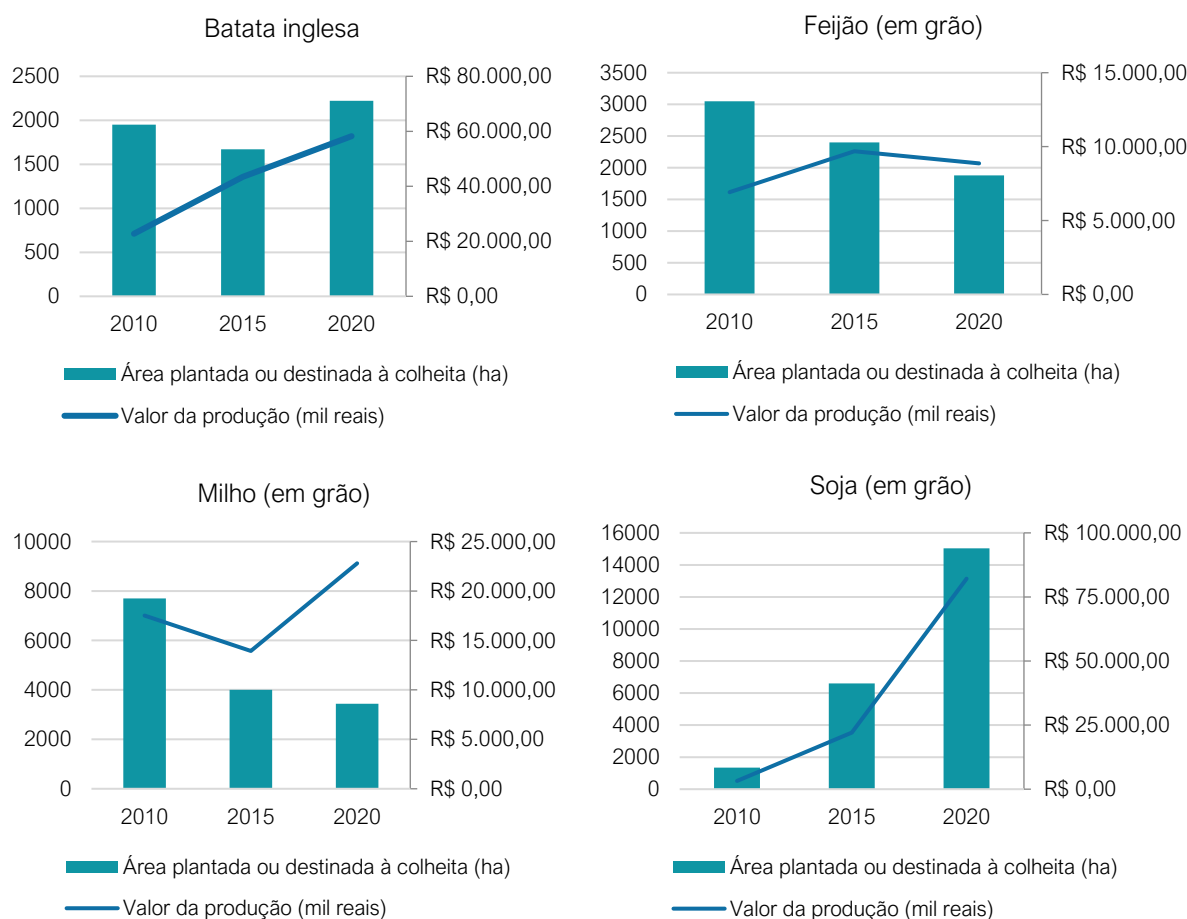


No PDM de 2010, as lavouras temporárias (agricultura anual) correspondiam a 13.562 ha do território municipal e as permanentes (agricultura perene) 174 ha, observa-se a redução das áreas destinadas à agricultura, -1,36% e -133,08% respectivamente. Em contrapartida, as áreas de floresta nativa apresentaram crescimento de 66,36%.

Sobre a distribuição espacial dos usos, Mapa 4, as áreas de agricultura anual, pastagem/campo e florestas nativas são encontradas em todo o município. Contenda possui uma característica peculiar, entre os municípios do Paraná: o município todo é permeado por corpos d'água e florestas nativas. Tal característica deve ser avaliada com muita cautela nas propostas de expansão urbana, visto que, as áreas citadas possuem restrições legais à ocupação antrópica.

A seguir são apresentadas as principais culturas agrícolas praticadas no município. Dados do IBGE indicam que, em 2020, as principais culturas agrícolas (batata inglesa, feijão em grão, milho, soja) correspondem a 89,32% (22.579 ha) do total de áreas plantadas ou destinadas à colheita. Além destas, podemos destacar também a cultura de cebola e a olericultura.

Gráfico 10 - Evolução da área plantada (ha) e do valor da produção (mil reais) dos principais produtos em Contenda 2020



Fonte: IBGE, 2021. Dados trabalhados pela MAPTRIZ, 2021.

Nos anos de 2010, 2015 e 2020 (Gráfico 10), a batata inglesa e soja (em grão) perderam quantidade de área destinada à plantação, entretanto, apresentaram crescimento no valor

## Revisão do Plano Diretor Municipal

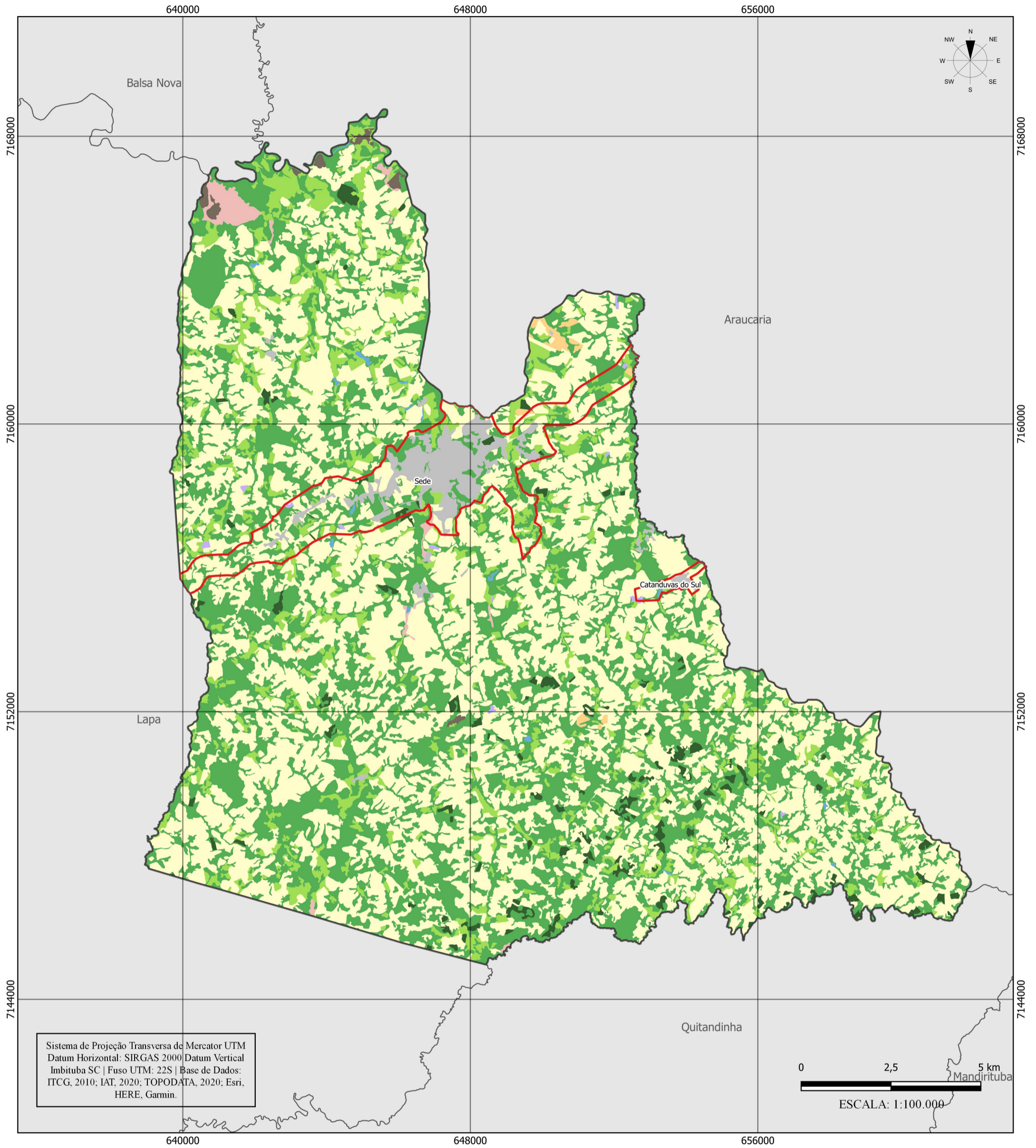
da produção. De outra forma, o feijão (em grão) perdeu valor em área e produção e o milho perdeu área, mas a produção apresentou crescimento de cerca de 23%.

Para além das culturas agrícolas, os dados municipais sobre atividades de pecuária e criação de outros animais<sup>37</sup> indicam que, ao todo são 181 estabelecimentos com 1.465 ha de área. Em Contenda, destaca-se o efetivo de galináceos (120.546), seguido por rebanho de suínos (3.079) e bovinos (2.222)<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> IBGE, 2017.

<sup>38</sup> IPARDES, 2021.



Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM  
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000 | Datum Vertical  
 Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados:  
 ITCG, 2010; IAT, 2020; TOPODATA, 2020; Esri,  
 HERE, Garmin.

**Uso do Solo**

- Agricultura Anual
- Agricultura Perene
- Plantios Florestais
- Pastagem/Campo
- Floresta Nativa
- Várzea
- Área Urbanizada
- Solo Exposto/Mineração
- Área Construída
- Corpos d'Água
- Perímetro urbano copiar
- Contenda copiar
- Municípios limítrofes



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE



Município Contenda  
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Mapa 04 - Uso do Solo Municipal  
 Prancha nº 01

Data: 2021

Responsável Técnico: Marina Machado de Rezende  
 CAU A143322-9



### 3.2.2. SOLO URBANO

Na análise do uso e ocupação do solo de Contenda, do ano de 2021 (Mapa 5) foram identificados os seguintes usos: residencial, comercial, misto, industrial, institucional, praça/parque e preservação e vazios urbanos.

As áreas residenciais encontram-se por todo o perímetro urbano, principalmente na porção central, as comerciais/serviços acontece, principalmente, ao longo da Rodovia do Xisto e Avenida São João. O uso misto é mais expressivo na Avenida São João e ao longo da Avenida João Franco. Os lotes industriais são observados ao longo da Rodovia do Xisto, porção sul do perímetro, na Avenida São João e pela Avenida José Mosson.

As áreas institucionais localizam-se, em sua maioria, na porção central da Sede, e ao longo da Avenida São João. Foram mapeadas poucas áreas de praças, localizadas na porção central do perímetro. Por último, **os vazios urbanos encontram-se por todo o perímetro e representam cerca de 49% da área total, e as áreas de preservação correspondem a 33%.**

*Figura 12 - Exemplos de vazio urbano na Sede de Contenda*



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

No distrito de Catanduvas do Sul o uso é predominantemente residencial, e tem maior concentração de ocupação ao longo da Rua 15 de Novembro e Rua Jacó Tokarski. Os lotes institucionais encontram-se na porção central do perímetro, entre a Rua 15 de novembro, Rua Jaco Tokarski e Rua Princesa Isabel.

Não foi possível estabelecer comparação com os dados apresentados no PDM de 2010. O Quadro 3 apresenta a descrição do uso e ocupação dos lotes de Contenda do ano de 2021.

*Quadro 3 - Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede em 2021*

Uso	Descrição	Área (ha)	(%)
Residencial	O uso residencial se encontra distribuído por todo o perímetro urbano, principalmente na porção central.	208,06	11,22
Comercial/serviços	O uso de comercial e serviços é apresentado em maior concentração ao longo da Rodovia do Xisto e Avenida São João.	65,53	3,53

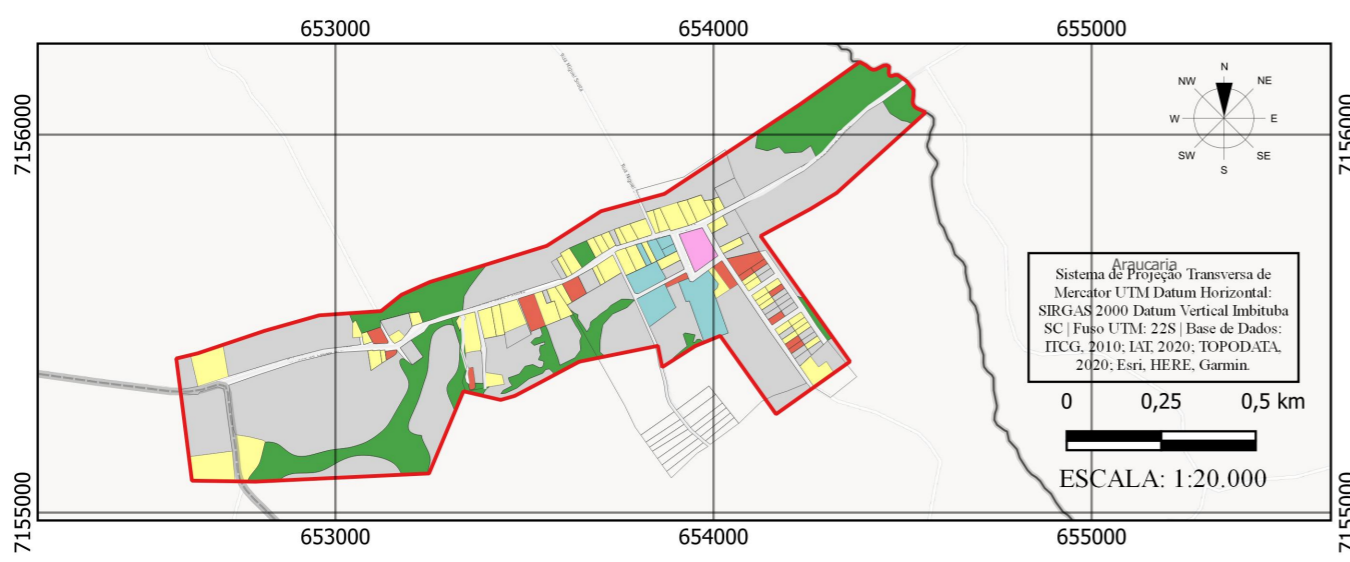
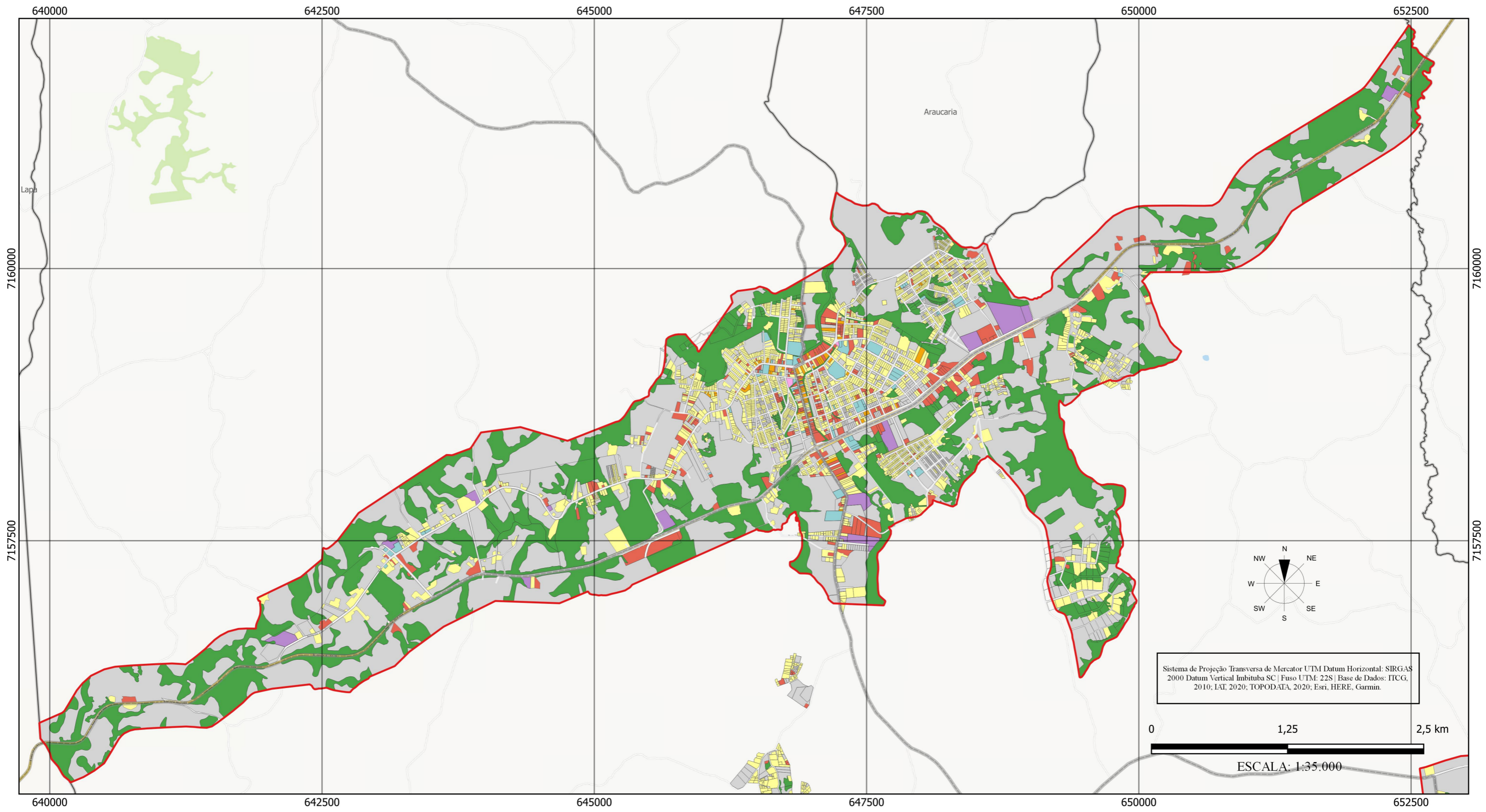
## Revisão do Plano Diretor Municipal

Uso	Descrição	Área (ha)	(%)
Misto	O uso misto são os lotes que apresentam o uso residencial e comercial. Na Sede observa-se mais esse uso ao longo da Avenida São João e Avenida João Franco.	6,76	0,36
Industrial	Os lotes industriais acontecem, principalmente, ao longo da Rodovia do Xisto, na Avenida São João e Avenida José Mosson.	25,02	1,35
Institucional	As áreas institucionais (templos religiosos, equipamentos da prefeitura) são observados em sua maioria na porção central do perímetro.	16,89	0,91
Praça/parque	Foram identificados poucos lotes com o uso de praça/parque, e somente na região central da Sede.	0,52	0,03
Preservação	As áreas de preservação (floresta nativa, APP) encontram-se por todo perímetro.	623,51	33,61
Vazio	Quase metade das áreas da Sede são vazios urbanos, encontram-se por todo perímetro.	908,77	48,99

Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Vale destacar que a população percebe o grande número de vazios urbanos como um ponto positivo: o “potencial para expansão” foi o ponto positivo mais citado pelos munícipes na 1ª Audiência Pública.

A adequação da legislação urbanística ao uso e ocupação do solo urbano será tratada na **Parte 2** da Análise Temática Integrada – Expansão Urbana e Moradia.



- Uso e Ocupação do Solo**
- Residencial
  - Comercial
  - Misto
  - Industrial
  - Institucional
  - Praça / parque
  - Preservação
  - Vazio
  - Perímetros urbanos
  - Lotes
  - APP
  - Rodovia
  - Sistema Viário
  - Contenda



Município Contenda  
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

---

Mapa 05 - Uso e Ocupação do solo urbano - Sede e Distrito  
Prancha nº 01 Data: 2021

---

Responsável Técnico Marina Machado de Rezende  
CAU A143322-9





### 3.2.2.1. ADEQUAÇÃO DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO VIGENTE

Atualmente, o instrumento político que regula o Uso e Ocupação do Solo Urbano de Contenda é a Lei Complementar nº 9, de 22 de abril de 2010. A lei define as seguintes zonas:

- Zona Residencial 1 – ZR1;
- Zona Residencial 2 – ZR2;
- Zona Residencial 3 – ZR3;
- Zona Residencial Especial – ZRE;
- Zona Especial de Preservação e Áreas Verdes – ZEPAV;
- Zona Comercial
- Zona de Serviços 1 – ZS1;
- Zona de Serviços 2 – ZS2;
- Zona de Expansão Urbana.
- Zona Especial de Interesse Social – ZEIS;

As zonas residenciais são de uso predominantemente residencial e são subdivididas em 4 categorias: ZR1, ZR2, ZR3 e ZRE. A ZR1 tem como principal objetivo induzir a ocupação residencial de baixa densidade, em áreas ainda não ocupadas. A ZR2 é destinada a ocupações residenciais, próximas a áreas mais adensadas e parcialmente ocupadas. A ZR3 corresponde às porções do território com maior densidade e o objetivo da zona é a otimização da infraestrutura existente. A ZRE é destinada a ocupação de baixa densidade como ocupações de chácaras predominantemente residenciais.

A ZC é destinada aos usos comercial e serviços, corresponde as áreas localizadas no centro tradicional de Contenda e ao longo de vias importantes do sistema viário. A ZS1 destina-se a implantação de edificações industriais, comerciais e de serviços de grande porte e a ZS2 ao de médio porte.

A ZEPAV corresponde as porções do território que compreendem as Áreas de Preservação Permanente (APP), definidas pela Lei Federal nº 4.771/1965<sup>39</sup>. Sobre a ZEPAV, cabe destacar que sua delimitação tem gerado muitos conflitos desde a implementação da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Isto se dá, principalmente, pela delimitação ter como base um traçado estimado da hidrografia. Diversos munícipes já procuraram a Consultoria para informar que se sentem prejudicados e que a ZEPAV precisa ser revista.

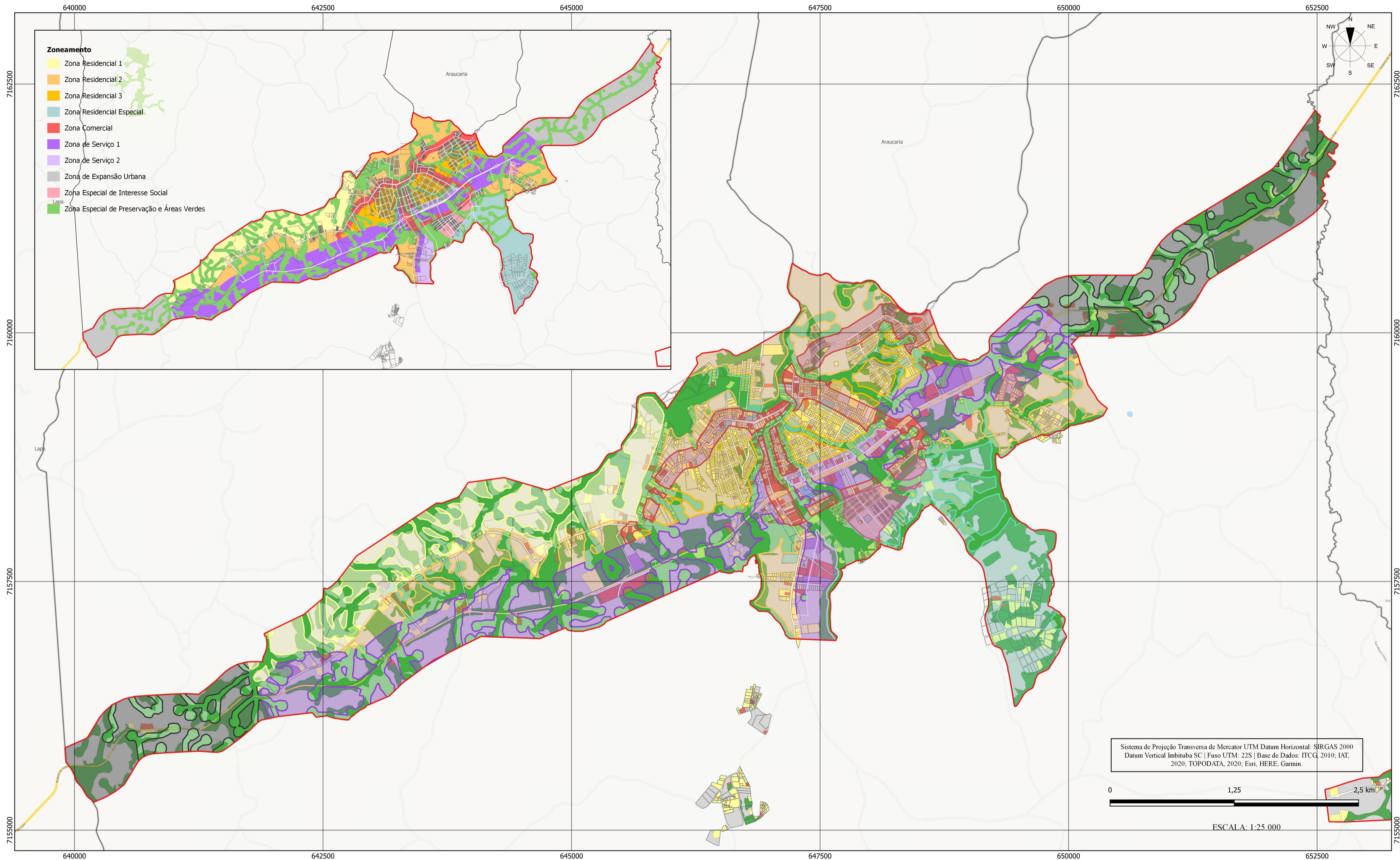
As ZEIS são as áreas destinadas à regularização de ocupações irregulares e à implantação de loteamento de habitação de interesse social. A ZEU corresponde à porção do território localizada ao longo da BR-476 e o principal objetivo é fomentar a ocupação industrial e de serviços.

Comparando o uso do solo de Contenda com o zoneamento proposto na Lei Complementar nº 9/2010, Mapa 6, observa-se que, de forma geral, avaliando o uso, foram obedecidas as especificações da lei. A área urbana é marcada pelo eixo comercial da ZC que percorre a Avenida João Franco e Avenida São João. As zonas residenciais e de serviços de diferentes densidades foram respeitadas. A análise indica que a ZEPAV deve ser atualizada para compreender todas as áreas de preservação existentes no perímetro urbano e de acordo com a Lei nº 12.651/2012.

Outro ponto interessante de ser mencionado é que não há divisão oficial de bairros na Sede urbana de Contenda.

<sup>39</sup> Esta Lei foi revogada pela Lei nº 12.651 de 25/05/2012 (novo Código Florestal).





- Zoneamento**
- Zona Residencial 1
  - Zona Residencial 2
  - Zona Residencial 3
  - Zona Residencial Especial
  - Zona Comercial
  - Zona de Serviço 1
  - Zona de Serviço 2
  - Zona de Expansão Urbana
  - Zona Especial de Interesse Social
  - Zona Especial de Preservação e Áreas Verdes

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: SIRGAS 2000  
 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: ITCG, 2010; IAT, 2020; TOPODATA, 2020; Esri, HERE, Garmin.



ESCALA: 1:25.000

- |                           |   |                    |
|---------------------------|---|--------------------|
| <b>Zoneamento</b>         | Zona de Serviço 2                           | Industrial         |
| Zona Residencial 1        | Zona de Expansão Urbana                     | Institucional      |
| Zona Residencial 2        | Zona Especial de Interesse Social           | Praça / parque     |
| Zona Residencial 3        | Zona Especial de Preservação e Áreas Verdes | Preservação        |
| Zona Residencial Especial |   | Vazio              |
| Zona Comercial            | <b>Uso e Ocupação</b>                       | Perímetros urbanos |
| Zona de Serviço 1         | Residencial                                 | Lotes              |
|                           | Comercial                                   |                    |



Município Contenda  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

Mapa 06 - Lei do Uso e Ocupação do Solo vigente (Zoneamento)  
 Prancha nº 01 Data: 2021

Responsável Técnico Marina Machado de Rezende  
 CAU A143322-9



## 4. INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Este capítulo deve avaliar a adequação e a distribuição espacial das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos no Município de Contenda. São abordados os temas, saúde, assistência social, educação, cultura, turismo, esporte, lazer, cemitérios, segurança, saneamento básico, energia elétrica e iluminação pública.

A distribuição espacial dos equipamentos públicos está apresentada no Mapa 7.

Não constam neste capítulo as informações sobre a infraestrutura referente ao sistema viário e à mobilidade urbana, bem como sobre os serviços de transporte. Estes assuntos integrarão a **Parte 3** da Análise Temática Integrada – Mobilidade e Gestão.

### 4.1. EDUCAÇÃO

Contenda conta com o Plano Municipal de Educação, elaborado em 2015, no qual são estabelecidas metas e estratégias para os 10 anos de sua vigência. Assim sendo, as diretrizes e propostas elaboradas na Fase III da Revisão do Plano Diretor terão como base o que já foi estabelecido para o setor.

Em 2008, Contenda possuía 11 escolas municipais e 5 estaduais<sup>40</sup>. Desde então foram implantados 4 novos equipamentos municipais, uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental e 3 centros de educação infantil.

*Quadro 4 – Equipamentos Municipais de Educação*

Nome	Localidade	Período de funcionamento	Atende à demanda?
EM João Franco	Centro (Sede)	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00	
EM Leonor de Moura Carvalho	Jd. Esplanada (Sede)	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00	
EM Professora Vanilda Dzierwa	Trevo (Sede)	7:50 às 11:50 / 13:10 às 17:10	
EM Vereador Antonio Borkovski	Jd. São João (Sede)	7:50 às 11:50 / 13:00 às 17:00	
<b>EM Prefeito Ivo Barbosa</b>	<b>Jd. Itaperubá (Sede)</b>	<b>8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00</b>	
EM do Campo Rui Barbosa	Pedro Machado	7:30 às 11:30 / 12:50 às 16:50	
EM do Campo Professora Paulina Urbanik Stabach	Serrinha	8:00 às 12:00	

<sup>40</sup> CONTENDA, 2010, p.211.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Nome	Localidade	Período de funcionamento	Atende à demanda?
EM do Campo Senhor Bom Jesus	Campestre	7:20 às 11:20	
EM do Campo Nossa Senhora das Graças	Catanduvras do Sul	7:30 às 11:30 / 13:00 às 17:00	
CMEI Professoras Júlia Pinto Baumel e Tereza Cordeiro Oliveira	Centro (Sede)	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00	
CMEI Nhana Maria	Centro (Sede)	7:00 às 17:30	
CMEI Vó Eloyna	Jd. Esplanada (Sede)	7:00 às 17:30	
CMEI Dona Zeneide	Jd. São João (Sede)	7:00 às 17:30	
CMEI Professora Celinha Nerone	Jd. Itaperubá (Sede)	7:00 às 17:30	
CMEI Dona Anita	Jd. D. Anita (Sede)	7:00 às 17:30	

Nota: (1) EM = Escola Municipal / CMEI = Centro Municipal de Educação Infantil.

(2) Em negrito estão os equipamentos implantados após a Análise Temática Integrada do PDM anterior.

Fonte: Secretaria de Educação PMC, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Quanto ao atendimento à demanda, última coluna do Quadro 4, a Escola João Franco não é suficiente para suprir a demanda para os anos iniciais do Ensino Fundamental na região central. Os CMEI, ainda que tenham sido a modalidade de ensino com mais investimento nos últimos anos também não são suficientes, havendo lista de espera para novas vagas.

O critério de prioridade na fila de espera para vaga em CMEI é a vulnerabilidade social da família. A questão de informação, segundo a Secretaria, a lista de espera para Educação Infantil normalmente é grande, mas estabilizou desde o início da pandemia, visto que menos pais estão trabalhando fora.

Ainda sobre os equipamentos municipais, listados no Quadro 4, a Secretaria Municipal de Educação informou que:

- nenhum atende completamente às normas de acessibilidade universal;
- todos tem carências quanto ao acesso, às instalações sanitárias e às dimensões físicas, com exceção do CMEI Dona Anita e da EM Ivo Barbosa;
- dentre os que já existiam no último Plano Diretor, somente não passaram por reformas nos últimos 10 anos o CMEI Vó Eloyna e a Escola do Campo Senhor Bom Jesus;
- com exceção dos implantados mais recentemente – EM Pedro Ivo e CMEI D. Anita – os equipamentos estão em estado de conservação regular; e
- todos os equipamentos necessitam de algum tipo de reforma ou adequação.

Figura 13 – CMEI Nhana Maria | CMEI Profas. Júlia P. Baumel e Tereza C. de Oliveira



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Figura 14 - CMEI Vó Eloyna | Escola Municipal Leonor de Moura Carvalho



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Figura 15 - Escola Municipal do Campo N. Sra. das Graças | Escola Municipal Profa. Vanilda Dzierwa



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 12 - Número de matrículas na rede municipal em Contenda, 2020

	Educação Infantil (Creche) - integral	Educação Infantil (Pré-escola)	Ensino Fundamental (anos iniciais)	EJA (EF)
Urbana	374	405	825	3
Rural	-	103	263	-
Total	374	508	1.088	3
			1.973	

Fonte: INEP, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Segundo a Secretaria de Educação, as escolas do município não apresentam problemas de evasão.

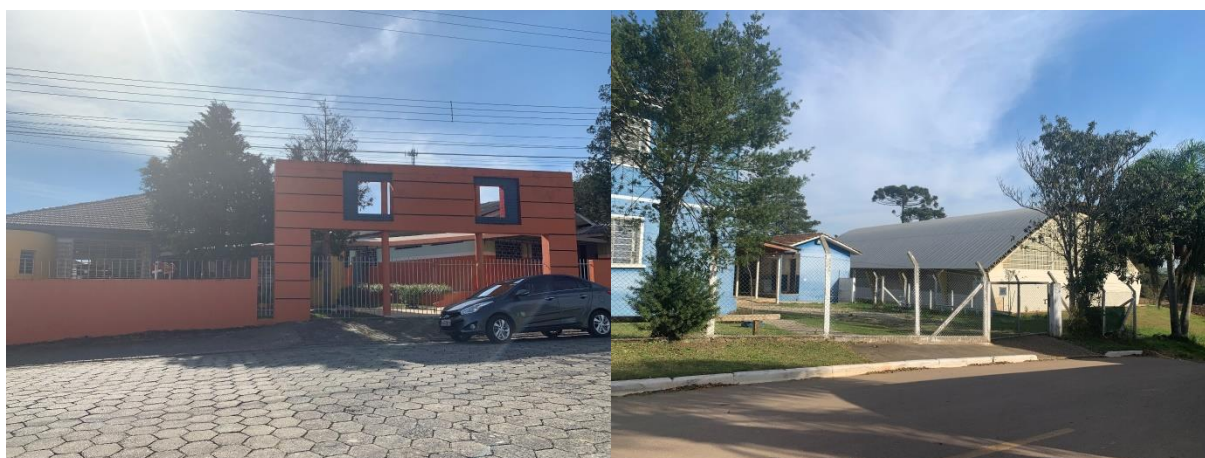
Não foram construídos novos colégios estaduais desde a implementação do PDM em 2010; o número de alunos matriculados também não foi substancialmente alterado. Os equipamentos existentes estão em estado de conservação bom ou regular.

Quadro 5 – Equipamentos Estaduais de Educação

Nome	Modalidade	Localidade	Período de funcionamento
Colégio Estadual Dr. Adhelmar Sicuro	Ensino Fundamental II e Médio	Catanduvas do Sul	Manhã e tarde
Escola Estadual Vereador Dr. Francisco Cordeiro	Ensino Fundamental II	Jd. São João (Sede)	Manhã
Colégio Estadual Prof. Pedro José Puchalski	Ensino Fundamental II e Médio	Serrinha	Manhã, tarde e noite
Colégio Estadual Miguel Franco Filho	Ensino Fundamental II e Médio	Centro (Sede)	Manhã, tarde e noite
CEEBJA Profa. Ziloah de Moura Carvalho	Ensino Fundamental II, Médio e EJA	Centro (Sede)	Manhã, tarde e noite

Fonte: Escol.as, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Figura 16 - Colégio Estadual Miguel Franco Filho | Colégio Estadual Dr. Adhelmar Sicuro



Fonte: MAPTRIZ, 2021.



Tabela 13 - Número de matrículas na rede estadual em Contenda, 2020

	Ensino Fundamental (anos finais)	Ensino Fundamental (anos finais) - integral	Ensino Médio	Ensino Médio - integral	EJA (EF)	EJA (EM)
Urbana	957	6	508	13	192	88
Rural	122	-	68	-	-	-
Total	1.079	6	576	13	192	88
	1.954					

Fonte: INEP, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Em 2020, em toda a rede pública de ensino, estavam matriculados 3.927 alunos (Tabela 14), o que representa 20% da população<sup>41</sup>. Comparando os dados apresentados na Análise Temática publicada em 2010, vê-se pouca alteração na quantidade de alunos (Gráfico 11).

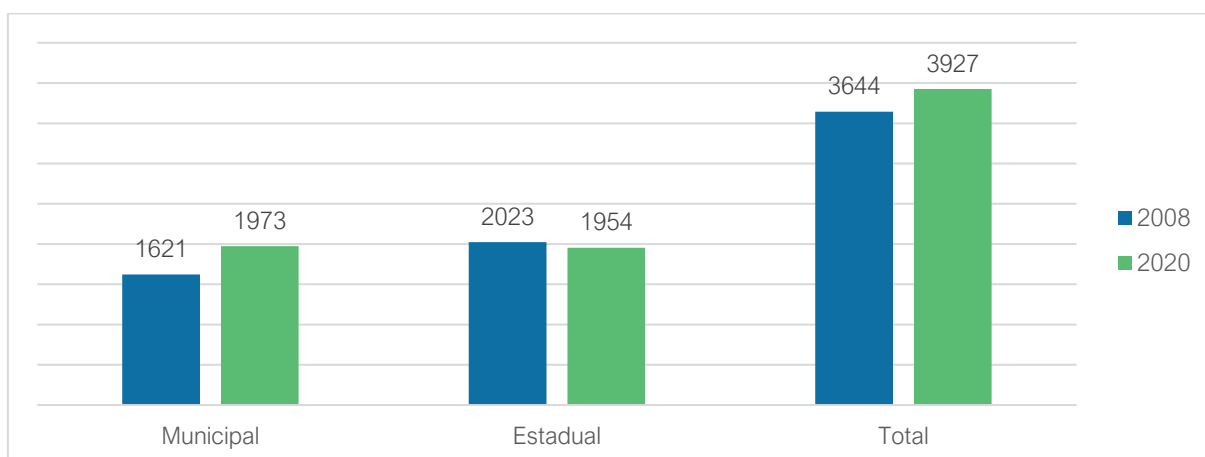
A mudança mais expressiva ao longo destes anos foi o aumento de alunos na esfera municipal, como fica claro no Gráfico 12, por conta da criação de mais vagas para educação infantil. Na modalidade creche, o número de vagas aumentou em 77% de 2008 a 2020. Na modalidade pré-escola, o aumento foi de 70% no mesmo período.

Tabela 14 - Número de matrículas total na rede pública em Contenda, 2020

	EI	EF I	EF II	EM	EJA (EF)	EJA (EM)
Total	882	1.088	1.085	589	195	88
	3.927					

Fonte: INEP, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Gráfico 11 - Comparação do número de alunos matriculados em Contenda por esfera de administração, 2008 - 2020

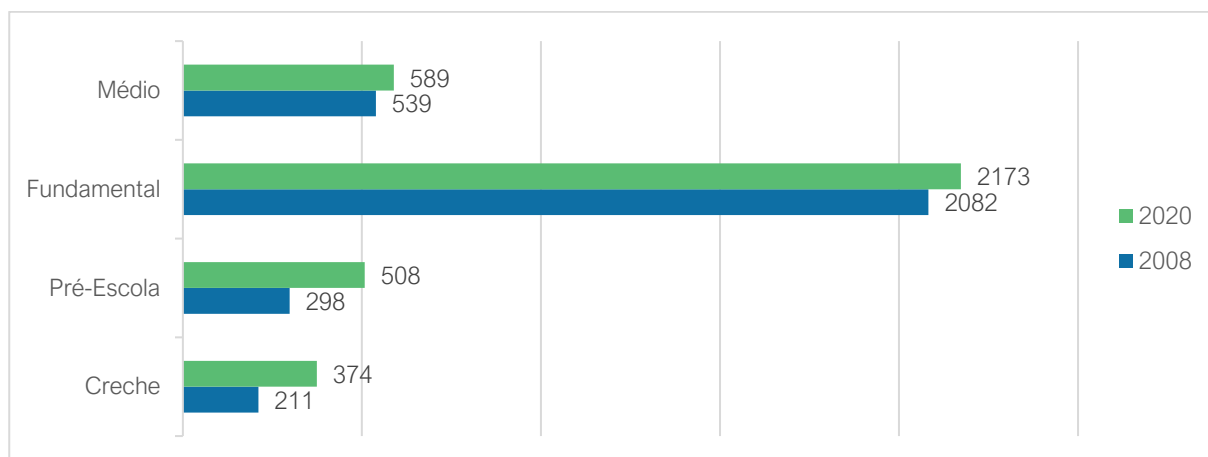


Fonte: SEED, 2008 em CONTENDA, 2010; INEP, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

<sup>41</sup> Considerando população estimada pelo IBGE para 2020 de 18.837.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Gráfico 12 - Comparação do número de alunos matriculados em Contenda por modalidade de ensino, 2008 - 2020



Fonte: SEED, 2008 em CONTENDA, 2010; INEP, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Além do Ensino Regular, o Município tem ainda uma escola de Ensino Especial: Escola Alaor Cordeiro, localizada no Jardim São João. A Escola tem atualmente 60 alunos matriculados<sup>42</sup>, conta com recursos do Estado e administração pela APAE.

## 4.2. CULTURA E TURISMO

O Município pouco evoluiu na área de Cultura desde o último Plano Diretor. O Quadro 6 compara os equipamentos existentes na época da elaboração do PD e atualmente.

Quadro 6 - Equipamentos de Cultura em Contenda - 2006 e 2021

2006	2021
<ul style="list-style-type: none"><li>• Centro Cultural (Centro)</li><li>• Biblioteca Pública Municipal (Centro)</li><li>• Museu Municipal Adão Wolski (Serrinha)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Biblioteca Pública Municipal (Centro)</li><li>• Museu Municipal Adão Wolski (Serrinha)</li><li>• Espaço Cultural e Literário (Trevo)</li></ul>

Fonte: PMC, 2006 em CONTENDA, 2010; Departamento de Cultura PMC e MAPTRIZ, 2021.

Figura 17 - Espaço Cultural e Literário | Museu Municipal Adão Wolski



Fonte: MAPTRIZ, 2021; JORNAL MARCA, 2014.

<sup>42</sup> SEED, 2021.

O Centro Cultural, citado no Quadro 6, hoje está em função da Secretaria de Assistência Social e abriga o CRAS e o CREAS. O único equipamento público implantado recentemente foi o Espaço Cultural, localizado ao lado da Escola Municipal Prof<sup>a</sup>. Vanilda Dzierwa, o qual era do SESI e foi passado para o Município.

Segundo o Departamento de Cultura, existe o projeto para a construção de um teatro municipal para suprir as demandas do setor. A Biblioteca e o Museu necessitam de reforma e ampliação para funcionar adequadamente. A PMC informou também que os equipamentos existentes não atendem à norma de acessibilidade.

O Quadro 7 resume as ações e programas desenvolvidos pelo setor. O Quadro 8 lista os eventos do Município.

*Quadro 7 - Projetos do Departamento de Cultura de Contenda*

Ação ou programa	Situação do projeto
Coral e aulas de música	Em andamento em parceria com a Secretaria de Assistência Social
Banda Municipal	Recém implementado
Aulas de violão	Em licitação
Aulas de idioma polonês	A implementar

Fonte: Departamento de Cultura PMC, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

*Quadro 8 – Eventos culturais de Contenda*

Eventos	
Aniversário da Cidade (14/11)	Feira do Livro (início de novembro)
Festa da Batata (início do ano): deverá ser retomada em 2022	Festival de Música: em fase de projeto

Fonte: Departamento de Cultura PMC, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Quanto ao turismo, Contenda ainda não possui equipamentos e serviços públicos específicos visando fomentar a atividade. Não existe centro de informações, roteiros turísticos elaborados, material informativo ou sinalização turística. Identifica-se o potencial do município para o turismo rural e o para cicloturismo, porém necessita de capacitação e investimento.

*Figura 18 - Portal de Contenda | Estátua do Cristo*



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Segundo o Departamento de Obras, o patrimônio histórico e arquitetônico de Contenda foi catalogado pelo Município. Alguns edifícios que se destacam são a Igreja Matriz e a Igreja da Serrinha, já citadas na Análise Temática elaborada em 2008<sup>43</sup>.

### 4.3. ESPORTE E LAZER

Considerando os dados, referentes ao ano de 2006, sobre os equipamentos públicos listados no PDM anterior, pode-se concluir uma melhoria na área de esporte e estagnação da área de lazer. A falta de espaços de lazer em Contenda foi o ponto negativo mais citado pelos participantes da 1ª Audiência da Revisão do PDM.

Figura 19 - Centro Esportivo Dr. Adhelmar Sicuro | Praça Independência



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

O Quadro 9 apresenta o comparativo entre dos equipamentos esportivos de Contenda, tendo por base a Análise Temática Integrada elaborada em 2008.

Quadro 9 - Equipamentos Esportivos em Contenda - 2006 e 2021

2006	2021
<ul style="list-style-type: none"><li>• Ginásio Dr. Adhelmar Sicuro (Centro)</li><li>• Campo de Futebol de Contenda (Centro)</li><li>• Campo de Futebol do Independente (Centro)</li><li>• Campo de Futebol (Lagoa)</li><li>• Canchas poliesportivas (Serrinha)</li><li>• Cancha poliesportiva (Centro Social)</li><li>• Cancha de Areia (Centro)</li><li>• Cancha de Areia (Catanduvas do Sul)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ginásio Dr. Adhelmar Sicuro (Centro)</li><li>• Campo de Futebol de Contenda (Centro)</li><li>• Campo de Futebol (Lagoa)</li><li>• Canchas poliesportivas (Serrinha)</li><li>• Cancha de Areia Pç. Independência (Centro)</li><li>• Cancha de Areia Pç. 2 de Maio (Catanduvas do Sul)</li><li>• Cancha de Areia (Jd. Itapirubá)</li><li>• Pista de Skate (Jd. Itapirubá)</li><li>• 16 Academias ao Ar Livre*</li></ul>

Fonte: PMC, 2006 em CONTENDA, 2010; Departamento de Esportes PMC e MAPTRIZ, 2021. \*número estimado

<sup>43</sup> CONTENDA, 2010, p. 225.

Figura 20 - Canchas de Areia: Praça 2 de Maio (Catanduvas do Sul) e Praça Independência (Centro)

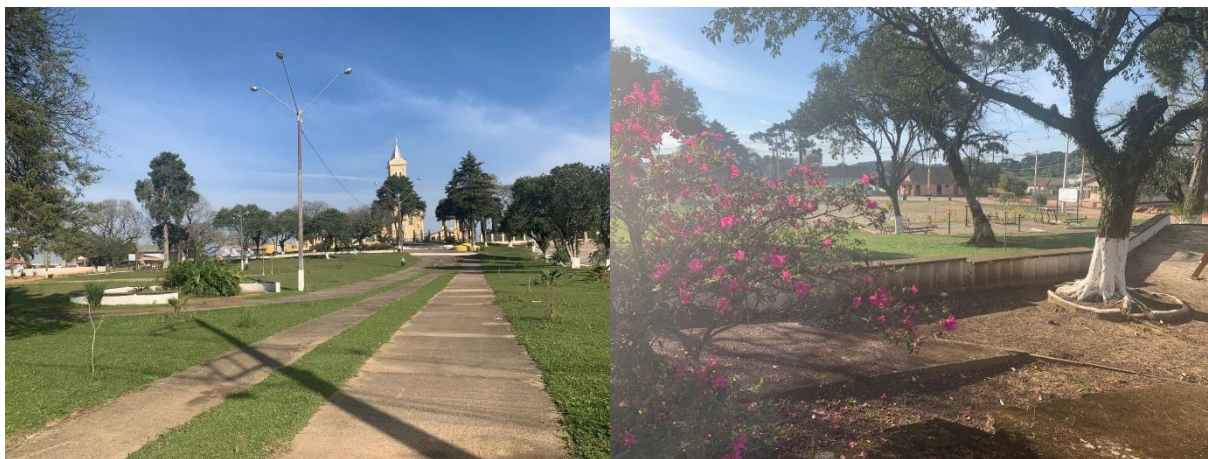


Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Com exceção de um campo de futebol e da cancha do Jardim Social, a qual se encontra em estado de abandono, os equipamentos esportivos não só aumentaram em quantidade como estão mais bem conservados. Em especial a Praça de Catanduvas do Sul (Figura 21), que reúne espaços de esporte e lazer, destaca-se pelo ótimo estado.

Ressalta-se, entretanto, que os equipamentos não são adaptados à norma brasileira de acessibilidade universal. Segundo o Departamento de Esporte, no geral, a quantidade de equipamentos para a prática de esportes é adequada, havendo demanda para implantação de novos espaços, no momento, apenas no Jardim São João.

Figura 21 - Praça 2 de Maio – Catanduvas do Sul



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Quanto aos serviços ofertados, é difícil analisar a realidade atual por se tratar de período atípico: as atividades e eventos esportivos foram suspensos durante a pandemia. Apesar disso, o Departamento de Esporte tem planejamento de retomada ou implantação dos seguintes projetos esportivos:

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Quadro 10 - Projetos do Departamento de Esporte de Contenda

Projetos Esportivos 2021	
Futsal Sub 07 / Sub 09 / Sub 11 / Sub 15 / Sub 17 20 alunos por categoria	Futebol Sub 11 / Sub 13 / Sub 15 / Sub 17 30 alunos por categoria
Voleibol Sub 09 / Sub 11 / Sub 13 / Sub 15 / Sub 17 18 alunos por categoria	Ginástica Rítmica e Ginástica Artística Sub 07 / Sub 09 / Sub 11 / Sub 13 quantidade de alunos livre
Ginástica todas as idades quantidade de alunos livre	Dança todas as idades quantidade de alunos livre
Jump todas as idades quantidade de alunos livre	Pilates solo todas as idades quantidade de alunos livre
Ballet todas as idades quantidade de alunos livre	Kung Fu até 17 anos quantidade de alunos livre
Boxe chinês até 17 anos quantidade de alunos livre	Capoeira até 17 anos quantidade de alunos livre

Nota: Cada modalidade atenderá público feminino e masculino e deverá acontecer duas vezes por semana.

Fonte: Departamento de Esportes PMC, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Além dos projetos, o Departamento de Esportes possui um calendário de eventos esportivos ao longo do ano.

Quadro 11 – Calendário Esportivo de Contenda

Calendário Esportivo Proposto	
Torneio de Futsal; Campeonato de Futsal	Torneio do Trabalhador de Futebol de Campo
Copa de Futebol (35+); Campeonato de Futebol	Jogos Escolares; Jogos da Juventude; Jogos Abertos do Paraná; Jogos Internos; etc.
<b>Setembro:</b> Torneios da Independência (modalidades a definir)	<b>Outubro:</b> Atividades Recreativas do Dia da Criança
<b>Novembro:</b> Aniversário da Cidade (jogos amistosos de futebol, torneio de futsal, torneio de truco corrida de rua, ciclismo, atividades de lazer)	

Fonte: Departamento de Esportes PMC, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Quanto ao lazer, a falta de opções é uma reclamação constante por parte dos moradores. Os espaços públicos de lazer se restringem às poucas praças, mas quais também não há muitas opções para passar o tempo.

A Análise Temática Integrada do último PD já apontava para a carência de áreas públicas de lazer e informava que “está projetada a implantação do Parque da Contenda, na sede municipal, com área de 72.000 m<sup>2</sup>”<sup>44</sup>. O Parque não foi implantado. Ainda há projetos para implantação de parques municipais e da criação de um complexo de esporte e lazer em torno do Ginásio Municipal.

<sup>44</sup> CONTENDA, 2010, p. 227.

## 4.4. ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Município conta com o Plano Municipal de Assistência Social atualizado, elaborado no ano de 2018, com vigência até o fim de 2021. O objetivo geral do Plano é “contribuir para a efetivação da política da Assistência Social, como política pública garantidora de cidadania e promotora de desenvolvimento social”<sup>45</sup>. O novo Plano Municipal de Assistência Social, com vigência de 2022 a 2025, já está em elaboração para a Conferência do setor<sup>46</sup>.

Em 2006, os programas da assistência social beneficiavam 1.500 pessoas<sup>47</sup>, cerca de 469 famílias<sup>48</sup>. Atualmente, 2.563 famílias do Município estão inscritas no Cadastro Único<sup>49</sup>.

*O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo (...) selecionar as famílias para diversos programas sociais<sup>50</sup>.*

Só o Programa Bolsa Família, por exemplo, beneficiou 662 famílias em Contenda em setembro de 2021, o que representou uma cobertura de 74% da estimativa das famílias pobres no município. O valor total transferido pelo governo federal para este benefício foi de 41 mil reais no mês<sup>51</sup>.

*Tabela 15 – Número de famílias inscritas no Cadastro Único em Contenda, junho de 2021*

Renda familiar per capita	Famílias
Até R\$ 89,00	252
Entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00	379
Entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo	1.094
Acima de meio salário mínimo	838

Fonte: MDS/SAGI, 2021.

No PDM de 2010 não há nenhuma informação sobre a estrutura física da SMAS, apenas uma menção ao CRAS. Atualmente, Contenda conta com 8 equipamentos da assistência social:

- Secretaria de Assistência Social;
- CRAS;
- CREAS;
- Conselho Tutelar;
- Projeto ADOLESCENTRO;
- Projeto Anjo da Guarda;
- Centro de Geração de Renda;
- Centro de Convivência do Idoso (em construção).

O principal problema em relação aos estabelecimentos da Assistência Social é que, atualmente, o CRAS, CREAS e a Secretaria funcionam no mesmo edifício, além do Conselho Tutela ao lado (Figura 22). Os edifícios, na Av. João Franco, 400, antigo Centro Cultural e prédios anexos, são cedidos pela Secretaria de Educação. A concentração desses

<sup>45</sup> CONTENDA, 2018(b), p. 3.

<sup>46</sup> Informação com data de

<sup>47</sup> CONTENDA, 2010.

<sup>48</sup> Média de 3,2 pessoas por família em 2006, segundo o IBGE.

<sup>49</sup> MDS/SAGI, 2021. Dados referentes ao mês de junho de 2021.

<sup>50</sup> MDS/SAGI, 2021.

<sup>51</sup> MDS/SAGI, 2021.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

equipamentos gera diversos conflitos de fluxo. O CREAS deve possuir sede própria e separada, visto que suas instalações devem assegurar condições de privacidade e sigilo nos atendimentos.

Figura 22 – CRAS e CREAS / Conselho Tutelar



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Os quatro equipamentos citados, localizados no mesmo endereço, têm ainda problemas com acessibilidade – dimensões inadequadas e instalações sanitárias não acessíveis. Entretanto, por estarem em local **provisório**, não há grandes problemas. A Secretaria, o CRAS e o Centro de Convivência do Idoso funcionaram em edifício novo, que deve ser concluído em alguns meses<sup>52</sup>. Os novos prédios estarão adequados à demanda local, às normas do SUAS e

Os demais equipamentos são mais novos e atendem à norma de acessibilidade. Em geral, todos os equipamentos do setor estão em bom estado de conservação.

Figura 23 - Centro de Geração de Renda / Projeto Anjo da Guarda



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Quanto aos recursos humanos, a SMAS afirmou que, a equipe é pequena, mas atende à demanda atual. Entretanto, segundo a PMC, o Município já perdeu recursos e deixou de participar de programas habitacionais do Estado por não possuir quadro técnico suficiente na área de Assistência Social.

<sup>52</sup> Informação dada no mês de outubro de 2021.



De acordo com informações do Censo SUAS 2018, o CRAS de Contenda desenvolve as seguintes ações:

*Quadro 12 - Ações do CRAS de Contenda, 2018*

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	
Acolhida Particularizada	Acompanhamento de famílias
Atendimento particularizado de famílias ou indivíduos	Grupo/oficina com famílias
Visitas Domiciliares	Palestras / Campanhas ou eventos comunitários
Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial ou para outras políticas públicas (educação, habitação, trabalho etc.)	Encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único ou para obtenção de Benefícios Eventuais
Apoio para obtenção de Documentação pessoal	Acompanhamento dos encaminhamentos realizados
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	
Crianças de 0 a 6 anos de idade	Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade
Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos de idade	Adultas(os) de 30 a 59 anos de idade
Idosas(os) (60 anos ou mais)	

Fonte: Censo SUAS, 2018 em MDS/SAGI. Elaborado por: MAPTRIZ, 2021.

Ainda conforme o Censo SUAS do mesmo ano, o CREAS oferta os seguintes serviços:

*Quadro 13 - Ações do CREAS de Contenda, 2018*

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	
Acolhida Particularizada	Acompanhamento individual/familiar
Acompanhamento dos encaminhamentos realizados	Registro do acompanhamento individual/familiar em prontuário
Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e/ou individual	Elaboração de relatórios técnicos sobre casos em acompanhamento
Elaboração de relatórios técnicos para o sistema de justiça	Orientação jurídico-social
Visitas domiciliares	Palestras ou ações de mobilização e sensibilização para o enfrentamento das situações de violação de direitos
Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial ou para outras políticas públicas (saúde, educação, habitação, trabalho etc.)	Encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único ou para obtenção de Benefícios Eventuais
Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de prestação de serviços à Comunidade (PSC)	
Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) da(o) adolescente	Atendimento individual da(o) adolescente e da família da(o) adolescente em cumprimento de medida de Liberdade Assistida (LA) ou de medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Encaminhamento da(o) adolescente para os locais de prestação de serviços comunitários	Encaminhamento da(o) adolescente para o sistema educacional e acompanhamento da frequência escolar
Encaminhamento da(o) adolescente e sua família para outros serviços e programas da rede socioassistencial	Encaminhamento para serviços da rede de saúde para atendimento de usuárias(os) dependentes de substâncias psicoativas
Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outros serviços da rede de saúde ou para serviços de outras políticas setoriais	Encaminhamento da(o) adolescente para cursos profissionalizantes
Elaboração e encaminhamento de relatório para a Justiça da Infância e da Juventude ou Ministério Público	Elaboração e encaminhamento de relatórios periódicos para o órgão gestor da assistência social no município
Registro do acompanhamento em prontuário	Visita domiciliar
Atendimento com grupos de famílias da(o) adolescente em cumprimento de medida de Prestação de Serviço à Comunidade	Visitas técnicas aos locais de prestação do serviço à comunidade

Fonte: Censo SUAS, 2018 em MDS/SAGI. Elaborado por: MAPTRIZ, 2021.

Pode-se dizer que a Assistência Social foi uma das áreas com maior progresso desde a elaboração da última Análise Temática Integrada.

### 4.5. SAÚDE

Contenda possui Plano Municipal de Saúde atualizado, elaborado no ano de 2018, com vigência até o fim de 2021. O Plano Municipal de Saúde, “mais do que representar o documento formal exigido pelas cláusulas conveniais do SUS, é um documento cuja função é a de nortear as ações de saúde (...) de Contenda.”<sup>53</sup> Segundo a PMC, o novo Plano Municipal de Saúde, com vigência de 2022 a 2025, já foi elaborado.

O Município realiza atendimentos de urgência e de baixa complexidade. Os atendimentos de média e alta complexidade são realizados a partir do encaminhamento do paciente para outros municípios, via regulação do Estado. Contenda participa também do Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná (COMESP).

Sobre a informatização da rede municipal de saúde, em 2020 foi implantado o sistema de Prontuário Eletrônico em todas as unidades.

O Quadro 14 lista os equipamentos de Saúde de Contenda. Pode-se afirmar que:

*Em relação à infraestrutura, houve um avanço considerável nos últimos anos. Foram realizadas reformas e/ou ampliações em todas as unidades de saúde, com inclusão de mobiliários novos.<sup>54</sup>*

<sup>53</sup> CONTENDA, 2018(c), p. 8.

<sup>54</sup> CONTENDA, 2018(c), p. 27.

Quadro 14 – Equipamentos Municipais de Saúde

Nome	Localidade	Período de funcionamento	Atende à demanda?	Atende às normas de acessibilidade? Se não, qual a carência?
Secretaria Municipal de Saúde	Centro (Sede)	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00 segunda à sexta	✓	✗ dimensões I.S.
Centro de Especialidades Médicas	Centro (Sede)	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00 segunda à sexta	✓	✗ acesso dimensões
Hospital e Maternidade Miquelina Franco e Elisa Padilha	Centro (Sede)	24 horas	✓	✗ acesso dimensões I.S.
UBS Departamento de Saúde	Centro (Sede)	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00 segunda à sexta	✓	✗ acesso dimensões
<b>CAPS</b>	<b>Centro (Sede)</b>	<b>8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00 segunda à sexta</b>	✗	✗ dimensões
UBS Centro Social	Jd. Sta. Isabel (Sede)	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00 segunda à sexta	✓	✗ acesso dimensões
<b>UBS Jardim Planalto</b>	<b>Jd. Planalto (Sede)</b>	<b>8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00 segunda à sexta</b>	✓	✓ -
USF Catanduvas	Catanduvas do Sul	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00 segunda à sexta	✓	✗ dimensões
Mini Posto de Saúde São Pedro	São Pedro	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00 segunda à sexta	✓	✗ dimensões
Mini Posto de Saúde Campestre	Campestre	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00 segunda à sexta	✓	✗ dimensões
Mini Posto de Saúde Serrinha	Serrinha	8:00 às 12:00 / 13:00 às 17:00 segunda à sexta	✓	✓ -

Nota: (1) I.S. = instalações sanitárias

(2) Em negrito estão os equipamentos implantados após a Análise Temática Integrada do PDM anterior.

Fonte: Secretaria de Saúde PMC, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

Segundo a Secretaria de Saúde, há estudo para a implantação de mais uma UBS em Contenda, localizada no Jardim Itaperubá (Moradias Habitar Brasil).

Quanto à distribuição, o principal problema é a concentração de muitos equipamentos em um só local. Funcionam juntos (Figura 24) o Hospital, a Secretaria, a UBS Departamento e o Centro de Especialidades Médicas (CEM), além da Farmácia Central, localizada no Hospital, e da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, localizada no CEM. Existe projeto para construção

## Revisão do Plano Diretor Municipal

de nova UBS, no Centro em direção à Serrinha, para substituir a UBS Departamento, reduzindo esta concentração excessiva.

*Figura 24 - Hospital Municipal de Contenda*



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Sobre o Hospital Municipal, em 2006 havia 26 leitos, enquanto atualmente são apenas 16<sup>55</sup>. A taxa de leitos por mil habitantes caiu de 1,76 para 0,85 de 2006 a 2020.

Quanto ao atendimento à demanda, vê-se (Quadro 14) que apenas o CAPS não consegue suprir os atendimentos de consultas psiquiátricas, segundo a PMC, por conta de deficiências na rede de saúde mental. Os demais, atendem às demandas de serviços de todos os municípios. O Centro de Especialidades e o Hospital Municipal recebem, ainda, diariamente, moradores dos municípios vizinhos – Balsa Nova, Lapa e, às vezes, Araucária. Ainda, de acordo com as informações fornecidas pela Secretaria de Saúde, o CAPS e as UBS Jardim Planalto e Centro Social ocasionalmente fazem atendimentos a moradores de Balsa Nova e da Lapa.

*Figura 25 - UBS Centro Social | USF Catanduvas*



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

<sup>55</sup> DATASUS, 2006 em CONTENDA, 2010. CNES em DATASUS, 2021.

Apesar de conseguir prestar um bom serviço à comunidade e suprir a demanda local, a Secretaria de Saúde identificou diversos problemas, sistematizados no Quadro 15, os quais podem ser sanados para a melhoria da política de saúde pública em Contenda.

Quadro 15 – Problemas relatados pela Secretaria de Saúde

		Secretaria	CEM	Hospital	Departamento	CAPS	Centro Social	Jd. Planalto	Catanduvas	São Pedro	Campeste	Serrinha
Administrativos	Receita menor que despesa	✓		✓								
	Faltam recursos humanos	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Ausência de formação continuada	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Fluxos não definidos	✓				✓						
	Falta de coordenadores		✓									
	Falta de capacitação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Infraestrutura	Estacionamento inadequado	✓	✓	✓		✓						
	Avarias na estrutura	✓	✓	✓		✓	✓		✓	✓		✓
	Cobertura danificada	✓	✓	✓	✓		✓					✓
	Problemas hidráulicos	✓		✓	✓	✓			✓	✓		✓
	Problemas elétricos			✓	✓				✓	✓		✓
	Pintura desgastada			✓	✓	✓	✓				✓	
	Dificuldade de acesso			✓	✓		✓		✓	✓	✓	
	Espaço insuficiente					✓						
	Local inseguro / pouco iluminado				✓		✓	✓				
	Infiltrações											✓
Atendimento	Dificuldade de compreensão dos usuários	✓	✓			✓	✓	✓				
	Falta de divulgação das ações	✓	✓			✓	✓	✓				
	Ausência de capacitação da equipe	✓	✓									
	Alta rotatividade de servidores	✓										

Fonte: Secretaria de Saúde PMC, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

A falta de recursos humanos é um dos problemas mais recorrentes no setor, como pode-se observar no Quadro 15. Atualmente, Contenda dispõe de apenas 3 Equipes de Saúde da Família (ESF) Porte I e mais 1 Equipe Porte II, que cobrem todo o Município, mas não é suficiente para que os serviços sejam ofertados à população de maneira adequada.

De acordo com informações da PMC, serão contratadas mais equipes de UBS, incluindo médicos e enfermeiros através do Programa Saúde na Hora para implantação do horário estendido de funcionamento das UBS.

## 4.6. SANEAMENTO BÁSICO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Contenda, elaborado em 2013,

*contém a definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização do acesso da população aos serviços de saneamento,*

*bem como os programas, projetos e ações necessárias para seu atingimento, nos termos da Lei Nº 11.445/2007<sup>56</sup>*

O saneamento básico engloba os serviços, infraestruturas e instalações do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais, visando alcançar salubridade ambiental, sendo de extrema necessidade para a saúde da população e para a preservação ambiental.

### 4.6.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A SANEPAR é a concessionária prestadora dos serviços de saneamento de água e esgoto em Contenda desde o ano de 1975<sup>57</sup>. De acordo com a PMC, estima-se que atualmente 95,5% da população urbana tem acesso à rede de abastecimento de água – no PDM de 2010, esta taxa era de 91,5%.

A Tabela 16 mostra a comparação dos dados do PDM de 2010 com os dados mais recentes sobre a quantidade de unidades atendidas pela rede de abastecimento de água. Destaca-se o aumento de 400% no número de indústrias ligadas à rede de água em 12 anos.

*Tabela 16 - Evolução do abastecimento de água segundo as categorias, 2007 - 2019*

Categorias	Unidades atendidas*		
	2007	2019	Δ
Residenciais	2.675	4.858	82%
Comerciais	185	340	84%
Industriais	6	30	400%
Utilidade pública	28	47	68%
Poder público	31	54	74%
<b>Total</b>	<b>2.925</b>	<b>5.329</b>	<b>82%</b>

Nota: (\*) É todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Fonte: IPARDES, 2007 em CONTENDA, 2010; SANEPAR, 2019 em IPARDES, 2021. Elaboração: MAPTRIZ, 2021.

A captação da água se dá através de diversos poços artesianos na área urbana e rural de Contenda. Para o abastecimento da Sede Municipal, segundo dados do PMSB, são utilizados 5 poços do Aquífero Cristalino, com vazão total de 129 m<sup>3</sup>/h, enquanto para Catanduvas do Sul é utilizado 1 poço com vazão de 13 m<sup>3</sup>/h<sup>58</sup>.

<sup>56</sup> CONTENDA, 2013, p. 5.

<sup>57</sup> CONTENDA, 2013.

<sup>58</sup> CONTENDA, 2013.

Figura 26 - Poço de Captação na Sede urbana | Reservatório em Catanduvas do Sul



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Com relação ao abastecimento de água na área rural, segundo informações da Secretaria de Indústria, Agricultura e Meio Ambiente, existem soluções coletivas já implantadas nas comunidades Campestre, São Pedro, Rio do Poço, Passo da Cruz e Passo do Ouro. Nestes locais foram perfurados poços artesianos e instaladas caixas de armazenamento e rede para distribuição e abastecimento de água até as residências.

Estão previstas obras para ampliação das redes implantadas em Campestre e Rio do Poço, através de convênio junto à SANEPAR. Já as comunidades de Lavrinha e Cardosos II possuem poços perfurados, mas sem redes de distribuição. Os projetos nessa região estão sendo desenvolvidos pela Prefeitura a fim de garantir o abastecimento de água à população.

Ainda na área rural, de acordo com a Secretaria de Agricultura, identifica-se um problema relacionado com abastecimento de água na comunidade de Rio do Poço. Outras localidades possuem limitações no sistema já implantado, no qual não há capacidade para novas instalações de água.

#### 4.6.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O sistema público de coleta e tratamento de esgotos sanitários foi implantado em 2013<sup>59</sup>. Os dados mais recentes apontam que atualmente 2.949 unidades residenciais são atendidas pela rede de esgoto<sup>60</sup>. A cobertura de rede de coleta e tratamento de esgoto é de 39,6% da malha viária urbana da Sede<sup>61</sup>.

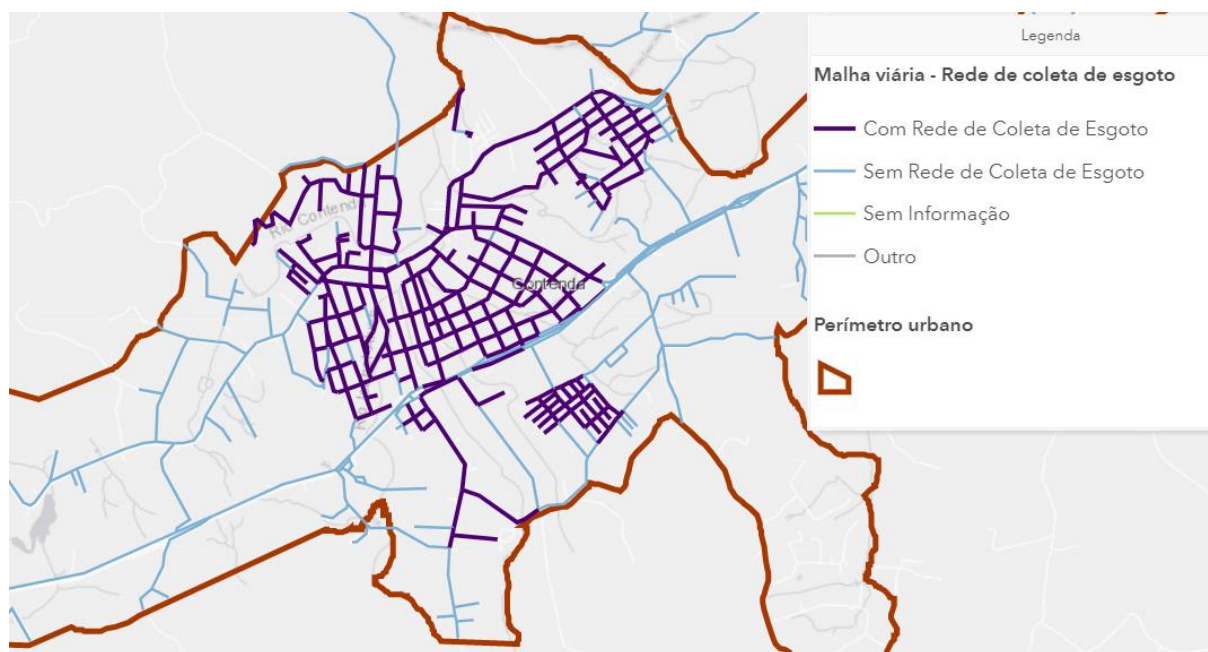
Para as unidades que ainda não estão ligadas à rede, o Departamento de Obras e a Vigilância Sanitária são os responsáveis pela fiscalização da instalação e manutenção das fossas sépticas na área urbana. Estes dois setores, segundo a PMC, também são responsáveis pela eliminação de irregularidades, como fossas nas calçadas, ligações clandestinas, ligações do esgotamento sanitário na rede de água pluvial etc.

<sup>59</sup> CONTENDA, 2013.

<sup>60</sup> SANEPAR, 2019 em IPARDES, 2021.

<sup>61</sup> SANEPAR, 2019 em PARANÁ INTERATIVO, 2021.

Figura 27 - Rede coletora de esgoto na Sede de Contenda

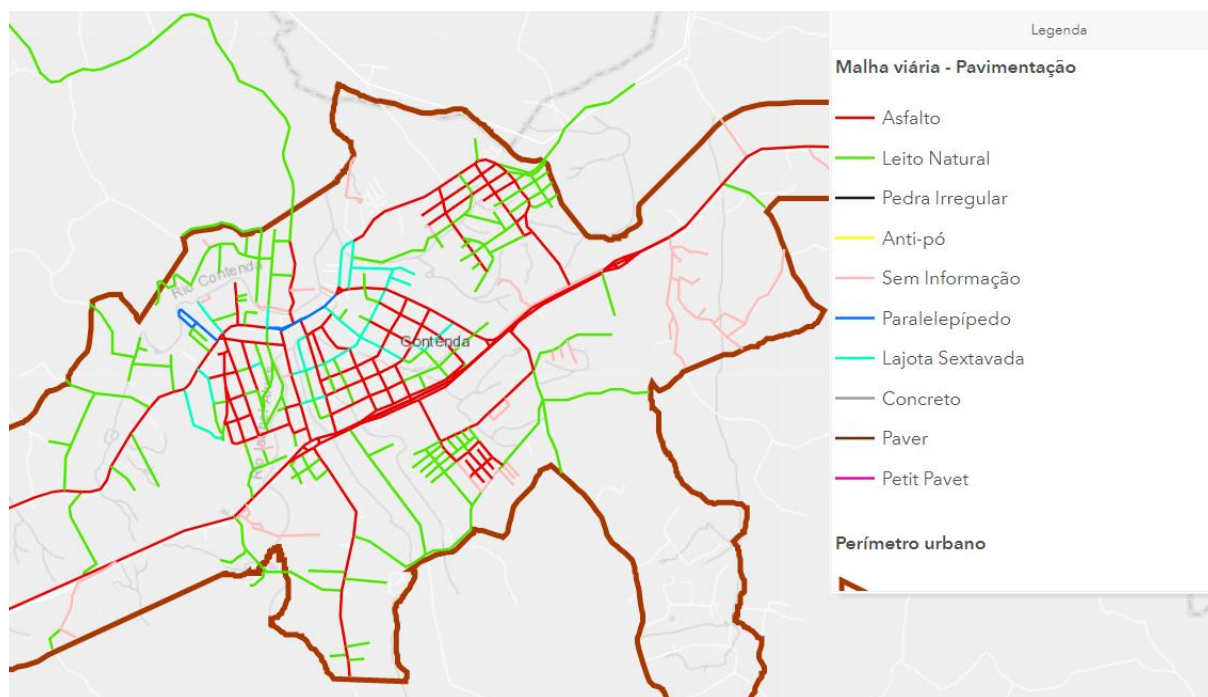


Fonte: PARANÁ INTERATIVO, 2021.

#### 4.6.1. DRENAGEM PLUVIAL

Não existe cadastro técnico das galerias pluviais existentes. Entretanto, segundo a PMC, as vias pavimentadas são as que possuem rede de drenagem pluvial instalada, o que significa que 50% da malha viária urbana da Sede<sup>62</sup> possui galerias pluviais.

Figura 28 – Pavimentação na Sede de Contenda



Fonte: PARANÁ INTERATIVO, 2021.

<sup>62</sup> PARANÁ INTERATIVO, 2021.



Na Análise Temática Integrada anterior, consta que havia apenas 8 redes de galerias pluviais, concentradas no centro da cidade e que nelas existiam diversas ligações clandestinas de esgotamento sanitário<sup>63</sup>.

#### 4.6.2. RESÍDUOS SÓLIDOS

Contenda conta com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), elaborado em 2015.

Toda a população, urbana e rural, tem acesso ao serviço de coleta de resíduos sólidos, inclusive ao de coleta seletiva. O Quadro 16 compila algumas informações sobre a coleta e destinação dos resíduos sólidos em Contenda.

*Quadro 16 - Informações sobre a coleta de resíduos sólidos em Contenda, 2021*

Tipo de Resíduos	Órgão responsável	Frequência da coleta	Locais atendidos	Volume	Destino
Domésticos (RDO)	Empresa terceirizada	Diária	Área urbana	230 t / mês	Aterro Sanitário (Consórcio*)
	Prefeitura Municipal	Terças e Quintas	Área rural		
Materiais recicláveis	Prefeitura Municipal	Diária	Área urbana e rural	20 t / mês	ACMRC
Hospitalares (RSS)	Empresa terceirizada	S.I.	Estabelecimentos de saúde	6 t / mês	Empresa terceirizada
Entulho (RCC) e industriais	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.
Limpeza urbana e podas (RPU)	Prefeitura Municipal	Limpeza diária; poda conforme demanda	Área urbana	S.I.	Produção de biomassa

Nota: (\*) O Consórcio de Municípios direciona os resíduos para o Aterro da empresa Estre Ambiental, em Fazenda Rio Grande.

Fonte: PMC, 2021.

Sobre a coleta de materiais recicláveis, cabe destacar o trabalho de separação realizado pela Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Contenda (ACMRC). O caminhão da Prefeitura leva os materiais coletados até o barracão, onde é feita a separação. Já separados, a Associação vende os materiais, emitindo inclusive nota. Os resíduos que sobram deste processo são coletados novamente pela Prefeitura, que os destina para o Aterro Sanitário. A ACMRC ainda não possui barracão próprio.

Quanto ao serviço de varrição e limpeza pública, este é realizado diariamente por dois colaboradores em toda a área urbana.

<sup>63</sup> CONTENDA, 2010.

Figura 29 – Lixeiras



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

## 4.7. CEMITÉRIOS

Também não houve mudanças neste quesito desde o último Plano Diretor. O município possui 5 cemitérios: Sede, Catanduvas do Sul, Serrinha, Campestre e Lagoa das Almas.

Figura 30 - Cemitério Lagoa das Almas | Cemitério Paroquial de Catanduvas do Sul



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

Figura 31 - Cemitério Municipal de Contenda



Fonte: MAPTRIZ, 2021.

O Cemitério Municipal de Contenda (Figura 31), que no diagnóstico do PDM anterior já havia atingido sua capacidade máxima, não foi ampliado. Entretanto, segundo a PMC, já foi adquirido o local para construção de novo cemitério.

De acordo com a PMC, nenhum cemitério possui o licenciamento junto ao órgão ambiental.

## 4.8. SEGURANÇA

Não houve mudanças na segurança pública desde o último Plano Diretor.

*A segurança pública (...) é subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná sendo os serviços exercidos pela Delegacia de Polícia Civil (...) e pelo Destacamento da Polícia Militar<sup>64</sup>*

Segundo a Prefeitura, existe um descontentamento com o destacamento policial ser da Comarca de Lapa, por ser mais distante que, por exemplo, Araucária. A PMC informou também sobre a incidência crescente de furtos do patrimônio público.

Não há Corpo de Bombeiros em Contenda – o município é atendido pelos Bombeiros do município de Araucária. Contenda possui Comissão de Defesa Civil formada, porém ainda não existe nenhum equipamento ou estrutura.

Apesar desse diagnóstico, a população presente na 1ª Audiência da Revisão do PDM define o Município como tranquilo e seguro, sendo esse aspecto o 3º mais lembrado pelos participantes.

## 4.9. ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Município possui 100% de alcance da rede de energia elétrica e possui iluminação pública em todas as vias urbanas.

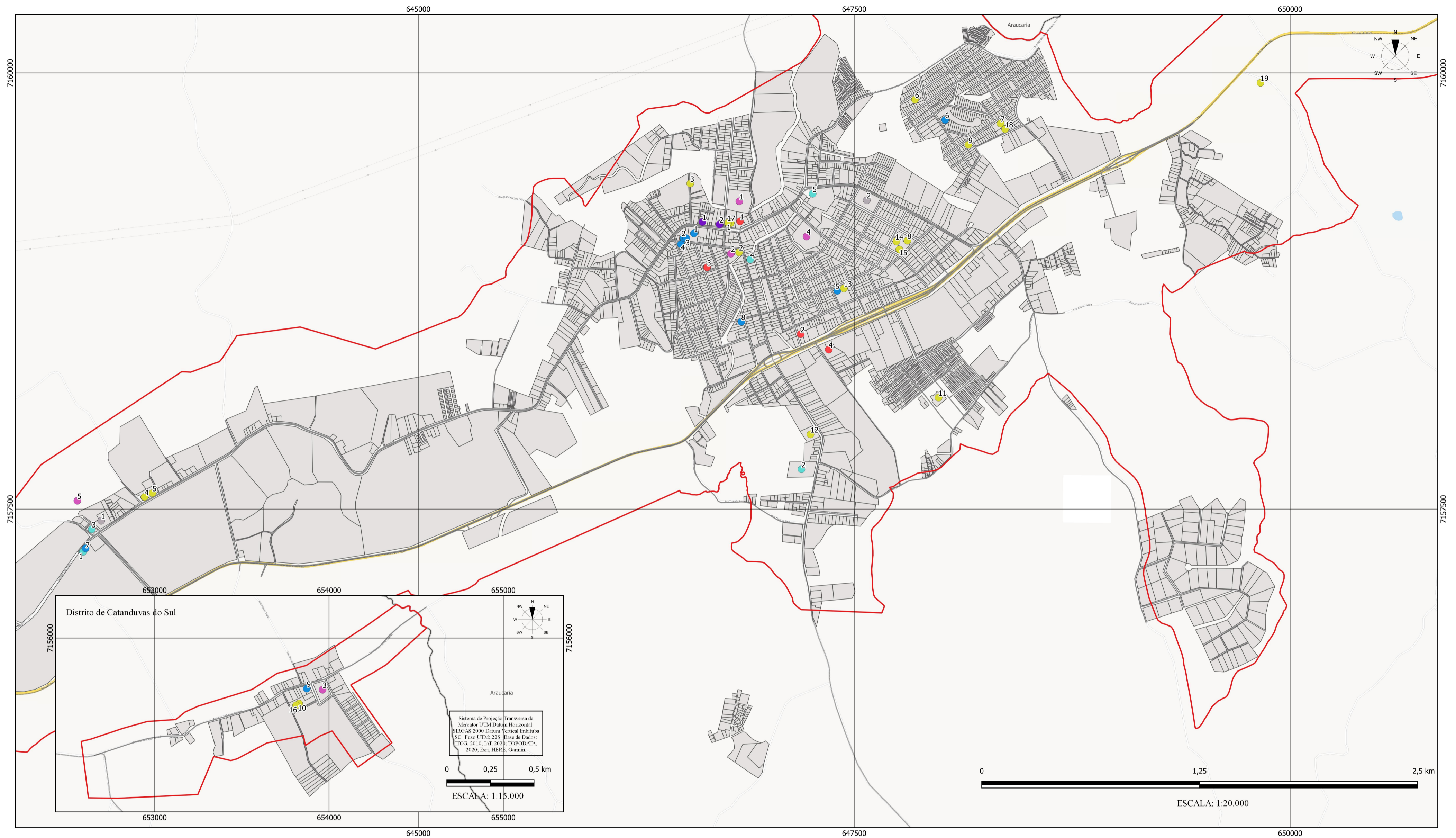
Segundo dados da COPEL, referentes ao ano de 2020, a iluminação pública é constituída por 2.428 lâmpadas, sendo 98% delas de vapor de sódio<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> CONTENDA, 2010, p. 222.

<sup>65</sup> PARANÁ INTERATIVO, 2021.





Símbolo	Id	Tipo	Nome
1	1	Cultura	Museu Histórico Municipal
2	2	Cultura	Igreja São Cristóvão
3	3	Cultura	Capela de Serrinha
4	4	Cultura	Biblioteca Pública Municipal
5	5	Cultura	Igreja São João Batista
1	1	Defesa Civil	Delegacia de Polícia Civil
2	2	Defesa Civil	4º Comando Regional de Polícia Militar
1	1	Educação	Escola Municipal João Franco
2	2	Educação	CMEI Nhana Maria
3	3	Educação	CMEI Dona Anita
4	4	Educação	Escola Estadual Professor Pedro José Puchalski
5	5	Educação	Escola Municipal Paulina U. Stabach
6	6	Educação	APAE
7	7	Educação	Escola Municipal Vereador Antônio Borkovski
8	8	Educação	Colégio Estadual Miguel Franco Filho

Símbolo	Id	Tipo	Nome
9	9	Educação	CMEI Zeneide Dona
10	10	Educação	Centro de Ensino Adhemar Sicuro
11	11	Educação	Escola Municipal Prefeito Ivo Barbosa
12	12	Educação	Escola Municipal Prof Vanilda Dzierwa
13	13	Educação	Escola Infantil Julia P Baumel e Tereza C O
14	14	Educação	CMEI Vó Eloyna
15	15	Educação	Escola Municipal Leonor Moura Carvalho
16	16	Educação	Escola Municipal Nossa Senhora das Graças
17	17	Educação	Escola Estadual CEEBIA Prof. Zilsoh de M. Carvalho
18	18	Educação	Escola Estadual Francisco Cordêiro
19	19	Educação	Escola Municipal Rui Barbosa
1	1	Esporte/Lazer	Centro Esportivo Dr. Adhemar Sicuro
2	2	Esporte/Lazer	Praça Independência
3	3	Esporte/Lazer	Campo esportivo
4	4	Esporte/Lazer	Praça 2 de Maio

Símbolo	Id	Tipo	Nome
5	5	Esporte/Lazer	Campo de Futebol
1	1	Institucional	Prefeitura Municipal
2	2	Institucional	Câmara Municipal
3	3	Institucional	Terminal Rodoviário de Contenda
4	4	Institucional	Departamento de Viação e Obras
1	1	Saúde	Hospital Municipal
2	2	Saúde	Farmácia Básica Municipal
3	3	Saúde	Unidade Básica de Saúde
4	4	Saúde	Secretaria Municipal de Saúde - CEM
5	5	Saúde	Unidade Básica de Saúde
6	6	Saúde	Unidade Básica de Saúde
7	7	Saúde	Posto de Saúde da Serrinha
8	8	Saúde	CAPS I
9	9	Saúde	Unidade da Saúde da Família
1	1	Serviços funerários	Cemitério
2	2	Serviços funerários	Cemitério Municipal

- Equipamentos Públicos**
- Educação
  - Saúde
  - Cultura
  - Defesa civil
  - Esporte/lazer
  - Serviços funerários
  - Institucional
  - Saneamento
  - Perímetros urbanos

- Lotes
- APP
- Rodovia
- Sistema Viário
- Contenda

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: SIRGAS 2000 Datum Vertical: Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: ITCG, 2010; IAT, 2020; TOPODATA, 2020; Esri, HERE, Garmin.



Município Contenda  
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Mapa 07 - Equipamentos Públicos: Sede e Distrito  
Prancha nº 01

Data: 2021

Responsável Técnico

Marina Machado de Rezende  
CAU A143322-9



## 5.REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Senado aprova projeto que permite edifícios às margens de rios e lagos em área urbana. 14 out. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/14/senado-aprova-projeto-que-permite-edificios-as-margens-de-rios-e-lagos-em-area-urbana>>. Acesso em 08 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Texto Compilado.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Texto Compilado.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Texto Compilado.

COMEC. Região Metropolitana de Curitiba. 2021(a). Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/Pagina/Regiao-Metropolitana-de-Curitiba>>. Acesso em 11 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Contenda poderá receber unidade de tratamento de resíduos sólidos. 04 ago. 2021(b). Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/Noticia/Contenda-podera-receber-unidade-de-tratamento-de-residuos-solidos#>>. Acesso em 23 out. 2021.

CONTENDA. Prefeitura Municipal de Contenda. Disponível em: <<https://contenda.pr.gov.br/>>. Acesso em 12 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Edital de Concorrência nº 002/2020; Processo Administrativo nº 254/2019.

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Arborização Urbana. 2018(a).

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Assistência Social. 2018(b).

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Saúde. 2018(c).

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Educação. 2015(a).

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. 2015(b).

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Saneamento Básico. 2013.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor Municipal do Município de Contenda. Análise Temática Integrada. 2010. Disponível em: <<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/72/documento/699>>. Acesso em 28 set. 2021.

DATASUS. CNES - Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de Internação – Brasil. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leiintbr.def>>. Acesso em 28 out. 2021.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

ESCOL.AS. Contenda. Disponível em: <<https://www.escol.as/cidades/3994-contenda>>. Acesso em 19 out. 2021.

GAZETA DO POVO. Curitiba é eleita metrópole mais sustentável do Brasil. 28 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/haus/sustentabilidade/curitiba-e-eleita-metropole-mais-sustentavel-do-brasil/>>. Acesso em 18 out. 2021.

IAT. Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira – COALIAR. Disponível em: <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-das-Bacias-do-Alto-Iguacu-e-Afluentes-do-Alto-Ribeira-COALIAR>>. Acesso em 23 out. 2021.

IBGE. Cidades. Contenda - PR. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/contenda/panorama>>. Acesso em 12 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário. 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em 28 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Manual técnico de uso da terra. 3a. ed., 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81615.pdf>>. Acesso em 28 set. 2021.

INEP. Censo Escolar. Resultados. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em 20 out. 2021.

IPARDES. Caderno Estatístico - Município de Contenda. Julho 2021. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83730&btOk=ok>>. Acesso em 22 jul. 2021.

ITCG. Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra no Estado do Paraná: Relatório Técnico de Mapeamento – Base Integrada. Versão 2. 2019. Disponível em: <<https://geo.iat.pr.gov.br/portal/sharing/rest/content/items/081e3558ea5941018be2e5abe5e450f3/data>>. Acesso em 28 set. 2021.

JORNAL MARCA. Museu preserva a história da colonização polonesa. 05 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/marcacontenda/posts/331079067090278/>>. Acesso em 10 set. 2021.

MDS. SAGI. Relatórios de Informações Sociais. 2021. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#>>. Acesso em 21 out. 2021.

MDS. SAGI. Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania - MOPS. Serviços. Contenda/PR. 2018. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/servicos.php?s=1&codigo=410620>>. Acesso em 21 out. 2021.

MONTORO FILHO, A. F. Contabilidade Social: uma introdução a macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

PARANÁ. Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.



\_\_\_\_\_. Zoneamento ecológico - econômico do Estado do Paraná. Volume I. Camila Cunico, Danielle Prim (Org.). Curitiba: ITCG, 2018(a).

\_\_\_\_\_. Zoneamento ecológico - econômico do Estado do Paraná. Volume III. Camila Cunico, Danielle Prim (Org.). Curitiba: ITCG, 2018(b).

PARANÁ INTERATIVO. Contenda. Disponível em: <<https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#/402ab751cb2346bc9681cf59130c9352>>. Acesso em 22 out. 2021.

PNUD. FJP. IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Contenda/PR. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/410620>>. Acesso em 11 out. 2021.

SEAB-PR. DERAL. Preços Médios de Terras Agrícolas. 2017.

SEED-PR. Consulta Escolas. Contenda. Disponível em: <<http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=596&codigoMunicipio=620>>. Acesso em 20 out. 2021.

SEFA-PR. Secretaria da Fazenda. Disponível em: <<http://www.fazenda.pr.gov.br/>>. Acesso em 05 abr. 2019.



# MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA

CNPJ 80.921.489/0001-73  
Av. Higienópolis, 32, sl. 1403 – Londrina/PR  
maptriz.com.br

## EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

Marina Machado de Rezende  
Arquiteta e Urbanista - CAU n° A1433229 – Coordenadora

José Roberto Hoffmann  
Engenheiro Civil – CREA/PR n° 6125/D

Carlos Rogério Pereira Martins  
Administrador – CRA/PR n° 24528

Demétrius Coelho Souza  
Advogado – OAB/PR n° 24.363

Agenor Martins Junior  
Arquiteto e Urbanista - CAU n° A138614

Cláudia Leocádio Dias  
Assistente Social – CRESS/MG n° 4013

## APOIO

Paulo Roberto Santana Borges  
Economista

Geane Talia de Almeida Lopes  
Assistente de Arquitetura e Urbanismo



# MUNICÍPIO DE CONTENDA

CNPJ 76.105.519/0001-04  
Av. João Franco, 400 – Contenda/PR  
contenda.pr.gov.br

## EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL (Decreto nº 406/2021)

Larry Hugo Sanchez  
Arquiteto e Urbanista – CAU nº A1465155 – Coordenador

Ovídio Luiz Druszcz  
Engenheiro Civil

Daiana Priscila Souza Leite  
Departamento de Obras e Edificações

Bruna Paola Dziura  
Diretora do Departamento de Habitação Social

Mayra Carolina Zornita Pereira  
Diretora do Departamento de Serviços Urbanos e Fiscalização

Marli Terezinha Filipak Retamero  
Contadora

Nilson Carlos de Carvalho Niza  
Departamento de Cadastro e Tributação

Thomas Gaspar Santana  
Departamento de Meio Ambiente

Jaime Kfiatkoski  
Secretário Municipal de Administração

Sérgio Marcos Carvalho  
Secretário Municipal de Saúde

Lauro Alexsandro Lagner  
Secretário Municipal de Obras Viação e Serviços Urbanos

Lisiane Ciulik Padilha  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Simone Polak Silva  
Secretária Municipal de Finanças

Angela Mayer de Souza Digner  
Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social

Emanoel de Souza e Silva  
Secretário Municipal de Governo

Rubens Caio Duarte Marques  
Departamento de Vigilância Sanitária

Antonio Adamir Digner  
PREFEITO MUNICIPAL



## Revisão do Plano Diretor Municipal

### CONSELHO GESTOR DO PLANO DIRETOR (Decreto nº 407/2021)

Larry Hugo Sanchez - Coordenador

Ovídio Luiz Druszcz

Daiana Priscila Souza Leite

Bruna Paola Dziura

Mayra Carolina Zornita Pereira

### CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE (Decreto nº 160/2021)

Antonio Adamir Digner

Prefeito Municipal

Carlos Hass Neto

Secretaria Municipal de Indústria,  
Agropecuária e Meio Ambiente

Lisiane Ciulik Padilha

Secretaria Municipal de Educação, Cultura  
e Esportes

Sibeli Strasbach

Departamento de Planejamento

Ovídio Luiz Druszcz

Secretaria Municipal de Obras, Viação e  
Serviços Urbanos

Ary Alberti Neto

Associação Comercial de Indústria e  
Agropecuária de Contenda – ACIAC

Miguel Treziak

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de  
Contenda

Micheli Fleiter de Oliveira

Associação de Proteção a Maternidade e  
Infância de Contenda – APMI

Luciléia Pelosi

Associação de Catadores de Materiais  
Recicláveis de Contenda – ACMRC

Adão Staron

Cooperativa dos Produtores Rurais de  
Contenda – Cootenda

Mario Celso Dzierwa

Representante do Município de Contenda

Emanoel de Souza e Silva

Representante do Município de Contenda

Márcio Rogério Francisco

Representante do Poder Legislativo de  
Contenda

### SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Antonio Weinhardt Junior

Analista de Desenvolvimento Municipal



---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

## *Contenda*





GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS  
JOÃO CARLOS ORTEGA Secretário  
LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE  
JOÃO CARLOS ORTEGA Superintendente  
ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR Superintendente Executivo  
JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças  
CAMILA MILEKE SCUCATO Diretora de Operações  
VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos  
HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações  
RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação  
JOSE EDMIR MIRO GASPAR FALKEMBACK Coordenador ER Maringá  
RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa  
FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de Escritório Regional e da  
Região Metropolitana e Litoral  
JOSÉ FERNANDO DILLENBURG Coordenador ER Cascavel  
CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI Coordenador ER Guarapuava  
ANDRÉ COTRIN ABDO Coordenador ER Londrina

## **MUNICÍPIO DE CONTENDA**

Prefeito  
Antônio Adamir Digner

## **SUPERVISÃO**

**Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**  
**Diretoria de Operações**





---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

## *Contenda*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2021

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2020

Novembro/2021



# SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	2
LISTA DE GRÁFICOS .....	3
LISTA DE QUADROS.....	4
LISTA DE TABELAS.....	5
LISTA DE SIGLAS.....	6
1. INTRODUÇÃO .....	7
2. TENDÊNCIAS PARA EXPANSÃO URBANA .....	9
2.1. PROJEÇÃO POPULACIONAL .....	9
2.2. EXPANSÃO URBANA.....	10
3. CAPACIDADE DE SUPORTE ATUAL E FUTURA .....	12
3.1. CAPACIDADE DE SUPORTE AMBIENTAL .....	12
3.2. CAPACIDADE DE SUPORTE DA INFRAESTRUTURA.....	13
3.3. CAPACIDADE DE SUPORTE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	14
4. CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS .....	15
4.1. DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E CONDIÇÕES DE MORADIA .....	15
4.2. DÉFICIT HABITACIONAL .....	18
4.3. PROGRAMAS HABITACIONAIS .....	19
4.4. OCUPAÇÕES IRREGULARES .....	21
5. REFERÊNCIAS .....	23
MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA .....	25
MUNICÍPIO DE CONTENDA.....	27

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Uso e Ocupação do Solo Urbano (Mapa 6) .....	10
Figura 2 - Moradias Itaperubá, 2016 .....	20
Figura 3 - Zonas Especiais de Interesse Social na Lei Complementar nº 9/2010 .....	21
Figura 4 - Exemplos de parcelamento irregular na cidade de Contenda, 2021 .....	21

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução Populacional, 1990 a 2030 .....	10
Gráfico 2 - Situação dos domicílios em Contenda, 2000-2010 .....	15
Gráfico 3 - Número de moradores por domicílio em Contenda, 2000-2010 .....	16

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações e Programas Habitacionais do Município, 2007-2010 .....	20
--	----

}



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projeção populacional, 2022-2032 .....	9
Tabela 2 - Número de moradores por domicílio em Contenda, 2000-2010 .....	16
Tabela 3 - Domicílios particulares permanentes em Contenda por condição de ocupação, 2000-2010.....	16
Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes por adequação de moradia em Contenda, 2010 .....	17
Tabela 5 - Componentes de inadequação dos domicílios urbanos em Contenda, 2010 .....	17
Tabela 6 - Déficit Habitacional em Contenda, 2010.....	18
Tabela 7 – Componentes do Déficit Habitacional em Contenda, 2010.....	18
Tabela 8 – Domicílios vagos em Contenda, 2010 .....	19

## LISTA DE SIGLAS

AEN	Agência de Notícias do Paraná
APP	Área de Preservação Permanente
ATI	Análise Temática Integrada
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
ETM	Equipe Técnica Municipal
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PDM	Plano Diretor Municipal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SISPEHIS	Sistema de Informações Sobre Necessidades Habitacionais do Paraná
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

# 1. INTRODUÇÃO

A **Fase 2 - Análise Temática Integrada** se caracteriza como uma leitura e diagnóstico dos dados e informações quantitativas e qualitativas do município de Contenda, tendo como fonte o Poder Público, as Secretarias Municipais, o IBGE e outros órgãos estaduais, federais e regionais.

A Análise Temática Integrada é dividida em 3 partes:

- **PARTE 1 – CARACTERIZAÇÃO:**

- Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos: mapear e analisar as áreas do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana (sejam internas ou externas ao(s) perímetro(s) urbano(s), visando à identificação das restrições ambientais e associadas às infraestruturas, equipamentos e serviços públicos tendo em vista o uso e ocupação antrópica;
- Uso e ocupação atual do solo: mapear e analisar o uso e ocupação atual do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas e áreas de expansão urbana, a partir de dados disponíveis em cadastros, imagens, fotos ou levantamento de campo;
- Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: avaliar a adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial - atual e futura – das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos para definição de soluções específicas para garantir os direitos à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao saneamento ambiental e ao lazer.

- **PARTE 2 – EXPANSÃO URBANA E MORADIA:**

- Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: a partir dos resultados das atividades da Parte 1, avaliar a adequação de uso e ocupação atual do território municipal assim como a pertinência da legislação vigente (lei de perímetro urbano e de expansão da área urbana, lei de parcelamento, lei de uso e ocupação do solo urbano e lei do sistema viário e outras leis pertinentes), em relação às capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas das áreas do território municipal;
- Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: avaliar a adequação de áreas não urbanizadas para expansão urbana, sejam internas ou externas ao(s) perímetro(s) urbano(s), considerando as respectivas capacidades de suporte ambiental e a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamento e serviços públicos, frente às dinâmicas - atuais e futuras – demográfica, imobiliária e das principais ou potenciais atividades produtivas do município;

## Revisão do Plano Diretor Municipal

- Condições gerais de moradia e fundiárias: a partir dos resultados da capacidade de atendimento e das condições socioeconômicas da população urbana, avaliar a regularidade fundiária e suas condições de moradia para definição de soluções específicas para garantir os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

- **PARTE 3 – MOBILIDADE E GESTÃO:**

- Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana: avaliar a adequação atual e futura: do sistema viário básico; do sistema de transporte coletivo; do deslocamento individual não motorizado, ambos em relação às necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalho; e do deslocamento motorizado de cargas e serviços, para definição de soluções específicas de forma a garantir os direitos ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer;
- Capacidade de investimento do município: avaliar a capacidade de investimento, atual e futura, do município visando à implementação do PDM;
- Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes: identificar os conselhos existentes que estão relacionados à temática do desenvolvimento urbano de forma direta ou indireta e avaliar as respectivas naturezas, atribuições, composição, funcionamento e oportunidades de unificação.

Na Síntese da Análise Temática Integrada, sistematiza-se os resultados obtidos nas 3 partes. Juntas, estas etapas permitirão entender o panorama atual do município e embasar as propostas de mudanças, de modo a indicar a definição de objetivos, diretrizes e propostas para uma cidade sustentável.

Cada tema é analisado individualmente, de forma a conformar um dossiê sobre a realidade do município e das expectativas do governo municipal (executivo e legislativo), dos órgãos setoriais específicos e da sociedade local. A Análise Temática Integrada é realizada conjuntamente entre a Equipe Técnica da Consultoria, a Equipe Técnica Municipal e conselho, através de reuniões e oficinas. Para que o resultado desta avaliação seja fiel à realidade local, a participação comunidade, garantida pela realização de audiência pública, é fundamental.

Ao final, possibilitará a plena compreensão das condicionantes, deficiências e potencialidades do território municipal, que serão a base para o desenvolvimento das diretrizes e proposições, as quais caracterizarão o novo Plano Diretor.

O presente documento se refere à **Parte 2 – Expansão Urbana e Moradia**.

## 2. TENDÊNCIAS PARA EXPANSÃO URBANA

Deve-se ter em mente que o cenário futuro considerado é, principalmente, estimado pelas tendências prováveis do Município, ou seja, caso não haja nenhuma mudança brusca, que estimule um rápido crescimento populacional ou até mesmo uma redução inesperada no número de habitantes.

### 2.1. PROJEÇÃO POPULACIONAL

Suprir as necessidades básicas de uma população requer, entre outras ações, a formulação de planos e programas sociais que, para serem implementados de maneira adequada, precisam, no mínimo, se basear em uma previsão do tamanho desta população. As projeções populacionais, para o setor público, auxiliam no conhecimento e quantificação de demandas futuras de diversas naturezas<sup>1</sup>.

Diversos são os métodos e modelos matemáticos aplicados aos estudos populacionais. Dados históricos, socioeconômicos como os índices demográficos disponíveis, são variáveis importantes e que devem ser analisadas no processo, considerando que cada município possui uma realidade particular.

Com base nas variáveis analisadas na Parte 1 da Análise Temática Integrada, optou-se pela utilização do modelo matemático assintótico como método para projeção populacional do Município de Contenda e dados de todos os censos demográficos disponíveis. Este modelo, dado por uma equação diferencial, é descrito matematicamente por<sup>2</sup>:

$$P(t) = L - C_0 e^{-at}$$

O resultado desse cálculo está expresso na Tabela 1, considerando o horizonte de 10 anos após a aprovação desta revisão do PDM.

*Tabela 1 - Projeção populacional, 2022-2032*

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
17766	17878	17985	18088	18185	18278	18366	18450	18530	18607	18679

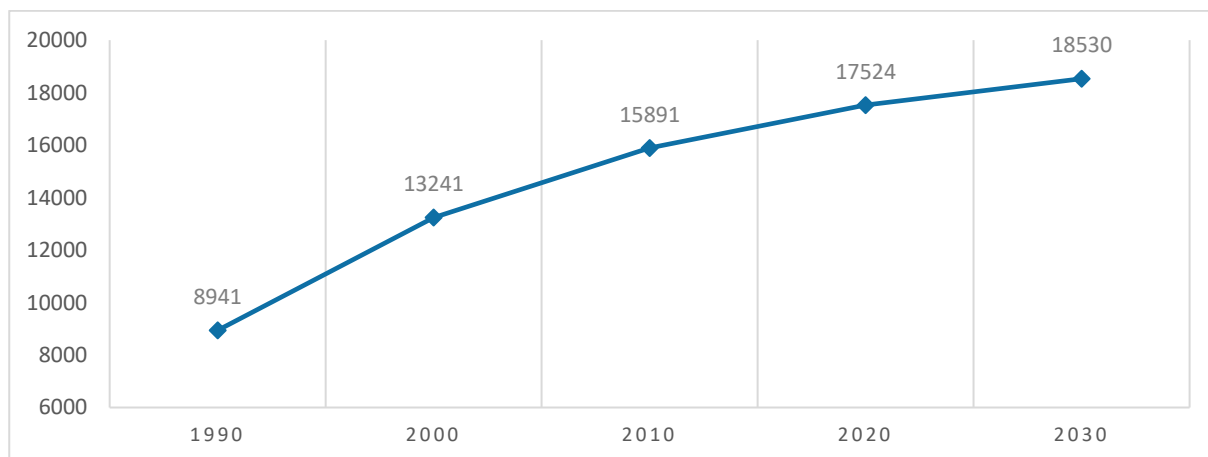
Fonte: Maptriz, 2021. Calculado com base nos dados do IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O Gráfico 1 mostra a curva de crescimento populacional com os dados oficiais dos três últimos Censos Demográficos mais o cálculo da projeção populacional para os anos de 2020 e 2030.

<sup>1</sup> BRITO et al., 2010.

<sup>2</sup> Onde: P (t): população no tempo t; t: tempo; L: carga suporte ou limite da população (constante); C<sub>0</sub>e: constante da equação exponencial.

Gráfico 1 - Evolução Populacional, 1990 a 2030

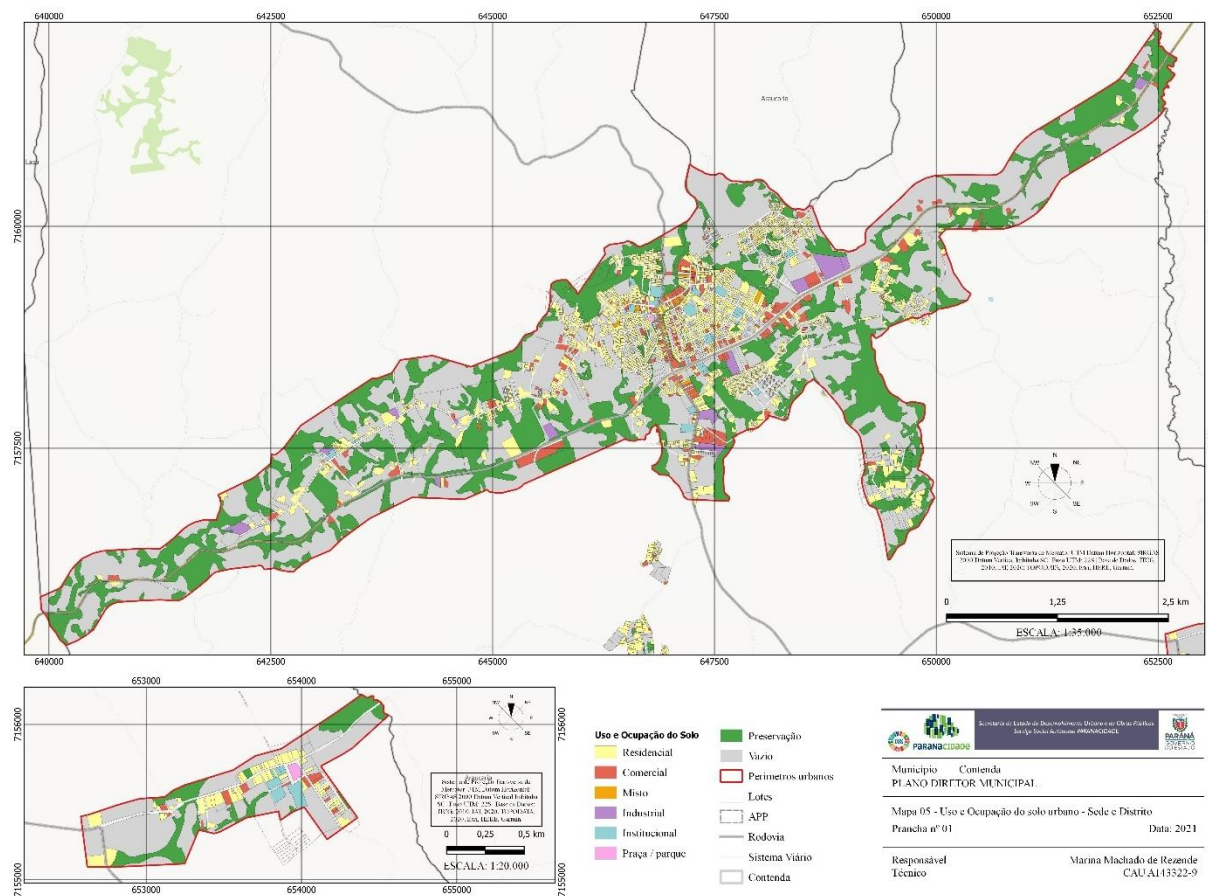


Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Maptriz, 2021.

## 2.2. EXPANSÃO URBANA

Considerando todos os temas tratados até aqui neste capítulo somados a outros aspectos, como as restrições ao uso e ocupação antrópicos (Parte 1 da ATI), as dinâmicas imobiliárias e tendências de mercado e as condicionantes geográficas, pode-se definir as áreas mais adequadas para a expansão urbana de Contenda.

Figura 1 - Uso e Ocupação do Solo Urbano (Mapa 6)



Fonte: Maptriz, 2021.

Como visto na Parte 1 da Análise Temática Integrada, quase metade das áreas internas aos perímetros urbanos estão vazias (áreas em cinza na Figura 1). Isso significa, em tese, que as áreas urbanas de Contenda são suficientes para comportar o dobro da população atual mantendo a densidade demográfica.

Foi visto também que as áreas urbanas já consolidadas carecem ainda de investimento nas questões básicas de infraestrutura e urbanização. É recomendável, portanto, que sejam ocupadas as áreas mais próximas da malha urbana existente, facilitando a oferta de serviços (educação, saúde, coleta de lixo, transporte etc.) e instalação e manutenção da infraestrutura (iluminação pública, saneamento básico, sistema viário).

Sendo assim, é mais interessante, pensando na qualidade de vida e na viabilidade financeira, que o perímetro urbano atual seja mantido. Ressalta-se que manutenção do traçado do perímetro deve vir acompanhada da readequação do zoneamento.

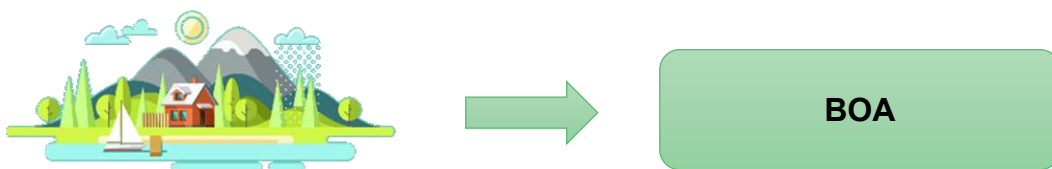
Além de priorizar a ocupação dos vazios adjacentes à malha urbana consolidada da Sede pelos motivos citados até aqui, foram identificados na 2ª Oficina de Leitura Técnica alguns outros pontos de interesse para possível expansão:

- Distrito de Catanduvas do Sul – provisão de equipamentos públicos (escola municipal, colégio estadual, unidade de saúde, subprefeitura, espaços de esporte e lazer) e poucas restrições à urbanização;
- Campestre – proximidade ao Rio Iguaçu e à área prevista para a implantação da ferrovia “Nova Ferroeste”;
- Serrinha – área já incluída no perímetro urbano da Sede, com provisão de equipamentos e serviços públicos e espaço para novos loteamentos.

### 3. CAPACIDADE DE SUPORTE ATUAL E FUTURA

Este capítulo visa avaliar a capacidade de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, considerando tanto o uso e ocupação do solo atual quanto o cenário futuro de expansão urbana.

#### 3.1. CAPACIDADE DE SUPORTE AMBIENTAL



Atualmente, os aspectos ambientais de Contenda suportam bem a ocupação antrópica atual do território. Apesar da falta de fiscalização e controle e de pontos de supressão de vegetação nativa nas Áreas de Preservação Permanente, Contenda se encontra em ótima situação em relação à vegetação: quase 40% da área do município é coberta por vegetação nativa.

Sabe-se que abundância hídrica do território traz potencialidades e restrições ao Município. Considerando os próximos 10 anos, é necessário dar atenção para alguns aspectos para que Contenda possua a capacidade de suporte ambiental adequada ao desenvolvimento sustentável:

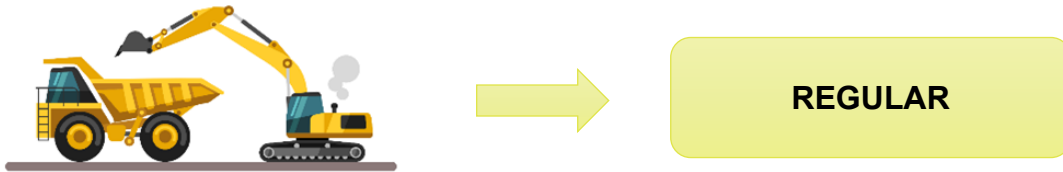
- Fiscalizar e controlar os empreendimentos potencialmente poluentes (solo e água), como indústrias e locais de destinação de resíduos sólidos;
- Incentivar a manutenção da vegetação nativa existente e a recuperação de Áreas de Preservação Permanente;
- Garantir a limpeza e qualidade hídrica dos rios e nascentes, em especial na área de manancial futuro (região Rio do Poço);
- Incentivar a agricultura familiar e sustentável e as boas práticas de manejo do solo, principalmente nas áreas ambientalmente frágeis (regiões suscetíveis à processos erosivos e regiões de várzea).

Mantendo estes objetivos em vista, Contenda não terá problemas de suporte ambiental no próximo decênio. Além de ambientalmente suportar o uso e a ocupação humana, vale destacar também alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 que podem ser cumpridos ainda com políticas adequadas voltadas ao meio ambiente.





### 3.2. CAPACIDADE DE SUPORTE DA INFRAESTRUTURA



A infraestrutura de Contenda tem capacidade de suporte regular para atender a atual população residente. Destacam-se alguns aspectos:

- metade das vias urbanas não são pavimentadas;
- falta de sinalização vertical e horizontal nas vias;
- inexistência de calçada ou incidência de calçadas estreitas ou com barreiras na maior parte da cidade;
- apesar do acesso viário à Contenda ser bom, o acesso da Sede até o distrito de Catanduvás e até as demais localidades é regular;
- quase toda a população (urbana e rural) tem acesso à água tratada;
- a rede de drenagem pluvial é insuficiente, o que causa alagamentos e enchentes na região central da cidade;
- 60% da malha viária da Sede urbana não possui rede de coleta e tratamento de esgoto;
- sistema de iluminação pública atende quase todas as áreas urbanas, porém está obsoleto.

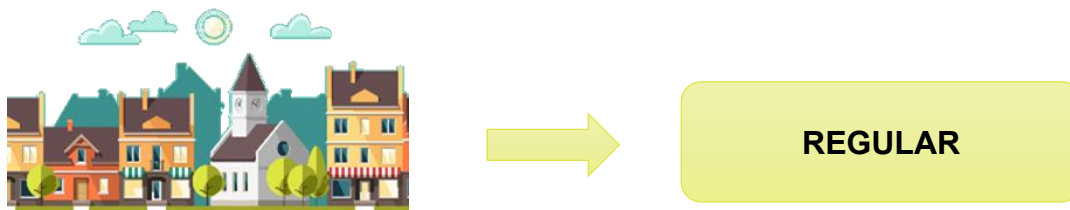
Considerando o horizonte dos 10 próximos anos, vê-se a necessidade de se investir amplamente na infraestrutura municipal para que a população tenha uma melhor qualidade de vida. Os investimentos em infraestrutura devem ser feitos considerando os princípios de acessibilidade e sustentabilidade.

Além disso, apesar da posição geográfica estratégica de Contenda, falta infraestrutura para que o Município atraia mais indústrias, geradoras de emprego e renda para os moradores. O mesmo vale para o turismo, visto que Contenda dispõe de pouca ou nenhuma infraestrutura para receber turistas.

A seguir estão alguns ODS que têm relação direta com a melhoria da infraestrutura local, para que essa dê o suporte adequado à ocupação antrópica, em especial das áreas urbanas.



### 3.3. CAPACIDADE DE SUPORTE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS



Os equipamentos e a oferta de serviços públicos são regulares – atendem à demanda atual com ressalvas. Há deficiências que devem ser supridas para que Contenda tenha a capacidade de suportar as demandas dos moradores nos próximos 10 anos.

Entre as deficiências que foram identificadas na Parte 1 da Análise Temática Integrada, destacam-se:

- Faltam servidores municipais, por exemplo para serviço de varrição e limpeza pública e para os serviços de assistência social;
- Falta capacitação dos servidores para o atendimento na área da saúde;
- Cemitério da Sede com capacidade de suporte excedida;
- Má distribuição dos equipamentos de saúde e de assistência social<sup>3</sup>;
- Carência de equipamentos de cultura, lazer;
- Oferta de vagas insuficientes nos CMEI.

Além destas deficiências, vê-se um serviço público pouco eficiente, não apenas por falta de servidores ou de capacitação, mas sim por falta de adesão a soluções tecnológicas e inteligentes. Percebe-se que existe a vontade e a intenção de modernização do setor público, em especial do Poder Executivo, para que os serviços possam ser prestados à população com mais eficácia e eficiência.

Portanto, de modo geral, para que haja capacidade de suporte dos equipamentos e serviços públicos é necessário investimento em modernização dos serviços, capacitação dos servidores e melhoria da estrutura física.

A seguir estão alguns ODS que têm relação direta com a melhoria dos serviços municipais.



<sup>3</sup> Concluídas as construções e projetos atuais, esta deficiência será suprida.

## 4. CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS

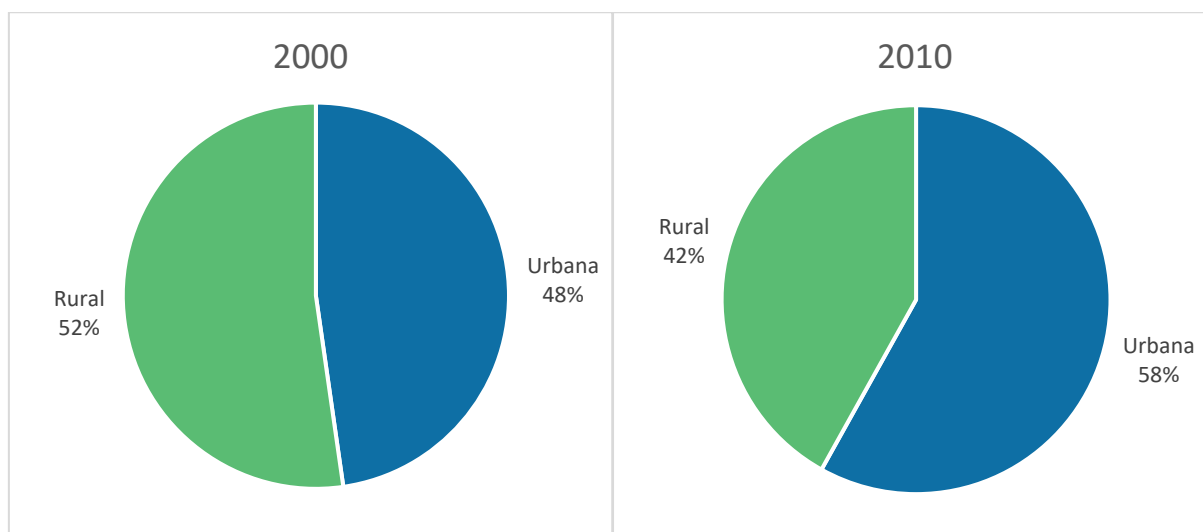
A análise sobre as condições fundiárias e de moradia embasará a formulação adequada das diretrizes e políticas na área habitacional no Município.

A comparação entre os dados do Censo Demográfico de 2000, utilizados na elaboração do PDM aprovado em 2010, e os dados referentes ao ano de 2010 (último Censo realizado pelo IBGE) possibilita, juntamente com as informações fornecidas pela ETM da Revisão do PDM de Contenda, formular o diagnóstico da situação atual.

### 4.1. DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E CONDIÇÕES DE MORADIA

Comparando os dados dos dois últimos censos demográficos realizados pelo IBGE, vê-se que houve um aumento expressivo na população urbana de Contenda (Gráfico 2). Estima-se que a taxa de urbanização seja muito mais substancial atualmente, passada uma década desde o último censo. Entretanto, optou-se por utilizar somente os dados oficiais para essa análise.

*Gráfico 2 - Situação dos domicílios em Contenda, 2000-2010*



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Tendo em vista apenas a população urbana, em 10 anos o aumento foi de 2.911 pessoas, isto é, 46%<sup>4</sup>. Com este dado, fica claro o impacto que a cidade sofre ao absorver este aumento populacional sem o devido planejamento.

Sobre a distribuição populacional, pode-se também analisar o número de moradores por domicílio (Tabela 2 e Gráfico 3). Percebe-se que o mais comum, em 2010, eram 3 ou 4 pessoas por domicílio na área urbana e 2 ou 3 moradores por domicílio na área rural. Ao compararmos os dados de Contenda dos dois últimos censos, nota-se o aumento na quantidade de domicílios com 1 a 4 moradores e a diminuição nos domicílios com 5 ou mais moradores.

<sup>4</sup> 6.320 em 2000 para 9.231 em 2010 (IBGE– Censos Demográficos).

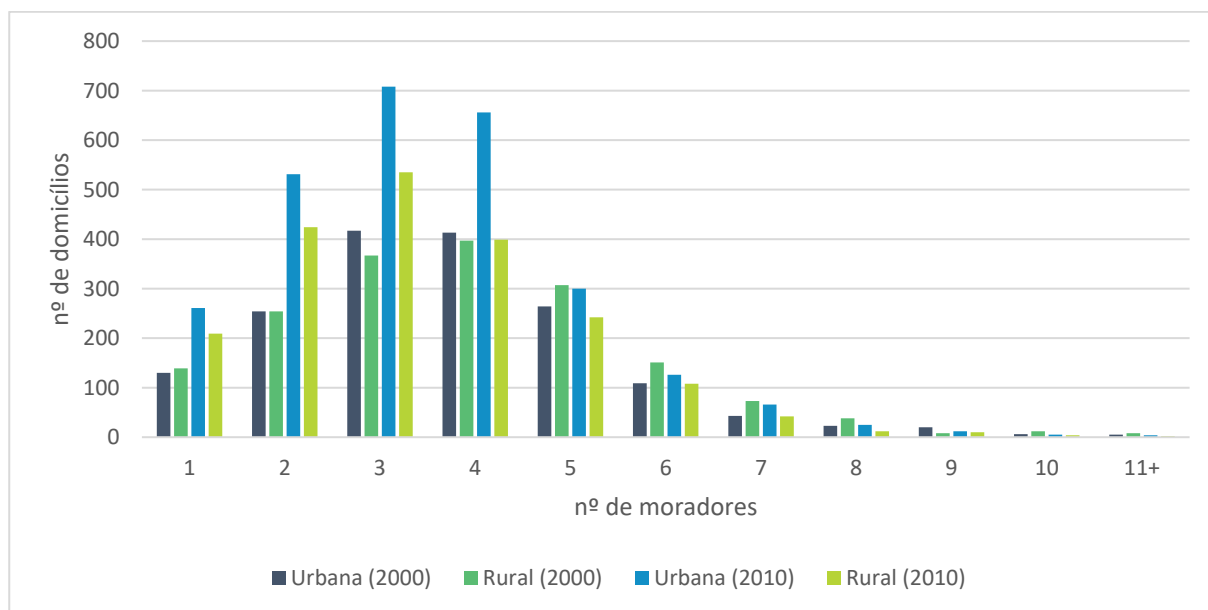
## Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 2 - Número de moradores por domicílio em Contenda, 2000-2010

	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1 morador	269	130	139	470	261	209
2 moradores	508	254	254	955	531	424
3 moradores	784	417	367	1.243	708	535
4 moradores	810	413	397	1.055	656	399
5 moradores	571	264	307	542	300	242
6 moradores	260	109	151	234	126	108
7 moradores	116	43	73	108	66	42
8 moradores	61	23	38	37	25	12
9 moradores	28	20	8	22	12	10
10 moradores	18	6	12	9	5	4
11 moradores ou mais	13	5	8	6	4	2
<b>Total</b>	<b>3.438</b>	<b>1.684</b>	<b>1.754</b>	<b>4.681</b>	<b>2.694</b>	<b>1.987</b>

Fonte: IBGE / SIDRA, 2021 (Tabela 185). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Gráfico 3 - Número de moradores por domicílio em Contenda, 2000-2010



Fonte: IBGE / SIDRA, 2021 (Tabela 185). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Tabela 3 - Domicílios particulares permanentes em Contenda por condição de ocupação, 2000-2010

Condição de Ocupação	2000		2010	
	Nº de domicílios	%	Nº de domicílios	%
Próprio já quitado	2.715	78,95	3.609	77,02
Próprio em aquisição	86	2,50	246	5,25
Alugado	218	6,34	438	9,34
Cedido	401	11,66	338	7,21

Condição de Ocupação	2000		2010	
	Nº de domicílios	%	Nº de domicílios	%
Outra Condição	19	0,55	55	1,17
<b>Total</b>	<b>3.439</b>	<b>100,00</b>	<b>4.685</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE / SIDRA, 2021 (Tabelas 1435 e 3513). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Para além da distribuição populacional, deve-se olhar também para a condição de ocupação das moradias. A partir da Tabela 3 conclui-se que:

- a) a maioria dos domicílios em Contenda são próprios e já quitados (79 em 2000 e 77% em 2010);
- b) de 2000 para 2010 houve um aumento na proporção de domicílios próprios em aquisição (de 2,5 para 5,2%) e de domicílios alugados (de 6,3 para 9,3%).

O IBGE classifica os domicílios particulares permanentes em três categorias, conforme sua adequação. Verifica-se na Tabela 4 que 72% dos domicílios apresentam pelos menos um componente inadequado, demonstrando a necessidade de investimentos para levantamento acurado da carência e na elaboração de políticas públicas para supri-la.

*Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes por adequação de moradia em Contenda, 2010*

Categoria	Domicílios	%
Adequada	1.153	24,61
Semiadequada	3.387	72,28
Inadequada	146	3,11

Nota: A adequação da moradia foi definida como:

- a) Adequada - quando o domicílio atendia a todas as seguintes condições: até dois moradores por dormitório; abastecimento de água por rede geral de distribuição; esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial, ou por fossa séptica; e lixo coletado, diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza;
- b) Semiadequada – quando o domicílio tem 1 ou mais das condições adequadas;
- c) Inadequada - quando o domicílio não apresentava sequer uma das condições definidas para a condição de adequada (IBGE, 2021).

Fonte: IBGE / SIDRA, 2021 (Tabela 3513). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

*Tabela 5 - Componentes de inadequação dos domicílios urbanos em Contenda, 2010*

	Domicílios urbanos
Inadequação por abastecimento de água (poço ou rede)	119
Inadequação por esgotamento sanitário	1.320
Inadequação por iluminação elétrica	11
<b>Pelo menos um componente de infraestrutura inadequado</b>	<b>1.375</b>
Adensamento excessivo em domicílios próprios	47

Fonte: FJP, 2010. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Considerando apenas os domicílios inadequados em área urbana, a Fundação João Pinheiro apresenta um detalhamento de qual componente estava inadequado nos domicílios (Tabela 5). De acordo com os dados apresentados, a inadequação mais comum foi em relação ao sistema de esgotamento sanitário, isto é, domicílios que não possuem fossa séptica instalada ou acesso à rede de coleta de esgoto.

## 4.2. DÉFICIT HABITACIONAL

O déficit habitacional está relacionado diretamente às deficiências do estoque de moradias que englobam aquelas sem condições de serem habitadas, devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas.

Inclui-se ainda, no déficit habitacional, a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias conviventes), aos moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade demográfica. A moradia em imóveis e em locais com fins não residenciais também fazem parte desse conceito.

Desta forma, três fatores compõem o cálculo de déficit habitacional: domicílios improvisados<sup>5</sup>; famílias conviventes;<sup>6</sup> coabitação disfarçada<sup>7</sup>. Vale destacar que esses dados são os mais recentes, porém possuem 11 anos de defasagem, podendo não corresponder à realidade atual. O déficit habitacional de Contenda, nas condições apresentadas, era de 345 moradias em 2010, sendo 80% na área urbana (Tabela 6).

Tabela 6 - Déficit Habitacional em Contenda, 2010

Déficit Habitacional	Total	Total relativo* (%)
Urbano	275	10,21
Rural	70	3,50
<b>Total</b>	<b>345</b>	<b>7,36</b>

Nota: (\*) Porcentagem do déficit total em relação ao número de domicílios particulares permanentes.

Fonte: FJP, 2010. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Tabela 7 – Componentes do Déficit Habitacional em Contenda, 2010

Déficit Habitacional	Urbano	Rural	Total
Domicílio precários	64	0	64
Coabitação familiar	88	70	158
Ônus excessivo com aluguel*	109	-	109
Adensamento de domicílios alugados	14	0	14
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>70</b>	<b>345</b>

Nota: (\*) Ônus com aluguel somente foi avaliado para áreas urbanas.

Fonte: FJP, 2010. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

A Tabela 7 apresenta os componentes do déficit habitacional. Na área urbana, o déficit habitacional é composto principalmente pelo ônus excessivo com aluguel<sup>8</sup> e pela coabitação familiar. Na área rural, o único componente identificado é o de coabitação familiar.

<sup>5</sup> Domicílios Improvisados são os locais e imóveis sem fins residenciais e que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, pontes, viadutos, carros abandonados, cavernas, entre outros).

<sup>6</sup> Famílias Conviventes: mais de uma família residindo no mesmo domicílio.

<sup>7</sup> Coabitação disfarçada: mais de uma família que apresenta laço de parentesco residindo no mesmo domicílio.

<sup>8</sup> Famílias de baixa renda que comprometem valor superior a 30% de seu orçamento mensal com moradia.

Vale ressaltar que, no mesmo ano, a quantidade de domicílios vagos no município (somando área urbana e rural) era maior que déficit habitacional (Tabela 8).

*Tabela 8 – Domicílios vagos em Contenda, 2010*

Domicílios vagos	Total	Total relativo* (%)
Urbano	226	8,38
Rural	120	6,04
<b>Total</b>	<b>346</b>	<b>7,38</b>

Nota: (\*) Porcentagem em relação ao número de domicílios particulares permanentes.

Fonte: FJP, 2010. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, estima-se que o déficit habitacional hoje seja de cerca de 300 unidades. Na última Pesquisa de Necessidades Habitacionais do Paraná, Contenda foi um dos 36 municípios que não forneceram dados atualizados<sup>9</sup>.

Em 2009, havia 540 pessoas cadastradas como interessadas para programas habitacionais<sup>10</sup>.

### 4.3. PROGRAMAS HABITACIONAIS

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, instituído pela Lei nº 11.124/2005, é um sistema de gestão descentralizado, democrático e participativo, que tem como objetivo principal o equacionamento do problema do déficit habitacional por meio de programas e ações que invistam na melhoria das condições de habitabilidade, incorporando o planejamento e provisão habitacional, a urbanização, regularização e integração de assentamentos precários e a assistência técnica.

A Política Municipal de Habitação de Contenda, em consonância com o SNHIS, foi elaborada a partir do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e instituída pela Lei nº 1.330/2011. Esta lei define os seguintes programas habitacionais para o Município:

- I - Programa de Realocação de Famílias em Áreas de Risco e de Preservação Permanente;*
- II - Programa de Produção Moradias;*
- III - Programa de Melhorias Habitacionais;*
- IV - Programa de Regularização Fundiária;*
- V - Programa de Urbanização de Assentamentos Precários;*
- VI - Programa de Assistência Técnica;*
- VII - Programa de Desenvolvimento Institucional.<sup>11</sup>*

A Lei nº 1.330/2011 estabelece também a necessidade da implantação de um “Sistema de Monitoramento e Avaliação para cada programa implantado, para que se possa avaliar seu foco de atuação e as ações do município com relação a sua Política Habitacional”<sup>12</sup>. Tal sistema, entretanto, não foi implantado, o que dificulta a avaliação do desempenho de Contenda em relação à política habitacional nestes últimos 10 anos.

<sup>9</sup> COHAPAR, 2020.

<sup>10</sup> COHAPAR, 2010.

<sup>11</sup> Art. 16 da Lei Municipal nº 1.330/2011.

<sup>12</sup> Art. 19 da Lei Municipal nº 1.330/2011.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

O SISPEHIS disponibiliza apenas dados sobre as ações e programas executados pela Prefeitura entre os anos de 2007 e 2010:

*Quadro 1 - Ações e Programas Habitacionais do Município, 2007-2010*

Descrição	Quantidade	Ano
Construção de unidades habitacionais pelo município	8	2007
Construção de unidades habitacionais por outros agentes	110	2010
Oferta de materiais de construção	96	2007
	150	2008
	190	2009
	36	2010

Fonte: COHAPAR, 2010. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Em 2016 foram construídas 39 casas em Contenda através do programa habitacional estadual Morar Bem Paraná. Destas, 22 na sede urbana (Figura 2)<sup>13</sup>. Desde 2018, a Prefeitura está em processo de implantação do Loteamento Fênix, que contará com até 100 novas casas populares<sup>14</sup>.

*Figura 2 - Moradias Itaperubá, 2016*



Fonte: Carlos Gonçalves / Cohapar em PARANÁ / AEN, 2016.

Um dos primeiros passos que facilitam a implantação de novos programas habitacionais é a definição de Zonas Especiais de Interesse Social, conforme previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Plano Diretor aprovado em 2010, descrita na Parte 1 da ATI, foram instituídas 2 áreas de ZEIS (Figura 3).

Estas áreas (Figura 3) compreendem a região do Itaperubá, empreendimento entregue em 2016, e do Loteamento Fênix, cuja entrega está em atraso. Por enquanto, não há novos empreendimentos da Cohapar previstos para Contenda.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> PARANÁ / AEN, 2016.

<sup>14</sup> CONTENDA, 2018.

<sup>15</sup> COHAPAR, 2021.



Figura 3 - Zonas Especiais de Interesse Social na Lei Complementar nº 9/2010



Fonte: CONTENDA / LC nº 9/2010. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

As áreas de ZEIS da lei vigente não comportam a implantação de mais programas habitacionais. Desde modo, nesta Revisão do PDM faz-se necessária a instituição de novas ZEIS, para que haja a previsão de implantação de novos empreendimentos de habitação social através de programas habitacionais e para colaborar com processos de regularização fundiária das ocupações irregulares.

#### 4.4. OCUPAÇÕES IRREGULARES

Os loteamentos irregulares são aqueles que descumprem a legislação urbanística e/ou ambiental, civil, penal e do registro de imóveis, quando parcelam clandestinamente, demarcam e subdividem lotes e pavimentam ruas sem qualquer permissão do Poder Público.

Figura 4 - Exemplos de parcelamento irregular na cidade de Contenda, 2021



Fonte: Google Maps, 2021. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Na Sede Urbana de Contenda existem muitas ocupações irregulares, principalmente por conta de parcelamentos clandestinos, isto é, subdivisões de lotes e venda de “partes ideais”

## Revisão do Plano Diretor Municipal

do mesmo. Outra irregularidade comum na Sede, por suas características hidrográficas, são as ocupações em áreas de APP.

Na área rural tem se tornado cada vez mais comum o parcelamento clandestino, principalmente em forma de condomínio. As unidades são muito inferiores ao módulo rural.

O Município não possui um levantamento atualizado das ocupações irregulares. Os últimos dados disponíveis no SISPEHIS são do ano de 2010. Em síntese o cenário das ocupações irregulares de Contenda em 2010 era o seguinte:

- 1 favela com 22 domicílios;
- 17 loteamentos irregulares e/ou clandestinos, com 389 edificações no total<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> COHAPAR, 2010.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRITO, L. CAVENAGHI, S. JANNUZZI, P. Estimativas e projeções populacionais para pequenos domínios: uma avaliação da precisão para municípios do Rio de Janeiro em 2000 e 2007. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, 27 (1), jun. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000100004>>. Acesso em 03 nov. 2021.

COHAPAR. Contenda. 20 set. 2021. Disponível em: <<https://www.cohapar.pr.gov.br/Contenda>>. Acesso em 04 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná. Pesquisa de Necessidades Habitacionais do Paraná: Resultados 2019. 2020.

\_\_\_\_\_. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná. SISPEHIS. Formulário de Pesquisa: Contenda – 04 ago. 2010. Disponível em: <<https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/formPrincipal.php?idFormPrincipal=wdD0t04=Vpn6ByePHQnFnPYJVPYv64X7LQLbPDo>>. Acesso em 05 nov. 2021.

CONTENDA. Edital de Concorrência nº 002/2020; Processo Administrativo nº 254/2019.

\_\_\_\_\_. Prefeitura e Cohapar vão rerepresentar projeto para a construção de 100 casas em Contenda. 09 mar. 2018. Disponível em: <[https://contenda.pr.gov.br/noticiasView/669\\_Prefeitura-e-Cohapar-va-representar-projeto-para-a-construcao-de-100-casas-em-Contenda-Docmentos-ja-haviam-sido-proto.html](https://contenda.pr.gov.br/noticiasView/669_Prefeitura-e-Cohapar-va-representar-projeto-para-a-construcao-de-100-casas-em-Contenda-Docmentos-ja-haviam-sido-proto.html)>. Acesso em 04 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.330, de 22 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Contenda.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 9, de 22 de abril de 2010. Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Município de Contenda e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor Municipal do Município de Contenda. Análise Temática Integrada. 2010. Disponível em: <<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/72/documento/699>>. Acesso em 28 set. 2021.

FJP. Déficit Habitacional no Brasil. 2010.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

IBGE. Notas Metodológicas – Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas\\_metodologicas.html?loc=0](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0)>. Acesso em 03 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22 jul. 2021.

PARANÁ. AEN. Famílias de Contenda recebem as chaves da casa própria. 1º abr. 2016. Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=88515>>. Acesso em 04 nov. 2021.

PNUD. IPEA. Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/>>. Acesso em 05 nov. 2021.

# MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA

CNPJ 80.921.489/0001-73  
Av. Higienópolis, 32, sl. 1403 – Londrina/PR  
maptriz.com.br

## EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

Marina Machado de Rezende  
Arquiteta e Urbanista - CAU n° A1433229 – Coordenadora

José Roberto Hoffmann  
Engenheiro Civil – CREA/PR n° 6125/D

Carlos Rogério Pereira Martins  
Administrador – CRA/PR n° 24528

Demétrius Coelho Souza  
Advogado – OAB/PR n° 24.363

Agenor Martins Junior  
Arquiteto e Urbanista - CAU n° A138614

Cláudia Leocádio Dias  
Assistente Social – CRESS/MG n° 4013

## APOIO

Paulo Roberto Santana Borges  
Economista

Geane Talia de Almeida Lopes  
Assistente de Arquitetura e Urbanismo



# MUNICÍPIO DE CONTENDA

CNPJ 76.105.519/0001-04  
Av. João Franco, 400 – Contenda/PR  
contenda.pr.gov.br

## EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL (Decreto nº 406/2021)

Larry Hugo Sanchez  
Arquiteto e Urbanista – CAU nº A1465155 – Coordenador

Ovídio Luiz Druszcz  
Engenheiro Civil

Daiana Priscila Souza Leite  
Departamento de Obras e Edificações

Bruna Paola Dziura  
Diretora do Departamento de Habitação Social

Mayra Carolina Zornita Pereira  
Diretora do Departamento de Serviços Urbanos e Fiscalização

Marli Terezinha Filipak Retamero  
Contadora

Nilson Carlos de Carvalho Niza  
Departamento de Cadastro e Tributação

Thomas Gaspar Santana  
Departamento de Meio Ambiente

Jaime Kfiatkoski  
Secretário Municipal de Administração

Sérgio Marcos Carvalho  
Secretário Municipal de Saúde

Lauro Alexsandro Lagner  
Secretário Municipal de Obras Viação e Serviços Urbanos

Lisiane Ciulik Padilha  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Simone Polak Silva  
Secretária Municipal de Finanças

Angela Mayer de Souza Digner  
Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social

Emanoel de Souza e Silva  
Secretário Municipal de Governo

Rubens Caio Duarte Marques  
Departamento de Vigilância Sanitária

Antonio Adamir Digner  
PREFEITO MUNICIPAL



## Revisão do Plano Diretor Municipal

### CONSELHO GESTOR DO PLANO DIRETOR (Decreto nº 407/2021)

Larry Hugo Sanchez - Coordenador

Ovídio Luiz Druszcz

Daiana Priscila Souza Leite

Bruna Paola Dziura

Mayra Carolina Zornita Pereira

### CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE (Decreto nº 160/2021)

Antonio Adamir Digner

Prefeito Municipal

Carlos Hass Neto

Secretaria Municipal de Indústria,  
Agropecuária e Meio Ambiente

Lisiane Ciulik Padilha

Secretaria Municipal de Educação, Cultura  
e Esportes

Sibeli Strasbach

Departamento de Planejamento

Ovídio Luiz Druszcz

Secretaria Municipal de Obras, Viação e  
Serviços Urbanos

Ary Alberti Neto

Associação Comercial de Indústria e  
Agropecuária de Contenda – ACIAC

Miguel Treziak

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de  
Contenda

Micheli Fleiter de Oliveira

Associação de Proteção a Maternidade e  
Infância de Contenda – APMI

Luciléia Pelosi

Associação de Catadores de Materiais  
Recicláveis de Contenda – ACMRC

Adão Staron

Cooperativa dos Produtores Rurais de  
Contenda – Cootenda

Mario Celso Dzierwa

Representante do Município de Contenda

Emanoel de Souza e Silva

Representante do Município de Contenda

Márcio Rogério Francisco

Representante do Poder Legislativo de  
Contenda

### SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Antonio Weinhardt Junior

Analista de Desenvolvimento Municipal





---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

## *Contenda*



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS  
JOÃO CARLOS ORTEGA Secretário  
LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE  
JOÃO CARLOS ORTEGA Superintendente  
ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR Superintendente Executivo  
JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças  
CAMILA MILEKE SCUCATO Diretora de Operações  
VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos  
HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações  
RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação  
JOSE EDMIR MIRO GASPAR FALKEMBACK Coordenador ER Maringá  
RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa  
FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de Escritório Regional e da  
Região Metropolitana e Litoral  
JOSÉ FERNANDO DILLENBURG Coordenador ER Cascavel  
CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI Coordenador ER Guarapuava  
ANDRÉ COTRIN ABDO Coordenador ER Londrina

## **MUNICÍPIO DE CONTENDA**

Prefeito  
Antônio Adamir Digner

## **SUPERVISÃO**

**Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**  
**Diretoria de Operações**





---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

## *Contenda*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2021

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2020

Dezembro/2021



# SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	3
LISTA DE GRÁFICOS .....	4
LISTA DE MAPAS .....	5
LISTA DE QUADROS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	7
LISTA DE SIGLAS.....	8
1. INTRODUÇÃO .....	9
2. SISTEMA VIÁRIO.....	11
2.1. SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL.....	11
2.2. SISTEMA VIÁRIO URBANO.....	12
3. MOBILIDADE URBANA .....	17
3.1. DESLOCAMENTO NÃO-MOTORIZADO.....	17
3.1.1. DESLOCAMENTO PEDONAL .....	18
3.1.1.1. ROTAS ACESSÍVEIS PRIORITÁRIAS .....	19
3.1.2. DESLOCAMENTO CICLÍSTICO .....	21
3.2. DESLOCAMENTO MOTORIZADO .....	22
3.2.1. TRANSPORTE COLETIVO .....	23
3.2.2. TRANSPORTE DE CARGAS.....	26
3.2.3. TRANSPORTE INDIVIDUAL.....	27
4. GESTÃO MUNICIPAL.....	29
4.1. FINANÇAS PÚBLICAS .....	29
4.1.1. RECEITAS FINANCEIRAS .....	30
4.1.1.1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS.....	32
4.1.1.2. RECEITAS TRIBUTÁRIAS E RECEITAS PRÓPRIAS.....	40
4.1.1.3. RECEITAS CORRENTES E RECEITA TRIBUTÁRIA .....	44
4.1.2. DESPESAS FINANCEIRAS .....	45
4.1.2.1. DESPESAS POR FUNÇÃO.....	47
4.1.2.2. DESPESA COM PESSOAL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL .....	49
4.1.2.3. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS .....	50
4.1.3. INDICADORES DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	51
4.1.3.1. INDICADOR DE DEPENDÊNCIA.....	51
4.1.3.2. INDICADOR DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS.....	52
4.1.3.3. INDICADOR DE POUPANÇA.....	53

4.1.3.4. INDICADOR DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO .....	54
4.2. CONSELHOS MUNICIPAIS .....	56
4.3. ESTRUTURA PARA GESTÃO DO PDM.....	57
5. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA .....	59
6. REFERÊNCIAS.....	61
MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA .....	65
MUNICÍPIO DE CONTENDA .....	67



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema das principais vias municipais .....	11
Figura 2 - Vias urbanas com pavimentação asfáltica .....	15
Figura 3 - Via urbana com lajota sextavada   Via urbana não pavimentada .....	15
Figura 4 - Mapa de pavimentação das vias urbanas da Sede de Contenda .....	16
Figura 5 – Trecho de calçada larga   Travessia elevada.....	18
Figura 6 – Esquina com rampa e piso tátil   Faixa de pedestre sem calçada acessível.....	19
Figura 7 - Exemplo de espaço acessível.....	19
Figura 8 - Inventário e proposta de rota acessível.....	20
Figura 9 - Declividade inferior a 5% na Sede de Contenda (recorte).....	21
Figura 10 - Itinerário Linha R11 - Contenda / Araucária .....	24
Figura 11 - Itinerário Linha R71 - Curitiba / Contenda .....	24
Figura 12 - Itinerário Linha R99 - Contenda / Catanduvas do Sul.....	25
Figura 13 - Terminal Rodoviário.....	25
Figura 14 - Exemplos de ponto de ônibus.....	25
Figura 15 – Como será a nova ferrovia.....	26
Figura 16 - Mapa de Hierarquia Viária e Pontos de conflito viário (recorte) .....	27
Figura 17 - Sinalização viária.....	28
Figura 18 - Prefeitura Municipal   Câmara Municipal.....	29
Figura 19 – Organograma (Anexo I – Lei Municipal nº 1467/2013).....	58

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de motorização geral por município, 2020 .....	22
Gráfico 2 - Frota de veículos cadastrados por tipo em Contenda, 2020 .....	23
Gráfico 3 – Comparação dos índices das Receitas Correntes e Inflação no período 2018-2020 .....	31
Gráfico 4 – Participação média das transferências da União no período 2018-2020 .....	36
Gráfico 5 – Participação média das transferências do Estado, período 2018-2020 .....	39
Gráfico 6 – Comparativo entre o ICMS e FPM, Receitas Correntes e Transferências Correntes, valores deflacionados a preços de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	39
Gráfico 7 – Comparativo da participação média das contas entre Receitas Próprios e Receitas Tributárias, período 2018-2020 .....	41
Gráfico 8 – Comparativo do crescimento acumulado das variáveis que compõem a Receita Tributária, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (%) .....	43
Gráfico 9 – Comparação entre Capacidade de Investimentos e Investimentos, valores deflacionados a preços constantes 2020, período 2018-2020 (R\$) .....	55

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Hierarquia Viária e Pontos de conflito viário .....	13
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Logradouros participantes da rota acessível .....	21
Quadro 2 - Linhas dos Ônibus Metropolitanos - Contenda.....	23
Quadro 3 – Lista dos Conselhos Municipais de Contenda .....	56

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da frota de veículos cadastrados por município, 2016/2020 .....	22
Tabela 2 – Acidentes de trânsito nas vias urbanas por município, 2020.....	28
Tabela 3 – Receitas Orçamentárias Municipais, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	30
Tabela 4 – Comparativo da Receita Orçamentária com as Transferências Correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	33
Tabela 5 – Transferências Constitucionais, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	34
Tabela 6 – Comparativo das Transferências Constitucionais da União, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	35
Tabela 7 – Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado com valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	37
Tabela 8 – Receitas Tributárias, valores deflacionados a preços de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	40
Tabela 9 – Relação entre Receita Tributária e Receita Corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00).....	44
Tabela 10 – Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	45
Tabela 11 – Composição das Despesas Correntes e Despesas de Capital, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	46
Tabela 12 – Despesas por Função, valores deflacionados a preços constantes de 2020 e médias de valores e participação do período 2018-2020 (R\$ 1,00).....	47
Tabela 13 – Despesas com Pessoal em relação à RCL, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00).....	50
Tabela 14 – Resultado da Execução Orçamentária, relação entre Despesa e Receita, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	51
Tabela 15 – Indicador de Dependência, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	52
Tabela 16 – Indicador de Financiamentos dos Gastos, valores deflacionados a preços constantes de 2019, período 2018-2020 (R\$ 1,00).....	52
Tabela 17 – Indicador de Poupança, valores deflacionados a preços constantes de 2020.....	53
Tabela 18 – Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (Em R\$ 1,00) .....	54

## LISTA DE SIGLAS

AEN	Agência de Notícias do Paraná
APP	Área de Preservação Permanente
ATI	Análise Temática Integrada
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
ETM	Equipe Técnica Municipal
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PDM	Plano Diretor Municipal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SISPEHIS	Sistema de Informações Sobre Necessidades Habitacionais do Paraná
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

# 1. INTRODUÇÃO

A **Fase 2 - Análise Temática Integrada** se caracteriza como uma leitura e diagnóstico dos dados e informações quantitativas e qualitativas do município de Contenda, tendo como fonte o Poder Público, as Secretarias Municipais, o IBGE e outros órgãos estaduais, federais e regionais.

A Análise Temática Integrada é dividida em 3 partes:

- **PARTE 1 – CARACTERIZAÇÃO:**

- Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos: mapear e analisar as áreas do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana (sejam internas ou externas ao(s) perímetro(s) urbano(s), visando à identificação das restrições ambientais e associadas às infraestruturas, equipamentos e serviços públicos tendo em vista o uso e ocupação antrópica;
- Uso e ocupação atual do solo: mapear e analisar o uso e ocupação atual do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas e áreas de expansão urbana, a partir de dados disponíveis em cadastros, imagens, fotos ou levantamento de campo;
- Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: avaliar a adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial - atual e futura – das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos para definição de soluções específicas para garantir os direitos à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao saneamento ambiental e ao lazer.

- **PARTE 2 – EXPANSÃO URBANA E MORADIA:**

- Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: a partir dos resultados das atividades da Parte 1, avaliar a adequação de uso e ocupação atual do território municipal assim como a pertinência da legislação vigente (lei de perímetro urbano e de expansão da área urbana, lei de parcelamento, lei de uso e ocupação do solo urbano e lei do sistema viário e outras leis pertinentes), em relação às capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas das áreas do território municipal;
- Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: avaliar a adequação de áreas não urbanizadas para expansão urbana, sejam internas ou externas ao(s) perímetro(s) urbano(s), considerando as respectivas capacidades de suporte ambiental e a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamento e serviços públicos, frente às dinâmicas - atuais e futuras – demográfica, imobiliária e das principais ou potenciais atividades produtivas do município;

## Revisão do Plano Diretor Municipal

- Condições gerais de moradia e fundiárias: a partir dos resultados da capacidade de atendimento e das condições socioeconômicas da população urbana, avaliar a regularidade fundiária e suas condições de moradia para definição de soluções específicas para garantir os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

- **PARTE 3 – MOBILIDADE E GESTÃO:**

- Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana: avaliar a adequação atual e futura: do sistema viário básico; do sistema de transporte coletivo; do deslocamento individual não motorizado, ambos em relação às necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalho; e do deslocamento motorizado de cargas e serviços, para definição de soluções específicas de forma a garantir os direitos ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer;
- Capacidade de investimento do município: avaliar a capacidade de investimento, atual e futura, do município visando à implementação do PDM;
- Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes: identificar os conselhos existentes que estão relacionados à temática do desenvolvimento urbano de forma direta ou indireta e avaliar as respectivas naturezas, atribuições, composição, funcionamento e oportunidades de unificação.

Na Síntese da Análise Temática Integrada, sistematiza-se os resultados obtidos nas 3 partes. Juntas, estas etapas permitirão entender o panorama atual do município e embasar as propostas de mudanças, de modo a indicar a definição de objetivos, diretrizes e propostas para uma cidade sustentável.

Cada tema é analisado individualmente, de forma a conformar um dossiê sobre a realidade do município e das expectativas do governo municipal (executivo e legislativo), dos órgãos setoriais específicos e da sociedade local. A Análise Temática Integrada é realizada conjuntamente entre a Equipe Técnica da Consultoria, a Equipe Técnica Municipal e conselho, através de reuniões e oficinas. Para que o resultado desta avaliação seja fiel à realidade local, a participação comunidade, garantida pela realização de audiência pública, é fundamental.

Ao final, possibilitará a plena compreensão das condicionantes, deficiências e potencialidades do território municipal, que serão a base para o desenvolvimento das diretrizes e proposições, as quais caracterizarão o novo Plano Diretor.

O presente documento se refere à **Parte 3 – Mobilidade e Gestão**.



## 2. SISTEMA VIÁRIO

Este capítulo contemplará uma breve análise da estruturação e hierarquia das vias no Município de Contenda.

### 2.1. SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

A principal via do sistema viário no município é a BR-476 (Rodovia do Xisto), que dá acesso à Curitiba, além de conectar Contenda com os municípios vizinhos Lapa e Araucária. De jurisdição do governo federal, essa via apresenta importância nacional para o deslocamento de pessoas e o escoamento de cargas.

Já as rodovias estaduais que cortam o município são a PR-511 e a PR-510. Dentro da área urbana, as rodovias estaduais passam a ser chamadas de Av. São João e ser de responsabilidade do Município. As rodovias estaduais são importantes ligações entre os municípios e ainda servem para distribuir o fluxo até as estradas municipais, que servem às diversas localidades dentro do território municipal.

*Figura 1 - Esquema das principais vias municipais*



Fonte: Google, 2021.

Cabe ressaltar que, por fazer parte da Região Metropolitana de Curitiba, o planejamento do sistema viário em âmbito do município deverá considerar as diretrizes viárias metropolitanas no Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC- em elaboração – ou consultar a COMEC.

O mapa com o sistema viário municipal consta na **Parte 1** da Análise Temática Integrada.

Quanto ao estado de conservação, as vias do município, em sua maioria, não possuem pavimentação. Apenas a Rodovia do Xisto (BR-476) está em boas condições e completamente pavimentada. O trecho entre a Sede de Contenda e o Distrito de Catanduvas do Sul (PR-511), uma das principais vias no município, encontra-se em obras – parcialmente pavimentado.

As demais estradas, inclusive os trechos estaduais, carecem de pavimentação, especialmente a PR-510, considerando o tráfego de veículos pesados por conta da extração de areia na região.

## 2.2. SISTEMA VIÁRIO URBANO

O Sistema Viário Urbano atualmente de Contenda atualmente é regulamentado pela Lei Complementar nº 4/2010, que define a hierarquia das vias. As vias urbanas estão classificadas em:

*I - **Vias Principais**: recebem e distribuem o tráfego proveniente das vias locais e secundárias e alimentam as vias arteriais e de ligação. (...)*

*II - **Vias de Ligação**: possibilitam ligações intra-urbanas com média fluidez e relativa acessibilidade. (...)*

*III - **Via Arterial**: possibilitam ligações intra-urbanas, com média ou alta fluidez e baixa acessibilidade. (...) Corresponde à Rodovia Federal BR-476 (...)*

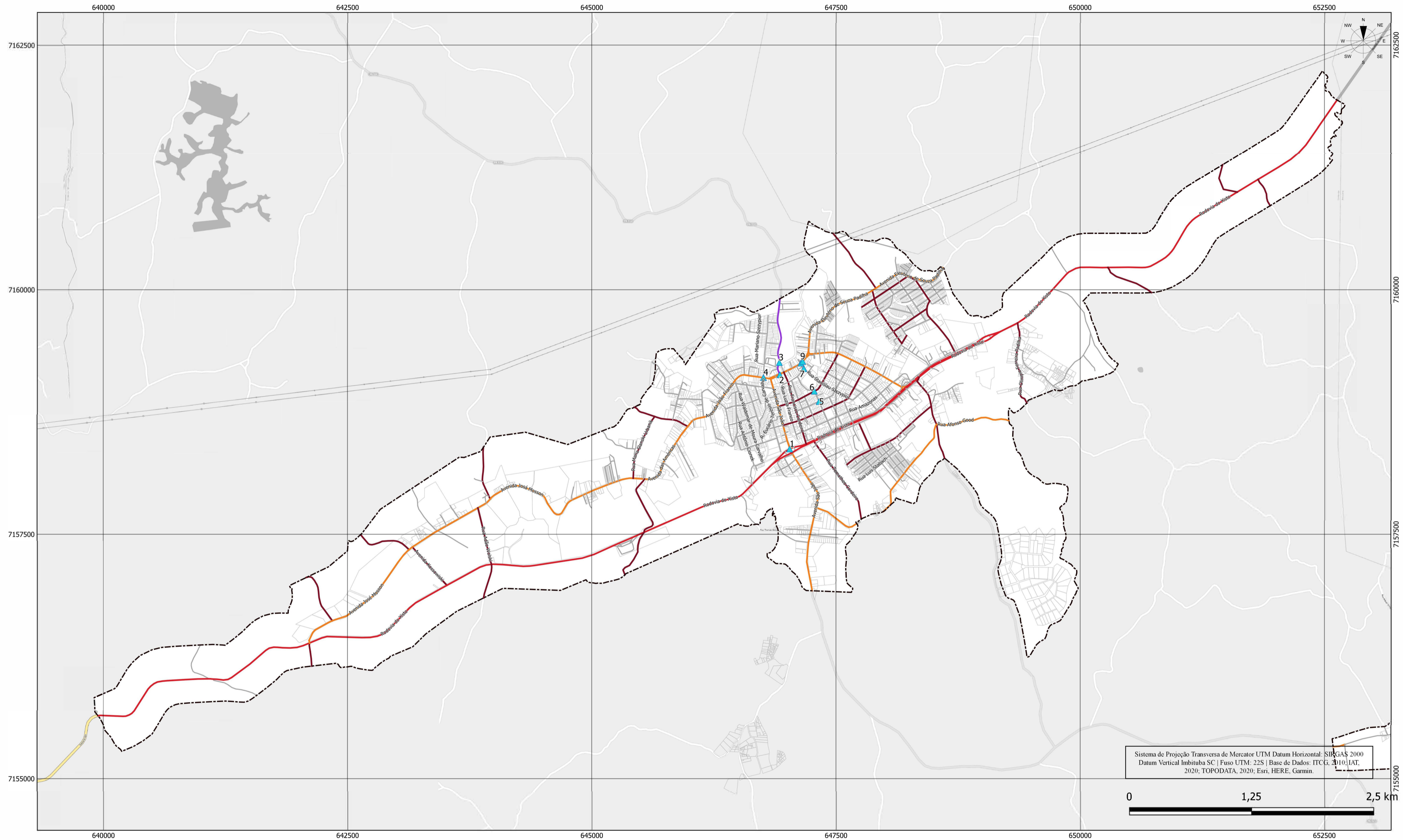
*IV - **Vias Secundárias**: recebem tráfego proveniente das vias locais e alimentam as vias principais, de ligação e arteriais. (...)*

*V - **Vias Locais**: distribuem o tráfego proporcionando acesso aos lotes em área predominantemente residencial e comercial.<sup>1</sup>*

A hierarquia viária vigente da Sede urbana está representada no Mapa 1, juntamente com os principais pontos de conflito do sistema viário.

---

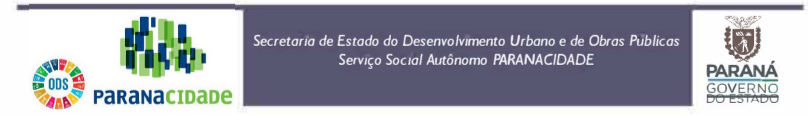
<sup>1</sup> LC 4/2010, Art. 9º



Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: SIRGAS 2000  
 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de Dados: ITCG, 2010; IAT,  
 2020; TOPODATA, 2020; Esri, HERE, Garmin.

Número	Descrição
1	▲ Entroncamento entre a Av. São João e a Rodovia do Xisto (BR 476)
2	▲ Entroncamento entre a Av. Juvêncio Soares da Silva com a Av. João Franco
3	▲ Saída do Cristo (Ponto Turístico) para a Rodovia Dr. Juvêncio Soares da Silva
4	▲ Entroncamento da Rua Eucário Terésio de Carvalho com a Avenida João Franco
5	▲ Entrocamento da Avenida Brasil e a Rua Goiás (Preferencial inversa)
6	▲ Entroncamento da Rua Dr. Adhemar Sicuro com a Rua Ermelino Ferreira de Melo
7	▲ Entrocamento da entre a Rua Doutor Anadir de Moura Carvalho com a Rua Stanislaw Szczypior
8	▲ Saída do estacionamento paralelo a Caixa Econômica Federal com a Av. João Franco
9	▲ Ponto de ônibus próximo a Caixa Econômica Federal, interrompe o fluxo viário

- Sistema Viário**
- Via de Ligação
  - Via Arterial
  - Vias Principais
  - Vias Secundárias
  - Vias Locais
  - ▲ Pontos de conflito viário
  - Perímetro Sede
  - Lotes



Município Contenda  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

Mapa 01 - Hierarquia Viária e pontos de conflito viário Prancha nº 01 Data: 2021

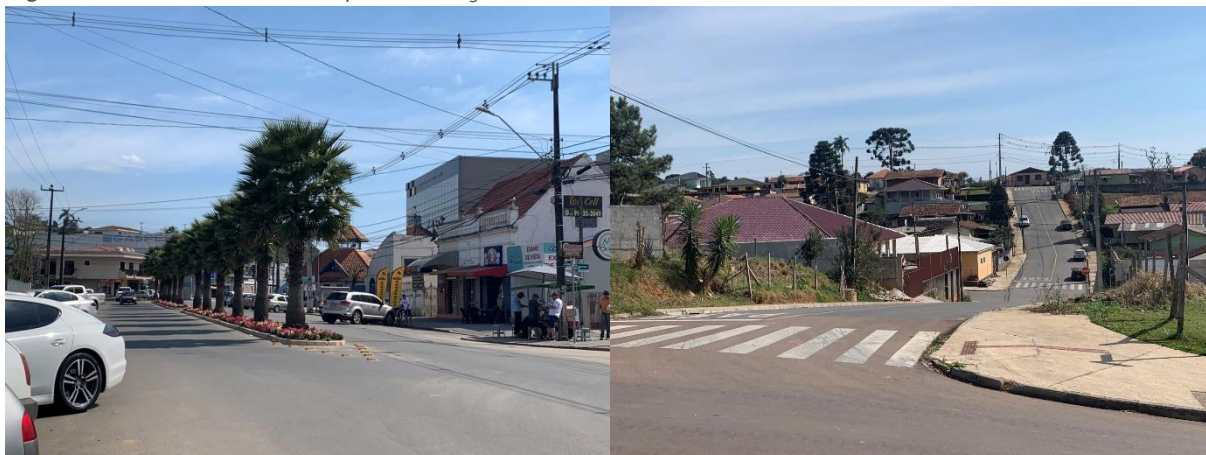
Responsável Técnico Marina Machado de Rezende CAU A143322-9



Quanto à pavimentação e ao estado de conservação das vias urbanas, vê-se em Contenda um cenário muito variado. A Figura 4 mostra a classificação das vias de acordo com sua pavimentação. Conforme os dados disponíveis, cerca de 44% das vias urbanas possuem pavimento asfáltico e 37% estão em seu leito natural<sup>2</sup>.

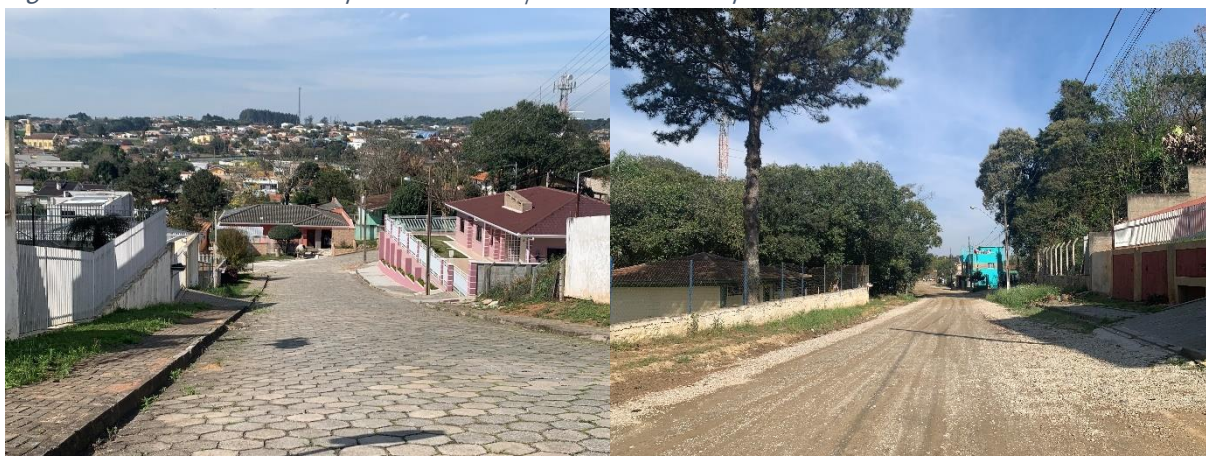
Alguns exemplos de pavimentação e estado de conservação das vias urbanas na Sede estão na Figura 2 e na Figura 3, a seguir.

*Figura 2 - Vias urbanas com pavimentação asfáltica*



Fonte: Maptriz, 2021.

*Figura 3 - Via urbana com lajota sextavada / Via urbana não pavimentada*

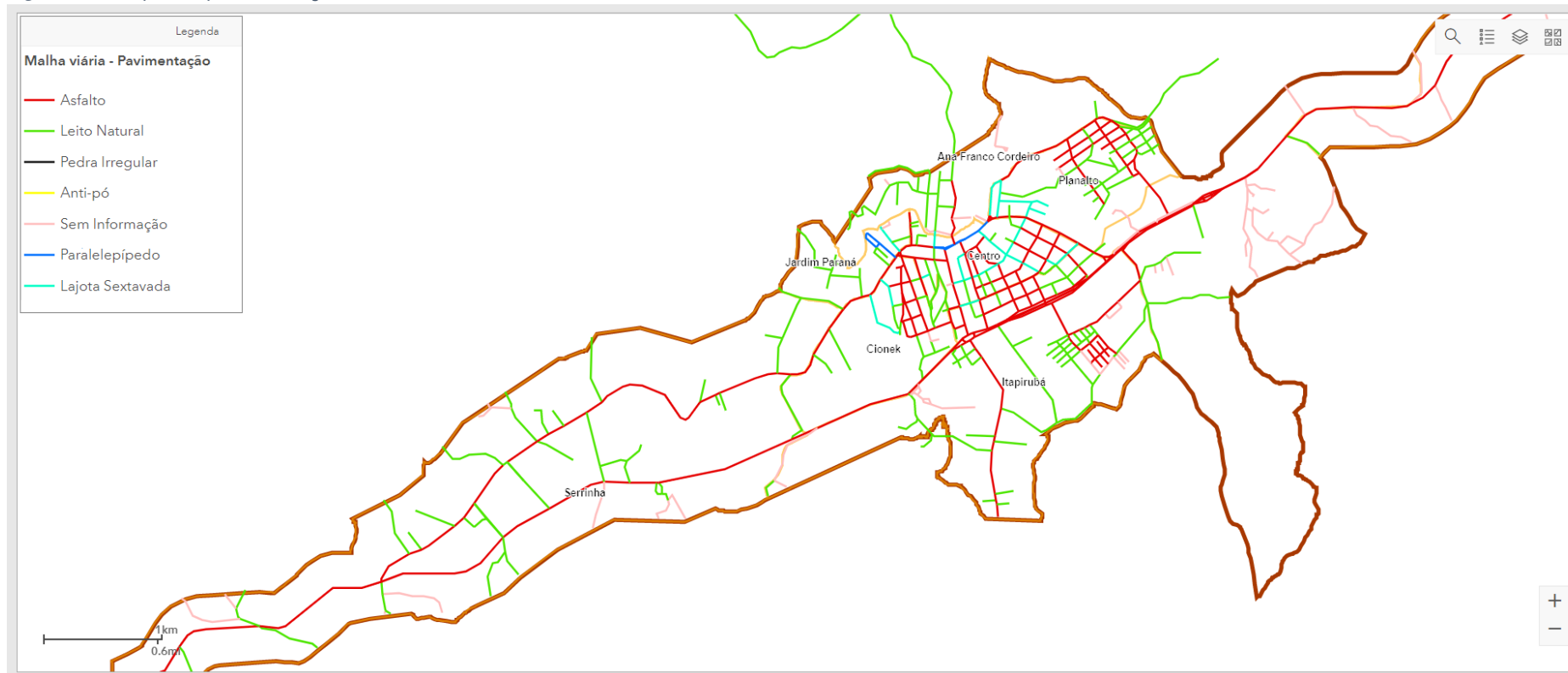


Fonte: Maptriz, 2021.

---

<sup>2</sup> PARANÁ INTERATIVO, 2021(a).

Figura 4 - Mapa de pavimentação das vias urbanas da Sede de Contenda



Fonte: PARANÁ INTERATIVO, 2021(a).

### 3. MOBILIDADE URBANA

A Política de Mobilidade Urbana, Lei nº 12.587/2012, que deve ser seguida em todo país, e fundamenta-se nos princípios de acessibilidade universal, desenvolvimento sustentável, equidade no acesso ao transporte coletivo e ao espaço público, gestão democrática, segurança no deslocamento, justa distribuição de ônus e bônus e a eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana e na prestação de serviços de transporte.

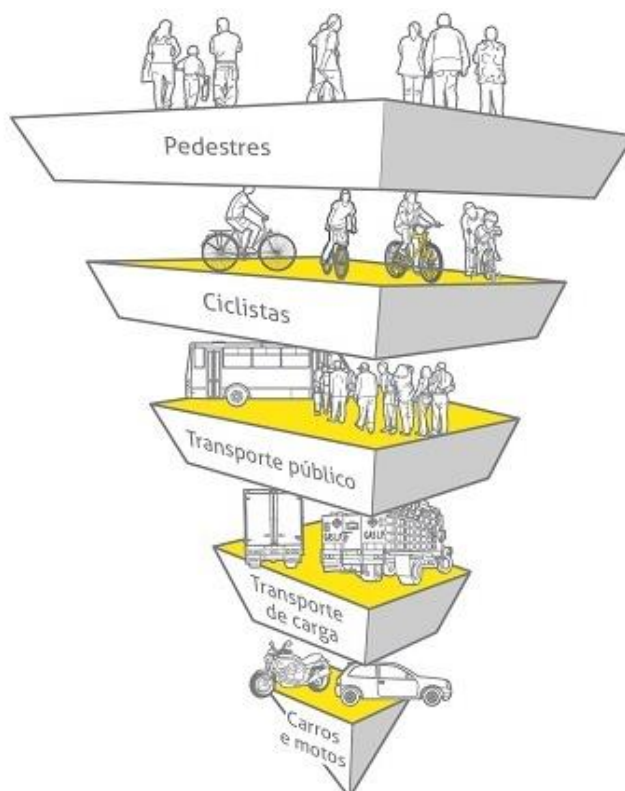
O deslocamento por meio de veículos motorizados e individuais, por anos, foi o foco das ações de planejamento das cidades brasileiras. Entretanto, atualmente tem-se o entendimento que a priorização deste tipo de modal ocasiona na necessidade de maiores investimentos nas infraestruturas para a sua movimentação e no fenômeno conhecido como “demanda induzida”<sup>3</sup>. A

Política de Mobilidade Urbana visa mudar esta realidade e priorizar os modos de deslocamento não-motorizados e o transporte coletivo no planejamento das cidades brasileiras.

Nos itens a seguir serão descritos os principais aspectos de cada um dos modais de transporte atualmente em Contenda.

#### 3.1. DESLOCAMENTO NÃO-MOTORIZADO

Os modos de deslocamento não motorizados são os principais meios de locomoção em muitas cidades brasileiras, sobretudo as com até 100 mil habitantes<sup>4</sup>. A Lei Federal nº 12.587/2012, visa a prioridade do transporte não motorizados sobre o transporte individual motorizado. Nessa premissa, políticas públicas atuais têm focado no projeto de cidades que facilitem a prática de atividade física em seus diferentes domínios (lazer, deslocamento, trabalho, casa). Para avaliar a adequação atual e futura do deslocamento não motorizado, a análise será dividida em dois tipos: uso ciclístico e pedonal.



<sup>3</sup> Quanto mais vias se constroem, mais carros são colocados em circulação, em geral em volume superior à capacidade da infraestrutura construída, aumentando, em vez de diminuir, os problemas de congestionamentos, poluição, perda de tempo etc. (BRASIL, 2015)

<sup>4</sup> BRASIL, 2015.

### 3.1.1. DESLOCAMENTO PEDONAL

No planejamento dos deslocamentos e nos investimentos em infraestrutura urbana para a circulação de pessoas deve ser considerado: a qualidade das calçadas; existência de rotas exclusivas para pedestres; a iluminação pública; arborização urbana<sup>5</sup>.

Considerada a infraestrutura que mais impacta no deslocamento a pé, as calçadas para serem adequadas precisam considerar os seguintes requisitos<sup>6</sup>:

- acessibilidade: deve assegurar a completa mobilidade dos usuários;
- largura adequada: deve atender as dimensões mínimas na faixa livre;
- continuidade: piso liso e antiderrapante, mesmo quando molhado, quase horizontal, com declividade transversal para escoamento de águas pluviais de não mais de 3%. Não devem existir obstáculos dentro do espaço livre ocupado pelo pedestre;
- segurança: não oferece ao pedestre nenhum perigo de queda ou tropeço;
- espaços de socialização: deve oferecer espaços de encontro entre as pessoas para a interação social na área pública;
- desenho da paisagem: deve propiciar climas agradáveis que contribuam para o conforto visual do usuário.

As calçadas implantadas ou reformadas recentemente, em especial na área central, estão em boa condição e seguem as normas de acessibilidade. Entretanto, essa qualidade, que incentiva o deslocamento a pé e traz segurança ao pedestre, fica muito restrita aos trechos novos e centrais.

*Figura 5 – Trecho de calçada larga | Travessia elevada*



Fonte: Maptriz, 2021.

<sup>5</sup> A iluminação pública e a arborização urbana foram tratadas na Parte 1 da Análise Temática Integrada.

<sup>6</sup> BRASIL, 2015.



Figura 6 – Esquina com rampa e piso tátil | Faixa de pedestre sem calçada acessível



Fonte: Maptriz, 2021.

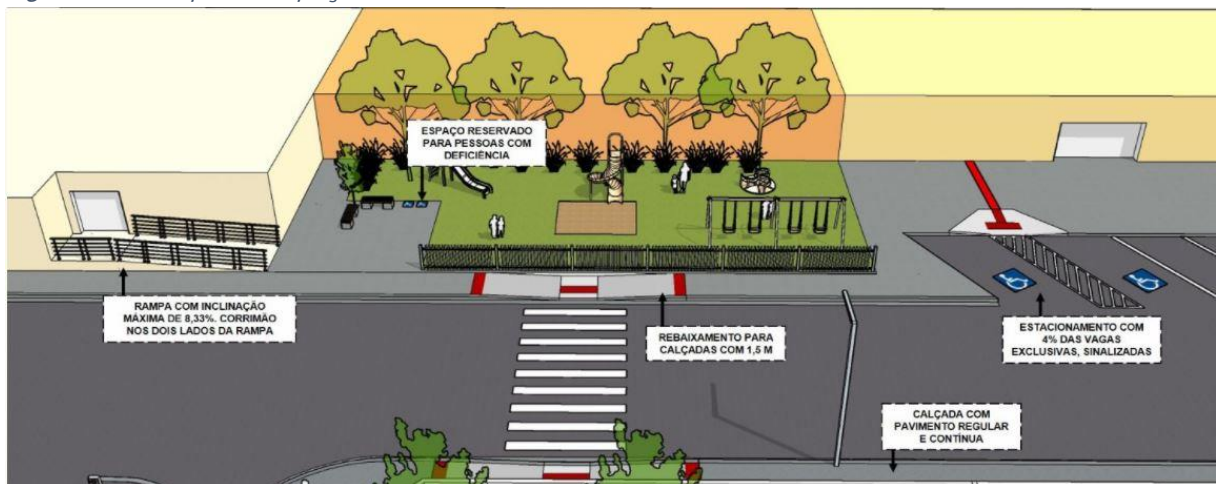
A maior parte das vias urbanas não contam com calçadas em estado adequado ou até mesmo as calçadas são inexistentes. Este cenário dificulta o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência, além de diminuir a segurança para qualquer pedestre.

### 3.1.1.1. ROTAS ACESSÍVEIS PRIORITÁRIAS

A acessibilidade é condição básica para utilização dos espaços e mobiliários públicos e privados por pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Uma estratégia na busca da acessibilidade universal nas cidades, é a viabilização de rotas acessíveis<sup>7</sup>.

A ABNT, em sua norma NBR9050/2015, define rota acessível como “um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações”.

Figura 7 - Exemplo de espaço acessível



Fonte: PARANÁ INTERATIVO, 2021(b).

O PARANACIDADE, tendo como base a NBR9050 e os Estatutos da Pessoa com Deficiência (nacional e estadual), desenvolveu um método que “visa identificar as vias urbanas que apresentam maior demanda por parte dos cidadãos para acessar os equipamentos públicos

<sup>7</sup> PARANÁ INTERATIVO, 2021(b).

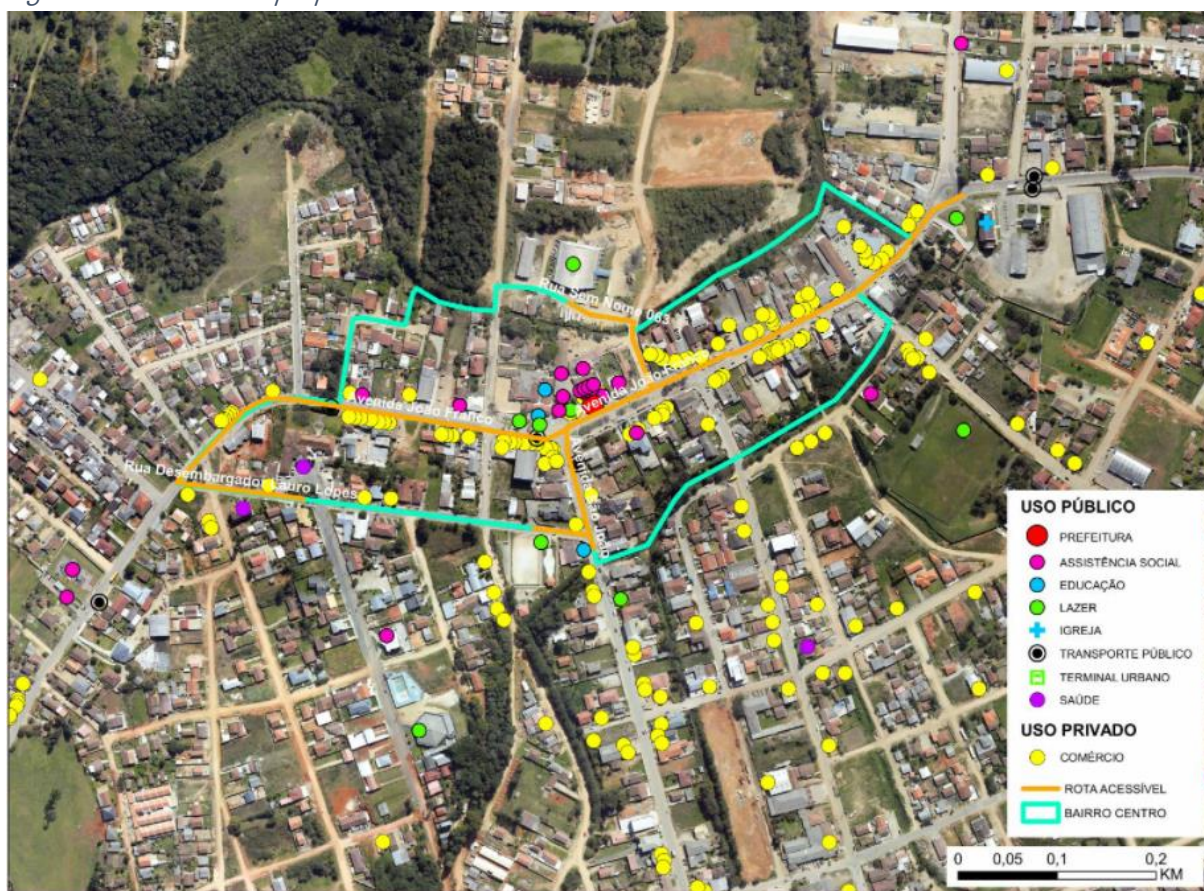
## Revisão do Plano Diretor Municipal

e privados, grandes geradores do tráfego de pedestres, nas sedes municipais, para que se possa propor um circuito para implantação da rota acessível”<sup>8</sup>.

Utilizando o método proposto pelo PARANACIDADE, “foi proposta a delimitação de um circuito acessível que realizasse a conexão entre os equipamentos públicos do Centro e os principais meios de transporte público, estendendo-se por vezes até outros equipamentos relevantes para a comunidade, como ginásios de esporte e igrejas, localizados fora dos limites do bairro”<sup>9</sup>. O estudo realizado está sistematizado na Figura 8.

O método considera ainda as dimensões das vias e a inclinação. Por exemplo, como pode ser observado na Figura 8, um trecho da Rua Desembargador Lauro Lopes foi evitado – o motivo foi a inclinação de 16%, muito acima da inclinação ideal máxima estabelecida na NBR9050 (8,33%).

Figura 8 - Inventário e proposta de rota acessível



Fonte: PARANÁ INTERATIVO, 2021(b).

Conforme detalhes do Quadro 1, a rota acessível proposta tem a extensão total de 1,3 km, abrangendo 22 faces de quadras, permitindo o acesso aos equipamentos públicos e atividades privadas do local.

<sup>8</sup> PARANÁ INTERATIVO, 2021(b).

<sup>9</sup> PARANÁ INTERATIVO, 2021(b).

Quadro 1 - Logradouros participantes da rota acessível

LOGRADOURO	HIERARQUIA VIÁRIA	FACES DE QUADRA	EXTENSÃO DA VIA (M)	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	EQUIPAMENTOS PRIVADOS
Avenida Governador Lupion	Principal	2	33,23	4	5
Avenida João Franco	Principal	9	443,36	25	100
Avenida São João	Principal	3	550,44	3	6
Rua Dário Pinto	Local	2	71,13	1	0
Rua Desembargador Lauro Lopes	Local	4	189,51	1	4
Rua Sem Nome 063	Local	2	69,21	1	0
<b>TOTAL</b>		<b>22</b>	<b>1.356,88</b>	<b>35</b>	<b>115</b>

Fonte: PARANÁ INTERATIVO, 2021(b).

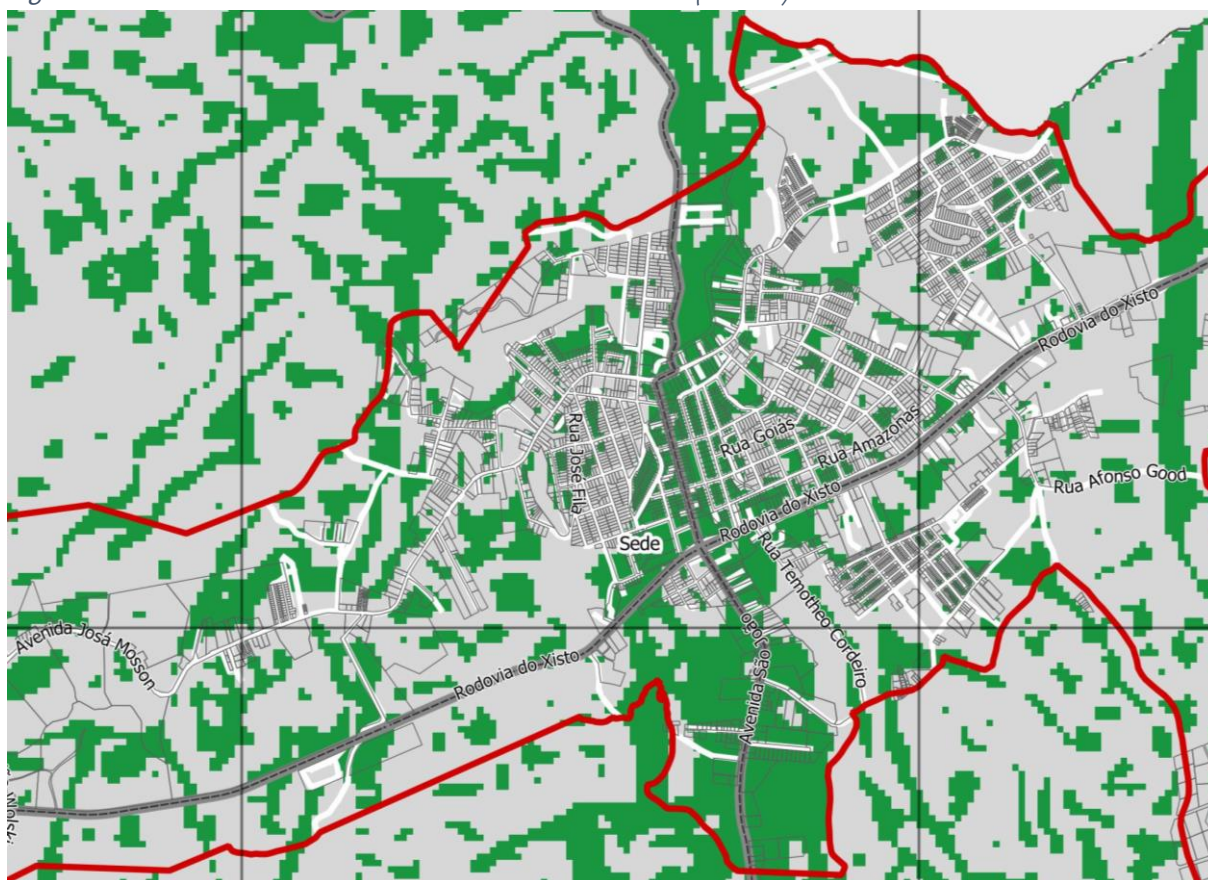
### 3.1.2. DESLOCAMENTO CICLÍSTICO

Os deslocamentos por bicicleta são influenciados principalmente para os três fatores: distância total da malha viária para circulação; infraestrutura existente de suporte ao modal; declividade do terreno.

Contenda não apresenta infraestrutura específica para o deslocamento feito por bicicleta. Entretanto, os dois outros fatores citados são muito favoráveis no município:

- a maioria dos trajetos, especialmente na Sede, possuem uma distância curta, ideal para o deslocamento por bicicleta; e
- as áreas urbanas de Contenda possuem diversos trechos com declividade menor que 5%.

Figura 9 - Declividade inferior a 5% na Sede de Contenda (recorte)



Fonte: Maptriz, 2021.

A Figura 9 destaca as áreas da Sede com declividade ideal para o ciclismo como meio de transporte. Observa-se, por exemplo, o relevo favorável para a implantação de ciclovia cortando a cidade no sentido norte-sul, junto à Avenida São João.

### 3.2. DESLOCAMENTO MOTORIZADO

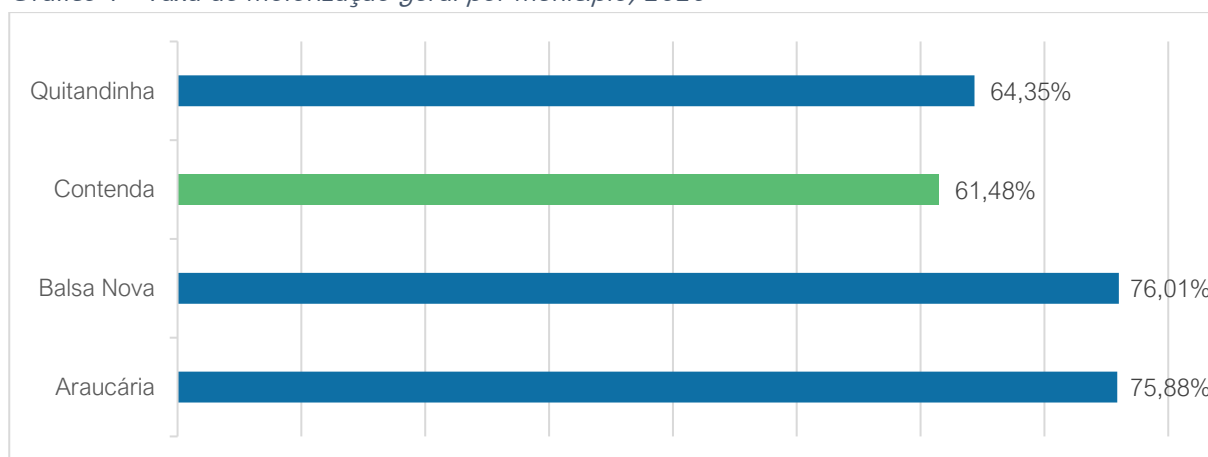
Antes de detalhar cada uma das modalidades de transporte motorizados, estão apresentados na Tabela 1 e no Gráfico 1 alguns dados recentes sobre a frota de veículos em Contenda, comparando-os aos dados de municípios vizinhos.

Tabela 1 – Evolução da frota de veículos cadastrados por município, 2016/2020

Municípios	2016		2017		2018		2019		2020	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Araucária	78.438	2,99	80.787	3,73	83.797	4,32	87.421	3,40	90.391	3,40
Balsa Nova	7.876	1,99	8.033	2,91	8.267	3,01	8.516	0,86	8.589	0,86
<b>Contenda</b>	<b>9.929</b>	<b>3,75</b>	<b>10.301</b>	<b>3,65</b>	<b>10.677</b>	<b>3,98</b>	<b>11.102</b>	<b>5,67</b>	<b>11.732</b>	<b>5,67</b>
Quitandinha	9.195	3,51	9.518	5,34	10.026	4,85	10.512	4,61	10.997	4,61

Fonte: DETRAN-PR, 2021. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Gráfico 1 - Taxa de motorização geral por município, 2020

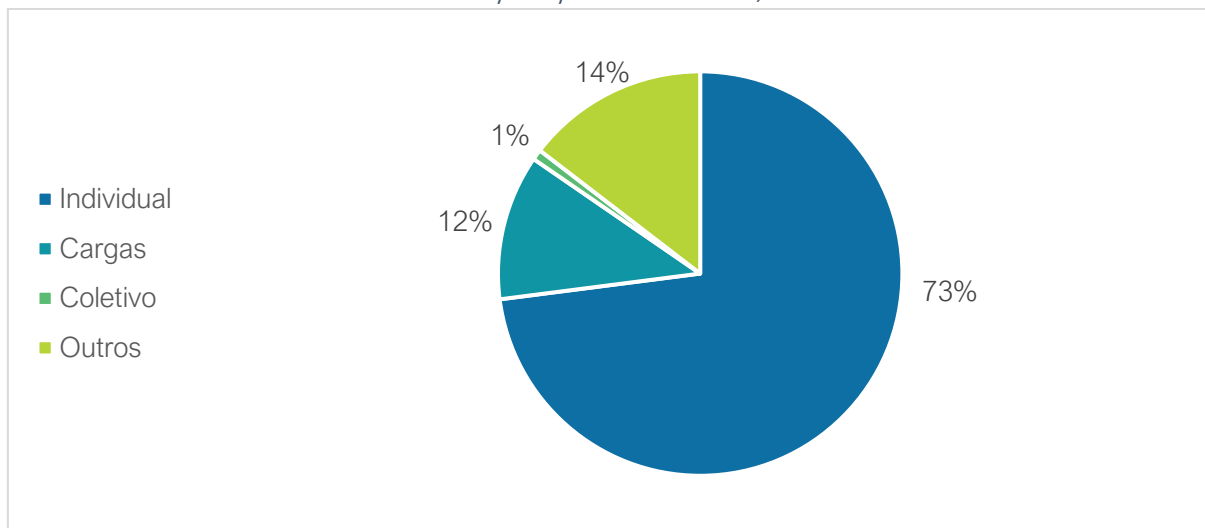


Fonte: DETRAN-PR, 2021. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Nota: (\*) Taxa de motorização corresponde ao percentual da divisão da frota de veículos cadastrados (total geral) pela população de um território. Foi utilizada a população estimada para 2021 pelo IBGE CIDADES, 2021.

O Gráfico 2 mostra a composição da frota de veículos cadastrados em Contenda. Vê-se que entre 73% (8.560 veículos) e 87% (soma de individuais e outros) da frota é para o deslocamento motorizado individual.

Gráfico 2 - Frota de veículos cadastrados por tipo em Contenda, 2020



Fonte: DETRAN-PR, 2021. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Nota: Transporte INDIVIDUAL corresponde à soma dos tipos “Automóvel”, “Ciclomotor”, “Motocicleta”, “Motoneta” e “Motor casa”; Transporte de CARGAS são os tipos “Caminhão”, “Caminhão trator”, “Reboque”, “Semirreboque” e “Trator”; Transporte COLETIVO corresponde aos tipos “Micro-ônibus” e “Ônibus”; a categoria OUTROS representa os veículos que podem ser utilizados tanto para transporte individual, passageiros ou cargas – “Caminhonete”, “Camioneta” e “Utilitário”. As definições de cada tipo se encontram no Código de Trânsito Brasileiro.

Nos próximos tópicos serão abordadas as principais modalidades de deslocamento motorizado, conforme sua hierarquia na Política Nacional de Mobilidade: transporte coletivo; transporte de cargas; e transporte motorizado individual.

### 3.2.1. TRANSPORTE COLETIVO

A utilização de transporte coletivo e a oferta de um serviço adequado, minimiza a necessidade de utilização dos veículos motorizados individuais. Os serviços de transporte coletivo, independente dos tipos de veículos utilizados, devem ser organizados em uma rede única, complementar e integrada<sup>10</sup>.

Em Contenda há o transporte coletivo escolar, de responsabilidade do Município, e o transporte coletivo metropolitano, coordenado pela COMEC. Três linhas do Ônibus Metropolitano atendem Contenda, inclusive nos domingos e feriados (Quadro 2), com valores que variam entre R\$5,30 e 6,50<sup>11</sup>.

Quadro 2 - Linhas dos Ônibus Metropolitanos - Contenda

Cód.	Linha	Ponto base	Operadora	Categoria
R11	Contenda / Araucária	Terminal Araucária / Contenda (Sede)	Araucária	Intercidades
R71	Curitiba / Contenda	Al. Dr. Muricy – Curitiba / Contenda (Sede)	Araucária	Intercidades
R99	Conexão Contenda	Contenda (Sede) / Catanduvas do Sul / Pepe	Araucária	Alimentador

Fonte: COMEC, 2021. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

<sup>10</sup> BRASIL, 2015.

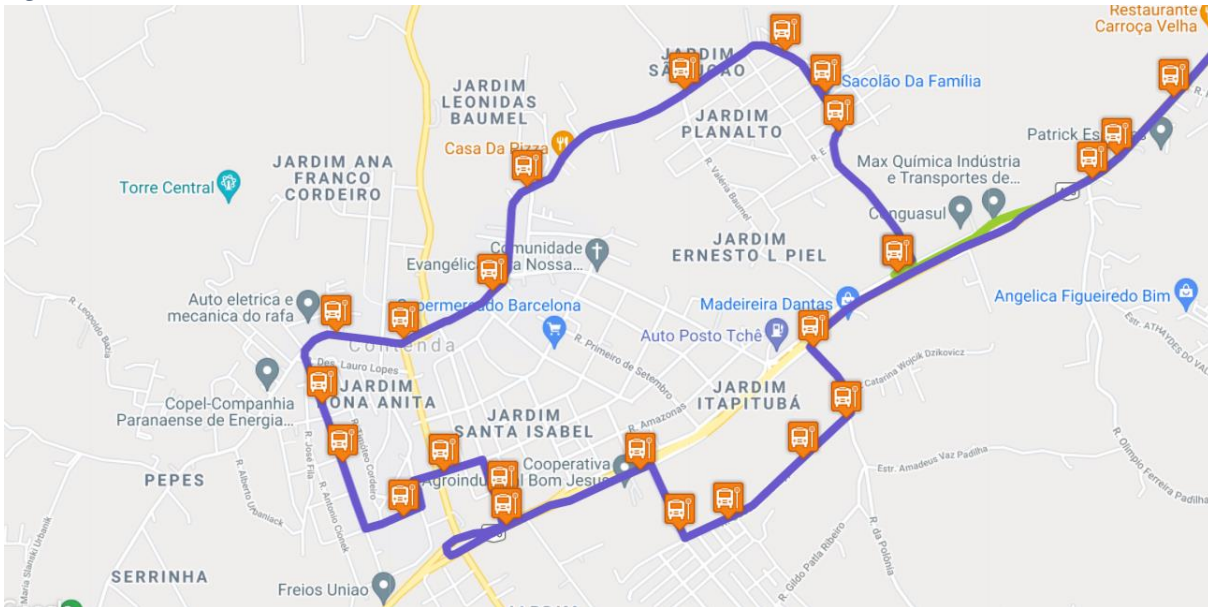
<sup>11</sup> Dados referentes a novembro de 2021.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

As linhas ofertadas possuem itinerário bem planejado e distribuído em diversos pontos de parada. Assim, o ônibus metropolitano consegue atender bem a população de Contenda.

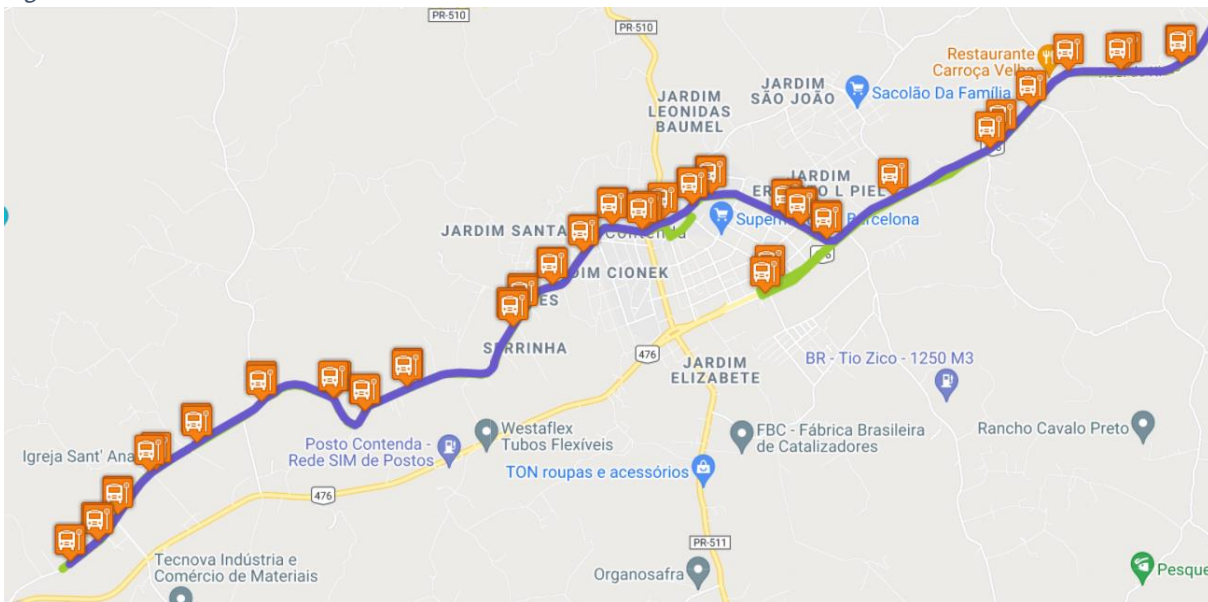
A linha R99 (Figura 12) que atua apenas dentro do Município, passando pelas localidades do município (Catanduvras do Sul, Serrinha, Pepes) foi implantada em janeiro de 2020<sup>12</sup>, representando um avanço no transporte coletivo local.

Figura 10 - Itinerário Linha R11 - Contenda / Araucária



Nota: A linha possui ainda dois trajetos alternativos, aumentando uma parada em cada: I) Pepes; e II) Westaflex.  
Fonte: Ônibus+ / COMEC, 2021.

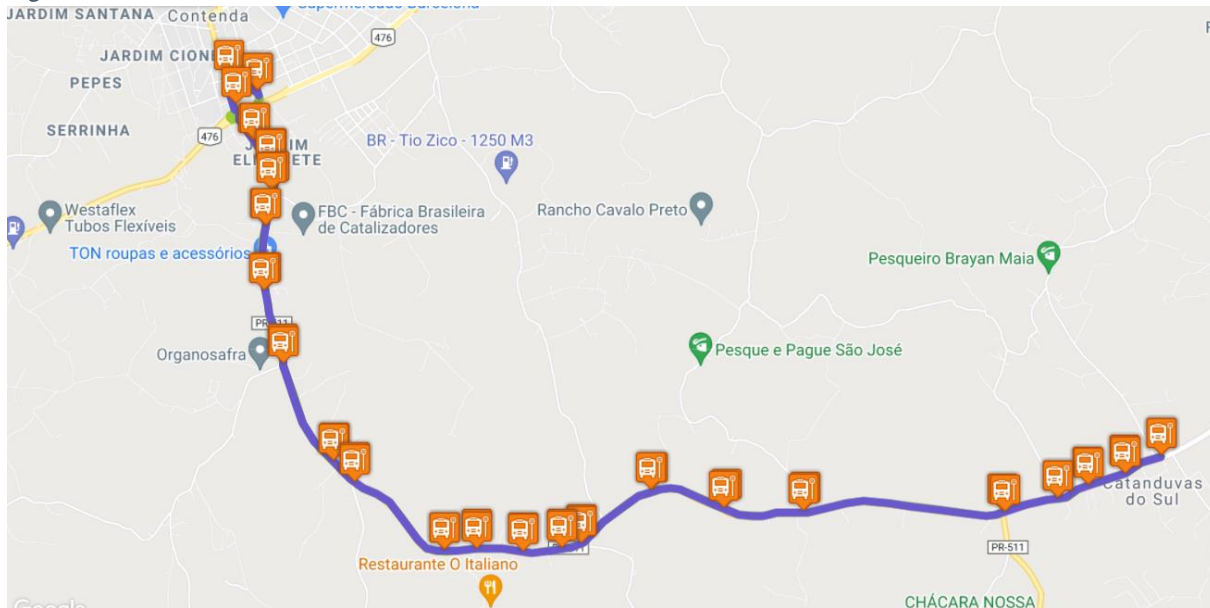
Figura 11 - Itinerário Linha R71 - Curitiba / Contenda



Fonte: Ônibus+ / COMEC, 2021.

<sup>12</sup> COMEC, 2020.

Figura 12 - Itinerário Linha R99 - Contenda / Catanduvas do Sul



Fonte: Ônibus+ / COMEC, 2021.

Figura 13 - Terminal Rodoviário



Fonte: Maptriz, 2021.

Figura 14 - Exemplos de ponto de ônibus



Fonte: Maptriz, 2021.

Outro avanço na questão do transporte coletivo foi a implantação e posterior reforma do Terminal Rodoviário (Figura 13). Comenta-se na Análise Temática Integrada anterior a inexistência de terminal rodoviário<sup>13</sup>.

Uma questão perceptível aos usuários do transporte público é a falta de padronização dos pontos de espera (Figura 14). Além disso, não há nos pontos nenhum material informativo sobre as linhas de ônibus e os horários.

### 3.2.2. TRANSPORTE DE CARGAS

O transporte de cargas e serviços é essencial para o funcionamento econômico da cidade, e é necessário para o deslocamento de mercadorias, alimentos e utensílios que são utilizados e consumidos nas cidades. A Lei Federal nº 12.587/2012 prevê o controle de uso e operação da infraestrutura viária destinada à circulação e à operação de transporte de carga, visando reduzir os impactos da circulação desses veículos no meio urbano e promover o abastecimento da cidade de forma programada.

O transporte de cargas abastece o município e escoar a produção local. Em Contenda isso se dá através das rodovias, já analisadas no item 2.1 SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL. Visando melhorar esse cenário, está em andamento o projeto, de escala nacional, da construção da ferrovia “Nova Ferroeste”.

Figura 15 – Como será a nova ferrovia



Fonte: Ferroeste, 2021.

Em Contenda não há regulamentação do tráfego de veículos pesados em área urbana. A falta de rotas específicas para esse tipo de transporte tem se tornado um problema na Sede, visto que muitas vias não possuem pavimentação dimensionada para tráfego de veículos de grande porte.

<sup>13</sup> CONTENDA, 2010.



Além disso, o município não possui mapeamento dos pontos de carga e descarga. Sendo assim, esta atividade é feita em qualquer ponto do sistema viário urbano e em qualquer horário, o que ocasionalmente gera problemas no trânsito das vias mais movimentadas, como a Av. São João.

### 3.2.3. TRANSPORTE INDIVIDUAL

Os principais fatores que dizem respeito ao deslocamento motorizado individual numa cidade são a qualidade e a estruturação da malha viária, o fluxo de veículos, as vagas de estacionamento e a sinalização horizontal e vertical.

Além desses aspectos físicos, influenciam muito no tráfego de veículos a educação no trânsito / conscientização dos condutores e o respeito às leis de trânsito, incluindo os limites de velocidade.

O tema da malha viária, bem como sua hierarquização e sua pavimentação, já foi tratado no item 2.2 SISTEMA VIÁRIO URBANO.

Quanto ao fluxo de veículos e a fluidez no tráfego, Contenda, por ser um município de porte pequeno, não apresenta muitos problemas. Alguns cruzamentos são pontos de conflito, como ilustrado no Mapa 1.

As vias de maior tráfego são a Av. João Franco e a Av. São João, sendo também as que o trânsito é mais crítico. Estas vias também possuem maior demanda de vagas de estacionamento. Apesar disso, não há problemas graves de falta de vagas.

Figura 16 - Mapa de Hierarquia Viária e Pontos de conflito viário (recorte)



Fonte: Maptriz, 2021.

A Sede de Contenda apresenta carências no âmbito da sinalização viária vertical e horizontal. As melhorias na sinalização são mais urgentes na região central, no entorno dos pontos de ônibus e nos cruzamentos e acessos de maior fluxo. Precisam ser melhor sinalizadas também as ondulações transversais em todo o território municipal, em especial nas estradas

## Revisão do Plano Diretor Municipal

municipais, nas quais pode haver o trânsito em velocidade mais alta e, conseqüentemente, aumentando os riscos.

Figura 17 - Sinalização viária



Fonte: Maptriz, 2021.

Um aspecto relevante para avaliar a segurança no trânsito é o número de acidentes. Conforme os dados do DETRAN-PR (Tabela 2), em 2020 aconteceram 14 acidentes com vítima e 8 sem vítimas nas vias urbanas do Município.

Tabela 2 – Acidentes de trânsito nas vias urbanas por município, 2020

	Acidentes com vítima			Acidentes sem vítima	Total	Acidentes por mil habitantes*
	Colisão e abalroamento	Atropelamento	Outros			
Araucária	186	25	57	118	386	3,24
Balsa Nova	5	0	5	7	17	1,50
<b>Contenda</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>22</b>	<b>1,15</b>
Quitandinha	5	1	4	1	11	0,64

Fonte: DETRAN-PR, 2021. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Nota (\*) Foi utilizada a população estimada para 2021 pelo IBGE para calcular a taxa de acidentes por habitante (IBGE CIDADES, 2021).

## 4. GESTÃO MUNICIPAL

Este capítulo avaliará os aspectos da administração municipal mais importantes para o planejamento urbano, são eles as finanças públicas, a atuação dos conselhos municipais e a estrutura organizacional disponível para a gestão da implementação do Plano Diretor.

*Figura 18 - Prefeitura Municipal | Câmara Municipal*



Fonte: Maptriz, 2021.

### 4.1. FINANÇAS PÚBLICAS

Finanças públicas são o conjunto de ações e problemas que integram o processo de gestão do patrimônio público. Incluem a arrecadação e execução de despesas pela administração pública e abrangem todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de recursos, formulação e execução de orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas. Para que o governo possa realizar políticas de alocação e realocação de recursos escassos, torna-se imprescindível a existência de fontes de arrecadação, necessária ao pagamento do que se chama estrutura pública, responsável pelos estudos e aplicação de políticas econômicas objetivadas na equidade e crescimento da renda.

Este tópico apresenta dados estatísticos a partir das variáveis “Receitas” e “Despesas” relativos ao período 2018-2020 no município de Contenda, sendo utilizados implicitamente os dados de 2017 para demonstrar a variação percentual de 2018 e por conseguinte em relação aos demais anos. Em todas as análises, as variações que apontam o desempenho em relação a determinado ano são combinadas com o valor do ano anterior. As informações utilizadas foram extraídas da Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI/FINBRA, Prefeitura Municipal de Contenda, IPARDES e IBGE. Os valores atribuídos para os documentos foram atualizados, ou seja, foram deflacionados a preços constantes de 2020 de acordo com os indicadores oficiais utilizados para correção de valores.

Conceitualmente, as receitas e despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, influenciando diretamente a circulação financeira. A arrecadação, por ter diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas, entre outros. As despesas, geralmente indexadas às receitas, são previstas nos orçamentos públicos a partir das receitas orçamentárias, normalmente ficando à mercê da restrição orçamentária do Município e do atendimento à Lei de Responsabilidade Social (LRF).

#### 4.1.1. RECEITAS FINANCEIRAS

A receita é composta, fundamentalmente, por Receitas Correntes<sup>14</sup>, que derivam para outras variáveis decorrentes delas e que exercem grande influência para a gestão pública, principalmente sobre sua alocação de acordo com as despesas por função.

Nesse estudo, pode-se identificar que a mobilidade de recursos destinados ao FUNDEB é legalmente uma redução na Receita Corrente, que conceitualmente resulta na formação da Receita Corrente Líquida (RCL). A dedução das receitas correntes para formação do FUNDEB objetiva a elevação e uma nova distribuição dos investimentos em educação, disponibilizados para os municípios atenderem às demandas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

A Tabela 3, a seguir, apresenta as análises das receitas orçamentárias do Município de Contenda com valores atualizados ou deflacionados a preços constantes de 2020.

*Tabela 3 – Receitas Orçamentárias Municipais, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)*

Ano	Receita Corrente (a)	Dedução da Receita Corrente (b)	Receita Corrente Líquida (c) = (a+b)	Receita Corrente Intraorçamentária (d)	Receita de Capital (e)	Receita Orçamentária (c+d+e)
2018	58.306.470,94	6.201.498,95	52.104.971,99	3.590.257,50	4.861.302,92	66.758.031,36
2019	60.098.098,23	6.326.249,19	53.771.849,04	4.029.621,76	5.293.675,95	69.421.395,94
2020	62.297.418,63	5.881.557,57	56.415.861,06	4.336.842,31	3.834.639,36	70.468.900,30
Média	60.233.995,93	6.136.435,24	54.097.560,70	3.985.573,86	4.663.206,08	68.882.775,87

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Contenda, 2021. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Em relação à participação média no conjunto das receitas do Município no período 2018-2020, as Receitas Correntes foram responsáveis por 87,44%, enquanto as Receitas de Capital<sup>15</sup> tiveram 6,77% e as Receitas Correntes Intraorçamentárias 5,79% de participação das receitas orçamentárias. As deduções das Receitas Correntes legais responderam, em média, por 10,19% da Receita Corrente e 8,91% da Receita Orçamentária, cujos recursos financeiros devem ser realocados na Educação. A Receita Corrente Líquida média (Receita Corrente - Deduções da Receita Corrente) representa 78,57% das receitas orçamentárias (Tabela 3).

No contexto do desempenho<sup>16</sup> médio das receitas no período 2018-2020, as Receitas Correntes cresceram 3,19%; as Receitas de Capital cresceram 5,14% e as Receitas Correntes Intraorçamentárias aumentaram 8,83%. Esses comportamentos proporcionaram, em média, crescimento de 3,44% na Receita Orçamentária, que correspondeu ao valor

<sup>14</sup> Receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes.

<sup>15</sup> Receitas que apenas aumentam o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado em longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como a transferência de Capital.

<sup>16</sup> As variações medem os níveis de crescimentos das rubricas relacionadas as receitas orçamentárias oriundas das receitas correntes e de capital.

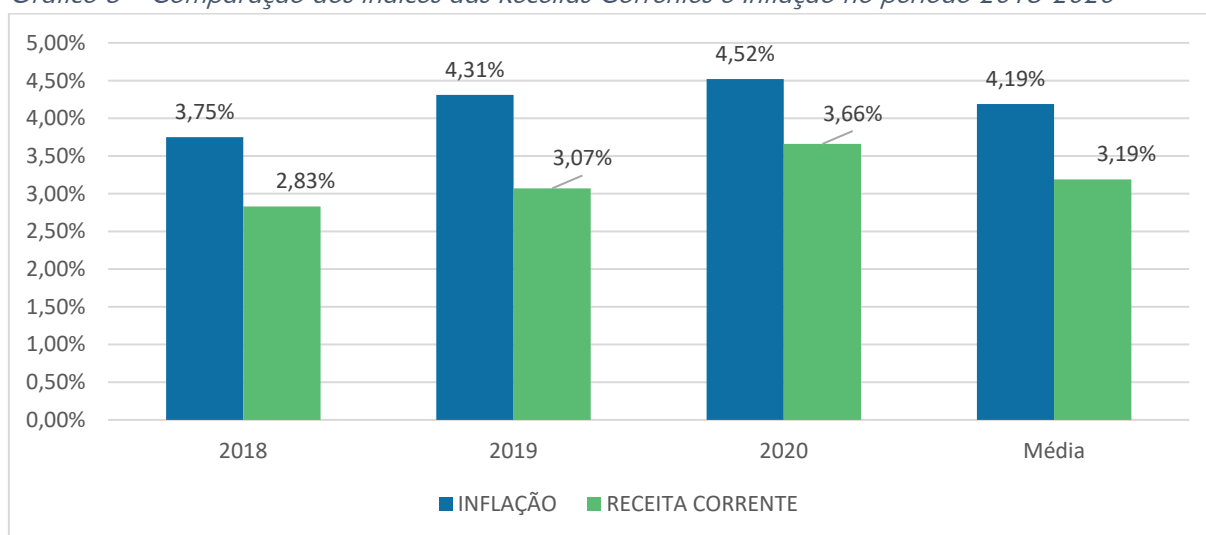
médio de R\$68.882.775,87. Entretanto, os valores atribuídos as receitas de capital pouco influenciaram na totalização das receitas orçamentárias.

As receitas correntes de 2020 cresceram 3,66%, superior aos crescimentos 2,83% em 2018 e 3,07 em 2019 correspondendo, um ganho acumulado real de R\$3.990.947,69 referentes aos anos 2018, 2019 e 2020, em que a economia de Contenda mostrou sinais mais animadores com a arrecadação em alta, apesar dos índices de crescimentos serem ligeiramente inferiores as taxas de inflação em igual período.

O desempenho de 2020 o Município se aproxima um pouco mais ao índice de inflação e inicia um processo de estruturação para despesas de custeio e investimentos futuros, considerando, que as despesas são dinâmicas e exigem maior arrecadação para possibilitar conforto financeiro e pleno atendimento as demandas do Município.

Para mensurar as perdas e ganhos financeiros no período 2018-2020, avaliou-se o crescimento da arrecadação municipal, representada pela “Receita Corrente”, comparado aos índices de inflação, considerados o termômetro para aferir o crescimento ou não da economia (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Comparação dos índices das Receitas Correntes e Inflação no período 2018-2020



Fonte: STN/FINBRA e SEFA-PR, 2021. Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

O desempenho das Receitas Correntes, foram inferiores aos índices de inflação, gerando considerável perdas financeiras aos cofres públicos do município, haja vista, a defasagem das taxas entre as receitas correntes e a inflação. Em 2019, entretanto, a inflação foi superior em 1,24% ao crescimento das receitas correntes, uma diferença significativa que minimiza os resultados e interfere no planejamento das contas públicas, visto que os orçamentos são projetados, no mínimo, de acordo com a inflação.

A média entre 2018 e 2020 demonstrou que a inflação superou os índices médios de crescimento das receitas correntes em 1,00%. A perda financeira no período, se concretizou graças ao desempenho das receitas correntes aquém dos índices inflacionários. Assim, o crescimento das receitas correntes atualizadas referentes a 2018 e 2020 se constituíram, economicamente, em perdas financeiras para o Município de Contenda. O que realmente contribuiu para reduzir a média para 3,19% foi o resultado de 2019, responsável pela perda real de 1,24% (Gráfico 3).

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Em continuação, sobre o desempenho das deduções da receita corrente, na média do período, o crescimento atingiu 0,01%, dado os resultados do aumento de 5,05% em 2018 e 2,01% em 2019, mas que foi frustrado pela redução de 7,03% em 2020. Os números mostram que os recursos destinados à educação foram menores em 2020 se comparados com os anos de 2018 e 2019, ocasionando quedas em investimentos e custeio para a educação, comprometendo a gestão o ensino municipal.

Sobre as Receitas de Capital, o crescimento médio foi de 5,14%, influenciado, principalmente, pelos aumentos de 34,10% em 2018 e 8,89% em 2019 que, por sua vez, foi minimizado com a redução de 27,56% em 2020. Dessa forma, o Município fica na expectativa pelo aumento da arrecadação tributária para fazer frente as despesas de capital e atingir os níveis de desenvolvimento esperados.

Considerando a evolução média das Receitas Orçamentárias no período 2018-2020, em valores atualizados, houve aumento de 3,44%, índice considerado ruim se comparado à inflação que cresceu, em média, 4,19%. No período, identificou-se crescimento de 4,81%, em 2018; 3,99% em 2019, e tímido aumento de 1,51% em 2020. O crescimento ocorrido ano de 2018, sobrepôs-se às quedas das taxas nos anos posteriores para efeito da média temporal. Ressalta-se eu o baixo crescimento de 2020 das Receitas Orçamentárias foi influenciada diretamente pela robusta redução ocorrida de 27,56% das Receitas de Capital.

O crescimento acumulado real da arrecadação do Município de Contenda apresentou os seguintes desempenhos no período, considerando os anos de 2018 e 2020:

- Receitas Correntes: crescimento de 6,84%, considerando os valores R\$58.306.470,94 e R\$62.297.418,63;
- Deduções: crescimento de -5,16%, considerando os valores de R\$6.201.498,95 e R\$5.881.557,57.
- Receitas Correntes Líquidas: crescimento de 8,27%, considerando os valores de R\$52.104.971,99 e R\$56.415.861,06;
- Receitas Corrente Intraorçamentária: crescimento de 20,79%, considerando os valores R\$3.590.257,50 e R\$4.336.842,31;
- Receitas de Capital: crescimento de -21,12%, considerando os valores R\$4.861.302,92 e R\$3.834.639,36;
- Receitas Orçamentárias: crescimento de 5,56%, considerando os valores R\$66.758.031,36 e R\$70.468.900,30;

Ao considerar o “crescimento acumulado”, exceto Receitas de Capital e Deduções, as demais rubricas apresentaram aumentos das receitas, com ênfase para as Receitas Correntes Líquidas. As Deduções Legais influenciam diretamente a educação básica. Esses desempenhos exigem, continuamente, estudos atualizados e sistematizados e, sobretudo, planejamento eficaz para elevar as receitas e aplicar racionalmente os recursos.

### 4.1.1.1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal de 1988 aborda a partilha de impostos de recolhimento Federal ou Estadual através de transferências para os Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo um

mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, considerando que a arrecadação tributária, às vezes, não é suficiente para manter os serviços básicos inerentes à administração pública. Entende-se que:

*As transferências são uma das formas de tornar o setor público mais bem desenhado, sendo seu uso destinado a compatibilizar as ações públicas com os recursos necessários para atendê-las, de forma que possa maximizar o bem-estar da população.<sup>17</sup>*

As transferências constitucionais são compostas basicamente pelas Transferências Correntes e Transferências de Capital. Os dados sugerem basicamente a identificação da equivalência entre a Receita Orçamentária e as Transferências Correntes para visualizar a capacidade de arrecadação municipal durante determinado exercício fiscal. Essa análise indica que quanto maior a equivalência, menor é a participação das receitas próprias do Município (Tabela 4).

*Tabela 4 – Comparativo da Receita Orçamentária com as Transferências Correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)*

Ano	Origem dos Recursos (R\$)		Equivalência Receita e Transferência (%) = (A/B)*100	Crescimento Real (%)	
	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária (B)		Transferências Correntes	Receita Orçamentária
2018	46.910.137,28	66.758.031,36	70,27	4,31	4,81
2019	48.433.434,77	69.421.395,94	69,77	3,25	3,99
2020	50.852.256,81	70.468.900,30	72,16	4,99	1,51
Média	48.731.942,95	68.882.775,87	70,75	4,18	3,44

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Contenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Comparando as Receitas Orçamentárias com as Transferências Correntes (sem as deduções) recebidas pelo Município, verificou-se equivalência média de 70,75% no período 2018-2020, ou seja, as transferências correntes têm relevante participação nas receitas orçamentárias do Município. A maior equivalência ocorreu em 2020, quando alcançou 72,16%, evidenciando o peso financeiro das Transferências Correntes no contexto das receitas públicas. As Receitas Orçamentárias tiveram crescimento médio de 3,44% e as Transferências Correntes de 4,18% no período de 2018-2020.

**O crescimento acumulado das Transferências Correntes entre 2018 e 2020 foi de 8,40%**, considerando os valores de R\$46.910.137,28 e R\$50.852.256,81. Os valores advindos do FPM e o ICMS são os principais responsáveis dos repasses governamentais para o Município.

Os níveis de crescimento das Transferências Correntes foram 4,31% em 2018; 3,25% em 2019 e 4,99% em 2020, enquanto às Transferências Totais, que foram 6,55%; -0,66% e 4,44% no mesmo período. Na média, as Transferências Correntes foram ligeiramente superiores às Transferências Totais, onde a primeira, em média, cresceu 4,18% e a segunda cresceu 3,44%, dada a redução média das Transferências de Capital de 4,94%.

As Transferências Constitucionais mais representativas para os Municípios são os valores oriundos das Transferências Correntes, por meio dos repasses da União, Estado e Outras

<sup>17</sup> GASPARINI e MIRANDA, 2006, p. 10.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Transferências (Transferências Multigovernamentais, Transferências de Convênios e Transferências de Instituições Privadas), em menor extensão financeira que as Transferências de Capital (Tabela 5).

Tabela 5 – Transferências Constitucionais, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)

Ano	Transferências Correntes				Transferências Capital (5)	Transferências Totais (6) 4+5
	União (1)	Estado (2)	Multigovernamentais, Convênios e Outras (3)	Total (4) 1+2+3		
2018	25.130.967,37	13.382.786,16	8.396.383,75	46.910.137,28	3.552.181,75	50.462.319,03
2019	25.809.628,29	13.366.224,74	9.257.581,74	48.433.434,77	1.694.057,49	50.127.492,26
2020	28.844.513,32	12.390.825,21	9.616.918,28	50.852.256,81	1.499.531,60	52.351.788,41
Média	26.595.036,33	13.046.612,04	9.090.294,58	48.731.942,95	2.248.590,28	50.980.533,23

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Contenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

As transferências da União são mais relevantes para a economia do município de Contenda, enquanto as transferências do Estado se mantêm em nível menor, mas com importância na composição das transferências totais. Considerando a **média** da evolução no período 2018-2020, as Transferências Constitucionais apresentaram as seguintes variações:

- Transferências Correntes (somatório das Transferências Correntes da União, Estado e Outras Transferências): crescimento de 4,18%;
- Transferências da União: crescimento de 6,34%;
- Transferências do Estado: crescimento de 0,48%;
- Transferências Multigovernamentais: crescimento de 3,24%;
- Transferências de Capital: crescimento de -4,94%, com baixa participação em relação as transferências totais;
- Transferências totais: crescimento de 3,44%.

Sintetizando, as Transferências Constitucionais, com exceção das Transferências da União, mostraram comportamento financeiro abaixo da inflação média (4,19%) durante o período 2018-2020, significando perda financeira na arrecadação. No comparativo com as principais contas macroeconômicas, sendo:

- PIB com variação média real de 5,56% e inflação média de 4,33% referente ao período 2016-2018, resultado de ganhos financeiros nas riquezas local;
- A variação média das Transferências Totais, de 3,44%, inferior à inflação, de 4,19% no período 2018-2020, refletindo diretamente nas contas públicas municipal, dificultando o cumprimento orçamentário com reflexos claros políticos, econômicos e sociais.

As Transferências Constitucionais da União são a mais relevante contribuição na arrecadação do município. Estes repasses, no período 2018-2020, são representados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (CFERN), Serviço Único de Saúde (SUS), Fundo Nacional do



Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Imposto Territorial Rural (ITR), e Outras Transferências da União (Transferências do Salário Educação, PNAE, PNATE, verbas parlamentar e Lei Kandir etc.) (Tabela 6).

*Tabela 6 – Comparativo das Transferências Constitucionais da União, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)*

Transferências da União (Variáveis)	Anos			Média 2018-2020
	2018	2019	2020	
FPM	20.266.858,96	21.065.828,59	19.277.185,89	20.203.291,15
CFERN	313.686,01	303.368,91	299.275,14	305.443,35
SUS	2.431.893,66	1.926.455,21	2.350.138,75	2.236.162,54
FNAS	145.717,72	292.369,96	616.580,81	351.556,16
FNDE	1.330.269,14	1.208.556,49	1.222.703,61	1.253.843,08
ITR	92.206,78	46.609,48	52.820,22	20.203.291,15
Outras Transferências	550.335,09	966.439,69	5.025.808,90	2.180.861,23
Total da União	25.130.967,37	25.809.628,29	28.844.513,32	26.595.036,33

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Os desempenhos reais das Transferências da União, considerando as dificuldades do Município de Contenda originados pela crise política e econômica brasileira estabelecida e evidenciada nos anos 2014 e 2015. Exceto o FPM e ITR, as demais transferências apontaram médias de crescimento positivas no período (Tabela 29):

- FPM, valor mais relevante na composição das finanças públicas do Município: crescimento médio de -0,39%, devido à queda de repasse 8,49% em 2020 e o crescimento de 3,39% em 2018 e 3,94% em 2019;
- FNDE: crescimento médio de 1,16%, devido às perdas financeiras em 2019, com crescimento negativo de 9,15%, respectivamente, e o crescimento positivo de 11,47% em 2018 e 1,17% que amenizou a retração;
- SUS: crescimento médio de 2,64%, resultado do aumento de 6,70% em 2018 e 21,99% em 2020. A queda de 20,78% em 2019 foi responsável pela redução significativa de R\$505.438,45;
- FNAS: crescimento médio de 45,81%, devido ao crescimento negativo de 74,10%, em 2018 seguido do crescimento de 100,64% em 2019 e 110,89% em 2020;
- CFERN: crescimento de 14,70%, resultado do crescimento de 48,74% (2018), com redução de 3,29% em 2019 e 1,35% em 2020; e
- ITR crescimento médio de -5,69%, resultado do crescimento de 19,05% (2018) e 13,33% em 2020. O destaque negativo ficou com o ano de 2019 com taxa de crescimento de -49,45%.
- Outras Transferências da União: crescimento de 298,95%, resultado das variações positivas de 401,20% (2018); 75,61% (2019) e 420,03% (2020). O destaque financeiro para o ano de 2020 com valor de R\$5.025.808,90.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

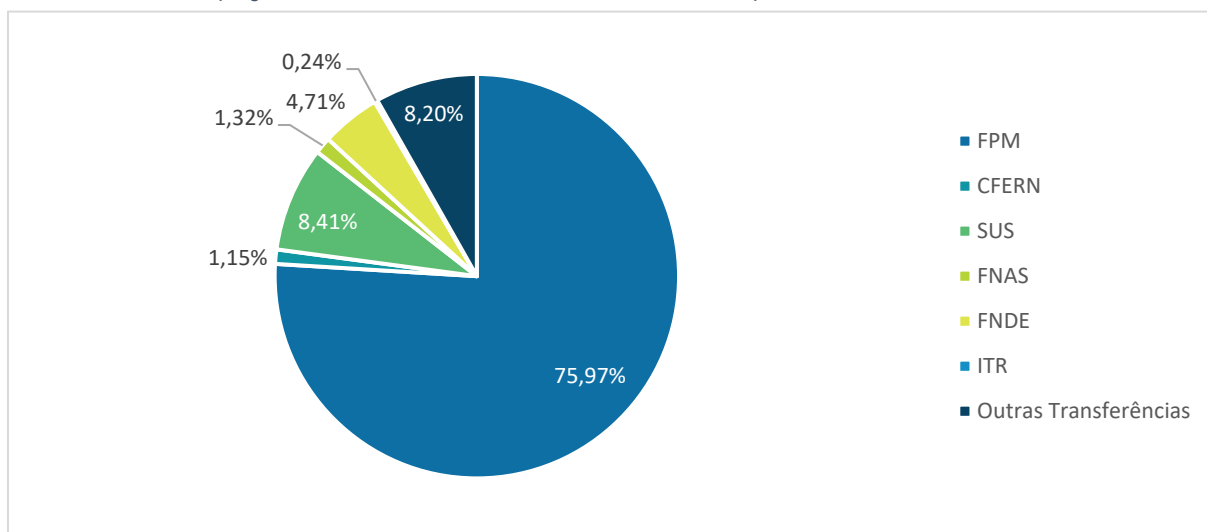
As Transferências Constitucionais da União para o Município de Contenda consistiram na seguinte configuração ao tratar de crescimento acumulado entre os anos 2018 e 2020:

- FPM: queda de 4,88%, considerando os valores de R\$20.266.858,96 e R\$19.277.185,89;
- CFERN: queda de 4,59%, considerando os valores de R\$313.686,01 e R\$299.275,14;
- FNAS: crescimento de 323,13%, considerando os valores R\$145.717,72 e R\$616.580,81;
- SUS: queda de 3,36%, considerando os valores de R\$2.431.893,66 e R\$2.350.138,75;
- FNDE: queda de 8,09%, considerando os valores R\$1.330.269,14 e R\$1.222.703,61;
- ITR: queda de 42,72%, considerando os valores de R\$92.206,78 e R\$52.820,22;
- Outras Transferências: crescimento de 813,23%, considerando os valores de R\$550.335,09 e R\$5.025.808,90; e
- Transferências da União: crescimento de 14,78%, considerando os valores de R\$25.130.967,37 e R\$28.844.513,32.

Em contraponto, considerando os anos de 2018 e 2020, houve aumento da inflação de 3,75% para 4,52% e, ao mesmo tempo, quedas relevantes, exceto do FNAS e Outras Transferências, comprometendo no conjunto das Transferências Constitucionais. Levando-se em conta as principais contas como o FPM, SUS e ITR obtiveram variações negativas importantes.

O Gráfico 4, a seguir, apresenta a relação da composição das Transferências Constitucionais e Repasses da União, considerando valores atualizados.

Gráfico 4 – Participação média das transferências da União no período 2018-2020



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Os dados de participação mostrados servem para consolidar os repasses do FPM como a principal fonte de arrecadação para a maioria dos municípios brasileiros e Contenda não é exceção, onde 75,97% das transferências da União são realizadas por meio do FPM.

*O FPM é a principal transferência obrigatória da União para os municípios, e seus critérios de distribuição são, principalmente, proporcionais a população, sendo de fundamental importância para os pequenos municípios, principalmente, dada sua fragilidade estrutura econômica e social<sup>18</sup>.*

Sobre as Transferências do Estado, estas têm expressiva participação na arrecadação do município. As transferências foram representadas pelo ICMS, IPVA, SUS, IPI, CIDE e Compensação Financeira pela Produção de Petróleo<sup>19</sup>, conforme Tabela 7.

*Tabela 7 – Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado com valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)*

Transferências do Estado (Variáveis)	Anos			Média 2018-2020
	2018	2019	2020	
ICMS	10.139.533,26	9.989.902,03	9.054.883,22	9.728.106,17
IPVA	1.987.313,23	2.093.849,24	2.511.495,37	2.197.552,61
SUS	290.367,09	216.789,73	264.319,92	257.158,91
CIDE	48.428,21	28.360,28	22.715,83	33.168,11
IPI	176.304,01	157.072,14	153.122,48	162.166,21
Outras	740.840,34	880.251,31	384.288,39	668.460,01
Total do Estado	13.382.786,16	13.366.224,74	12.390.825,21	13.046.612,04

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Da receita total do ICMS, 25% são destinados aos municípios. No caso do IPVA, 50% da arrecadação é destinada aos municípios nos quais se verifique o licenciamento dos veículos. Trata-se dos valores mais expressivos na composição da arrecadação municipal. As rubricas SUS, IPVA e CIDE tiveram os menores níveis de crescimento real. Os desempenhos reais das transferências constitucionais do Estado entre 2018 e 2020 foram:

- ICMS: queda de 0,40% em média no período 2018-2020, resultado dos acréscimos de 9,63% (2018) e redução de 1,48% (2019) e 9,36% (2020). O destaque financeiro ocorreu no ano de 2018 e o desempenho negativo de 2020 foi responsável pela redução de R\$935.018,31 em relação ao ano 2019;
- IPVA: crescimento médio de 8,12%, com decréscimo de 0,95% (2018) e aumento de 5,36% (2019) e 19,95% (2020), quando o aporte financeiro foi de R\$417.646,13 a mais em relação a 2019;
- SUS: crescimento médio de 9,69%, com acréscimos de 34,28% (2018) e 21,92% (2020) e redução de 25,34% (2019), quando a diminuição de repasses representou R\$73.577,36 em relação a 2018;

<sup>18</sup> STN, 2012.

<sup>19</sup> Lei nº 7990/89.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

- CIDE: queda de 28,02% em média no período 2018-2020, com redução de recursos em todos os anos, sendo 2018 (22,72%); 2019 (41,44%) e 2020 (19,90%), destacando o repasse de R\$22.715,83 em 2020 por ser o menor valor da série;
- IPI: crescimento médio de 3,62%, com acréscimos de 24,28% (2018) e redução de 10,91% (2019) e 2,51% (2020) que significou uma queda de R\$ 3.949,66 em relação ao ano de 2019.
- Outras Transferências do Estado: queda de 5,78% em média no período 2018-2020, com acréscimo de 20,19% (2018) e 18,82% (2019) e redução de 56,34% (2020) ocasionando redução significativa de R\$495.962,92 em relação a 2019.

Considerando valores atualizados para cálculo do crescimento entre os anos de 2018 e 2020, a distribuição das transferências constitucionais do Estado para o Município consistiu na seguinte configuração:

- ICMS: queda de 10,70%, considerando os valores de R\$10.139.533,26 e R\$9.054.883,22, inferior ao aumento da inflação de 3,75% para 4,52% no período;
- IPVA: crescimento de 26,38%<sup>20</sup>, considerando os valores de R\$1.987.313,23 e R\$2.511.495,37, superior ao aumento da inflação de 3,75% para 4,52% no período;
- SUS: queda de 8,97%, considerando os valores de R\$290.367,09 e R\$264.319,92;
- CIDE: queda de 53,09%, considerando os valores de R\$48.428,21 e R\$22.715,83;
- IPI: queda de 13,15%, considerando os valores de R\$176.304,01 e R\$153.122,48;
- Outras Transferências do Estado: queda de 48,13%, considerando os valores de R\$740.840,34 e R\$384.288,39.
- Transferências Totais do Estado: queda de 7,41%, considerando os valores de R\$13.382.786,16 e R\$12.390.825,21;

A análise do crescimento acumulado entre 2018 e 2020 mostra somente o IPVA foi contemplado com desempenho positivo. O desempenho em queda no geral é uma preocupação para o município e o desafio é a utilização de métodos que venham fazer as correções necessárias.

O Gráfico 5 apresenta a participação, em valores médios, das Transferências Constitucionais do Estado em relação ao total, pela ordem de grandeza:

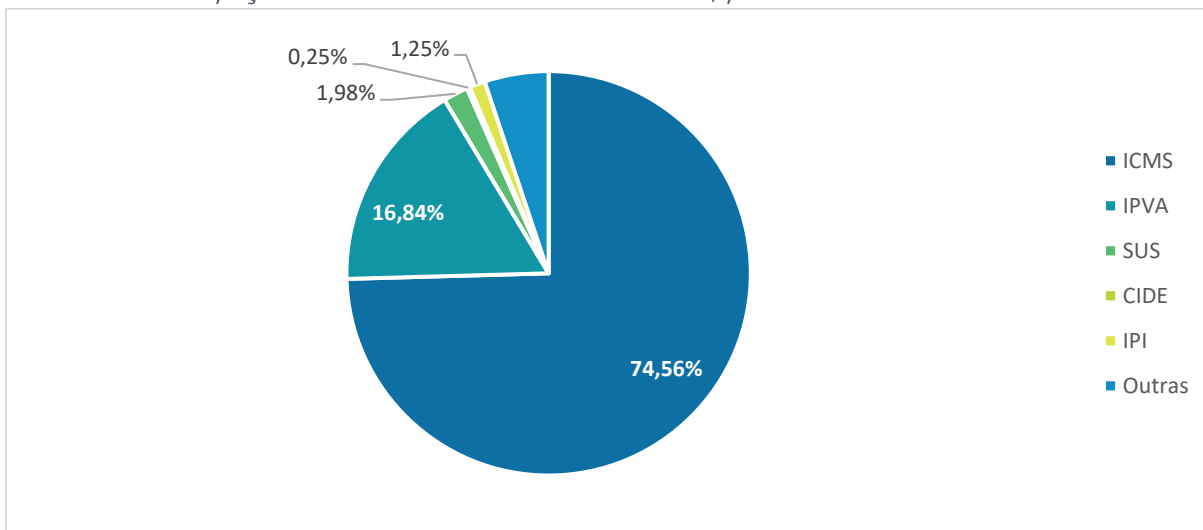
*O ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) que o consumidor paga no ato da compra de uma mercadoria é empregado pelos estados e municípios em políticas públicas sociais para educação, saúde e segurança. Em casos específicos, também é usado como incentivo ao desenvolvimento de setores como a produção de alimentos e a indústria*

---

<sup>20</sup> Contribuiu para esse resultado a elevação da frota de veículos do município de 10.677 para 11.732 que corresponde ao crescimento acumulado de 9,88% entre os anos de 2018 e 2020. O crescimento na quantidade de veículos do município de Contenda superou ao da frota do Paraná que foi contemplado com o aumento de 6,20% resultado da frota de veículos de 7.214.384 para 7.661.859 conforme registro no Detran-PR.

automobilística, além da geração de energia renovável no caso específico do Paraná.<sup>21</sup>

Gráfico 5 – Participação média das transferências do Estado, período 2018-2020

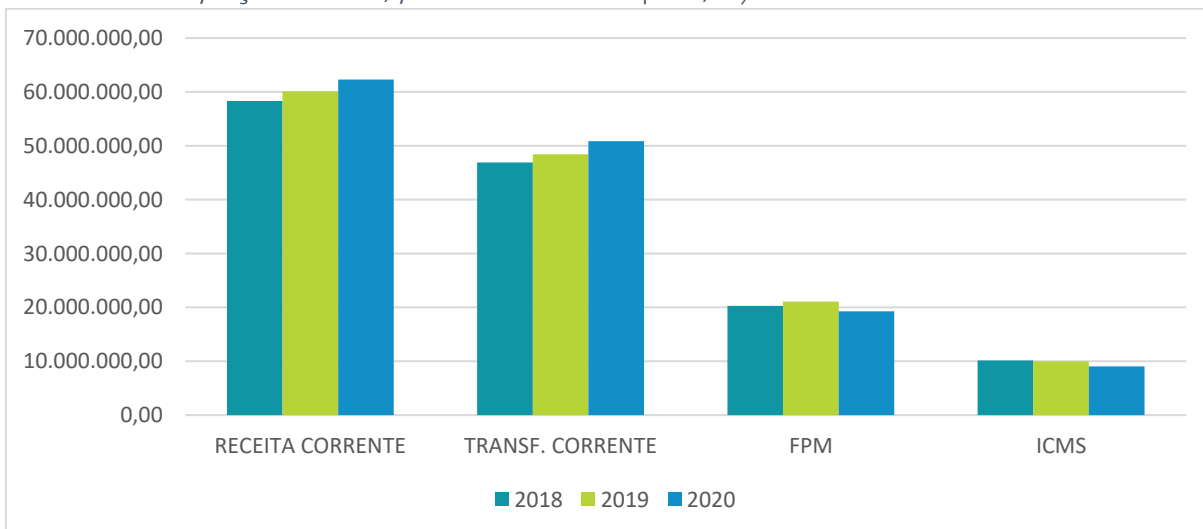


Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Os dados de participação mostrados servem para consolidar os repasses ICMS como a segunda maior fonte de arrecadação para a maioria dos municípios brasileiros e Contenda não é exceção, onde 74,56% das transferências do Estado são realizadas por meio do ICMS, seguida o IPVA com 16,84%.

O Gráfico 6, a seguir, apresenta a comparação entre os repasses do ICMS e do FPM com o total das Receitas Correntes e Transferências Correntes do Município de Contenda.

Gráfico 6 – Comparativo entre o ICMS e FPM, Receitas Correntes e Transferências Correntes, valores deflacionados a preços de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2019). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Considerando a média dos valores, o repasse financeiro oriundo do ICMS é o mais relevante entre as Transferências do Estado, correspondendo a 19,96% das transferências correntes e 16,15% das receitas correntes. Por isso, propagandas institucionais a respeito da exigência

<sup>21</sup> SEFA, 2016.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

da emissão de Notas Fiscais é uma medida plausível para melhorar, ainda mais, os índices de transferências.

O FPM participa com 41,46% das transferências correntes e 33,54% das receitas correntes, valores significativos e motivadores para estimular o crescimento econômico municipal para atingir níveis mais elevados. **Juntas, as rubricas FPM e ICMS representam 61,42% das transferências correntes e 46,69% das receitas correntes**, as duas rubricas são imprescindíveis para a administração pública municipal.

### 4.1.1.2. RECEITAS TRIBUTÁRIAS E RECEITAS PRÓPRIAS

Historicamente os municípios apresentam dificuldades em aumentar a arrecadação, devido a falhas e fragilidades na fiscalização e no processo de modernização tributária. Para aumentar a arrecadação, os municípios devem estruturar sua administração tributária em função da responsabilidade pela cobrança, arrecadação e inscrição da dívida ativa.

A receita tributária própria municipal é composta de impostos, taxas e contribuições. Os impostos municipais são: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto Sobre Serviços De Qualquer Natureza (ISSQN); Imposto Sobre a Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI); Taxas de Alvará/Licenciamento e Taxa de Coleta de Lixo.

Para a análise da receita tributária de Contenda, foram estabelecidos os detalhes de cada rubrica quanto ao crescimento dinâmico e acumulado e aos índices de participação no contexto da Receita Própria e da Receita Tributária no período 2018-2020 (Tabela 8).

Tabela 8 – Receitas Tributárias, valores deflacionados a preços de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)

Receitas Municipais	Anos			Média do período 2018-2020	Crescimento Médio (%) 2018-2020
	2018	2019	2020		
IPTU	1.166.829,45	1.196.775,80	1.319.266,28	1.227.623,84	16,39
ISSQN	2.082.974,55	1.982.487,00	1.989.406,21	2.018.289,25	-0,30
ITBI	603.463,37	459.107,70	564.894,19	542.488,42	2,16
TAXAS	696.392,54	749.629,66	709.980,21	718.667,47	6,68
Receitas Próprias	4.549.659,91	4.388.000,16	4.583.546,89	4.507.068,99	4,69
IRRF	1.289.825,94	1.359.634,02	1.438.239,89	1.362.566,62	5,15
Receitas Tributárias	5.839.485,85	5.747.634,17	6.021.786,78	5.869.635,60	4,76

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de São P do Paraná (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

As informações constantes da Tabela 31, são determinantes para exibir as vulnerabilidades e potencialidades do Município em relação a arrecadação com competência as suas receitas que é uma obrigação constitucional. Todas as rubricas apresentaram crescimentos no período provocando crescimento médio de 4,69% nas Receitas Próprias e 4,76% nas Receitas Tributárias que em última análise sugerem ganhos financeiros que materializam em benefícios para a comunidade.

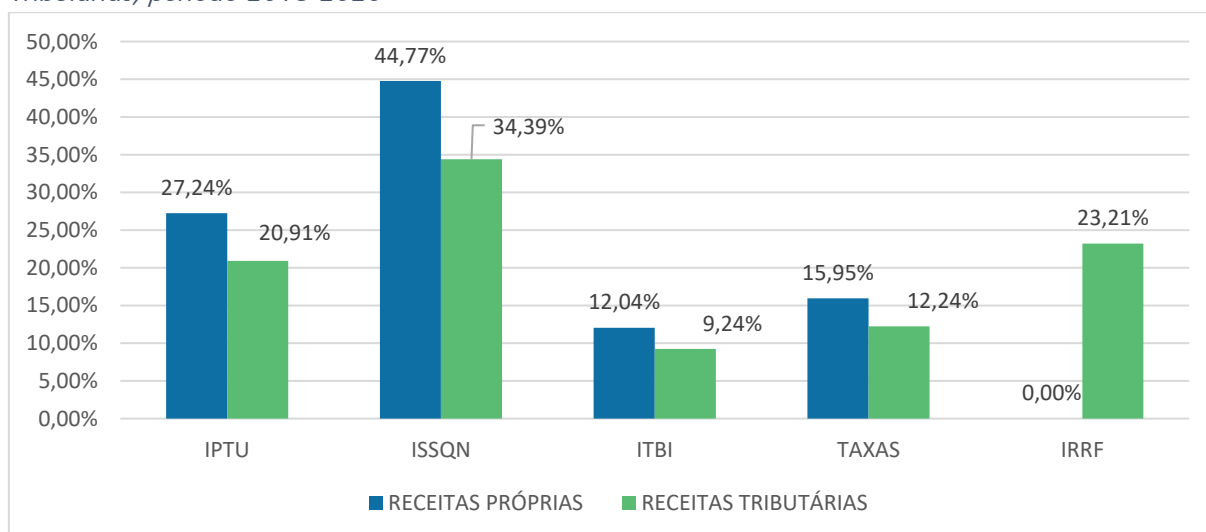
Isso remete-se, a velha máxima, de que os Municípios devem estruturar e modernizar a sua administração tributária municipal, uma vez que é responsável pelo lançamento, cobrança e inscrição na dívida ativa, no sentido de reduzir drasticamente a inadimplência dos contribuintes.

Destaca-se que a arrecadação com ISSQN e IRRF, pela relevância no contexto da arrecadação própria dos municípios brasileiros, representam os maiores níveis de arrecadação em Contenda, tendo os maiores índices de participação na Receita Própria e na Receita Tributária.

*“Há muita receita sendo desprezada pelos Municípios e a justificativa principal é o ônus político de cobrar impostos. É necessário enfrentar este ônus com sabedoria, para ficar livre de possíveis penalidades e melhorar a receita própria diminuindo a dependência das transferências. A cobrança correta do ISSQN e da Contribuição de Melhoria certamente superariam as receitas do IPTU na grande maioria dos municípios”<sup>22</sup>*

O Gráfico 7 apresenta a participação média das rubricas IPTU, ISSQN, ITBI, Taxas, e IRRF em relação ao total das Receitas Próprias e Receitas Tributárias do Município de Contenda.

Gráfico 7 – Comparativo da participação média das contas entre Receitas Próprias e Receitas Tributárias, período 2018-2020



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

O ISSQN, com participação média de 44,77% na Receita Própria e 34,39% na Receita Tributária se constituiu na rubrica de maior participação. A rubrica IRRF, que integra apenas a Receita Tributária e configura uma ação de responsabilidade do Governo Federal, obteve a participação expressiva na Receita Tributária, respondendo por 23,21% do total, em seguida o IPTU com 27,24%, as Taxas com 12,24%.

Em relação ao crescimento médio, que não necessariamente representa os maiores valores financeiros, as rubricas que compõem as receitas próprias municipais tiveram o seguinte desempenho no período 2017-2019:

- IPTU: crescimento médio de 16,39%, com variações de 36,37% (2018); 2,57% (2019) e 10,24% (2020), essa mobilidade resultou em ganhos financeiros acumulados de R\$152.436,83 - com viés de alta para os próximos anos. Essa rubrica é uma das fontes de receita municipal com mais viabilidade econômica se for corretamente instituído e cobrado desde que utilizado os mecanismos eficientes de

<sup>22</sup> Prof. Marcílio de Melo em AMM, 2014.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

modernização tributária. Cabe ressaltar que o IPTU Per Capita (IPTU/População<sup>23</sup>) em 2020 foi de R\$71,22 (valor considerado baixo por ser uma base de cálculo anual).

- TAXAS: crescimento médio 6,68%, aumento de 17,69% (2018) e 7,64% (2019). Somente no ano de 2020 o crescimento foi negativo em 5,29%. Os ganhos líquidos financeiros no período atingiram R\$13.587,67. Essa rubrica se refere ao pagamento que a população efetua ao Município para fazer frente as despesas públicas de que promova melhorias, tais como, a valorização dos imóveis de propriedade privada, em virtude de obras públicas como pavimentação, iluminação, arborização etc.
- IRRF: crescimento médio de 5,15%, com acréscimos de 4,25% (2018); 5,41% (2019) e 5,78% (2020), atingindo um ganho líquido de R\$148.413,95 de acordo com os níveis de crescimento dessa arrecadação ao longo do período 2018-2020. Os valores do IRRF oriundos dos pagamentos efetuados aos servidores e aos serviços terceirizados por pessoas físicas e jurídicas.
- ITBI: crescimento médio de 2,16%, com acréscimos de 7,36% (2018) e 23,04% (2020) e redução de 23,92% (2020), destacando a queda no ano de 2019, que decorreu do fraco desempenho na comercialização de imóveis no Município, retomando ao crescimento somente no ano de 2020 com expressiva taxa, a perda real no ano de 2019 perfaz R\$ 144.355,67 que foram compensados com a arrecadação de R\$564.894,19 no ano de 2020, com isso as variações ao final do período as perdas diminuíram para R\$38.569,00.
- ISSQN: crescimento médio -0,30%, com aumento de 3,58% (2018); redução de 4,82% (2019) e retornando ao crescimento e, 2020 com a variação positiva de 0,35%. As perdas financeiras no período atingiram R\$93.568,34.
- As Receitas Próprias do Município: crescimento médio de 4,69%, resultado da elevação de 13,16% (2018), reduzindo em 3,55% no ano seguinte e compensando pelo aumento de 4,46% no ano de 2020. As Receitas Próprias mostraram perdas financeiras acumuladas no valor de R\$33.886,00.
- Receitas Tributárias: crescimento médio de 4,76%, com aumento de 11,07% (2018); decréscimo 1,57% (2019) e novo aumento 4,77% (2020). As movimentações das receitas tributárias representaram ganho financeiro em valores reais de R\$182.300,93 - considerando a diferença acumulativa a cada ano, sendo motivada, principalmente, pelo desempenho das rubricas: IPTU, IRRF, Taxas e ITBI.

Os indicadores da Receita Própria e da Receita Tributária, em média, são satisfatórios quando comparados com os índices de inflação (IPCA), cuja média ficou em 4,19% no período 2018-2020. Esses indicadores são reflexo das boas performances municipal no tocante as receitas tributárias, apesar das dificuldades políticas e econômicas do Brasil nos últimos anos. Esse comparativo sustenta que as receitas municipais atingiram ganhos financeiros reais ao longo do período.

A Gestão Pública deve investir e fortalecer o setor de tributos, provocando situações para tornar mais eficiente a arrecadação das Receitas Próprias. Para isso, a qualificação dos servidores modernização tecnológica com equipamentos de informática e soluções de

---

<sup>23</sup> Considerando a população estimada de 2.313 no ano de 2020 e arrecadação de R\$263.145,47 que resultou R\$113,77 por habitante.

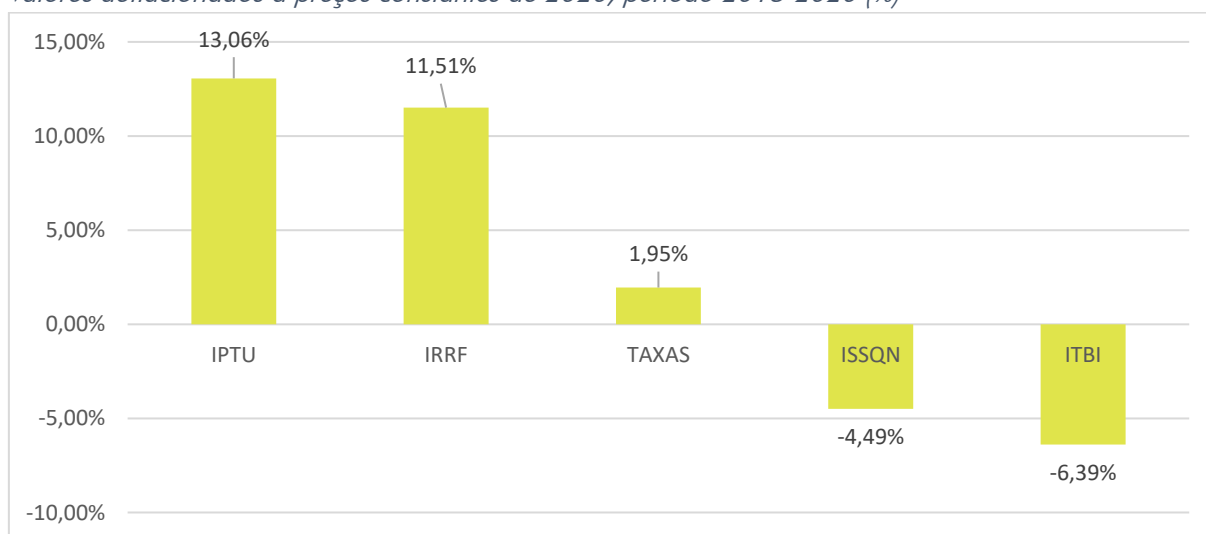


sistemas que venham de encontro com as necessidades de alimentar os processos de cobrança e reaver os ativos estocados no montante da dívida ativa dos contribuintes.

Para melhorar a arrecadação nas receitas próprias, é necessário o enfrentamento das demandas e dos investimentos suficientes para cumprimento das obrigações constitucionais e da LRF. Isso será possível mediante a elevação da Receita Própria e assim diminuindo a dependência dos repasses governamentais.

O Gráfico 8 apresenta o crescimento acumulado real da Receita Tributária por meio das rubricas: IPTU, IRRF, ISSQN, Taxas e ITBI no período 2018-2020.

*Gráfico 8 – Comparativo do crescimento acumulado das variáveis que compõem a Receita Tributária, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (%)*



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

As rubricas IPTU e IRRF tiveram os melhores índices de crescimento acumulado da Receita Tributária no período entre 2018 e 2020, conforme a seguir:

- IPTU: crescimento acumulado de 13,06%, considerando os valores de R\$1.166.829,45 e R\$1.319.266,28. Superior ao aumento da inflação de 3,75% para 4,52% no período;
- ISSQN: crescimento acumulado de -4,49%, considerando os valores de R\$2.082.974,55 e R\$1.989.406,21. Inferior ao aumento da inflação de 3,75% para 4,52% no período;
- ITBI: crescimento acumulado de -6,39%, considerando os valores de R\$603.463,37 e R\$564.894,19. Inferior ao aumento da inflação de 3,75% para 4,52% no período;
- Taxas: crescimento acumulado de 1,95%, considerando os valores de R\$696.392,54 e R\$709.980,21. Inferior ao aumento da inflação de 3,75% para 4,52% no período;
- IRRF: crescimento acumulado de 11,51%, considerando os valores R\$1.289.825,94 e R\$1.438.239,89. Superior ao aumento da inflação de 3,75% para 4,52% no período.

Sintetizando a análise da Receita Tributária, **o crescimento acumulado das Receitas Próprias foi de 0,74%**, considerando os valores R\$4.549.659,91 e R\$4.583.546,89. **A Receita Tributária apontou crescimento acumulado de 3,12%**, considerando os valores de

## Revisão do Plano Diretor Municipal

R\$5.839.485,85 e R\$6.021.786,78. Em ambos os casos, as taxas de crescimento são inferiores aos índices inflacionários de igual período, significando perdas financeiros nas Receitas Correntes do Município.

Para tornar adequada as condições tributárias na gestão das Receitas Próprias com o devido cumprimento das normas constitucionais, deve-se estabelecer medidas sólidas e efetivas. Assim o espelho dos resultados acumulativos mostra que o norte das decisões é exposto com a melhora na arrecadação e serviços públicos de qualidade para a população.

### 4.1.1.3. RECEITAS CORRENTES E RECEITA TRIBUTÁRIA

A Receita Tributária, parte integrante das Receitas Correntes, compreende o pagamento de impostos, taxas e contribuições de melhoria que o Município recebe de seus contribuintes, conforme previsto na legislação municipal, sem desprezar as Constituições Federal e Estadual e o Código Tributário Nacional<sup>24</sup>.

A Receita Tributária é uma parcela significativa da Receita Corrente, mostrando a correlação entre ambas conforme prevê as Finanças Públicas, significando o ingresso de recursos financeiros para aplicação em despesas correspondentes ou para atividades correntes ou de capital, de acordo os programas e ações de governo, para atendimento às demandas da coletividade.

Dessa forma, as receitas tributárias são de suma importância para a administração pública e devem ser dispendido esforços para aumentá-la e conseqüentemente minimizar a dependência das transferências constitucionais. Sua estrutura está demonstrada na Tabela 32:

*Tabela 9 – Relação entre Receita Tributária e Receita Corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)*

Ano	Receita Tributária (A) (R\$)	Receita Corrente (B) (R\$)	Indicador (A:B) *100
2018	5.839.485,85	58.306.470,94	10,02
2019	5.747.634,17	60.098.098,23	9,56
2020	6.021.786,78	62.297.418,63	9,67
Média	5.869.635,60	60.233.995,93	9,74

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Contenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

A Receita Tributária apresentou crescimento médio de 4,76% no período 2018-2020, com taxas progressivas de crescimento a cada ano. Entretanto, em média real, a Receita Tributária corresponde a 9,74% da Receita Corrente do Município, refletindo um indicador de baixa participação, a melhor participação ocorreu em 2018, com 10,02%.

Esses dados remetem a proposta de busca, pelo Município, por mecanismos eficazes para realizar a atualização e modernização fiscal, com a finalidade de melhorar os índices de arrecadação e ampliar os serviços públicos para a comunidade através de investimentos, além de reduzir a dependência financeira das Transferências Constitucionais.

O Município deve, ainda, **exercer os limites de apuração**, de acordo com a capacidade contributiva da população, através dos tributos, que poderão ser revistos no processo de

<sup>24</sup> SILVA, 2002.

modernização na estrutura municipal e na adoção de fiscalização mais eficaz, visando aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.

#### 4.1.2. DESPESAS FINANCEIRAS

Despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a fim de cumprir os compromissos assumidos de acordo com a Lei de Orçamento Anual (LOA), com o intuito de viabilizar o funcionamento dos serviços públicos. A despesa é parte integrante do orçamento e corresponde às autorizações para os gastos com diversidade de atribuições governamentais<sup>25</sup>. Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

Para fiscalização e planejamento das despesas, a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Social (LRF), é um instrumento que fixa limites para o endividamento das esferas governamentais, obrigando a definição de metas fiscais e anuais com as respectivas fontes de receita para cada despesa.

A Tabela 10, a seguir, apresenta a proporção entre as Despesas de Capital e Despesas Correntes, revelando o peso da manutenção da estrutura administrativa sobre o Município de Contenda.

*Tabela 10 – Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)*

Ano	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Despesas Orçamentárias	%
2018	49.988.560,14	85,16	8.712.155,94	14,84	58.700.716,08	100,00
2019	50.550.506,92	82,70	10.573.607,79	17,30	61.124.114,71	100,00
2020	50.573.471,45	82,25	10.916.922,74	17,75	61.490.394,19	100,00
Média	50.370.846,17	83,34	10.067.562,16	16,66	60.438.408,33	100,00

Fonte: STN-FINBRA (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

No período 2018-2020, em média, as Despesas Correntes corresponderam a 83,34% e as Despesas de Capital a 16,66% de participação nas Despesas Orçamentárias, com algumas oscilações. As Despesas Correntes apresentaram crescimento médio de 1,88%, resultado das variações percentuais de 4,46% (2018); 1,12% (2019) e 0,05% (2020).

**O crescimento médio das Despesas de Capital atingiu 56,87%**, devido às variações de 145,99% (2018); 21,37% (2019) e 3,25% (2020). Destaca-se a baixa participação das Despesas de Capital em relação as Despesas Orçamentárias, principalmente ao crescimento de 3,25% em 2020 o que dificultou a realização de investimentos.

**O crescimento médio das Despesas Orçamentárias atingiu 6,31%** no período, em decorrência das taxas de crescimento de 14,21% (2018), 4,13% (2019) e 0,60% (2020). Dessa forma, houve uma convergência de direcionamentos, como prevê teoria das finanças públicas, ou seja, os gastos acompanham o ordenamento das receitas, evidenciando a importância de medir a evolução dos gastos públicos na comparação com os indicadores de crescimento das receitas municipais.

<sup>25</sup> JUND, 2008.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Na comparação entre o crescimento médio da Receita Orçamentária com a Despesa Orçamentária, as Despesas cresceram 2,87% a mais que as Receitas, demonstrando ritmo não convergente de acordo com o orçamento no período 2018-2020. A equivalência entre Receitas e Despesas demonstra situação confortável entre estas variáveis, conforme prevê teoria das finanças públicas, onde a arrecadação é suficiente para cobrir os gastos, independente das taxas de crescimento de ambas.

A Tabela 11 apresenta o detalhamento das informações sobre a composição das despesas, apontando os principais diagnósticos para tomadas de decisão. As principais rubricas que compõem as despesas objeto desse estudo estão fragmentadas em despesas com pessoal e encargos e juros e encargos da dívida pública pelo lado das despesas correntes e de outro lado, os investimentos e amortização da dívida representando as despesas de capital.

*Tabela 11 – Composição das Despesas Correntes e Despesas de Capital, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)*

Elementos Contábeis	Anos			Média do Período 2018-2020
	2018	2019	2020	
Pessoal e encargos (1)	30.624.518,92	31.093.235,23	32.456.029,63	31.391.261,26
Juros e encargos da dívida (2)	431.013,50	531.306,73	392.379,67	451.566,63
Outras despesas correntes (3)	18.933.027,72	18.925.964,97	17.725.062,15	18.528.018,28
Despesas Correntes 4 = (1+2+3)	49.988.560,14	50.550.506,92	50.573.471,45	50.370.846,17
Investimentos (5)	7.850.358,19	9.556.896,78	10.123.871,87	9.177.042,28
Amortização da dívida (6)	861.797,75	1.016.711,00	793.050,87	890.519,87
Despesas de Capital (7) = (5+6)	8.712.155,94	10.573.607,79	10.916.922,74	10.067.562,16
<b>Desp. Orçamentárias (8) = (4+7)</b>	<b>58.700.716,08</b>	<b>61.124.114,71</b>	<b>61.490.394,19</b>	<b>60.438.408,33</b>

Fonte: STN-FINBRA (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Os elementos contábeis apresentados se referem às despesas habituais nas contas públicas, cujos valores mais relevantes estão localizados nas Despesas Correntes que, sistematicamente, vêm aumentando ao longo do tempo, mantendo um padrão de normalidade ao passo que as Despesas de Capital se mostram mais instáveis. Nesse contexto, as Despesas com Pessoal são as mais acentuadas e geram as maiores preocupações (Tabela 11).

Considerando a média das Despesas Correntes relativa ao período 2018-2020, destaca-se:

- Despesas com Pessoal: crescimento de 2,37%. Decorrentes de acréscimos de 1,20% (2018); 1,53% (2019) e 4,38% (2020). Em média, o índice de crescimento foi inferior a média inflacionária em igual período (4,19%);
- Pagamentos de juros: queda de -4,21%. Nos anos 2018 e 2020 a queda no pagamento de encargos, na ordem de 9,74% e 26,15%, respectivamente, sinalizando mais recursos para outras aplicações. Os juros da dívida oneraram mais os cofres públicos no ano de 2019 com acréscimo de 23,27%; e

- Outras Despesas Correntes: crescimento de 1,41%. Decorrente de aumento significativo de 10,62% (2018) e queda de 0,04% (2019) e 6,35% (2020).
- Considerando a média das Despesas de Capital relativa ao período 2017-2019, destaca-se:
- Investimentos: crescimento de 64,62%. Com aumentos de: 166,19% (2018); 21,74% (2019) e 5,93% (2020). No ano de 2020 quedas significativas no desempenho em relação aos anos anteriores, evidenciando perda de capacidade de investimento; e
- Amortizações da Dívida: crescimento de 13,80%. Com elevação de 45,43% (2018); 17,98% (2019) e redução de 22,00% (2020).

Duas variáveis merecem destaque: as reduções das Amortizações da Dívida e dos Investimentos, demonstrando que, em média, o Município está aumentando o potencial da Capacidade de Investimentos e aumentando os pagamentos com amortizações das dívidas. Outro ponto relevante se refere à redução de pagamento de juros nos anos 2018 e 2020.

Entretanto, a partir do ano 2018, os valores investidos cresceram a taxas decrescentes, com perda relativa da capacidade de investimentos. O Município diminuiu os pagamentos de despesas com juros, reduzindo paralelamente os níveis de investimentos, notadamente, no ano de 2020. Deduz-se, assim, que as contas de capital, tanto de Receita como Despesa, precisam ser analisadas com critérios, de forma a repensar os investimentos necessários para o Município.

#### 4.1.2.1. DESPESAS POR FUNÇÃO

As despesas por função podem ser entendidas como o maior nível de agregação das rubricas das áreas de atuação do setor público para justificar a destinação dos recursos advindo das Transferências Constitucionais, impostos, contribuições, taxas etc. Os gestores públicos devem se preocupar com a aplicação dos recursos para o bem comum de acordo com o orçamento de despesa e receita, maximizando o respeito e confiança da população.

A análise das Despesas por Função demonstra o destino das Receitas Orçamentárias do Município no período entre 2018-2020, objetivando mensurar a destinação dada pelo executivo no que se refere à prestação de serviços à sociedade.

As Despesas por Função correspondem ao somatório das Despesas Correntes e Despesas de Capital e refletem as prioridades do governo municipal na alocação dos recursos disponíveis nos cofres públicos de acordo com o orçamento anual das receitas e despesas, conforme Tabela 12.

*Tabela 12 – Despesas por Função, valores deflacionados a preços constantes de 2020 e médias de valores e participação do período 2018-2020 (R\$ 1,00)*

Função	Despesas (R\$)			Médias	
	2018	2019	2020	Valores (R\$)	Participação (%)
Legislativa	1.620.939,25	1.623.224,30	1.538.497,62	1.594.220,39	2,64
Judiciária	270.004,02	364.972,78	293.977,73	309.651,51	0,51
Administração	3.729.403,57	5.169.507,53	4.638.816,16	4.512.575,75	7,47

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Função	Despesas (R\$)			Médias	
	2018	2019	2020	Valores (R\$)	Participação (%)
Segurança Pública	16.674,10	44.665,91	16.358,43	25.899,48	0,04
Assistência Social	2.340.514,42	2.796.318,79	2.203.080,52	2.446.637,91	4,05
Previdência Social	3.807.989,65	4.184.811,11	4.494.356,45	4.162.385,74	6,89
Saúde	11.591.935,15	12.790.298,23	14.877.095,58	<b>13.086.442,99</b>	21,65
Educação	16.441.117,78	17.420.407,08	13.614.962,17	15.825.495,68	26,18
Cultura	260.398,56	117.482,83	177.808,19	185.229,86	0,31
Direitos da Cidadania	0,00	394,17	0,00	131,39	0,00
Urbanismo	7.081.543,90	8.475.488,26	7.531.517,29	7.696.183,15	12,73
Habitação	18.651,83	23.278,50	8.058,15	16.662,83	0,03
Saneamento	1.260.420,23	1.393.419,97	1.222.602,45	1.292.147,55	2,14
Gestão Ambiental	389.429,26	187.336,68	143.315,10	240.027,01	0,40
Ciência e Tecnologia	55.997,39	30.656,54	43.193,65	43.282,53	0,07
Agricultura	996.089,23	863.416,85	759.007,71	872.837,93	1,44
Indústria	117.284,67	203.032,47	190.202,93	170.173,36	0,28
Energia	1.135.140,38	1.113.568,79	1.167.685,44	1.138.798,20	1,88
Transporte	1.585.604,59	1.598.852,98	2.100.666,76	1.761.708,11	2,91
Desporto e Laser	518.402,47	602.248,62	263.592,84	461.414,64	0,76
Encargos Especiais	1.872.918,09	2.120.732,32	1.868.756,71	1.954.135,70	3,23
Intraorçamentária	3.590.257,54	0,00	4.336.842,31	2.642.366,62	4,37
<b>Total Despesas</b>	<b>58.700.716,08</b>	<b>61.124.114,71</b>	<b>61.490.394,19</b>	<b>60.438.408,33</b>	<b>100,00</b>

Fonte: STN-FINBRA-IPARDES e Prefeitura Municipal de Contenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

O Município de Contenda, distribui as receitas orçamentárias para vinte e duas contas públicas, sendo as principais localizadas nas despesas com Saúde, Educação e Urbanismo. Essas despesas conforme detalhamento a seguir, são responsáveis por um percentual bem elevado de participação nas despesas orçamentárias, de acordo com a movimentação média em relação as Despesas Orçamentárias referentes ao período 2018-2020 (Tabela 35).

As Despesas Orçamentárias atingiram crescimento médio real de 6,31%, ou seja, superior à inflação no período 2018-2020, que teve média de 4,19%. Com isso, os gastos foram superiores à linha inflacionária brasileira.

Estas três dimensões são responsáveis, em média, por 60,57% das Despesas Orçamentárias do Município, equivalente ao valor de R\$36.608.121,82. Para as demais funções, restaram 39,43%, correspondendo ao valor de R\$23.830.286,51.

- Educação: 26,18% do total, com valor médio de R\$15.825.495,68;

- Saúde: 21,65% do total, com valor médio de R\$13.086.442,99; e
- Urbanismo: 12,73% do total, com valor médio de R\$7.696.183,15.

As dimensões seguintes caracterizaram outro importante grupo de Despesas por Função no Município, totalizando 22,78% na participação das Despesas Orçamentárias, com valor médio de R\$13.763.966,02:

- Administração: 7,47%;
- Previdência Social: 6,89%;
- Intraorçamentária: 4,37%; e
- Assistência Social: 4,05%

Ressalta-se os menores valores destinados à Habitação, Segurança Pública e Ciência Tecnológica e os baixos níveis de participação da Cultura, da Indústria e da Gestão Ambiental na relação das Despesas por Função. Tais setores demandam atenção especial e contínua como forma de motivação, dada a representatividade que têm para o desenvolvimento local, agregando valor à produção e gerando empregos.

O crescimento médio real das despesas com Educação, Saúde e Administração no período obedeceu a seguinte escala:

- Saúde: crescimento médio de 9,80%, com acréscimos de 2,73% (2018); 10,34% (2019) e 16,22% (2020);
- Educação: crescimento médio de -3,14%, com aumento de 6,47% (2018); de 5,96% (2019) e decréscimo de -21,84% (2020);
- Urbanismo: crescimento médio de 50,77%, com acréscimos de 143,78% (2018); de 19,68% (2019) e de -11,14% (2020).

Tratamento especial está associado a despesa por função Encargos Especiais engloba as despesas que dissociadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente (dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins).

Os gastos municipais tendem a aumentar de forma crescente devido a uma série de fatores, como o aumento das responsabilidades na execução das políticas públicas pelo Estado e pela União, pois os municípios absorveram atribuições que antes eram executadas pelos outros entes, caso da Saúde e Educação do ensino fundamental, entre outras. Além do estudo das Despesas, cabe refletir sobre inovações qualitativas potenciais e inovações nas ações governamentais, além dos processos e empreendimento realizados pelo Município, dadas as carências existentes.

#### 4.1.2.2. DESPESA COM PESSOAL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A análise das Despesas com Pessoal está em consonância com os limites estabelecidos pela LRF, que, dentre outras atribuições, expressa os limites de Despesas com Pessoal sobre as Receitas Correntes Líquidas RCL, as quais são apuradas somando toda a Receita anual, excluídas as duplicidades (Art. 2º, §3, da LRF).

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Em Contenda, a Despesa com Pessoal e Encargos é responsável por parcela significativa da Despesa Corrente municipal. Entretanto, a participação financeira das Despesas com Pessoal mostrou desempenho confortável no período 2018-2020, **atingindo média de 58,04% da RCL**, superior ao limite de 54% estabelecido na LRF (Tabela 13).

*Tabela 13 – Despesas com Pessoal em relação à RCL, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)*

RCL e Despesa com Pessoal	Anos		
	2018	2019	2020
Receita Corrente Líquida (R\$)	52.104.971,99	53.771.849,04	56.415.861,06
Despesa com Pessoal e Encargos (R\$)	30.624.518,92	31.093.235,23	32.456.029,63
Gasto Pessoal em relação a RCL (%)	58,77%	57,82%	57,53%
Limite Máximo <sup>26</sup> (54%)	28.136.684,87	29.036.798,48	30.464.564,97
Limite Prudencial (Parágrafo. Único, Art. 22 da LRF) 57%	29.699.834,03	30.649.953,95	32.157.040,80
Limite Máximo (Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF) 60%	31.262.983,19	32.263.109,42	33.849.516,64

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Os dados evidenciam que o Município tem situação desconfortável em relação aos limites estabelecidos pela LRF. As Despesas com Pessoal apresentaram preocupação nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 com índices de participação que ultrapassou o limite de 54,00%, deixando o Município com margem incômoda em relação aos limites estabelecidos por Lei.

De qualquer forma, os dados sugerem racionalização econômica com as Despesas de Pessoal. A gestão municipal de recursos humanos deve ficar atenta e, sempre que necessário, fazer ajustes para atender a legislação. São indispensáveis medidas de precaução para salvaguardar a saúde financeira do Município, dada a necessidade de disponibilidades financeiras para a realização de outros investimentos e despesas que integram o PPA e a LDO.

Outro apontamento de relevância é o crescimento acumulado de 5,98% das Despesas com Pessoal e Encargos, considerando os valores de R\$30.624.518,92 e R\$32.456.029,63 referentes a 2018 e 2020. Comparando com os índices de inflação do período, que atingiu 2,95% e 4,31%, respectivamente, entende-se que houve extrapolação dessas Despesas, superando os limites previstos na LRF.

### 4.1.2.3. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

A Tabela 14 permite comparar as Despesas e Receitas Orçamentárias, com a finalidade de mostrar diretrizes para propiciar maior racionalidade econômica na gestão pública municipal. As Receitas e Despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, influenciando diretamente a circulação financeira das Finanças Públicas.

<sup>26</sup> Parágrafo Único, Art. 19, Art. 2 inciso III e Art. 22 da LRF.



Tabela 14 – Resultado da Execução Orçamentária, relação entre Despesa e Receita, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)

Descrição	2018	2019	2020	Média 2018-2020
Receita Orçamentária	66.758.031,36	69.421.395,94	70.468.900,30	68.882.775,87
Despesa Orçamentária	58.700.716,08	61.124.114,71	61.490.394,19	60.438.408,33
Superávit Orçamentário	8.057.315,28	8.297.281,23	8.978.506,11	8.444.367,54
Despesa/Receita	87,93%	88,05%	87,26%	87,74%
Equilíbrio Orçamentário	12,07%	11,95%	12,74%	12,26%

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura de Contenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

O superávit orçamentário mais expressivo ocorreu em 2020, com participação de 87,26% das Despesas em relação às Receitas, determinando índice de equilíbrio orçamentário de 12,74%. Em média, a relação Despesa/Receita atingiu 87,74% no período 2018-2020, enquanto a média do equilíbrio orçamentário foi de 12,26%, demonstrando que o Município não correu risco de endividamento, visto que as despesas foram inferiores às receitas no período, mantendo relativa margem nas finanças.

As Despesas Orçamentárias mais relevantes em valores absolutos ocorreram em 2020 quando as Despesas de Capital foram mais elevadas, com Investimentos de R\$10.916.922,74. De outro lado, as Receitas Orçamentárias foram mais expressivas em 2020, quando as receitas de capital alcançaram os níveis mais baixos com o valor de R\$3.834.639,36.

### 4.1.3. INDICADORES DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Os estudos e a compreensão sobre os indicadores econômicos e financeiros representam as possibilidades de tomada de decisões, pela Administração Pública, para a aplicação de Investimentos e Despesas em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tenha fundamentos técnicos no sentido de salvaguardar a gestão do patrimônio público. Além disso, os Indicadores medem as estratégias utilizadas pelos gestores públicos, no sentido de justificar as tomadas de decisão na administração dos recursos, possibilitando caracterizar as atividades e os impactos no mercado de trabalho, na renda familiar e nas finanças públicas municipais, permitindo observar as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico de Contenda.

#### 4.1.3.1. INDICADOR DE DEPENDÊNCIA

Este índice procura avaliar em que medida o Município depende das receitas transferidas para oferecer o conjunto de bens e serviços à população. Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas e Despesas Totais, sendo decisivo para a gestão pública municipal avaliar as possibilidades de elevar a arrecadação, por meio da receita tributária, para minimizar a dependência das Transferências Constitucionais (Tabela 15). A interpretação está no entendimento de que, quanto mais próximo de “1”, maior a dependência do Município em relação aos Repasses Constitucionais.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Tabela 15 – Indicador de Dependência, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)

Ano	Receita Transferida <sup>27</sup> (A)	Despesa Orçamentária (B)	Indicador (A: B)
2018	50.462.319,03	58.700.716,08	0,86
2019	50.127.492,26	61.124.114,71	0,82
2020	52.351.788,41	61.490.394,19	0,85
Média	50.980.533,23	60.438.408,33	0,84

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Contenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

No período 2018-2020 verificou-se indicadores menores que “1”, com média de 0,84 no Indicador de Dependência. Conclui-se que o município de Contenda tem moderado grau de dependência sobre as Transferências Constitucionais da União e do Estado, determinantes para auxiliar na gestão pública quando comparadas com as Despesas Orçamentárias. Para cada R\$1,00 de Despesa Orçamentária, o Município utilizou:

- R\$0,86 da receita transferida em 2018;
- R\$ 0,82 da receita transferida em 2019;
- R\$ 0,84 da receita transferida em 2020.

### 4.1.3.2. INDICADOR DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS

O Indicador de Financiamento dos Gastos Públicos mostra a relação entre Despesas Correntes e Receita Tributária, ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da máquina administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito), além de orientar ditames para melhorar o desempenho da gestão municipal. Quanto maior o índice, menor o esforço tributário. A Tabela 16 mostra o comportamento da receita tributária.

Tabela 16 – Indicador de Financiamentos dos Gastos, valores deflacionados a preços constantes de 2019, período 2018-2020 (R\$ 1,00)

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A:B)
2018	49.988.560,14	5.839.485,85	8,56
2019	50.550.506,92	5.747.634,17	8,80
2020	50.573.471,45	6.021.786,78	8,40
Média	50.370.846,17	5.869.635,60	8,58

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Contenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Em média, o Indicador de Financiamento dos Gastos atingiu 8,58. Em 2020, detectou-se o pior indicador, ou seja, foi o momento quando houve menor participação da receita tributária para fazer frente aos gastos públicos do Município, onerando as Transferências Constitucionais. Os resultados mostram que a Receita Tributária disponibilizou R\$1,00 para Despesas Correntes no valor de: R\$8,56, em 2018; R\$8,80 em 2019; e R\$8,40 em 2020.

Essa relação comprova a dependência do Município sobre outras fontes de recursos, inclusive externos, por meio de operações de crédito para cumprir as Despesas Correntes e de Capital. A Receita Tributária participou, em média, com 11,65% em relação às Despesas

<sup>27</sup> Somatório da transferência corrente e transferência de capital

Correntes e com 9,74% em relação às Receitas Correntes, refletindo a baixa participação da receita tributária para fazer frente aos gastos públicos, dificuldade comum à maioria dos pequenos municípios paranaenses. Entretanto, a Receita Tributária aumentou, em média, 4,76% no período, enquanto as Despesas Correntes cresceram 1,88%.

#### 4.1.3.3. INDICADOR DE POUPANÇA

A poupança pública reflete o esforço da administração em relação ao saneamento financeiro do Município, calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes no período entre 2018 e 2020, correspondendo à renda líquida municipal. Se a arrecadação exceder os gastos, há superávit público e, ao contrário, ocorre déficit público. A poupança maior significa uso mais racional dos recursos financeiros, que podem ser destinados a novos investimentos para propiciar melhor infraestrutura para a iniciativa privada e a população em geral, conforme as prioridades do Município.

Nessa análise, percebe-se que a poupança do município de Contenda apresentou superávit em todos os anos analisados, ou seja, as Despesas Correntes foram menores que as Receitas Correntes.

*Tabela 17 – Indicador de Poupança, valores deflacionados a preços constantes de 2020*

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A:B)
2018	58.306.470,94	49.988.560,14	8.317.910,80	1,17
2019	60.098.098,23	50.550.506,92	9.547.591,31	1,19
2020	62.297.418,63	50.573.471,45	11.723.947,18	1,23
Média	60.233.995,93	50.370.846,17	9.863.149,76	1,20

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Contenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Os números revelam, entretanto, elevação na Poupança a partir de 2019 impactando no aumento das Despesas Correntes. Em média, a poupança do Município aumentou 10,54%, resultado do decréscimo de 5,97% (2018) e dos acréscimos de 14,78% (2019) e 22,79% (2020).

O crescimento acumulado da poupança no período foi de 40,95% considerando os valores de R\$8.317.910,80, em 2018, e R\$11.723.947,18, em 2020, significando que os níveis de Despesas e Receitas Correntes se distanciaram entre os anos por três motivos:

- Elevação na despesa;
- Aumento expressivo das despesas com pessoal e encargos, entre 2018 e 2020;
- Aumento da demanda por serviços públicos.

Os resultados mostram que, em média, para cada R\$1,00 de Despesa Corrente, o Município teve necessidade de R\$ 1,20 de Receita Corrente no período.

Isso reforça a tese de que são necessários cuidados, organização e modernização tributária, para que o Município tenha capacidade financeira para formar reservas, objetivando incrementar os investimentos públicos para atender as demandas crescentes da população. Ganha força o argumento que a poupança pública é um indicador que deve ser monitorado pelos executivos públicos, onde nem sempre o objetivo é ter uma poupança pública mais alta

possível, mas sim financiar os investimentos necessários para promover o crescimento e o desenvolvimento local.

### 4.1.3.4. INDICADOR DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

O indicador de capacidade de investimento é utilizado para mensurar os resultados sobre Investimentos realizados e vislumbrando condições proativas para decisões que envolvam os anseios da população e tendências e necessidades futuras. Os Investimentos incluem aqueles realizados diretamente pelo Município ou por meio de convênios com o Estado e/ou União ou, ainda, de Transferências de Capital.

A Tabela 18 apresenta os valores, deflacionados a preços constantes de 2020, que analisam a Capacidade de Investimento e o Indicador de Investimentos no período entre 2018 e 2020. A Capacidade de Investimento é fruto da relação entre Investimentos, Receita Corrente e Despesas Correntes, somadas as Amortizações.

*Tabela 18 – Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (Em R\$ 1,00)*

Variáveis	Valores Deflacionados (R\$ 1,00)			
	2018	2019	2020	Média
Receita Orçamentária (RO)	66.758.031,36	69.421.395,94	70.468.900,30	68.882.775,87
Receita Corrente	58.306.470,94	60.098.098,23	62.297.418,63	60.233.995,93
Transferências Totais	50.462.319,03	50.127.492,26	52.351.788,41	50.980.533,23
Transferência Corrente	46.910.137,28	48.433.434,77	50.852.256,81	48.731.942,95
Receita Efetiva <sup>28</sup>	57.135.510,03	56.501.826,51	59.962.310,87	57.866.549,13
Despesas Correntes	49.988.560,14	50.550.506,92	50.573.471,45	50.370.846,17
Operações de Crédito	1.170.960,91	3.596.271,72	2.335.107,76	2.367.446,80
Investimentos (I)	7.850.358,19	9.556.896,78	10.123.871,87	9.177.042,28
Amortização da Dívida	861.797,75	1.016.711,00	793.050,87	890.519,87
Despesa corrente + amortização	50.850.357,89	51.567.217,92	51.366.522,32	51.261.366,04
Capacidade de Investimento <sup>29</sup>	6.285.152,14	4.934.608,59	8.595.788,55	6.605.183,09
Capacidade de Investimento <sup>30</sup> (%)	11,00%	8,73%	14,34%	11,41%
(%) = (I / RO) *100	11,76%	13,77%	14,37%	13,32%
Indicador = I/RO	0,12	0,14	0,14	0,13

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Contenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

Os indicadores mostram que as taxas de investimento oscilaram no período, demonstrando evidente perda de capacidade para investir alternadamente que, por sua vez, é fonte primária da melhoria, modernização e ampliação dos serviços públicos. Algumas variáveis, como

<sup>28</sup> Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito

<sup>29</sup> Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortização)

<sup>30</sup> Capacidade de Investimento % = (Capacidade de Investimento / Receita Efetiva) \*100

Investimentos e Amortização da Dívida, são termômetros para visualizar as possibilidades, para o Município, de realizar novos empreendimentos e contrair novas operações de crédito.

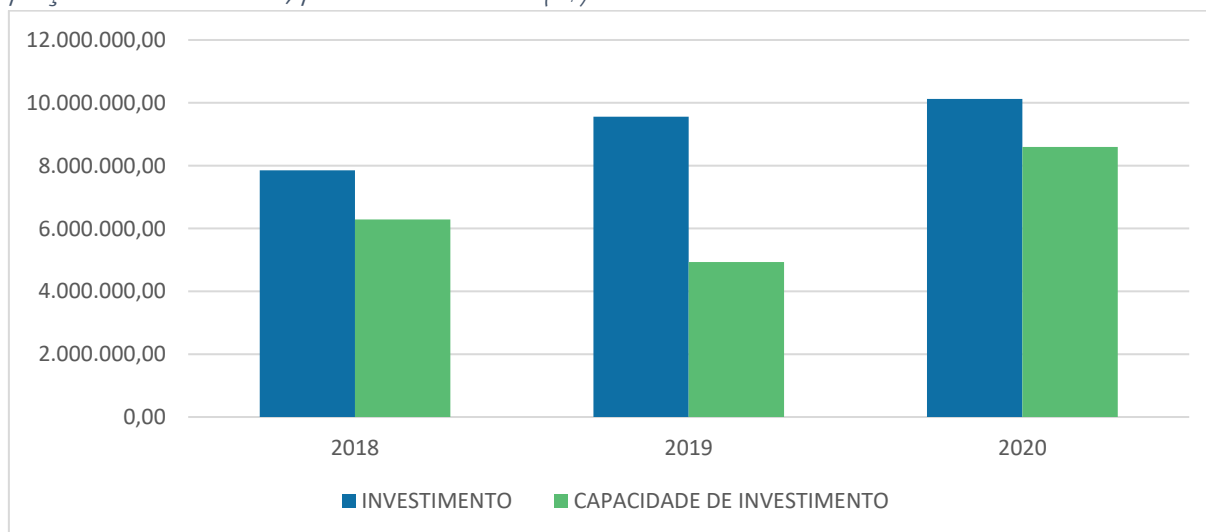
No período 2018-2020: os Investimentos do Município de Contenda apontaram 13,32% de participação média na totalidade da Receita Orçamentária, com destaque para 2020, com participação de 14,37%. Considerando as variações, em média, os Investimentos cresceram 64,62% - face ao crescimento de 166,19% (2018); 21,74% e 5,93% (2020). O crescimento acumulado dos Investimentos foi de 28,96% no período, considerando os valores de R\$7.850.358,19 (2018), e R\$10.123.871,87 (2020).

Os resultados são preocupantes, mostrando que **para cada R\$1,00 de Receita Orçamentária, o Município investiu, em média, apenas R\$0,13** no período 2018-2020.

Essa equivalência é alarmante e reforça cada vez mais a necessidade de rever a arrecadação própria e o endividamento do Município, de forma a captar novas operações de crédito junto a instituições bancárias para promover investimentos. Ao considerar a Receita Efetiva, o Município, aplicou, em investimentos, valores maiores que sua Capacidade de Investimento (Gráfico 9).

Nos três anos analisados, o município de Contenda apresentou Capacidade de Investimento que pode ser intensificada, apesar das oscilações, pois as Despesas Correntes (adicionadas as Amortizações) foram inferiores às Receitas Efetivas.

*Gráfico 9 – Comparação entre Capacidade de Investimentos e Investimentos, valores deflacionados a preços constantes 2020, período 2018-2020 (R\$)*



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2021). Dados trabalhados pela Maptriz, 2021.

A Capacidade de Investimento do Município é de 11,41%, em média, correspondendo ao valor de R\$6.605.183,09. Enquanto os investimentos médios responderam por 13,32% da Receita Orçamentária com o valor de R\$9.177.042,28. Ao mesmo tempo, os Investimentos por 196,80% das Receitas de Capital, significando que o Município ultrapassou os valores em investimentos quando nos referimos a capacidade média de investimentos (Tabela 41).

As finanças públicas dos municípios menores, caso de Contenda, entre outros, são pouco significativas para realizar obras de investimentos que exijam grandes aportes de recursos, capazes de elevar e melhorar a situação socioeconômicas dos munícipes. Deste modo,

## Revisão do Plano Diretor Municipal

Contenda, apesar de pequeno município sinaliza uma boa capacidade de investimento e investimento propriamente dito através de recursos financeiros próprios.

A questão investimento é crucial para a administração pública, porém, muitas regras existem e o não cumprimento das regras podem limitar o desenvolvimento em todas as esferas de governo. Pesquisadores mostram que os investimentos se elevam substancialmente no cumprimento das regras, pois possibilita resultados advindos de menor dívida em relação a arrecadação, isso faz com que aumente a capacidade de poupança que é um viés importante para aumentar os níveis de investimentos.

Tem-se informações de a LRF vem sendo descumprida, como por exemplo, limite de gastos com pessoal que excede os limites permitidos de acordo com a Lei. Importante é ter a percepção de ganhos coletivos com as contas da prefeitura em equilíbrio.

A intensificação da Capacidade de Investimento é necessária para ampliar os Investimentos, de forma a fazer frente às demandas econômicas e sociais e atender à LOA e à LRF. A Despesa total é a rubrica com expectativas de elevação, em face à necessidade de maiores Investimentos. Por isso, a elevação dos níveis de arrecadação é uma meta extremamente desafiadora para o gestor no cumprimento do PPA, LOA e LDO.

## 4.2. CONSELHOS MUNICIPAIS

Contenda possui 22 conselhos municipais, sendo 7 deles criados após a aprovação do Plano Diretor em 2010. A maior parte dos Conselhos foi criada para adequar-se a normativas federais ou para gerir fundos específicos.

Áreas como Assistência Social, Educação e Saúde mantém seus conselhos ativos para formular o planejamento periódico do setor e participar das Conferências de suas respectivas áreas.

*Quadro 3 – Lista dos Conselhos Municipais de Contenda*

Nome	Criação	Situação
Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Contenda	Lei 1.905/2021	Não informado
Conselho Municipal de Políticas Culturais	Lei 1.899/2021	Não informado
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS	Lei 1.889/2021	Ativo
Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda	Lei 1.828/2021	Não informado
<b>Conselho Gestor do Plano Diretor</b>	<b>Decreto 407/2021</b>	<b>Em processo de regularização</b>
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-Municipal	Lei 1.549/2014	Ativo
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD	Lei 1.508/2014	Em processo de regularização
<b>Conselho Municipal de Desenvolvimento – COMUDE</b>	<b>Lei 1.223/2009</b>	<b>Ativo</b>
Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação	Lei 1.154/2008	Não informado
Conselho Municipal de Saúde	Lei 976/2005	Ativo
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI	Lei 968/2005	Ativo

Nome	Criação	Situação
Conselho Consultivo dos Ex-Prefeitos e Ex-Vice-Prefeitos do Município de Contenda	Lei 931/2004	Não informado
Conselho Municipal Antidrogas	Lei 887/2003	Não informado
Conselho Municipal de Meio Ambiente	Lei 755/1999	Não informado
Conselho de Alimentação Escolar	Lei 753/1999	Inativo (Substituído, mas lei não revogada)
<i>Conselho Tutelar</i>	<i>Lei 733/1998</i>	<i>Ativo</i>
Conselho Executivo Municipal de Trânsito – CEXETTRAN	Lei 730/1998	Não informado
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB	Lei 723/1997	Não informado
Conselho Municipal de Educação	Lei 708/1997	Ativo
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	Lei 648/1995	Ativo
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS	Lei 647/1995	Ativo
Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONDEMA	Lei 332/1979	Não informado

Fonte: LEIS MUNICIPAIS, 2021. SMAS, 2021.

O COMUDE e o Conselho Gestor do Plano Diretor são os que atuam diretamente no acompanhamento e implementação do PDM.

### 4.3. ESTRUTURA PARA GESTÃO DO PDM

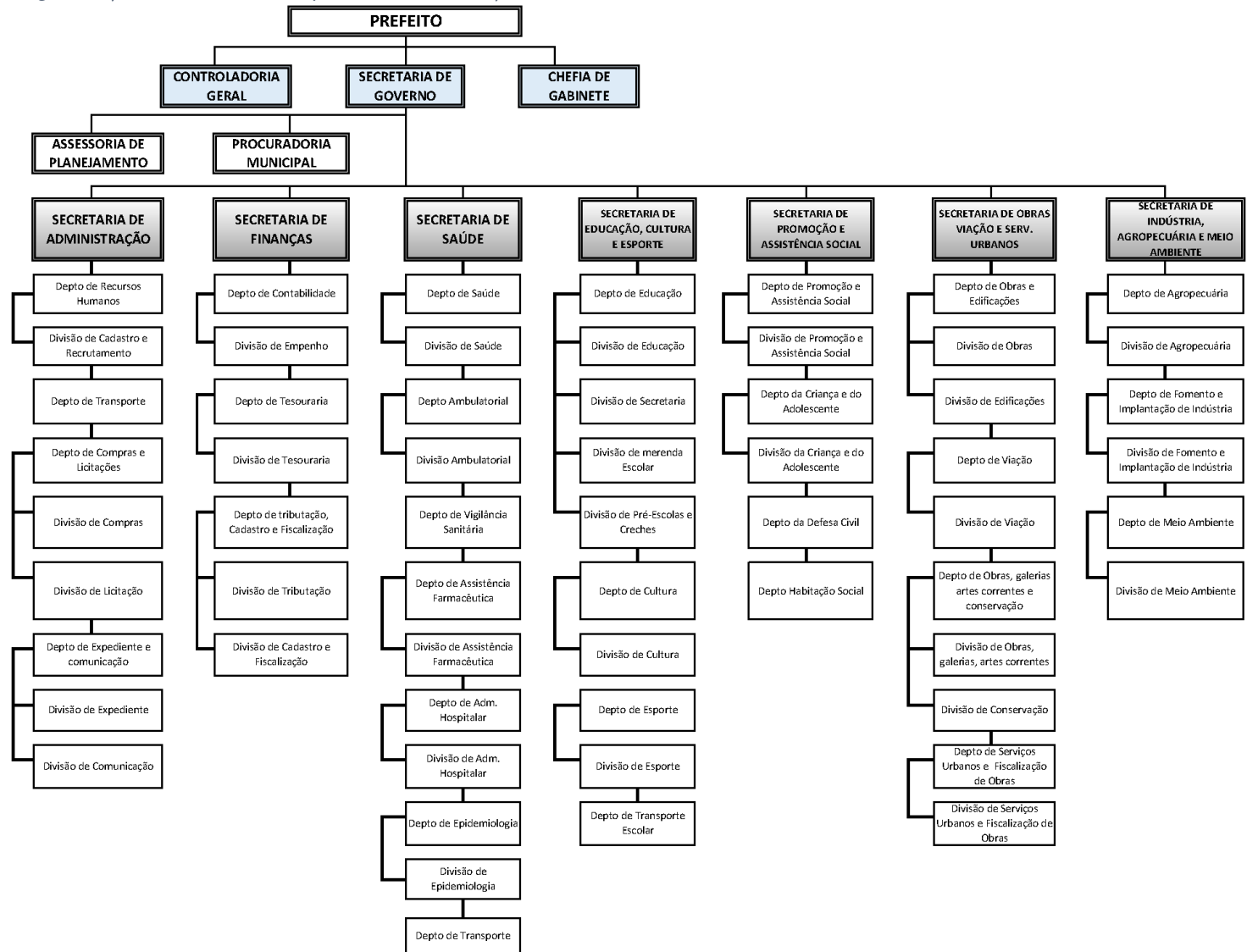
De acordo com as informações disponíveis no Portal Transparência de Contenda, a estrutura organizacional mais recente é a instituída pela Lei nº 1467/2013, ilustrada no organograma (Figura 19). Na prática, percebe-se a necessidade de reformular a estrutura organizacional como um todo, tornando-a mais eficiente, dentro dos recursos disponíveis. Um passo importante para a reestruturação é pensar na modernização e digitalização de serviços, otimizando o tempo dos servidores.

A Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos é o órgão da Prefeitura com atuação mais direta com o Plano Diretor. Nota-se uma dificuldade neste setor por conta do número reduzido de técnicos efetivos (concursados) no quadro atual – apenas um arquiteto e urbanista e um engenheiro civil. Apesar de que trabalham no setor diversos outros técnicos, por serem cargos comissionados, estes não podem exercer diversas funções que requerem a responsabilidade técnica.

Outros setores da estrutura organizacional que atuam na gestão e implementação do PDM são a Controladoria e as Secretarias de Administração e de Finanças, em especial o Departamento de Tributação, Cadastro e Fiscalização, mas também as áreas responsáveis pelo planejamento e controle das peças orçamentária do Município.

# Revisão do Plano Diretor Municipal

Figura 19 – Organograma (Anexo I – Lei Municipal nº 1467/2013)





## 5. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Para a síntese da Análise Temática Integrada, optou-se por utilizar a Análise SWOT, uma ferramenta clássica da administração. Essa ferramenta serve para sistematizar e analisar os pontos positivos e negativos, para que assim possa ser traçados os objetivos e organizados um plano de ação.

SWOT é uma sigla em inglês dos termos *Strengths* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Os pontos fortes e fracos, em geral, estão dentro da própria gestão, enquanto as oportunidades e as ameaças, na maioria dos casos, têm origem externa<sup>31</sup>.

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<b>Forças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Crescimento do PIB de mercado e per capita bem acima da média estadual e nacional no período analisado (2016-2018);</li> <li>→ 40% do território municipal com cobertura de vegetação nativa;</li> <li>→ Mais da metade do território municipal dedicado a atividades agropecuárias;</li> <li>→ Festas locais com potencial (ex: Festa da Batata);</li> <li>→ 11 escolas municipais e 5 estaduais;</li> <li>→ Áreas para prática de esportes e planejamento sólido da Divisão de Esportes para após a pandemia;</li> <li>→ Equipamentos de Assistência Social em construção;</li> <li>→ 11 equipamentos de saúde, incluindo Hospital e CAPS;</li> <li>→ Bom abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais; 40% da Sede urbana atendida por sistema de esgotamento sanitário (implantado em 2013);</li> <li>→ Bom transporte público coletivo;</li> <li>→ Sistema de coleta de resíduos sólidos adequado;</li> <li>→ Toda população tem acesso à energia elétrica;</li> <li>→ 100% da área urbana com iluminação pública;</li> <li>→ Interesse em modernização do setor público.</li> </ul>	<b>Fraquezas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Arborização urbana não planejada;</li> <li>→ Administração pública representa quase ¼ dos empregos formais (alta dependência do setor público);</li> <li>→ Baixa industrialização e atratividade para novas empresas;</li> <li>→ Dificuldade na preservação das APP em área urbana;</li> <li>→ Zoneamento urbano inadequado;</li> <li>→ Fila de espera para vagas nos CMEI;</li> <li>→ Equipamentos de educação sem acessibilidade e necessitando reformas;</li> <li>→ Poucos equipamentos de cultura e lazer e pouca divulgação das atividades realizadas;</li> <li>→ Turismo inexistente;</li> <li>→ Falta corpo técnico na Secretaria de Assistência Social para que o Município seja elegível para alguns programas de Habitação;</li> <li>→ Na Saúde, dificuldade para a realização de exames e consultas com especialista;</li> <li>→ Complexo do Hospital Municipal sobrecarregado e outras estruturas da Saúde ociosas (dificuldade na distribuição de fluxos);</li> <li>→ Não há cadastro do sistema de galerias pluviais;</li> <li>→ Serviço de limpeza pública insuficiente;</li> <li>→ Cemitério de Contenda sobrecarregado;</li> <li>→ Iluminação pública obsoleta;</li> </ul>

<sup>31</sup> NAKAGAWA, 2021.

	Fatores positivos	Fatores negativos
		<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Problemas com irregularidades fundiárias: muitos lotes com vários donos em parte ideal, loteamentos irregulares ou clandestinos, problemas de titularidade etc.</li> <li>→ 37% das vias urbanas sem nenhum tipo de pavimentação;</li> <li>→ Sinalização viária insuficiente;</li> <li>→ Poucos trechos de calçada acessível;</li> <li>→ Não há regulamentação para carga e descarga e para o trânsito de veículos pesados;</li> <li>→ Baixa arrecadação própria no Município e alta dependência das transferências da União e do Estado;</li> <li>→ Baixa capacidade de investimento;</li> <li>→ Proporção das Despesas com Pessoal acima do limite prudencial da LRF;</li> <li>→ Muitos cargos comissionados e poucos efetivos / concursados;</li> <li>→ Executivo com muitos processos obsoletos sem tecnologia integrada.</li> </ul>
Fatores externos	<p><b>Oportunidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Localização estratégica (RMC, BR-476, Ferrovia, Porto de Paranaguá);</li> <li>→ Aspectos naturais favoráveis (vegetação, clima, relevo, solo);</li> <li>→ Abundância hídrica;</li> <li>→ Potencial para implantação de Parques e Unidades de Conservação;</li> <li>→ Participação em projetos no contexto metropolitano (COMEC);</li> <li>→ Potencial (área) para expansão urbana;</li> <li>→ Relevo e distâncias favoráveis para implantação de sistema cicloviário;</li> <li>→ Potencial para industrialização;</li> <li>→ Potencial para turismo rural/ ecológico.</li> </ul>	<p><b>Ameaças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Cidade absorveu crescimento da população urbana de forma desorganizada – aumento de 46% de 2000 a 2010;</li> <li>→ Envelhecimento da população e saída da força de trabalho jovem;</li> <li>→ Áreas de várzea, tendência a enchentes, tendência à erosão por excesso hídrico;</li> <li>→ Sistema de segurança pública dependente de outros municípios.</li> </ul>

## 6. REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3ª.ed. Rio de Janeiro, 2015.

AMM. Os Municípios e a Arrecadação das Receitas Próprias. 01 mai. 2014. Disponível em: <<https://portalamm.org.br/tributario-os-municipios-e-a-arrecadacao-das-receitas-proprias/>>. Acesso em 17 nov. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR)

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF)

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA. Caderno de referência para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2015. Disponível em: <<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSE/planmob.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021.

## Revisão do Plano Diretor Municipal

COMEC. Linhas e Horários dos Ônibus Metropolitanos. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/Pagina/Linhas-e-Horarios-dos-Onibus-Metropolitanos>>. Acesso em 17 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Contenda terá mudanças em linhas metropolitanas nesta quarta-feira. 14 jan. 2020. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/Noticia/Contenda-tera-mudancas-em-linhas-metropolitanas-nesta-quarta-feira>>. Acesso em 17 nov. 2021.

CONTENDA. Edital de Concorrência nº 002/2020; Processo Administrativo nº 254/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 4, de 22 de abril de 2010. Dispõe sobre a hierarquização e traçado básico do sistema viário e traça diretrizes para o arruamento do Município de Contenda e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 9, de 22 de abril de 2010. Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Município de Contenda e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor Municipal do Município de Contenda. Análise Temática Integrada. 2010. Disponível em: <<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/72/documento/699>>. Acesso em 28 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Portal da Transparência. Organograma. Disponível em: <<https://contenda.eloweb.net/portalttransparencia/organograma>>. Acesso em 03 dez. 2021.

DETRAN-PR. Anuário estatístico 2020. Curitiba, 2021.

FERROESTE. Saiba mais sobre o projeto da nova ferrovia. Disponível em: <<http://www.ferroeste.pr.gov.br/Pagina/Saiba-mais-sobre-o-projeto-da-nova-ferrovia>>. Acesso em 17 nov. 2021.

GASPARINI, C. MIRANDA, R. Evolução dos Aspectos Legais e dos Montantes de Transferências Realizadas pelo Fundo de Participação dos Municípios. Texto para Discussão do IPEA nº 1.243. Brasília, 2006.

IBGE. CIDADES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 23 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22 jul. 2021.

IPARDES. Caderno Estatístico - Município de Contenda. Julho 2021. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83730&btOk=ok>>. Acesso em 22 jul. 2021.

JUND FILHO, S. Administração, orçamento e contabilidade pública. 3ª.ed. Rio de Janeiro, 2008.

LEIS MUNICIPAIS. Legislação de Contenda-PR. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3233/leis-de-contenda>>. Acesso em 02 dez. 2021.

NAKAGAWA, M. Ferramenta: Análise SWOT (Clássico). Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME\\_Analise-Swot.PDF](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF)>. Acesso em 03 dez. 2021.

PARANÁ INTERATIVO. Contenda. Disponível em:  
<<https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/op dashboard/index.html#/402ab751cb2346bc9681cf59130c9352>>. Acesso em 22 out. 2021(a).

\_\_\_\_\_. Rotas acessíveis prioritárias. Disponível em:  
<<https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/MapSeries/index.html?appid=513efb6ce40f4017b57e37722395f790>>. Acesso em 17 nov. 2021(b).

PNUD. IPEA. Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/>>. Acesso em 05 nov. 2021.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ (SEFA). Disponível em:  
<<http://www.fazenda.pr.gov.br/>>. Acesso em 22 jul. 2021.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). SICONFI. FINBRA. Disponível em:  
<[https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf)> Acesso em 22 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. O que você precisa saber sobre as Transferências Constitucionais e Legais: Fundo de Participação dos Municípios. 2012.

SILVA, L. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 5<sup>a</sup>.ed. São Paulo, 2002.



# MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA

CNPJ 80.921.489/0001-73  
Av. Higienópolis, 32, sl. 1403 – Londrina/PR  
maptriz.com.br

## EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

Marina Machado de Rezende Muraro  
Arquiteta e Urbanista - CAU n° A1433229 – Coordenadora

José Roberto Hoffmann  
Engenheiro Civil – CREA/PR n° 6125/D

Carlos Rogério Pereira Martins  
Administrador – CRA/PR n° 24528

Demétrius Coelho Souza  
Advogado – OAB/PR n° 24.363

Agenor Martins Junior  
Arquiteto e Urbanista - CAU n° A138614

Cláudia Leocádio Dias  
Assistente Social – CRESS/MG n° 4013

## APOIO

Paulo Roberto Santana Borges  
Economista

Geane Talia de Almeida Lopes  
Assistente de Arquitetura e Urbanismo





# MUNICÍPIO DE CONTENDA

CNPJ 76.105.519/0001-04  
Av. João Franco, 400 – Contenda/PR  
contenda.pr.gov.br

## EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL (Decreto nº 406/2021)

Larry Hugo Sanchez  
Arquiteto e Urbanista – CAU nº A1465155 – Coordenador

Ovídio Luiz Druszcz  
Engenheiro Civil

Daiana Priscila Souza Leite  
Departamento de Obras e Edificações

Bruna Paola Dziura  
Diretora do Departamento de Habitação Social

Mayra Carolina Zornita Pereira  
Diretora do Departamento de Serviços Urbanos e Fiscalização

Marli Terezinha Filipak Retamero  
Contadora

Nilson Carlos de Carvalho Niza  
Departamento de Cadastro e Tributação

Thomas Gaspar Santana  
Departamento de Meio Ambiente

Jaime Kfiatkoski  
Secretário Municipal de Administração

Sérgio Marcos Carvalho  
Secretário Municipal de Saúde

Lauro Alexsandro Lagner  
Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

Lisiane Ciulik Padilha  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Simone Polak Silva  
Secretária Municipal de Finanças

Angela Mayer de Souza Digner  
Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social

Emanoel de Souza e Silva  
Secretário Municipal de Governo

Rubens Caio Duarte Marques  
Departamento de Vigilância Sanitária

Antonio Adamir Digner  
PREFEITO MUNICIPAL



## Revisão do Plano Diretor Municipal

### CONSELHO GESTOR DO PLANO DIRETOR (Decreto nº 407/2021)

Larry Hugo Sanchez - Coordenador

Ovídio Luiz Druszcz

Daiana Priscila Souza Leite

Bruna Paola Dziura

Mayra Carolina Zornita Pereira

### CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE (Decreto nº 160/2021)

Antonio Adamir Digner

Prefeito Municipal

Carlos Hass Neto

Secretaria Municipal de Indústria,  
Agropecuária e Meio Ambiente

Lisiane Ciulik Padilha

Secretaria Municipal de Educação, Cultura  
e Esportes

Sibeli Strasbach

Departamento de Planejamento

Ovídio Luiz Druszcz

Secretaria Municipal de Obras, Viação e  
Serviços Urbanos

Ary Alberti Neto

Associação Comercial de Indústria e  
Agropecuária de Contenda – ACIAC

Miguel Treziak

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de  
Contenda

Micheli Fleiter de Oliveira

Associação de Proteção a Maternidade e  
Infância de Contenda – APMI

Luciléia Pelosi

Associação de Catadores de Materiais  
Recicláveis de Contenda – ACMRC

Adão Staron

Cooperativa dos Produtores Rurais de  
Contenda – Cootenda

Mario Celso Dzierwa

Representante do Município de Contenda

Emanoel de Souza e Silva

Representante do Município de Contenda

Márcio Rogério Francisco

Representante do Poder Legislativo de  
Contenda

### SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Antonio Weinhardt Junior

Analista de Desenvolvimento Municipal